

Habitação mínima e apropriação do espaço:
O BAIRRO RAINHA D. LEONOR

Ana Lima
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
Orientadora: Doutora Arquitecta Marta Cruz

Abril 2012

À minha família.

O desenvolvimento deste trabalho só foi possível com a ajuda e a amizade dos que me acompanharam.

Sem a orientação atenta e sem a preocupação constante da Doutora Architecta Marta Cruz não teria sido possível desenvolver este trabalho. Agradeço a força nos momentos mais complicados e em especial a orientação cuidada com vista à construção de uma dissertação rica e completa.

Agradeço à minha família o companheirismo, compreensão e o apoio que demonstraram ao longo destes largos meses.

À minha irmã pela presença constante, ajuda e ânimo nos momentos de maior desalento e pela importante revisão de textos. À minha mãe pelo exemplo e pela força que me transmitiu. Ao meu pai pela mesma força, pela crença no meu esforço e por mais uma revisão de textos. E à minha avó por acreditar em mim.

Agradeço aos meus amigos que partilharam comigo esta fase académica. À Juliana, ao Luís, ao Carlos, ao Zé, ao Franco, ao Paulo, à Tatiana e ao André companheiros e amigos que me ajudaram sempre que precisei.

Aos moradores do Bairro Rainha D. Leonor agradeço profundamente a participação e a colaboração generosa neste trabalho, em especial ao Sr. Osvaldo, à D. Albertina e ao Sr. Alberto Simões.

À Arqt.^a Inês Lobo pela disponibilidade e pela cedência de dados e informações sobre o projecto de requalificação do conjunto de habitação municipal Rainha D. Leonor.

Por fim, a todos os que contribuíram de algum modo. Ao Eng.^o José Ferreira, ao Arqt.^o Carlos Rego e ao professor Ricardo Araújo Figueiredo.

RESUMO

Este trabalho propõe aprofundar o estudo de algumas das formas de apropriação do espaço em habitação mínima.

O objecto de estudo desta dissertação foca o bairro Rainha D. Leonor localizado na cidade do Porto. Composto por habitações mínimas, foi recentemente alvo de requalificação, quase 60 anos após a sua construção. As relações entre o habitante e a sua casa passaram por um processo de apropriação do espaço longo, variado e característico deste bairro.

Inicialmente e de forma a esclarecer o desenvolvimento da habitação mínima, desde o início do século XX, são abordados temas que englobam noções como: mínimo, necessidades, ideais do Movimento Moderno internacionais e nacionais. Outro ponto abordado, no contexto da cidade do Porto, incide sobre o estado crítico da habitação e as medidas e planos para solucionar os problemas habitacionais associados a essa época, focando o Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto 1956-66.

No desenvolvimento do estudo específico do bairro mencionado, são analisados dois momentos distintos: o antes e o depois da requalificação. Estudam-se os modos de vida dos habitantes, as suas práticas quotidianas e formas de habitar o bairro em ambos os momentos, pondo em evidência as suas diferenças. As alterações espaciais nas habitações, após a requalificação, levam a práticas distintas entre os seus habitantes, como forma de adaptação a um novo espaço.

Este trabalho permite perceber o que significa viver em habitações mínimas, e os mecanismos utilizados para a apropriação destas habitações.

ABSTRACT

The purpose of this work is to deepen the understanding of some forms of appropriation of space in minimum dwelling.

The subject of this thesis focuses on Rainha D. Leonor's housing estate, located in Porto. Being composed by minimum dwellings this housing estate was recently object of rehabilitation, almost 60 years after its construction. The relations between the inhabitant and his house went through a long and diverse process of space appropriation, characteristic of this housing estate.

Initially, and in order to clarify the development of minimum dwelling, since the early twentieth century, it was made an approach to themes that include/cover notions such as: minimum, human needs, the ideals of the international and national Modernist Movement. In addition, another subject of discussion, concerning the city of Porto, focuses on the dwelling's critical conditions. Here are discussed the measures and plans to solve the housing problems, connected to that period, covering the Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto 1956-66.

During the development of this specific study about Bairro Rainha D. Leonor two different moments are analyzed: before and after rehabilitation. The inhabitant's lifestyles, their daily practices and ways of living in this neighborhood are studied in both moments, perceiving their differences. The spatial changes in the houses between those two moments (before and after the rehabilitation) lead to different reactions by the inhabitants to their houses, showing their adjustments to the different spaces.

This work allows to understand what is the meaning of living in minimum dwellings, and the mechanisms used to appropriate these houses.

ÍNDICE

Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Introdução	10
Objecto	10
Quadro de referência	11
Objectivos	14
Estrutura da dissertação	15
1 – TEMPOS E CONTEXTOS DA ÉPOCA: DAS <i>ILHAS</i> AO PLANO DE MELHORAMENTOS, DA CARÊNCIA SOCIAL À HABITAÇÃO MÍNIMA.	
1.1 – Contexto arquitectónico:	20
1.1.1 – A Habitação Mínima no contexto da Arquitectura Moderna	20
O Homem e o espaço	20
O mínimo na habitação	22
Condições de desenvolvimento da Habitação Mínima	23
Exigências e necessidades	24
Ideologia do Movimento Moderno	27
Os ideais Modernos em Portugal	29
1.2 – Contexto sócio-político:	35
1.2.1 – As <i>ilhas</i> do Porto	35
O Porto no início do século XX	35
1.2.2 – Medidas e Planos até 1956	37
Inquéritos e inspecções	37
O Plano de Salubridade das “ilhas” do Porto – 1955	39
1.2.3 – O Plano de Melhoramentos	41
Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto - 1956-66	41
1.3 – Fichas dos bairros do Plano de Melhoramentos	48
1.4 – Cronologia	67

2 – A VIVÊNCIA DO BAIRRO:
AS EXPERIÊNCIAS HABITANTES ENTRE DOIS PROJECTOS, OS OLHARES ARQUITECTÓNICOS EM DOIS TEMPOS.

2.1 – Metodologia	70
Trabalho de campo	70
Organização de dados	74
Glossário	76
2.2 – O bairro	77
A cidade do Porto	77
O bairro	77
A topografia	85
A estrutura viária e transportes	85
O bairro actualmente	86
2.3 – Antes da requalificação	88
2.3.1 – Dispositivos arquitectónicos	88
Dimensão dos espaços	88
Espaços comuns	89
Espaços privados	90
Espaços de transição	92
Relações entre os espaços domésticos	93
2.3.2 – Apropriação	95
Liberdades	95
Entre o real e as aspirações	96
Espaço privado e família	97
O papel da mulher na habitação	99
Práticas do quotidiano e usos do espaço	100
A mobília	105
Organização e permanência	109
2.3.3 – Transformações	110
Os modelos culturais e sociais	110
Transformação	111
Relações de vizinhança	114

2.4 – Depois da requalificação	118
2.4.1 – Opções de projecto	118
Condições do concurso	118
Referências	119
Opções de organização das habitações	121
2.4.2 – Novo espaço, novas apropriações	123
Duplicação da entrada	123
O centro da habitação	125
A cozinha como espaço autónomo	129
Arrumação	133
O reaparecimento do <i>terraço</i>	135
Novos hábitos quotidianos?	137
2.4.3 – As necessidades face à nova habitação	141
As necessidades da vida contemporânea	141
O caso particular do T1	143
Novos dispositivos	146
2.5 – Fichas das habitações do bairro	151
2.6 – Informação sobre áreas	210
3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS:	
PONTOS DE PARTIDA PARA UM QUESTIONAMENTO DOS MÍNIMOS EM HABITAÇÃO SOCIAL.	
Reflexões sobre a metodologia	214
O habitante e a habitação	215
Mínimo	219
A apropriação do espaço no bairro Rainha D. Leonor em duas fases	222
Confronto entre a percepção e a constatação	225
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	228
PERIÓDICOS	231
REFERÊNCIAS DA INTERNET	232
CRÉDITOS DE IMAGENS	234

INTRODUÇÃO

O estudo desenvolvido nesta dissertação, como conclusão do curso de Arquitectura, reflecte a maturação de um dos temas de interesse que me acompanhou ao longo destes anos.

Ele espelha a vontade de compreender mais aprofundadamente o papel do utilizador¹/habitante² no seu espaço quotidiano. A habitação – espaço arquitectónico que visa responder às necessidades diárias e os modos de vida do habitante – absorve uma complexidade de práticas mutáveis e variáveis com a cultura, a sociedade, ou o estrato social. Deste modo, pretende-se entender como o habitante habita o espaço e assim perceber como o apropria.

A produção extensiva de habitação, que decorreu da necessidade de alojar grandes massas populacionais, reflectiu-se em determinadas circunstâncias numa produção de espaços standardizados. Este desenvolvimento na produção da habitação despertou uma vontade de entender como o habitante interpreta a sua habitação, em especial a habitação mínima³.

O conjunto dos espaços que compõem as habitações e o modo como estes se organizam são resultantes de um processo de concepção arquitectónica que integra uma reflexão sobre a evolução dos modos de vida e das práticas quotidianas das populações às quais a habitação se destina. Na habitação mínima as relações espaciais e a adequação da casa às necessidades dos moradores são distintas de outros tipos de habitação pelas limitações que lhe são intrínsecas, conduzindo a mecanismos de adaptação mais exigentes para os utilizadores.

As questões levantadas pela excepcionalidade da habitação mínima e o modo como é feita a apropriação do espaço resultante por parte dos seus habitantes suscitam questões que parecem importantes levantar.

Quais as formas que o utilizador encontra para apropriar o espaço, torná-lo seu, processo fundamental para a noção de *habitat*⁴, e que resposta recebe do mesmo espaço?

Como são apropriados os espaços standardizados (projectados para responder a necessidades de generalizadas da população⁵)?

A idealização de uma habitação está inerente ao processo de habitar, mesmo que de forma inconsciente, onde cada habitante ou família deseja viver segundo determinados “sonhos”. Como funciona, então, este processo de apropriação que visa construir um *habitat* ideal em habitação mínima?

OBJECTO

A habitação mínima transporta inúmeras condições próprias que divergem, em certa medida, da habitação corrente.

Presente na arquitectura desde há muitos séculos, como consequência das mais diversas limitações, a habitação mínima nem sempre foi fruto de uma idealização consciente. Constrói-se das necessidades humanas de habitar, mas restringe-se com as limitações e possibilidades de quem a vive, sejam estas económicas ou outras. São poucos os exemplos onde a ideia de habitar uma habitação mínima parta da consciência e da vontade do utilizador. Na sua maioria, estas habitações

¹ Segundo Henri Raymond, o utilizador remete para o indivíduo que utiliza o espaço de alguma forma, mas que não significa que o habite. “*Au mot «usager» nous préférons donc le mot habitant, sauf pour expliquer l'usage de telle ou telle partie du logement.*” in RAYMOND, Henri, *Habitat, modèles culturels et architecture*, Architecture d'Aujourd'hui, nº 174, 1974, p. 53

² Habitante, de acordo com o mesmo autor, entende todos os indivíduos que habitam um espaço, ou seja, são todos os que criam a partir de um alojamento a sua casa, o seu *habitat*.

³ PORTAS, Nuno, *Funções e exigências de áreas de habitação*, Lisboa: LNEC, 1969, p. 7

⁴ RAYMOND, op. cit., p. 53

⁵ GROPIUS, Walter, *Architecture et société*, Paris, Éditions du Linteau, 1995, p. 43

surgem como a melhor solução perante um campo restrito de possibilidades.

No início do século passado o Movimento Moderno confere um novo sentido a esta noção. Entende a habitação mínima como uma solução arquitectónica adequada à sociedade da época. Vivía-se um tempo de transformação, marcado pela máquina e pelas inúmeras possibilidades que dela advêm. Resultado disso mesmo e de um pensamento racional que vê o homem com um ser de necessidades objectivas, a habitação mínima surge como resposta prática e funcional ao homem Moderno, onde os espaços são projectados para racionalizar e minimizar todos os esforços desnecessários à realização das práticas quotidianas.

Actualmente, a habitação mínima não segue a mesma ideologia do Movimento Moderno. A ideia de resposta adequada aos modos de vida da sociedade onde se insere já não será entendida como tal. Vem-se percebendo, através de estudos realizados⁶ neste sentido, que os habitantes encontram dificuldades na relação que estabelecem com o espaço das habitação mínima. Isto deve-se, em parte, às soluções arquitectónicas que visam responder a necessidades padronizadas que nem sempre vão de encontro às reais necessidades e desejos dos seus moradores.

Enquadrado neste contexto, o objecto deste trabalho é a apropriação do espaço no contexto da habitação mínima em habitação social. Ele surge num contexto específico – a cidade do Porto. Numa época de carência habitacional (anos 50), a cidade deu início a um plano geral de melhoria das condições de habitação das populações mais desfavorecidas – Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto 1956-66. A execução desse plano veio proporcionar a ocasião para uma reflexão sobre os mínimos aceitáveis em habitação: áreas, funções e infra-estruturas, tendo como pano de fundo a degradação das condições de salubridade observáveis na habitação precária do centro da cidade, nomeadamente as *ilhas*. O caso de estudo que sustentará a reflexão proposta é o bairro Rainha D. Leonor, construído em 1953, por iniciativa camarária e segundo o projecto de arquitectura do arquitecto Luís d'Almeida Eça. Embora não integre o Plano de Melhoramentos, e até seja anterior à sua publicação, este bairro reflecte as mesmas preocupações e avança dispositivos arquitectónicos semelhantes. A sua pertinência para este trabalho relaciona-se com a extensão e diversidade de experiências - arquitectónicas e sociais – nele condensadas. Ele permite conhecer as experiências dos habitantes em diferentes fases de contacto com um programa de habitação mínima: num momento anterior ao bairro – as *ilhas*; num primeiro momento do bairro – o projecto original de 1953; e num segundo momento do bairro – requalificação do bairro em 2005. Estas três fases enriquecem e caracterizam a forma como os moradores do bairro entendem o espaço e o habitam, na circunstância concreta de uma habitação de emergência.

Finalmente, importa referir que este trabalho estuda a habitação mínima no contexto da habitação social camarária e não a habitação mínima como espaço habitacional escolhido pelos moradores. Na verdade, a impossibilidade de escolha relativamente à habitação que vão ocupar exige dos habitantes um esforço acrescido para se adaptarem à sua casa. Esta situação vem intensificar as dificuldades sentidas no que respeita ao uso da habitação mínima, nomeadamente na forma como as actividades quotidianas decorrem nos espaços domésticos, sendo especialmente condicionadas pelas áreas reduzidas e pela exiguidade do programa. Há uma necessidade de simplificar as práticas e os usos do espaço. No entanto, quando existe a escolha de habitar um espaço que se enquadra dentro dos parâmetros da habitação mínima, então o habitante tomou uma opção ponderada que aceita as limitações inerentes a este habitar.

⁶ BOUDON, Philippe, *Pessac de le Corbusier*, 1969; CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henri, *Famille et habitation. Sciences humaines et conceptions de l'habitation*, 1967; CRUZ, Marta, *Les non-dits de l'espace domestique. Valeur d'usage de l'ambigüité pour les familles contemporaines*, 2009; PINSON, Daniel, *Modèles d'habitat et contre-types domestiques au Maroc*, 1992; RAYMOND, H. et M. G. ; HAUMONT, N et A., *L'Habitat Pavillonnaire*, 1966.

QUADRO DE REFERÊNCIAS

O conjunto de referências que a seguir se descreve completa um quadro de reflexão sobre a apropriação do espaço, fortemente apoiada nas ciências sociais que entendem as necessidades do homem face à sua habitação. Elas demonstram como o processo de apropriação depende dos quadros sociais, culturais, políticos, do momento histórico e claramente da própria arquitectura que a suporta. Dado o objectivo deste trabalho – compreender as limitações que a habitação mínima impõe aos moradores – é necessário considerar as relações entre espaço e as práticas dos habitantes. Todas as obras que operam nesse sentido são fundamentais para este estudo.

É possível afirmar-se que a informação se encontra tanto em obras portuguesas como estrangeiras, porém o estudo sobre esta temática está mais desenvolvido em obras estrangeiras, em especial por autores franceses. Nas suas diversas obras, os seus autores estendem-se sobre os temas das ciências sociais no panorama da arquitectura, não se limitando a uma visão unicamente arquitectónica sobre o espaço, alargando o campo de estudo ao modo como o homem habita a sua casa. Outros autores portugueses são, também, relevantes para referenciar este trabalho, porque focam uma visão sobre as práticas associadas à habitação e os modos de vida dentro do contexto português, além de permitir compreender a época onde se enquadram.

No quadro de obras/investigações que reúnem informações relevantes para fundamentar este trabalho e que validam o tema desta dissertação distinguem-se algumas referências. Tanto pelos conceitos e temas abordados como pela metodologia utilizada, que se aproximam por vias mais próximas ou mais distantes dos desta dissertação.

A abordagem utilizada neste estudo não é nova, tendo sido já realizada por autores estrangeiros e nacionais relativamente a outros objectos de estudo.

REFERÊNCIAS CONCEPTUAIS

A problematização da apropriação do espaço e de que forma se reflecte no quotidiano dos habitantes. O espaço da habitação, como lugar construído pelo homem responde às suas necessidades físicas, sociais e psicológicas. Neste sentido, o local onde se habita constrói num compromisso entre o que significa a habitação na sociedade (questões técnicas, económicas, culturais) e o que significa a sociedade na habitação (questões de comportamentos no interior da habitação)⁷.

As questões da apropriação do espaço, das experiências e práticas da habitação, a própria evolução da mesma numa sociedade em transformação são tratadas em obras como *Modèles d'habitat et contre-types domestiques au Maroc* (1992) de Daniel Pinson, *Pessac de le Corbusier* (1969) de Philippe Boudon, *L'Habitat Pavillonnaire* (1966) de H. e M.G. Raymond e de H e A. Haumont, sob diferentes pontos de vista e focando questões distintas. São elas distintas entre si, mas também são distintas do objecto de estudo desta dissertação. Todas analisam questões no campo das ciências sociais e da arquitectura, relacionando os habitantes com o espaço onde vivem face à sociedade onde se inserem, e revelando os comportamentos perante a sua casa. Nestas abordagens salientam-se as transformações aplicadas pelos habitantes na habitação como parte do processo de apropriação. A standardização, um dado bem patente na obra Pessac de le Corbusier de Philippe Boudon mostra como um factor que aparenta reger e predeterminar os usos e as funções dos espaços poderá permitir a abertura e a liberdade necessárias para os habitantes viverem o seu espaço de acordo com as suas referências. A “imposição” e inserção dos modelos modernos da habitação em culturas diferentes da ocidental – caso de Marrocos – mostra como habitação está intimamente ligada à sociedade e como disso depende o bem-estar de quem a habita. A habitação

⁷ CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henry, *Famille et habitation. Sciences humaines et conceptions de l'habitation*, (1959), Paris : Editions du CNRS, 1967, p. 15

suburbana e os seus conjuntos habitacionais também entram em discussão. Habitar em edifícios plurifamiliares ou edifícios unifamiliares é uma experiência totalmente distinta. O próprio caso de estudo desta dissertação encontra-se entre estas duas formas de habitação. Não chega a ser uma habitação unifamiliar, mas também está distante da habitação colectiva. Esta característica fomenta relações e comportamentos muito próprios face à habitação e ao bairro.

Uma referência fundamental para as questões do campo da sociologia é a obra de Paul-Henry Chombart de Lauwe, *Famille et habitation. Sciences humaines et conceptions de l'habitation* (1959). Nela são analisadas, mais uma vez, a família no campo da habitação e as relações entre a vida familiar e o quadro social onde se insere, questionando como se pode adaptar a habitação aos homens respondendo às suas aspirações, sem impor uma adaptação dos mesmos ao conjunto habitacional onde se inserem. De um modo geral compreende que não existem necessidades eternas e constantes com funções permanentes que lhes respondam, mas antes que existe um processo de constante mutação das mesmas funções e necessidades. Para entender os mecanismos de apropriação é necessário perceber as circunstâncias específicas e as alterações que se operam na sociedade em que se inserem.

Outros contributos ajudaram à compreensão da problemática de habitar como *Habitat, modèles culturels et architecture, Architecture d'aujourd'hui* (1974) de Henri Raymond. A noção de habitat e do que significa viver numa habitação aparece fortemente relacionado com os modelos culturais das famílias e evidencia como estes modelam os processos de apropriação do espaço, ou seja, é a validação ou não da aproximação da habitação ao utilizador. A construção do habitat está inerente aos modelos seguidos pelos habitantes que definem o seu espaço através da interpretação do seu espaço e da sua forma de agir sobre o mesmo. Esta noção de modelo ou *habitus*, referido por Raymond, é essencial para compreender como se desenrolam as práticas quotidianas dentro da habitação e como se podem revelar distintas em casos semelhantes.

No mesmo âmbito e seguindo a mesma metodologia de trabalho *Les non-dits de l'espace domestique. Valeur d'usage de l'ambiguïté pour les familles contemporaines* (2009) de Marta Cruz centra, no entanto, o estudo num local e num tempo diferente. Realizado no contexto português, mais especificamente em Matosinhos, o estudo foca as cooperativas de habitação. Procura entender os processos de apropriação de um espaço físico como forma de construir uma casa, um lar, evidenciando as experiências sociais no espaço arquitectónico da casa.

REFERÊNCIAS METODOLÓGICAS

Além dos temas tratados nestas obras, todas são ainda uma referência metodológica para este estudo. A abordagem utilizada para estudar os comportamentos dos habitantes baseia-se na entrevista e na observação directa dos espaços em estudo. O recurso a este método permite explorar os comportamentos dos habitantes e analisa-los no seu contexto, compreender as suas práticas quotidianas no seu espaço e questionar os seus usos. A abordagem para conhecer as práticas, os usos do espaço, os desejos dos habitantes apoiados na entrevista e no contacto directo com os espaços analisados reveste-se de grande utilidade para desenvolver uma análise crítica sobre a habitação e a apropriação do espaço.

Como é exemplo a obra de Daniel Pinson (*Modèles d'habitat et contre-types domestiques au Maroc*) são explorados através da entrevista e de elementos gráficos as formas de usos do espaço da habitação. Os dois procedimentos associados – a entrevista não directiva e a observação directa dos espaços⁸, que se traduz em fotografias – compõem um quadro completo de todas as práticas e dos usos do espaço por parte dos seus habitantes. Enquanto que por um lado os dados obtidos através das entrevistas permitem construir um quadro sobre a história da habitação, assim como perceber o desenvolvimento dos usos da casa, por outro lado, a observação directa dos espaços faculta todas as informações sobre os aspectos que não descritos sobre o espaço e sobre o objectos que o compõem.

⁸ PINSON, Daniel, *Modèles d'habitat et contre-types domestiques au Maroc*, Tour: Instaprint, 1992, p. 13

Percebe-se como o equilíbrio entre estas duas formas de abordar o espaço em estudo recria uma imagem mais global e atenta a todas as variantes da apropriação do espaço da habitação.

Nesta dissertação, a habitação mínima confere outra dimensão à questão da apropriação, pois as limitações espaciais inerentes a estes espaços são mais condicionantes do que noutros tipos de habitação. Deste modo, a apropriação do espaço ganha uma dimensão mais importante, dado que é através desta que se poderá ultrapassar os limites impostos pelos espaços.

REFERÊNCIAS CONTEXTUAIS

Relativo aos contextos de enquadramento, tanto portugueses como estrangeiros, outros textos e obras vieram fundamentar este estudo.

No contexto da Arquitectura Moderna vários textos de diversos autores ajudaram a descrever o panorama da habitação mínima. *Architecture et société* (1995) de Walter Gropius, *Vers une architecture* (1923) de Le Corbusier, e a *Vivienda mínima: 1906-1957* (1980) de Alexander Klein ajudam a compreender o contexto internacional. Mostram a perspectiva da sociedade da época e os desejos da arquitectura. No contexto português e para enquadrar a época de construção do bairro foi fundamental *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50* (1997) de Ana Tostões e *Percursos: arquitectura portuguesa: 1930-1974* (1988) de Sérgio Fernadez. Mostram o panorama português no âmbito da arquitectura e da conjuntura política e social, numa discussão em torno da arquitectura. Nesta época, a discussão centrava-se entre os desejos de participar no movimento vanguardista sentido na Europa e não só contra os desejos nacionalistas do estado. A influência de todos factores determinam como a habitação mínima apareceu em força e da vontade consciente dos arquitectos de a introduzir em Portugal e no Porto, oferecendo-a como solução vantajosa para uma sociedade em mudança.

Esta informação apresenta a evolução da habitação mínima no contexto temporal do bairro, tanto na Europa como em Portugal e como ela se reflecte as preocupações dos arquitectos sobre este tema. No contexto da cidade do Porto, entre a situação da habitação e as medidas adoptadas pela Câmara, diversas obras representam o panorama que a cidade assistia.

Toda a bibliografia contribuiu para esclarecer como evoluiu a habitação no último século, em particular a habitação mínima e de que modo se traduz em diferentes abordagens dos habitantes no seu espaço.

OBJECTIVOS

Os espaços da habitação e a forma como se articulam, se associam e se relacionam entre si modelam as ligações que se estabelecem entre o habitante e a sua casa. No caso da habitação mínima, pelas suas condições particulares, essas relações estão especialmente condicionadas, quer pela simplificação do programa, quer pela morfologia do espaço doméstico.

Tendo em conta essa particularidade, este trabalho pretende compreender os mecanismos espaciais e as estratégias que permitem a apropriação do espaço na habitação mínima, levando em consideração os usos e os modos de vida dos habitantes ao longo de um período de tempo relativamente estendido. Trata-se de compreender o modo como as evoluções familiares e as transformações sociais se inscrevem no espaço da habitação mínima, enquadrando a reflexão num debate alargado sobre a habitação colectiva, a determinação de standards e a relação identitária entre os habitantes e o seu espaço de habitação. Dentro deste tema levantam-se questões como a referida excepcionalidade da **habitação mínima** e o modo como é feita a **apropriação do espaço** por parte dos seus habitantes.

Procurar-se-á compreender as relações que se estabelecem entre as divisões que compõem a habitação e como essa mesma organização se pode traduzir em mecanismos de apropriação que reflectem a sociedade e a cultura onde se inse-

rem. Não se pretende entender as diferenças de habitar entre sociedades e culturas diferentes, mas antes as variações inerentes aos mesmos quadros de referências sociais e culturais. Procura-se perceber as diferentes respostas a situações semelhantes.

As experiências dos moradores do Bairro Rainha D. Leonor relativamente às suas habitações, tanto nas originais como nas requalificadas compõem um quadro variado. Os dois momentos do bairro – antes e depois da requalificação – tornaram mais complexos e variados os modos de vida, as práticas quotidianas dos habitantes e os seus processos de apropriação do espaço da habitação.

Este facto requer uma metodologia de abordagem específica. Assim, numa primeira fase, como contextualização do estudo do bairro, é necessário compreender a situação da época, isto é, como se vivia a nível social, político e arquitectónico. Este enquadramento, tanto a nível internacional como a nível nacional, explica como Portugal e o Porto se situavam face à situação internacional e como esta determinou o seu desenvolvimento.

Posteriormente, e numa segunda fase, o método de estudo para o espaço da habitação exige uma interpretação do projecto original do bairro, quer a partir dos seus materiais de suporte (plantas, cortes e alçados), quer a partir do registo fotográfico da época. A compreensão da ideia geradora do bairro permite esclarecer o que na altura da sua construção se entendia por habitação mínima adequada ao seu grupo de habitantes.

Em contraponto a esta análise apresenta-se o projecto de requalificação da arquitecta Inês Lobo. Na sequência desta reflexão sobre habitação mínima confronta-se a leitura inicial da construção do bairro à que é feita actualmente sobre o tema. À semelhança do projecto original, o projecto de requalificação será interpretado enquanto portador de uma proposta de habitar, enquanto elemento regulador de práticas quotidianas e enquanto redefinição de conceitos através dos seus registo gráficos e fotográficos. Porém e como complemento a estes elementos, a entrevista à própria arquitecta esclarece os factores e os conceitos principais relacionados com a requalificação do bairro, surgindo como complemento e validação da referida interpretação.

Paralelamente, a construção do discurso sobre a problemática da habitação, sobre os modos de vida e sobre a forma como o espaço é apropriado, torna-se mais rica através da possibilidade de entrevistar os moradores do próprio bairro. O estudo feito a partir das entrevistas, em conjunto com a leitura das transformações ocorridas na habitação, proporciona uma compreensão do modo como os habitantes entendem o seu espaço habitável e será a base para uma confrontação entre as estruturas físicas da habitação e as práticas que nela ocorrem. Como base de suporte do trabalho é importante recorrer a registos gráficos e fotográficos, que complementem todos os outros pontos de análise, nomeadamente o discurso do habitante recolhido em entrevista.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Através da estrutura da dissertação procura-se apresentar as questões pertinentes que respondam aos objectivos do trabalho de forma clara e numa sequência coerente e eficaz.

A dissertação está dividida em três partes principais definidas de acordo com os três temas centrais.

No primeiro capítulo são analisados os **contextos arquitectónicos** e **socio-políticos** que enquadram o caso estudo numa abordagem sobre a apropriação do espaço na habitação mínima desde visão mais global até uma visão mais focada em Portugal e na cidade do Porto.

O primeiro ponto, referência mais ampla ao contexto arquitectónico, procura-se esclarecer como a Arquitectura Moderna influenciou o desenvolvimento da habitação mínima e como esta surgiu tanto no quadro europeu como no quadro português. As noções associadas ao homem e ao seu espaço, a definição das necessidades do ser humano impul-

sionaram da arquitectura da época.

O segundo ponto foca tanto as questões sociais e os problemas habitacionais que lançaram a produção de habitação mínima na cidade do Porto, como aponta as medidas políticas lançadas desde o início do século XX até meados da década de 50 para combater os problemas habitacionais que subsistiam na cidade. O limite temporal da análise, tanto das medidas conduzidas pela Câmara Municipal como por outras entidades, estabeleceu-se com o Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto 1956-66, que marcou o momento fulcral da solução parcial da crise habitacional⁹ a que a cidade assistia, através de soluções habitacionais para a população portuense.

Num segundo capítulo abordam-se as **experiências dos habitantes** nas habitações do bairro e a **apropriação do espaço** por parte dos mesmos. Dada a requalificação de que o bairro foi, e ainda é, alvo o estudo assiste a um momento muito particular, onde convivem em simultâneo habitações do projecto original e habitações do projecto de requalificação. Logo, estruturou-se este capítulo em três subcapítulos principais: **O bairro; Antes da requalificação; Depois da requalificação.**

No primeiro subcapítulo (**O bairro**) apresentam-se as características do bairro num enquadramento do mesmo na cidade. Aborda-se a sua localização com incidência na envolvente próxima no momento de construção e como esta evoluiu até à actualidade. São referidas as características topográficas, a estrutura viária, os transportes e por fim, refere-se o estado actual em que se enquadra o bairro na cidade, marcando as diferenças de um período de mais de 50 anos.

Introduzido o bairro pelas suas características territoriais, no segundo subcapítulo (**Antes da requalificação**) avança-se para o estudo concreto das experiências habitacionais dos moradores. Nele, como o nome anuncia, são analisadas as experiências dos moradores nas habitações do projecto original. O processo de apropriação destas habitações só tem como referência as experiências anteriores dos moradores, sejam elas em *ilhas* ou não. Para se compreender este processo organizou-se o tema em três tópicos.

No primeiro – o programa – estuda-se o cenário no qual se desenvolvem os usos e os comportamentos dos seus habitantes. Aqui analisa-se a dimensão dos espaços, a relação entre eles e como os dispositivos que a compõem estruturam a habitação e as práticas quotidianas dos habitantes.

No segundo tópico foca-se a apropriação do espaço das habitações originais do bairro. Introduce-se o tema com referência a algumas noções (liberdade, espaço privado, o papel da mulher, entre outras) para se enquadrar os mecanismos de apropriação, os usos, as práticas do quotidiano e mesmo o papel do mobiliário neste processo.

No terceiro tópico analisam-se as transformações decorrentes do processo de apropriação, como resultados das condicionantes espaciais impostas pelas habitações que não só se referenciam à habitação como também ao espaço social do bairro.

No último subcapítulo (**Depois da requalificação**) observam-se as experiências dos habitantes nas novas habitações requalificadas. Pela sucessão de experiências habitacionais às quais assistiram e nas quais participaram, estes habitantes mostram um novo ponto de vista sobre as práticas e os comportamentos na habitações mínimas. Retoma-se a subdivisão em três temas para estruturar este subcapítulo.

Estabelece-se como ponto de partida as opções de projecto assumidas pela arquitecta Inês Lobo para definir a organização das habitações. Focam-se tanto os aspectos mais globais e que foram condicionantes do projecto como as opções de organização interna dos fogos.

Após esta abordagem são focadas as apropriações no novo espaço. As habitações requalificadas sugerem novas organizações e novas hierarquias espaciais. De que maneira isso influencia a apropriação do espaço e o que significa habitar uma

⁹ CARDOSO, Abílio S., *Do desenvolvimento do planeamento ao planeamento do desenvolvimento*, Porto: Edições Afrontamento, 1996, p. 109

estrutura, que apesar de continuar próxima da habitação mínima se distancia da organização das habitações originais?

Por último analisam-se as necessidades que se geram nas novas habitações e que são consequência da evolução dos modos de habitar e das estruturas familiares da sociedade actual.

Num capítulo conclusivo esboçam-se algumas considerações levantadas pelo estudo da habitação mínima a partir da vida quotidiana dos habitantes do bairro e o modo como se processa a apropriação do espaço.

1. TEMPOS E CONTEXTOS DA ÉPOCA:

DAS *ILHAS* AO PLANO DE MELHORAMENTOS, DA CARÊNCIA SOCIAL À IDEOLOGIA DA HABITAÇÃO MÍNIMA

O enquadramento histórico deste tema pretende perceber como surgiram algumas das alterações ocorridas na habitação e em especial como a habitação mínima passa a ter um papel preponderante na sociedade. Só através da compreensão dos factores que influenciaram as mutações associadas ao espaço de habitar é que possível entender o processo de habitar.

Desde os ideais do Movimento Moderno que se espalhavam pela Europa, e não só, até às suas influências na definição da habitação em Portugal, a construção da habitação mínima percorre um percurso característico de uma época associada à máquina e à tecnologia, onde o homem constrói novas possibilidades, avança sobre novos caminhos e defini diferentes percursos na idealização e na construção da habitação.

1.1 CONTEXTO ARQUITECTÓNICO

1.1.1 HABITAÇÃO MÍNIMA NO CONTEXTO DA ARQUITECTURA MODERNA

O HOMEM E O ESPAÇO

*“El mínimo de vivienda comprende todos aquellos aspectos cuantitativos y cualitativos que abaratan hasta el límite el servicio de la vivienda para familias de tamaño medio (...) sin que sus moradores tengan que sufrir en cuerpo y alma.”*¹⁰

A definição de “mínimo” remete, no campo da habitação, para dois pontos fundamentais de análise. O espaço – lugar físico; e o habitante – utilizador do espaço. Os dois factores funcionam de modo indissociável, e a relação recíproca que se estabelece entre ambos condiciona cada um deles, num jogo de adaptações e reajustes.

Por um lado, o conceito de espaço mínimo relaciona-se com a redução física deste ao mínimo indispensável, onde são avaliadas as dimensões (áreas, volumes, proporções) de acordo com a capacidade de alojar um determinado número de habitantes e de permitir a prática de actividades. Para tal, foram estabelecidas dimensões mínimas de acordo com as medidas e os movimentos médios do ser humano, obtendo um conjunto de referências determinantes para o dimensionamento dos espaços. O livro de Ernst Neufert¹¹ é o exemplo de maior referência, onde são fixados variados valores médios para definir as dimensões espaciais mais apropriadas a cada função.

Este tema já vinha sendo analisado por outros arquitectos ou personalidades interessadas sobre o tema. Desde a Renascença que se estabeleceu o cânone das proporções nas relações de medidas do corpo humano¹² (fig. 1), com Leonardo da Vinci e outros teóricos renascentistas. Mesmo, mais recentemente, Le Corbusier tomou como referência o corpo humano para definir medidas no Modulor¹³ (fig. 2).

Por outro lado, a definição de mínimo reporta-se às necessidades dos residentes, sejam estas físicas (áreas necessárias à prática das actividades diárias), psicológicas (áreas necessárias ao conforto psicológico e emocional¹⁴), sociais (espaço necessário e adequado às relações sociais). As três conferem um conjunto necessário para se encontrar as dimensões da habitação mínima.

A noção de necessidade é um factor em mutação e que varia com a cultura, a sociedade e com a época em que se insere. Os seus valores vão-se alterando com os modos de pensar. As dimensões físicas do espaço são porém, dados constantes, pois os movimentos e as medidas do ser humano mantêm-se sensivelmente os mesmos com o decorrer do tempo.

As necessidades que definem alguns aspectos do espaço, que responde às funções para o qual é destinado, não deve ser compreendido como a resposta às necessidades particulares, mas antes às necessidades universais. Quando estas necessidades são respondidas passa a ser possível responder às necessidades particulares¹⁵.

Tanto o homem como o espaço são dois factores que determinam, de forma complementar e dependente, os limites mínimos. Em verdade, é através da redução praticada a todos os níveis na habitação, que mais intimamente aproxima o

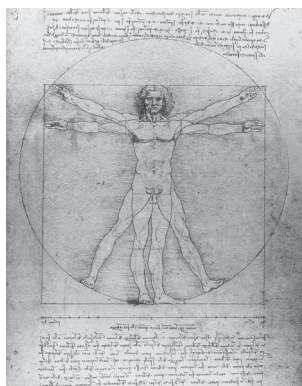


Fig.1 Homem Vitruviano de Leonardo da Vinci.

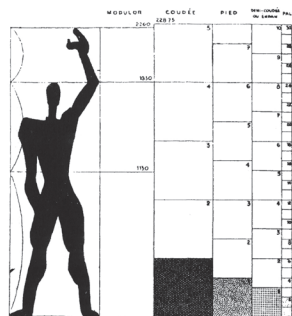


Fig.2 Modulor de Le Corbusier.

¹⁰ Gruschka-Aussing, Stein, Holz, Eisen, 1927, in KLEIN, Alexander, *Vivenda mínima: 1906-1957*, Barcelona, Edições Gustavo Gil, 1980, p. 132

¹¹ NEUFERT, Ernst, *Arte de projectar em arquitectura*, Barcelona, Editorial GG, 1981

¹² RASMUSSEN, Steen Eiler, *Experiencing architecture*, (1959) Massachusetts, The MIT Press, 1993, p. 115

¹³ NEUFERT, op. cit, p. 30

¹⁴ Ibidem, p. 18

¹⁵ FICHET-POITREY, Françoise in CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henry, *Famille et habitation. Sciences humaines et conceptions de l'habitation*, (1960), Paris: Editions du CNRS, 1967, p. 144

habitante à sua casa, pois o espaço da habitação resulta da conjugação de todas as necessidades no seu expoente mínimo, indispensáveis ao habitante. Assim, ele terá, necessariamente, de viver o espaço ao máximo.

Os modos de vida são ainda um factor importante nesta relação dos espaços mínimos com o habitante.

A mudança dos modos de vida operada no século XX, e nos séculos anteriores, provocou uma alteração na conceptualização das habitações em conjunto com todas as condicionantes que a sociedade e as cidades impunham. Tornou-se imperativo que a casa se moldasse aos novos hábitos.

A estrutura familiar sofreu fortes mudanças, e poder-se-á dizer que essas ocorreram com a Revolução Industrial. As suas significativas alterações afectaram os modos de habitar, pois a estrutura familiar repercute-se no quotidiano e na relação com a habitação. A Revolução Industrial provocou deslocamentos de pessoas e mudou os transportes, o desenvolvimento das cidades e o papel da máquina no quotidiano das sociedades e na habitação.

A influência da máquina redefiniu o papel da mulher no seio da família e da casa. A mulher das classes favorecidas, que assume um papel pouco activo nas lides da casa, vai desaparecendo. Com o despertar de uma nova classe – a classe do proletariado – a mãe tem, necessariamente, de trabalhar para ajudar no sustento da família, exigindo-se maior simplificação e funcionalidade da habitação de modo a facilitar as restantes tarefas inerentes às lides domésticas. O tempo despendido em casa era efectivamente menor e não deveria exigir dos habitantes um esforço suplementar.

Como referiu Alexander Klein:

*“Não dispomos de meios que antes tínhamos, e por tanto devemos diminuir a superfície e o volume das nossas casas. A maioria das famílias já não tem serviço doméstico, como tal o trabalho de casa deve simplificar-se e facilitar-se. Não podemos levar a mesma vida social de antes, a casa deve adequar-se, em primeiro lugar, as necessidades mais genuínas da família (não à representatividade).”*¹⁶

As transformações que ocorrem na habitação são o resultado das transformações operadas na sociedade e na família. *“Changer l’habitat et le logement n’est possible d’une manière durable qu’en changeant la société et la famille.”*¹⁷ O espaço da casa acomodou, por força das circunstâncias e das necessidades, essas mesmas alterações, tornando-se mais racional e funcional, ajustando-se aos novos modos de vida. A evolução dos modelos de habitação, relativamente aos modos de vida, não se processa simultaneamente. Os tipos de habitação evoluem a um ritmo mais lento que os modos de vida e neles resistem alguns modelos espaciais que consentem a durabilidade de certos modos de vida¹⁸.

Este tipo de habitação tem por objectivo a maior simplicidade do programa, sem descorar o essencial, porque *“basicamente o mínimo mais importante na arquitectura é o mínimo que traduz a situação de conforto necessário ao homem.”*¹⁹ Mas, a habitação mínima surge na maioria dos casos como o resultado da incapacidade financeira de suportar os custos de construção de espaços maiores. São poucas as situações onde se verifica uma vontade deliberada em habitar um espaço mínimo quando há condições financeiras que suportem habitações mais amplas.

¹⁶ KLEIN, Alexander, *Vivenda mínima: 1906-1957*, Barcelona, Edições Gustavo Gil, 1980, p. 131

¹⁷ CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henry, *Famille et habitation. Sciences humaines et conceptions de l’habitation*, (1960), Paris: Editions du CNRS, 1967, p. 11

¹⁸ *“les types d’habitation évoluent proportionnellement plus lentement que les modes de vie des habitants et (...) la persistance d’archétypes spatiaux dans l’habitation consacre la permanence de certaines manières d’être à domicile.”* BARBEY, Gilles, *L’évasion domestique : essai sur les relations d’affectivité au logis*, Lausanne, Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, 1990, p. 86

¹⁹ COSTA, Maria Rita Saturnino Dias da, *A habitação mínima: explorações conceptuais e suas consequências formais*, Porto, Faup, 2003, p. 21

Para rentabilizar racionalmente um espaço mínimo é necessário analisar os hábitos e os modos de vida dos moradores, de modo a satisfazer as suas reais necessidades. Assim, quando os espaços não são organizados da melhor forma, ou o uso de materiais é incorrecto, é possível que a habitação se torne desadequada às vivências das famílias. Com efeito, quando o espaço além de pequeno é desajustado, transforma-se num obstáculo à vida dos moradores.

O caso da habitação social, onde a escassez de meios financeiros determina a necessidade de se reduzir as áreas e o programa, os compromissos daí resultantes conduzem, naturalmente, a soluções *mínimas* na habitação. Nestes casos, o desenho dos projectos é baseado num conhecimento generalizado sobre os futuros habitantes e não em projectos ajustados a cada família. As soluções passam, portanto, por uma adequação mais limitada aos moradores. Porém elas devem garantir uma diversidade de práticas, num projecto onde se evite a “*disposición desordenada*”²⁰ do espaço, com vista à harmonia interior para quem a habita.

*“La vivienda mínima debe significar «tranquilidad», garantizar la quietud, el reposo, la recuperación des energías gastadas en el traalho y en la ciudad.”*²¹

Desenvolver um projecto de habitação mínima implica uma reflexão sobre o que deve ser tomado em conta na sua concepção. Participando activamente no estudo sobre habitações mínimas, dentro do contexto racionalista alemão da década de 20, Alexander Klein desenvolveu diversos estudos em torno desta problemática.

A definição de um espaço mínimo, quando as dimensões predeterminadas são reduzidas, deve corresponder a um aumento proporcional dos equipamentos e das facilidades de vivência dentro do espaço²², levando em consideração as relações complexas que se desenvolvem dentro e fora da casa²³.

O MÍNIMO NA HABITAÇÃO

Desde sempre, o homem se debateu com a necessidade de reduzir a dimensão do seu habitat conforme as suas limitações (de ordem económica ou outras), adaptando-se ao espaço que tinha disponível.

A habitação mínima não era uma novidade na sociedade do início de século XX, porém não partia de uma consciência e de um pensamento fundamentado. Na verdade, os imensos e complexos problemas decorrentes da falta de habitação obrigaram a reflexões mais aprofundadas sobre o tema.

As convulsões geradas pelas Guerras Mundiais e as fortes transformações sociais, políticas, económicas e tecnológicas vão despoletar diferentes modos de pensar e entender a arquitectura e, em especial, os modelos de habitação. O Movimento Moderno surge com uma nova visão urbanística e arquitectónica delineada pelas transformações que se vinham a operar na sociedade, tornando-se propulsor de uma nova corrente.

A habitação mínima tornou-se um modo de compreender o espaço da habitação para uma sociedade que exigia diferentes necessidades numa Europa em plena agitação.

²⁰ KLEIN, Alexander, *Vivenda mínima: 1906-1957*, Barcelona, Edições Gustavo Gil, 1980, p. 33

²¹ Ibidem, p. 33

²² Ibidem, p. 33

²³ Ibidem, p. 33

CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA HABITAÇÃO MÍNIMA

A estrutura familiar contribui em grande medida para a reformulação e adequação da habitação.

A família das sociedades monógamas, que compreende o pai, a mãe e os filhos, caracteriza-se pelas relações que se estabelecem entre todos os familiares²⁴. Estas relações não se mantiveram sempre estanques e sempre imutáveis. O papel dos membros foi mudando, e no início do século passado, as relações entre o pai e a mãe e os pais e os filhos vão tomar diferentes dimensões.

A família patriarcal²⁵, caracterizada pelo domínio do chefe de família, alterou a sua organização interior. Os filhos, que dependiam do trabalho do pai vão viver do seu próprio trabalho²⁶ e a casa da família deixa de fazer sentido nas suas vidas. Também a mulher atravessa grandes mudanças. Ela impõe, talvez, a principal transformação na família. Em grande parte, ela deve-se à sua independência face ao marido e aos direitos que conquista²⁷. No entanto, a sua independência só é possível pela sua entrada na vida profissional, em oposição à vida doméstica que desempenhava.

*“Avec la disparition de nombreux travaux domestiques que la famille a cédé à la production sociale, les attributions de la femme se restreignent, et elle cherche désormais à satisfaire son besoin naturel d’activité en dehors de la famille.”*²⁸

A sua vontade de independência económica, autonomia intelectual e de igualdade perante o homem reflectem uma nova mulher na sociedade. De tal forma ela se impõe perante o homem, que nas primeiras décadas do século XX acaba por adquirir o direito ao sufrágio na Europa, e mais especificamente em 1931 em Portugal, além de poder controlar o número de filhos com contraceptivos femininos. Isto marca a sua autonomia e o controlo da sua vida.

Nesta nova estrutura familiar a autoridade paternal diminui e a independência dos filhos e da mulher ganham mais força. Assim, e com participação da esposa na vida profissional, a família passa a diminuir o seu tamanho (em número).

Com estas mudanças o agregado familiar limita-se a enquadrar os membros principais (pais e filhos) e não se estende a um grupo alargado de indivíduos: passa a ser uma família nuclear.

A família adoptou uma nova estrutura e o casamento, instituição familiar, vai ressentir a nova estrutura. Os divórcios assistem a um acréscimo exponencial.

A habitação teria então de reflectir essas transformações e adaptar-se à realidade da sociedade e da família.

O reconhecimento das fraquezas²⁹ do indivíduo com pessoa isolada e da economia familiar, ou seja, da transformação da estrutura familiar e da sua economia despertou a ideia de novas formas de complexos residenciais colectivos para libertar a mulher da dura luta quotidiana com que se debatia para ela e para os membros da sua família³⁰.

A forma de organização dos complexos colectivos para as mais variadas famílias era servida pela habitação mínima³¹. Porém, ela não poderia ser definida pela redução das áreas e das divisões das grandes habitações tradicionais, mas antes

²⁴ CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henry, *Famille et habitation. Sciences humaines et conceptions de l’habitation*, (1960), Paris: Editions du CNRS, 1967, p. 12

²⁵ GROPIUS, Walter, *Architecture et société*, Paris, Éditions du Linteau, 1995, p. 69

²⁶ Ibidem, p. 71

²⁷ Ibidem, p. 73

²⁸ Ibidem, p. 73

²⁹ Ibidem, p. 73

³⁰ Ibidem, p. 73

³¹ Ibidem, p. 74

pela determinação de um novo tipo de alojamento apto a responder às exigências mínimas naturais e sócio-históricas³².

A reestruturação familiar demonstrava a necessidade de se pensar e projectar habitações mais próximas da realidade social e claro familiar, mas outras exigências se conjugavam com esta para determinar a necessidade de habitações mínimas.

EXIGÊNCIAS E NECESSIDADES

*“El concepto de “mínimo de vivienda” debe entrañar una profunda modificación, tanto cualitativa como cuantitativa, de cada una de las peculiaridades de la vivienda, de modo que el funcionamiento de ésta se sitúe a un nivel asequible para la economía familiar (...) sin que ello suponga una deterioración de las condiciones de vida, tanto físicas como espirituales, de sus moradores.”*³³

A Europa encontrava-se profundamente arrasada no final da I Guerra Mundial e mais tarde no final da II Guerra Mundial. A sua reconstrução proporcionava novas e imensas oportunidades à indústria, nomeadamente com o desenvolvimento de novos materiais e novas técnicas construtivas, gerando na sociedade, e consequentemente na arquitectura, um efeito de mudança e novidade.

Nesta fase, inicia-se a reconstrução urgente das cidades e das infra-estruturas envolventes. Uma das principais exigências centrava-se na rápida construção de habitações para a população desalojada. Como tal, seria imperativo que as próprias habitações fossem reduzidas ao mínimo essencial de forma a atingir uma construção mais extensiva e económica. Impulsionou-se, então, o estudo racional e funcional da habitação, de enorme utilidade para o difícil período que se vivia.

Neste momento, a questão do *mínimo* é introduzida como um conceito consciente e deliberado. Sublinhe-se que esta noção não advém, exclusivamente, de limites orçamentais e de necessidades sociais, mas antes de um pensamento racional e regado, com vista ao pleno funcionamento racional dos espaços para servir o novo homem – o Homem Moderno.

Nesta procura de soluções foi fundamental a aplicação dos mais recentes materiais e técnicas como a standardização³⁴, a racionalidade do desenho, a atenção aos factos e realidades da altura e a eliminação de qualquer formalismo supérfluo. Traduziu-se num desenho funcional e racional, como valores fundamentais na concepção dos projectos.

Contudo, a arquitectura do movimento moderno enquadrava, também nos seus pressupostos, questões sociais. O problema do alojamento para um elevado número de pessoas, onde a classe operária emergente ganhava cada vez mais força, significava uma consciência das mudanças nos modos de habitar e das práticas diárias das famílias dentro do espaço da habitação. A reflexão dos arquitectos sobre o espaço da habitação passava a focar-se cada vez mais em conjuntos populacionais do que em grupos determinadas de pessoas³⁵.

Torna-se, deste modo, importante responder com boas soluções, porém rápidas e económicas, de forma a permitir o acesso de habitações optimizadas a um público mais abrangente.

³² GROPIUS, Walter, *Architecture et société*, Paris, Éditions du Linteau, 1995, p. 77

³³ Gruschka-Aussing, Stein, Holz, Eisen, 1927, in KLEIN, Alexander, *Vivenda mínima: 1906-1957*, Barcelona, Edições Gustavo Gil, 1980, p. 82

³⁴ Fabricação industrial em série.

³⁵ CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henry, *Famille et habitation. Sciences humaines et conceptions de l'habitation*, (1960), Paris: Editions du CNRS, 1967, p. 207

*“Les avantages économiques de ce mode de construction seraient sûrement formidables. (...) Cela ne signifierait pas moins que la possibilité, pour chaque travailleur, d’acquérir désormais un bon logement sain pour lui-même et sa famille, tout comme il peut acheter aujourd’hui les objets d’usage courant à des prix plus bas que les générations précédentes, grâce au développement de l’industrie mondiale.”*³⁶

A classe operária, que ganhava cada vez mais expressão, em conjunto com a necessidade de reconstruir uma Europa devastada pelas guerras, significava que a construção de habitações de forma rápida, também tinha de ser realizada em quantidade. Para responder a tais exigências, a arquitetura do movimento moderno vai suportar-se na standardização defendida por Walter Gropius e por Ernst May para viabilizar este processo.

Arquitectos como Le Corbusier, Alvar Aalto, Walter Gropius, Mies van der Rohe, Frank Lloyd Wright, entre outros, vão promover e iniciar uma reestruturação dos princípios e práticas arquiteturais da altura com um pensamento racional e atento à sociedade.

Este movimento está, também, muito relacionado com a consciência da grande importância que se reveste a “máquina”³⁷ para a construção do ideal racionalista. De tal forma se impõe a tecnologia da máquina na vida quotidiana, que Le Corbusier afirma mesmo que *“une maison est une machine à habiter.”*³⁸, e Walter Gropius refere-se numa carta a Le Corbusier, em 1929, às *“living machine”*³⁹.

Estes conceitos que desenhavam o pensamento sobre a arquitetura vão tomar forma nos CIAMs (Congrès International d’Architecture Moderne), iniciados em 1928, na Suíça. Os congressos vão finalizar 1959, atravessando a II Guerra Mundial e reflectindo-se sobre os problemas que se seguiram no pós-guerra.

A “máquina” veio, então, permitir o desenvolvimento da standardização como técnica aplicável a diversas áreas. Ela permitia realçar um produto face a outro semelhante, através do seu processo de produção.

*“L’objet, qui est partout d’une qualité technique aussi remarquable, doit avoir été imprégné d’un projet intellectuel, d’une forme, pour être assuré d’avoir encore la préférence parmi une multitude de produits similaires.”*⁴⁰

Na arquitetura a standardização teve um papel fundamental na construção e de definição espacial das habitações.

A standardização do espaço optimizava as práticas quotidianas na habitação, facilitando as relações complexas que aí se verificavam e também permitia uma maior possibilidade de variações de usos⁴¹.

Como o *habitat*⁴² humano, a casa, passou a dizer respeito a conjuntos de população e não a indivíduos tornava-se ainda mais pertinente o recurso à standardização.

³⁶ GROPIUS, Walter, *Architecture et société*, Paris, Éditions du Linteau, 1995, p. 45

³⁷ LE CORBUSIER, *Vers une architecture*, Paris, Éditions Arthaud, 1990, p. 73

³⁸ Ibidem, p. 73

³⁹ Nome original “Wohnmaschinen”. A exploração da articulação de volumes em estruturas evolutivas que se adaptam as necessidades e número de habitantes, designadas por “Forbat’s honeycomb struture” que surgem de uma experiência da Bauhaus de Weimar para casas-modelo.

⁴⁰ GROPIUS, op. cit., pp. 27-28

⁴¹ Ibidem, p. 43

⁴² “L’habitant, en effet, c’est celui qui habite, celui qui crée un habitat à partir d’un logement. (...) C’est le domaine de sa compétence que nous définissons par là : à partir d’espaces créés selon les conventions d’un plan, que nous appellerons logement, constituer une interprétation que nous nommerons habitat.” in RAYMOND, Henri, *Habitat, modèles culturels et architecture*, Architecture d’Aujourd’hui, n° 174, pp. 50-53, 1974, p. 53

*“L’habitat humain est un besoin de masse.”*⁴³

A concepção e o desenho de espaços para grandes números de habitantes supunham, evidentemente, a idealização de uma habitação para uma unidade de indivíduos. Seria pois, uma resposta às necessidades mais significativas e válidas da amostragem nuclear a que tal diria respeito: *“comment voulons-nous être logés?”*⁴⁴.

Para se obter uma resposta à forma de alojar um conjunto de pessoas diferentes haveria que se considerar quais os hábitos principais. Porém, a realização de um programa prático para a construção de uma habitação mínima supunha o conhecimento do desenvolvimento regular dos processos biológicos e sociais que conduziriam à definição do uso e das práticas na habitação.

A produção arquitectónica suportada pela indústria era a solução que se impunha, porque se considerava que os problemas modernos seriam resolvidos através dos processos de construção industriais⁴⁵. O rápido desenvolvimento industrial poderia apoiar, com as técnicas de produção em série, a construção massiva de habitações.

*“Conformément à l’évolution des conditions de vie dans le monde, il faut enfin réaliser l’idée ancienne: construire des logements types, à moindre coût, mieux, et en plus grand nombre que jusqu’à présent, pour donner à chaque famille une base de vie saine.”*⁴⁶

É neste contexto que surge, na Alemanha, a Bauhaus. Ela foi um centro de experiências⁴⁷ e uma referência na época, sendo um local onde se pretendia controlar a forma e a técnica. A Bauhaus trabalhava em busca de desenvolver a habitação moderna, isto é, uma *“habitation complète”*⁴⁸, onde o espaço e o mobiliário devem trabalhar em conjunto para atingir uma solução para a sua função através da sua forma.

*“Un objet est déterminé par sa nature.”*⁴⁹

Ao artesão, criador de peças de qualidade, mas em número insuficiente, vinha opor-se à produção em massa, com menor qualidade, mas inquestionavelmente mais barata e abundante. A substituição da manufactura pela poderosa e revolucionária produção industrial ambicionava manter o melhor de cada tipo de produção: a superior qualidade do artífice por um lado, e a capacidade de resposta e baixo preço da indústria⁵⁰ por outro. Este debate na área dos produtos e materiais estendia-se, também, à arquitectura.

Como tal, reduzir os custos da produção arquitectónica, aumentar a sua rapidez e quantidade significava: reduzir espaço, programa e desperdícios de esforços dentro do *habitat*. Tornava-se, pois, necessário que a própria produção se adaptasse ao novo entendimento da produção arquitectónica, pois a capacidade de produzir um objecto *belo* depende do

⁴³ GROPIUS, Walter, *Architecture et société*, Paris, Éditions du Linteau, 1995, p. 43

⁴⁴ Ibidem, p. 42

⁴⁵ “(...) la réorganisation fondamentale de l’ensemble du bâtiment en direction de l’industrie est une nécessité majeure pour résoudre de façon moderne cet important problème. [l’industrie actuelle du bâtiment reste attachée aux anciennes méthodes artisanales]” in Ibidem, p. 43

⁴⁶ Ibidem, p. 41

⁴⁷ “Les ateliers du Bauhaus sont (...) laboratoires où sont créés avec soin et améliorés en permanence les prototypes des appareils caractéristiques de notre temps, suffisamment au point pour être exécutés en série” in Ibidem, pp. 38-39

⁴⁸ Ibidem, p. 35

⁴⁹ Ibidem, p. 35

⁵⁰ Ibidem, p. 28

controle dos factores económicos, técnicos e formais⁵¹.

O “(...) concepto de “estándar” entendido por los racionalistas [alemanes] como la garantía de un mínimo, no sólo cuantitativo sino también cualitativo, en la producción de elementos modulares aplicables a la vivienda social, y las reivindicaciones de proporcionar un máximo de prestaciones a partir de los recursos disponibles.”⁵²

Para além das vantagens construtivas, a standardização permitia uma solução igualitária da habitação para a população em geral, estabilizada num modelo que não distinguia classes.

A standardização foi um meio através do qual se estabilizaram formas de construir habitações a custo controlados com ganhos na quantidade e na rapidez da construção, mas que também viabilizaram a optimização das práticas e da organização espacial: uma produção de habitações com qualidade. Não se entendia a standardização como um obstáculo ao desenvolvimento cultural, mas sim parte do seu desenvolvimento⁵³, pois o homem tinha toda a liberdade para encontrar o seu próprio modo de apropriação no espaço normalizado.

*“(...) la standardisation des éléments n'impose aucune limite à cette création individuelle que nous désirons tous, et la répétition des divers éléments et des mêmes matériaux dans les différents corps de bâtiment ne peut avoir sur nous qu'un effet stabilisateur et reposant (...).”*⁵⁴

A qualidade da habitação passa, assim, pela racionalidade do espaço, pela organização cuidada e pela atenção à possibilidade do indivíduo se exprimir no próprio alojamento, servindo o propósito principal: viver de forma moderna⁵⁵.

A noção de uma vida moderna não poderia deixar de parte as profundas mudanças na estrutura social das populações. Foi necessário conhecer os processos biológicos e sociológicos humanos para se poder definir um programa prático para a realização de habitações mínimas⁵⁶.

IDEOLOGIA DO MOVIMENTO MODERNO

*“(...) l'utopie n'est jamais rien d'autre que la réalité de demain et que la réalité d'aujourd'hui était l'utopie d'hier.”*⁵⁷

A indústria e as técnicas de produção conduziram à produção massiva de habitações. A máquina era resposta à sociedade⁵⁸, como já se referiu.

Era imperativo reestruturar o conceito de habitação. Quando a arquitectura procurava responder às necessidades da população em massa, era necessário entender o que regia os novos modos de vida e as práticas quotidianas. O factor mudança, isto é, a mudança que se operava na sociedade – surgimento de uma classe operária sem meios; modos de vida que agora se centravam no trabalho; a mulher começa a perder o papel exclusivo de dona de casa – habitação necessita

⁵¹ “(...) car la faculté de créer un «bel» objet repose sur la maîtrise magistrale de toutes les données économiques, techniques et formelles à la base de son organisme.” in GROPIUS, Walter, *Architecture et société*, Paris, Éditions du Linteau, 1995, p. 37

⁵² KLEIN, Alexander, *Vivenda mínima: 1906-1957*, Barcelona, Edições Gustavo Gil, 1980, p. 31

⁵³ GROPIUS, op. cit., p. 55

⁵⁴ Ibidem, p.50

⁵⁵ Ibidem, p. 35

⁵⁶ Ibidem, p. 67

⁵⁷ LE CORBUSIER, *Le Modulor*, Boulogne: Editions de L'architecture d'aujourd'hui, 1948, p. 125

⁵⁸ GROPIUS, op. cit., p. 56



Fig.3 Esquema de Le Corbusier da "rue corridor".



Fig.4 Unidade de Habitação de Marselha.

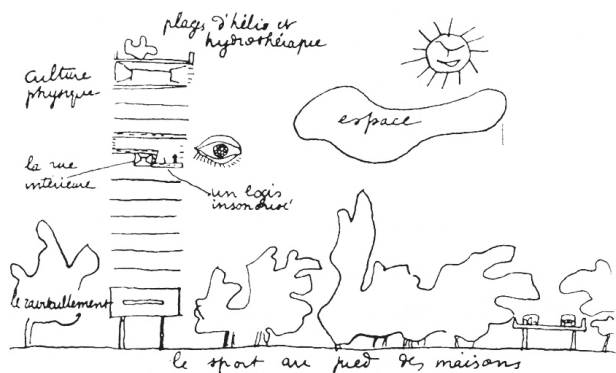


Fig.5 Esquema das Unidades de Habitação de Le Corbusier.

de projectar espaços práticos e eficientes de modo a facilitar a vida e as práticas diárias cada vez mais aceleradas. Estes foram os principais motores da construção de novos modelos habitacionais. Como tal, uma resposta particularizada para cada família não seria viável quando era exigido que a mesma abrangesse um vasto e diverso número máximo de pessoas. “O habitat deverá conter as formas e as máquinas adequadas ao homem-tipo e à casa-tipo, ao utente-tipo e às necessidades-tipo, que reduzam ao mínimo os esforços diários inúteis, concebido afinal ele próprio como uma máquina.”⁵⁹

As habitações reorganizadas de acordo com a visão funcionalista e racionalista do movimento moderno foram concebidas de acordo com o conceito maquinista. Como já antes foi referido, a máquina reflectia a sociedade e traduzia-se na arquitectura através dos métodos de construção. Os modelos de habitação propostos por diversos arquitectos, em especial por Le Corbusier, operavam com vista a uma “société de l’époque machiniste”⁶⁰.

Vários princípios foram defendidos por Le Corbusier. Um princípio que marcou este momento foi a adopção de habitações em altura. A cidade tradicional que se caracterizava por ser uma *cidade horizontal*⁶¹ não respondia à época moderna. As intervenções que se desenvolveram propunham alterar a escala da cidade. Os blocos de habitação constituíam volumes distintos de cidade, de malha já não consolidada, como acontecia no centro da cidade clássica. Prevalencia o princípio de libertação do terreno de apoio ao edifício, evitando as “rue corridor”⁶² (fig. 3). A cidade poderia desenvolver-se segundo um novo modelo distanciando-se do que até então caracterizava o espaço urbano. A cidade tradicional caracterizada pela “unidade de vizinhança”, contrapunha-se agora às “unidades de habitação”⁶³.

De acordo com esta vontade de ajustar um programa de habitação moderno, Le Corbusier desenvolve as Unités d’Habitation com o objectivo de alojar cerca de 1 800⁶⁴ habitantes. Elas protagonizavam o exemplo máximo das grandes possibilidades de incorporar no mesmo edifício um conjunto de equipamentos – creche e escola pré-primária, na cobertura, e rua comercial a meia altura do edifício – que facilitavam a vida dos habitantes e que deviam resposta as necessidades mais iminentes dos habitantes (fig. 4 e 5).

Estas experiências, realizadas dentro do modelo de habitação colectiva, basearam-se no que anteriormente tinha sido experimentado e realizado nas casas unifamiliares, mas que agora poderia ser mais desenvolvido e aprofundado, em particular os “novos sistemas de acesso, de organização das habitações de acordo com modernas noções das áreas e cubicagens necessárias, definidos segundo os novos conceitos de habitar.”⁶⁵

As alterações mais significativas na habitação e que tendiam a simplificar as práticas de uma família moderna verificavam-se, por um lado, no aproveitamento do espaço, tanto na horizontal, pelo uso restrito das áreas necessárias às práticas diárias, como na vertical, pela redução do pé-direito ao mínimo indispensável – 2,40 m. A clarificação das zonas da habitação de acordo com os diferentes usos também foi adoptado como prática corrente na arquitectura. O que era considerado zona privada não se misturava com o espaço público da casa, delimitando com clareza público/privado, diurno/nocturno. Tudo era pensado ao pormenor, racionalizando cada medida, cada elemento da habitação com vista a uma funcionalidade e racionalidade extremas, importante para o desenho de habitações mínimas.

59 TOSTÕES, Ana, *Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, Porto, FAUP Publicações, 1997, p. 202

60 Esta noção surge cedo na vida de Le Corbusier. Publica, em 1923, *Vers une architecture* e refere-se à indústria como suporte da construção; mais tarde volta a falar da “revolução maquinista” na *Pintura Moderna*; e frequentemente refere-se a esta noção na *Ville Radieuse*.

61 Nome que Le Corbusier atribuiu à cidade clássica, pela massa de edificado ser normalmente baixa.

62 LAMAS, José Manuel Ressano Garcia, *Morfologia urbana e desenho da cidade*, (1988) Lisboa: F.A.U.T.L., 2010, p. 352

63 Ibidem, p. 352

64 Ibidem, p. 352

65 TOSTÕES, op. cit, p. 70

O programa de uma habitação definido pelo Movimento Moderno contém um grupo de espaços que foram sendo standardizados. Ernst May, um dos principais defensores da standardização e da racionalização, procurava encontrar uma solução para a habitação mínima baseadas em ordens biológicas e não económicas⁶⁶.

No II CIAM, sob o tema “Die Wohnung für das Existenzminimum”⁶⁷ (The minimum subsistence dwelling), o encontro de arquitectos propunha-se solucionar o problema das altas rendas de habitação em contra-ponto com os baixos salários dos trabalhadores, uma nova era estava a formar-se e a habitação deveria acompanhar este movimento.

Na habitação – local próprio da família – é imprescindível que exista um determinado conjunto de espaços adequados ao quotidiano: espaço para dormir – quarto; zona de preparação de refeições – cozinha; área de estar e refeições – sala; e zona de higiene pessoal – quartos de banho. O programa, em si, não era diferente do de uma habitação corrente, porém a sua organização e a dimensão dos espaços transformaram a composição espacial, adquirindo uma dimensão ainda mais reduzida.

Os detalhes determinam as relações espaciais entre os diversos espaços da casa e por conseguinte as relações entre os habitantes e a casa. As zonas principais estão, por norma, estabilizadas e as variações ocorrem nos espaços de distribuição, entre outro. A correcta colocação de cada elemento exige um pensamento pormenorizado, de tal forma que nada seja deixado ao acaso, isto é, nada pode ser desaproveitado⁶⁸.

A habitação mínima era também condição do novo Homem, Homem este que vivia de acordo com novos padrões e que exigia novas necessidades⁶⁹.

O homem moderno era agora um habitante com uma vida agitada pela forte movimentação de pessoas, pelo trabalho que ocupava um tempo substancial do dia, e por uma estrutura familiar diferente dos séculos anteriores. Esta forma de viver “moderna” necessita de habitações “modernas” adaptadas ao homem, à época⁷⁰.

Esta mudança nem sempre esteve presente na consciência dos arquitectos do Movimento Moderno. Os fortes movimentos de deslocação da população rural para as cidades traziam com os habitantes modelos e hábitos próprios de um modo de vida rural.

*“La population industrielle moderne et citadine est directement issue de la population de campagnes. Elle garde ses exigences vitales primitives, souvent même en les réduisant, au lieu d’avoir des exigences correspondant à sa nouvelle forme d’existence. Essayer de ramener ses besoins en logements à son ancienne forme de vie est rétrograde (...) et inconciliable avec la totalité d’une nouvelle forme d’existence.”*⁷¹

Os arquitectos modernos adoptavam, então, soluções novas e radicais, abandonando os princípios seguidos ao longo de séculos por considerarem o Homem actual desenquadrado desses modelos anteriores.

66 <http://books.google.com/books?id=C4uNEIGkBoYC&printsec=frontcover&dq=the+ciam+discourse+on+urbanism&hl=en&src=bnmrr&ei=8rtjTUGxJsmr8QP-1bGjCg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCkQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false> [2011], p. 31

67 <http://books.google.com/books?id=C4uNEIGkBoYC&printsec=frontcover&dq=the+ciam+discourse+on+urbanism&hl=en&src=bnmrr&ei=8rtjTUGxJsmr8QP-1bGjCg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCkQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false> [2011], p. 30

68 “(...) ningún centímetro cuadrado puede ser desperdiciado para hacer soportable la vida en la vivienda mínima.” in KLEIN, Alexander, *Vivienda mínima: 1906-1957*, Barcelona, Edições Gustavo Gil, 1980, p.132

69 GROPIUS, Walter, *Architecture et société*, Paris, Éditions du Linteau, 1995, p. 67

70 “L’homme moderne s’habille de façon moderne et non historique, et il a aussi besoin de logements modernes adaptés à son époque et à lui-même, équipés de tous les objets d’usage quotidien qui répondent au temps présent.” in Ibidem, p. 35

71 Ibidem, p. 82

O IDEAIS MODERNOS EM PORTUGAL

Nas décadas de 20 e 30 a “*novidade*”⁷² que atravessava a Europa e não só, chegou a Portugal de modo faseado, tardio e sem o mesmo impacte. A arquitectura moderna que entrou em Portugal deparou-se com o panorama completamente diferente da Europa. Diferentes ideias surgiam pelo país, umas apoiadas nos modelos europeus com motivações de desenvolvimento e progresso e outras associadas a ideais nacionalistas sem influências exteriores⁷³.

Nesta fase, a entrada das influências da arquitectura do Movimento Moderno só se fizeram sentir através do uso de novos materiais, como o betão, ou mesmo através da consciência de uma nova linguagem. Com isto surgiram pelo país vários movimentos decorrentes das ideias modernistas, despoletado no Porto e passando por Lisboa.

As dificuldades em receber as novidades do que se passava fora do núcleo português conduziram, num primeira fase, a uma arquitectura, que apesar de aspirar ao modernismo que vigorava então, não o compreendia na sua totalidade. Porém, também o regime salazarista que se tinha iniciado em 33 vai, no início, procurar consolidar os seus ideais (ruralista e conservador), para mais tarde se deixar influenciar por outros regimes nacionalistas e ditatoriais europeus⁷⁴.

Isto provoca, na década de 30, uma incoerência entre os ideais conservadores e a admiração particular pelo regime italiano e pela sua afirmação cultural. Reconhecendo o erro em que caiu, Salazar mudará o discurso para conduzir a expressão cultural do país num sentido nacionalista e historicista, valorizando as qualidades e evocando as memórias nacionais.

A partir da década de 40 a arquitectura moderna portuguesa vai sofrer uma viragem. Neste momento começam a surgir contestações ao que, até então, era imposto pelo Regime.

A imposição das ideias do Estado fazia-se sentir com mais força em Lisboa, dado que as encomendas estatais estavam centradas na capital. No Porto, longe da sede do poder, as obras dos arquitectos destacavam-se dos exemplos de Lisboa “*quer pela sua qualidade, quer pelo teor dos modelos que as informam.*”⁷⁵.

Por volta de meados da década de 40, com várias organizações⁷⁶ no Porto, a revista Arquitectura tornou-se num dos meios, através dos quais, a nova geração de arquitectos tentava introduzir no país o que se passava no exterior, apostando na discussão e debate da arquitectura. Através deste meio de comunicação foi possível, em Fevereiro de 48, a publicação em português da importante Carta de Atenas⁷⁷, *dogma*⁷⁸ fundamental do urbanismo moderno.

Este novo grupo de arquitectos, ODAM, que se vai distanciar dos seus antecessores pela sua forma de pensar, mostra o seu desejo de mudança no Congresso Nacional de Arquitectura de 1948, apresentando comunicações e conclusões contrárias às expectativas oficiais⁷⁹.

*“É a partir do Congresso Nacional de Arquitectura, em 48, que se sente emergir (...) uma nova geração e em paralelo uma vontade colectiva de mudança, de recusa consciente e mais teoricamente alicerçada, da ‘arquitectura do estado novo’.”*⁸⁰

⁷² Referência à Arquitectura Moderna.

⁷³ FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso : arquitectura portuguesa : 1930-1974*, Porto, Faup Publicações, 1988, p. 11

⁷⁴ Ditaduras alemã e italiana. Ibidem, p. 15

⁷⁵ Ibidem, p. 39

⁷⁶ ITAC (Iniciativas Culturais Arte Técnica) e ODAM (Organização dos Arquitectos Modernos)

⁷⁷ Publicada no IV CIAM, em Atenas.

⁷⁸ TOSTOES, Ana, *1º Congresso nacional de arquitectura, Lisboa*, Ordem dos arquitectos, 2008 p. 13

⁷⁹ FERNANDEZ, op. cit., p. 59

⁸⁰ TOSTOES, Ana, *Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, Porto, FAUP Publicações, 1997, p. 33

O Congresso incluiu uma exposição com as principais obras modernas no Porto dos arquitectos que participaram no mesmo. Os arquitectos Cassiano Barbosa e Arménio Losa apresentaram várias obras, das quais interessa realçar o Bloco da Carvalhosa (fig. 6) pela aplicação de uma nova tipologia habitacional influenciada pela arquitectura moderna italiana. Também o arquitecto Viana de Lima apresenta a casa Honório de Lima (fig. 7) com influencias directas de Le Corbusier.

Neste congresso, o conjunto das teses⁸¹ vinha apresentar as necessidades mais prioritárias do pós-guerra. Acima de tudo estava a questão da “Utopia da arquitectura transformadora da vida e da sociedade”, pois sente-se pela primeira vez que o papel dos arquitectos poderia ser o guia de uma nova sociedade, o operador de transformações na sociedade. Viana de Lima cita na sua tese Léonel Bourdel:

*“Se o seu poder é infinito, a sua responsabilidade é esmagadora. (...) É da sua responsabilidade adaptar a casa à psicologia de quem vai habitá-la. (...) Cabe-lhe a missão de equilibrar sempre a harmonia, a melodia e o ritmo, segundo o habitat apropriado. Eis o motivo porque necessitará de pensar profundamente na casa, na urbe, na nação, em função da psicologia e das únicas leis naturais do homem e da vida.”*⁸²

Por outro lado, também se discutiam as questões da habitação, através do modelo da Unidade de Habitação de Le Corbusier, onde os próprios arquitectos tomavam consciência da possibilidade de transformar a vida dos habitantes através da sua habitação, conjugando as necessidades da vida familiar e agregando a necessidade da prática de exercício e dos momentos de lazer num só edifício⁸³.

Isto significava que o papel do arquitecto era entendido como algo mais amplo e que já não servia unicamente um estrato social específico, mas toda a sociedade e que deveria influenciar significativamente os modos de vida das famílias em prol de uma sociedade melhor.

O problema da habitação vai ser tratado por vários arquitectos em Portugal. Arménio Losa, percebendo que para resolver os problemas das cidades e como tal também o da habitação, dependia uma reestruturação dos antigos métodos que orientavam a arquitectura e o urbanismo. Visionava a solução através do recurso à standardização e racionalização⁸⁴, como acontecia na Europa, para atingir uma solução para um problema a larga escala. Entre outros participantes do Congresso, João Simões⁸⁵ entendia que a arquitectura deveria de ter em conta a situação social em que Portugal se enquadrava e o desenvolvimento da nova classe social – a classe do operariado. Tendo em conta este panorama, ele encontra soluções para a habitação com um programa adequado, simples e racional.

Várias teses são lançadas no Congresso com vista a uma discussão global sobre os diversos tópicos que preocupavam os arquitectos, numa altura de convulsões de ideias e de uma forte vontade de mudança.

A tese de Viana de Lima, intitulada “O PROBLEMA PORTUGUÊS DA HABITAÇÃO” vem demonstrar a preocupação do arquitecto pelas condições de vida das populações, baseado nos ideais modernistas.



Fig.6 Bloco da Carvalhosa de Cassiano Barbosa e Arménio Losa, 1945.

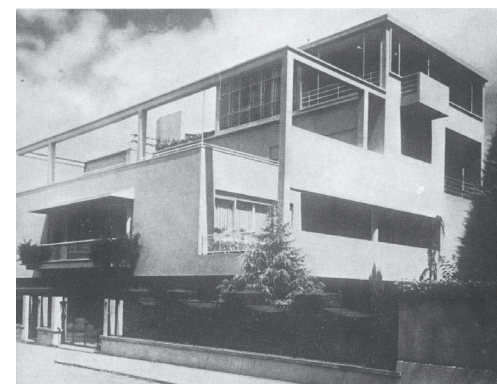


Fig.7 Casa Honório de Lima de Viana de Lima, 1939.

⁸¹ Idem, 1º Congresso nacional de arquitectura, Lisboa, Ordem dos arquitectos, 2008

⁸² Referente ao poder do arquitecto. Léonel Bourdel in Ibidem p. 217

⁸³ ODAM, Organização dos Arquitectos Modernos do Porto 1947-1952, compilado por Cassiano Barbosa, Porto, Edições Asa, 1972, p. 29

⁸⁴ TOSTÕES, Ana, Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50, Porto, FAUP Publicações, 1997, p. 37

⁸⁵ Tirocinante, isto é, estudante - Tese “O alojamento colectivo” in Idem, 1º Congresso nacional de arquitectura, Lisboa, Ordem dos arquitectos, 2008 p. 12

*“As novas casas, filhas da aplicação disciplinada do espírito utilitário das técnicas modernas, onde as funções diárias sejam justamente repartidas, serão o maior receptáculo da vida familiar.”*⁸⁶

Existia a clara ideia de uma solução igualitária para a habitação. A máquina seria a solução perfeita, onde as famílias não mais teriam de se preocupar com habitações de pouca qualidade, pois seria possível construir habitações com condições muito superiores a preços mais reduzidos. Esta vantagem *“encontrava verdadeira justificação na produção de elementos standardizados, tais como pavimentos, tectos, portas, janelas, equipamentos interiores, etc., pois o facto de serem produzidos em fábricas especializadas dar-lhe-á altas qualidades de perfeição, rigor, segurança e até beleza.”*⁸⁷

As questões relativas aos modos de vida e ao modo como a cultura portuguesa se traduzia na forma de habitar, não eram questões colocadas pelos arquitectos, visto que consideravam todos os problemas seriam resolvidos através das novas habitações. Outras preocupações, já tidas em consideração, envolviam a construção de um espaço habitável com condições mínimas, que nem sempre existiam. Nalgumas habitações *“o ar, a luz, o sol, as árvores e o silêncio nunca entraram; perdem, portanto, o contacto com a Natureza, tornando-se doentios, e as suas sensibilidades corrompidas pelas falsas alegrias da cidade.”*⁸⁸

A preocupação com o Homem estava lá, porém era uma noção generalizada, que tanto resolveria os problemas na Europa como em Portugal.

A família também não era esquecida dos pensamentos da época, no que respeita ao seu significado e ao que era importante ter em conta. A necessidade de construir de forma barata e para muita gente implicava a construção em altura. Contudo, este género de edificação, também era vista como uma melhoria na vida familiar. O excessivo individualismo de uma família e o individualismo dos indivíduos face à sua família era considerado, por Viana de Lima, um impedimento ao seu desenvolvimento saudável, e como tal, todos os esforços em sentido contrário eram importantes.

*“(…) para construir racionalmente casa, é mister substituir o sistema da construção individual, que pode socialmente levar ao egoísmo, pelo sistema de habitação em altura, onde, cada família, poderá isoladamente ter o seu lar. Mas é necessário que se compreenda que a construção em altura não destrói nem apaga o espírito individualista; pelo contrário: a família vive a sua vida e os laços familiares estreitam-se. O vizinho pode partilhar das alegrias e tristezas, mas só na medida em que isso interesse à própria família. A intimidade, a unidade familiar, o isolamento mantêm-se, mas sem o espírito egoísta que prevalece na construção individual, onde cada um pretende acumular barreiras que o separem do resto do mundo, progressivamente esquecido dos mais elementares princípios da Fraternidade Humana.”*⁸⁹

Os bairros passam a ser considerados um novo modo de construção, tanto a nível arquitectónico como social, onde se valoriza a máquina e a racionalização por um lado e por outro a ideia social de habitar em comunidade. A solução ideal seria as Unidades de Habitação que incorporavam num só edifício todas as respostas às necessidades básicas de qualquer indivíduo que as habite. Repletas de especificidades para melhorar a saúde e facilitar as tarefas diárias, estas habitações teriam espaços onde as crianças poderiam ter um local próprio e a mãe pudesse ter a vida facilitada nas tarefas domésticas, o que se traduziria num ambiente muito mais harmonioso e tranquilo.

⁸⁶ ODAM, *Organização dos Arquitectos Modernos do Porto 1947-1952*, compilado por Cassiano Barbosa, Porto, Edições Asa, 1972, p. 25

⁸⁷ Ibidem, p. 28

⁸⁸ Ibidem, p. 26

⁸⁹ Ibidem, p. 27

Outra tese, a de António Lobão Vital, sob o tema de “A CASA, O HOMEM E A ARQUITECTURA”, vai levantar a questão social numa estreita relação com o homem e o progresso científico.

*“Todas as fases de crescimento ou de decadência [da sociedade] estão bem vincadas na ARQUITECTURA; - não é por acaso que a ARQUITECTURA é considerada o «reflexo das sociedades».”*⁹⁰

Vai mais longe ao afirmar que o problema da habitação não é simplesmente um problema de alojamento, onde se dorme e come, mas também onde o homem trabalha e cultiva o espírito. É um problema que engloba a vida total do indivíduo, sendo o alojamento parte da questão.

Debate-se o alojamento, o trabalho e o lazer baseados nos princípios da Carta de Atenas. Isto significa que era necessário conjugar as actividades essenciais para uma vida saudável, física e mentalmente. Porém, o alojamento seria um dos principais pontos a ter em conta, pois “*Alojamento quer dizer: «unidade de habitação». O alojamento, independentemente de defender o Homem do frio, do calor e dos ruídos, deve proporcionar-lhe uma vida feliz. A felicidade do Homem só será possível, depois de se reintroduzir na sua existência as condições da Natureza: SOL, ESPAÇO E ÁRVORES.*”⁹¹

Debatia-se a forma como as técnicas e a ciência deveriam funcionar com vista às melhorias da vida em geral, partindo de uma análise dos problemas latentes no alojamento. Estes fundamentavam-se, desde questões urbanas, de excessivo crescimento populacional aos próprios edifícios que não serviam as necessidades da população⁹².

Foram várias as problemáticas levantadas no Congresso de 48. Não só abrangiam questões habitacionais, mas estendiam-se a todos os campos da arquitectura.

O Congresso acabou por delinear um momento de transição para um período novo na arquitectura portuguesa, “*afirmando claramente nas suas conclusões que a arquitectura se deve exprimir numa linguagem internacional e que a arquitectura e o urbanismo modernos são a solução para o “gravíssimo” problema da habitação*”⁹³.

Este momento de viragem da consciência dos arquitectos sobre o seu papel na sociedade portuguesa é marcado pela “*dimensão ética e moral do Movimento Moderno*”⁹⁴. Ele finalmente assume e cumpre o seu verdadeiro papel em Portugal, distanciando-se da geração modernista dos anos 30 que entendia que a arquitectura era a expressão dos novos materiais⁹⁵.

Após este momento, que parecia antever uma mudança, pouco se tinha alterado. Poucas eram as obras que seguiam o espírito do Estilo Internacional⁹⁶ e da arquitectura Moderna. Não se poderia considerar que essas fossem suficientes para definir uma mudança⁹⁷. Contudo, abriram-se novos horizontes para os arquitectos da altura.

Todas as influências dos modelos exteriores acabaram por se inscrever no contexto português, através de uma nova compreensão da arquitectura sem descuidar os valores da tradição, da memória, as condições de desenvolvimento, as

⁹⁰ ODAM, *Organização dos Arquitectos Modernos do Porto 1947-1952*, compilado por Cassiano Barbosa, Porto, Edições Asa, 1972, p. 34

⁹¹ Ibidem, p. 37

⁹² Ibidem, pp. 37-38

⁹³ TOSTÕES, Ana, *Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, Porto, FAUP Publicações, 1997, p. 38

⁹⁴ Idem, *1º Congresso nacional de arquitectura, Lisboa*, Ordem dos arquitectos, 2008 p. 12

⁹⁵ Ibidem, p. 12

⁹⁶ Arquitectura funcionalista, enquadrada no Movimento Moderno que se caracteriza pela capacidade de se adaptar às necessidades de qualquer país, e que se define por três princípios distintos: a expressão de volume em vez de massa, o equilíbrio em vez da simetria preconcebidas e a recusa de aplicação de ornamento. <[http://en.wikipedia.org/wiki/International_style_\(architecture\)](http://en.wikipedia.org/wiki/International_style_(architecture))> [2011]

⁹⁷ TOSTÕES, Ana, *Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, Porto, FAUP Publicações, 1997, p. 46

técnicas e a disponibilidade de materiais.

Na década de 50, Portugal assistiu a uma nova fase. Inicia-se “*o questionamento dos princípios adoptados dogmaticamente no Congresso, do Estilo Internacional e da ortodoxia dos CLAM.*”⁹⁸ As ideias que presidiram o Congresso e que se manifestaram claramente como uma réplica do que se passava na restante Europa, não eram suficientes para os arquitectos portugueses. O tema da “casa portuguesa” virá como uma questão motivadora de discussão e acabará por se traduzir na ideia de um “Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa”.

A consciência dos arquitectos perante uma arquitectura com características e linguagem que valorizam a contextualização da obra ao lugar, vem quebrar com o que, nos anos 40, vinha sendo defendido após o Congresso – uma arquitectura moderna que seguia os modelos internacionais e que negava a cultura e a história do país. Passou a existir uma “*tomada de consciência da urgência da reconciliação com a história, numa perspectiva dialéctica entre a tradição e o futuro, entre a modernidade e história, espaço e tempo.*”⁹⁹

A motivação decorrente do tema da “casa portuguesa” e de uma possível “arquitectura portuguesa” em conjunto com o regresso a antigos valores, veio reflectir no que já antes tinha sido ponderado e sugerido por Keil do Amaral, na revista *Arquitectura* em 47, no artigo “Uma Iniciativa Necessária”, mas que até então ainda não tinha sido realizado, o referido “Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa”. Em 1956 arranca o trabalho de campo e pesquisa para o inquérito¹⁰⁰.

Os grupos investigadores partiam com objectivos bem definidos, para assegurar a coesão e unidade no resultado final. Todas as pesquisas visavam: a ocupação do território, a estrutura urbana, os materiais e processos construtivos, a relação com o clima, a organização social, os modos de vida e as práticas da população. Desde questões materiais até questões sociais, foram analisadas as problemáticas que constituíam e definiam as bases da arquitectura regional portuguesa.

Estruturado em diferentes fases, desde a recolha até à formulação do livro, o Inquérito reunia o esforço de um grande grupo de arquitectos que se distribuíram pelo país. Com o apoio e a aprovação de Salazar, o Inquérito foi publicado. Cada um dos lados estava de acordo com o projecto, mas claramente por razões muito distintas. Se por um lado, o Regime esperava reforçar uma ideia de arquitectura “aportuguesada”, com valores claramente nacionalistas, por outro o objectivo dos arquitectos associados ao Inquérito pretendia eliminar falsas ideias e desmistificar outras que se geravam em torno do significado da arquitectura portuguesa. Finalmente percebeu-se a diversidade da arquitectura do país, que não sendo homogénea inviabilizava o fundamento da ideia de uma “arquitectura portuguesa” ou de uma casa portuguesa.

Em 1961 é finalmente publicado com o título de “Arquitectura Popular Portuguesa”, distanciando-se da palavra portuguesa, dada a vontade de desmistificar a ideia de uma casa tipicamente portuguesa.

O Modernismo português atravessou uma realidade social complexa. Na cidade do Porto, e no início do século XX, a habitação assistia a uma grave crise, onde algumas destas ideias foram introduzidas para a resolver.

⁹⁸ Ibidem, p. 41

⁹⁹ Ibidem, p. 153

¹⁰⁰ Ibidem, p. 159

1.2 CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO

Paralelamente às mudanças operadas na arquitectura internacional, decorrentes do Movimento Moderno e que influenciaram a arquitectura nacional, um processo mais informal e circunstancial decorria na cidade do Porto desde o início do século XX.

Sendo intimamente relacionado com a habitação mínima, é contudo espontâneo e não é baseado na consciente conceptualização destes espaços. A definição espacial destas habitações é consequência de diversas restrições, como económicas, e das características do espaço urbano da cidade.

Será importante referir brevemente como se desenvolveu este processo criador de habitação mínima para se entender em que contexto surge o bairro Rainha D. Leonor e como se caracterizam as suas habitações.

1.2.1 AS ILHAS DO PORTO

O PORTO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

No século XIX inicia-se uma forte migração rural, marcado pela industrialização das cidades. O Porto foi um dos exemplos associados a este êxodo, mostrando-se como um centro de grandes oportunidades.

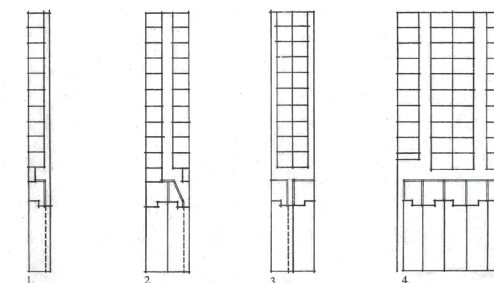
No final do mesmo século e no primeiro quartel do século XX, a cidade do Porto apresentava significativos processos de mudança. Assistia-se a uma fase mais expansiva de libertação do centro que se encontrava densamente edificado.

Como tal, a cidade crescia, mas sem acompanhar o ritmo da rápida evolução que se fazia sentir, isto é, o número de habitações que se construíam não suplantavam as necessidades criadas pela vaga de população que entrava na cidade.

Avançava, a cidade, numa ampliação do seu parque residencial através da “*densificação do existente (ampliação/repartição das casas unifamiliares em andares, ou em casas bifamiliares, ou pequenos prédios de apartamentos por andar), compactação da ocupação de loteamentos não concluídos; novos loteamentos; a renovação da edificação foi mais conservação do existente que substituição por prédios de rendimento.*”¹⁰¹

O enorme crescimento populacional mostrava-se uma oportunidade para a classe burguesa, com recursos modestos e alguma capacidade de investimento, lucrar com o aluguer de pequenos alojamentos à população recém-chegada. Com o êxodo rural “*a população trabalhadora ocupou e saturou edifícios existentes nos bairros antigos, seguindo-se (...) o desenvolvimento de um tipo de habitação destinado expressamente às populações trabalhadoras – a ilha – que não tinha qualquer relação formal com os tipos de habitação anteriores e que foi construída de forma sistemática por todo o Porto.*”¹⁰² Era a resposta mais imediata da cidade face ao problema, resultando nesta nova forma de ocupação. “*As ilhas foram consequência da industrialização e da necessidade de alojar as vagas crescentes de imigrantes que vinham fixar-se na cidade.*”¹⁰³

Certas condições estimularam o desenvolvimento deste tipo de habitação. Evidenciava-se, por um lado, o reduzido poder económico dos trabalhadores, que impossibilitava a aquisição de habitações com melhores condições. Por outro lado proporcionava-se uma oportunidade aos investidores das *ilhas*, dado o limitado capital investido e inexistência de custos de manutenção. Não obstante, os cortes no investimento das *ilhas* efectuaram-se também noutras áreas, tais como



1. Ilha construída num único lote.
2. Ilha construída em dois lotes, com corredor central.
3. Ilha construída em dois lotes, com as casas dispostas costas com costas e dois corredores laterais de acesso.
4. Ilha construída em terrenos de traseiras correspondendo a vários lotes. Filas sucessivas de casas construídas costas-com-costas.

Fig.8 Principais tipos de ilhas.



Fig.9 Secção da planta da cidade do Porto de 1892 de Telles Ferreira, com a localização das principais ilhas.

¹⁰¹ MENDES, Manuel, *Porto – Cultura da Cidade, Paisagem Doméstica, Morfologias da Casa, 1895-1969: (continuidades, contaminações metamorfoses)*, pp. 65-66

<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3200.pdf>> [2011]

¹⁰² TEIXEIRA, Manuel C., *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*, Lisboa, F.C.G., 1996, p. 55

¹⁰³ Ibidem, p. 86

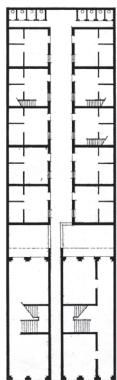


Fig. 10 Esquema de um lote de uma ilha, com a habitação principal à entrada, o conjunto de unidades de alojamento e as instalações sanitários ao fundo.

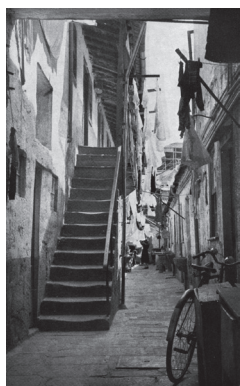


Fig. 11 Ilha já demolida.



Fig. 12 Ilha do nº 852 da rua da Duqueza de Bragança.

na redução das dimensões das habitações, no uso de materiais de fraca qualidade, e ainda na estrutura do conjunto, onde cada habitação apenas tinha uma parede livre¹⁰⁴ (fig. 8).

Estas ilhas apareciam, como construções, nos logradouros das habitações da classe burguesa e em zonas densamente habitadas no centro da cidade (por exemplo, Sé e Ribeira). O problema, contudo, alastrou-se um pouco por todo o Porto, incidindo mais nas freguesias de Bonfim e Campanhã. As diferentes localizações das ilhas respondiam às necessidades destes novos habitantes, pois instalavam-se perto das suas zonas de trabalho e com rendas ajustadas aos seus rendimentos (fig. 9). O crescimento destas habitações fez-se sentir ao longo das décadas a ritmos diferente, sendo mais intenso no final do século XIX. Tal confirma-se pelo número de fogos construídos em ilhas: 5 200, entre 1878 a 1890¹⁰⁵.

Apesar das vantagens que derivavam destes conjuntos habitacionais colectivos (preços acessíveis para a população em causa), as desvantagens que decorriam deste modo de ocupação não podiam ser descuradas. Sem condições de higiene, de salubridade e a falta de espaço evidente para o número elevado de pessoas que habitavam as reduzidas áreas de cada habitação, (uma média de 16m²)¹⁰⁶ (fig. 10), começavam-se a criar condições favoráveis à propagação de doenças, que colocava em risco a saúde pública. São “*verdadeiros focos de imundice e de doença e não permitem que os seus ocupantes adquiram os hábitos que a civilização actual impõe para todas as classes*”¹⁰⁷.

Sendo um bom investimento para rentabilizar capital, estas habitações traduziram-se em espaços exíguos, construídos nos logradouros das casas da classe média, sem iluminação, ventilação e salubridade. Caracterizadas pela miséria, as pessoas habitavam em ilhas que na sua maioria “*tinha menos de 20 casas de um único piso e habitações cuja área se ficava, na generalidade dos casos, pelos 16m². Os sanitários eram colectivos, em média de um por cada 5 casas, e o abastecimento de água ao domicílio não chegava às “ilhas”*”¹⁰⁸.

Apesar das fracas condições, a generalidade da população não tinha consciência dos males que advinham das ilhas, quando mesmo junto da população mais abastada viviam “*seres, que na mesma cidade, lado a lado, vegetavam em antros de miséria, quando não definhavam em leitos de doença*”¹⁰⁹. Vivia-se numa cidade de contrastes. A miséria escondia-se atrás das fachadas de casas burguesas e a população mais endinheirada não compreendia o perigo que abrigava nos logradouros das suas residências.

No fim do século XIX um terço da população portuense habitava em ilhas. A situação da cidade, no que respeitava à habitação e falta de condições de higiene, assim como, à salubridade em que elas se encontravam, favoreceu a disseminação de doenças, como a peste bubónica, tuberculose e a epidemia de tifo¹¹⁰. Em 1918 foi reconhecido o problema de saúde pública, como resultado das várias doenças que facilmente se haviam propagado. (fig. 11 e 12)

O problema mereceu a atenção das autoridades já no início do século XX, visto as condições das habitações, que se reflectiam na condições de vida dos moradores, se encontrarem no limiar de uma situação crítica. Instituições estatais viram-se, assim, na necessidade de inquirir sobre os problemas destas residências.

¹⁰⁴ Ibidem, 1996, p. 61

¹⁰⁵ Ibidem, 1996, p. 119

¹⁰⁶ PIMENTA, Manuel, *As ilhas do Porto: estudo socioeconómico*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 2001, p. 21

¹⁰⁷ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano de Melhoramentos: 1956-1966*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1966, p. 7

¹⁰⁸ PIMENTA, op. cit., p. 21

¹⁰⁹ Ibidem, p. 26

¹¹⁰ Ibidem, p. 21

*“Em resultado da limitada capacidade económica dos trabalhadores, que não mostrava sinais de melhoria, e da incapacidade quer do mercado público de habitação quer do privado para proporcionar alojamento condigno aos trabalhadores, as ilhas continuaram (...) a ser a única forma de alojamento que satisfazia a procura de habitação nova por parte de um vasto sector da população do Porto.”*¹¹¹

Como primeira iniciativa, iniciada em 1899 e promovida pelo jornal “O Comércio da Porto” em conjunto com a Câmara Municipal do Porto, construíram-se moradias para operários em Monte Pedral, Lordelo do Ouro e nas Antas/Bonfim, denominadas Colónia do Comércio do Porto¹¹², até a data de 1905 (fig. 13 e 14). Contudo, o impacte foi pouco eficaz, tendo em conta a extensão dos projectos face à dimensão do problema. Outras iniciativas iriam ser colocadas em prática para combater esta deficiência na habitação.



Fig.13 Bairro do Comércio do Porto - Monte Pedral.



Fig.14 Bairro do Comércio do Porto - Antas/Bonfim.

¹¹¹ TEIXEIRA, Manuel C., *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*, Lisboa, F.C.G., 1996, p. 61

¹¹² CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, op.cit., p. 31

1.2.2 MEDIDAS E PLANOS ATÉ 1956

INQUÉRITOS E INSPECÇÕES

Por volta de 1930 e até à finalização do Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto, a Câmara Municipal vai promover, através de iniciativas próprias ou com o apoio de entidades externas, esforços para combater o problema habitacional da população residente nas *ilhas* do Porto.

Em 1929, Almeida Garrett (inspector de saúde do Porto) inicia um Inquérito geral às *Ilhas* do Porto, realizado entre os anos de 1929 e 1933¹¹³, que foi completado pela Delegação-Geral de Saúde do Porto¹¹⁴.

Este inquérito estabelecia as bases para um exame geral sobre as condições da cidade, onde se procuravam respostas acerca do estado das redes de abastecimento de água, saneamento e também questões relacionadas com a salubridade das habitações. Baseado nos três relatórios, realizados por Azeredo Antas e Manuel Monteiro¹¹⁵, foram analisados alguns aspectos, tais como o estado das habitações e a salubridade tanto urbana como das mesmas habitações. O esforço conjunto pretendia alcançar uma maior compreensão das condições de higiene pública nas habitações. Por um lado, corrigiram as irregularidades nos serviços públicos e por outro criaram uma unidade de fiscalização apertada, tanto para as novas habitações como para as que já existiam, regularizando desta forma os problemas de salubridade.

As preocupações relacionadas com a água assumiam, assim, um papel de extrema importância. Em 1933 a cidade apresentava um visível atraso ao nível das redes de abastecimento de água e de esgotos, um dado inaceitável¹¹⁶. Embora estas situações se verificassem em várias áreas da cidade do Porto, elas tinham especial relevância nas *ilhas*.

O relatório sobre a “*A salubridade habitacional do Pôrto*”, publicado 1934¹¹⁷ realizado por Azeredo Antas e Manuel Monteiro, repartia a análise em 7 pontos principais: Água, Saneamento, Sentinas e Mictórios, Balneários, Lavadouros, Bebedouros e Plano de Urbanização. Era notória a preocupação com a água e com o modo com era distribuída à população. Os problemas de saúde pública estavam, em grande parte, relacionados com estas questões. Os outros dois relatórios focavam o estado das habitações. Procuravam dar resposta aos problemas já existentes ou estabeleciam regras de raiz, evitando assim no futuro a repetição das mesmas falhas.

Os inquéritos abrangiam nas suas análises temas desde a relação habitante/superfície, onde em média cada habitante dispunha 5,04m² (pouco mais do que o mínimo permitido)¹¹⁸, sendo que havia casos muito abaixo mínimo exigido, às inevitáveis questões de salubridade. Aqui verificava-se que os reduzidos compartimentos, por norma os quartos, não recebiam luz ou ventilação directas e a maioria dos esgotos não possuía ligação à rede pública. Eram, e alguns ainda subsistem, exemplos de habitações precárias, sem condições tanto de higiene como de conforto, deteriorando as já com-

¹¹³ ANTAS, António Azeredo; MONTERROSO, Manuel, *A salubridade habitacional no Pôrto*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934

¹¹⁴ LOUREIRO DE MATOS, Fátima, “Os bairros sociais no espaço urbano do Porto:1901-1956”, p. 690
<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377379T2hXG0aa5Rv09QL3.pdf>> [2011]

¹¹⁵ Constam os seguintes relatórios : *A salubridade habitacional do Pôrto*, por Azeredo Antas e Manuel Monteiro; *A salubridade das novas habitações*, por Azeredo Antas; e *A salubridade urbana geral*, por Manuel Monteiro.

¹¹⁶ “*Ruas sem esgotos não são admissíveis numa cidade.*” ANTAS, António Azeredo, MONTERROSO, Manuel, *A salubridade habitacional no Pôrto*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934, p. 11

¹¹⁷ CARDOSO, Vasco, *Bairros de casas económicas e grupos de moradias populares: o encontro de duas morfologias de padrão geométrico*, p. 38
<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7687.pdf>>, [2011]

¹¹⁸ ANTAS; MONTERROSO, op. cit., p. 22

plicadas vidas dos seus habitantes. “E no entanto uma multidão ali se definha e como que apodrece?”¹¹⁹ Eram depósitos de pessoas sem condições de vida social e moral¹²⁰.

As habitações, além de não conterem o necessário a uma prática diária aceitável e criarem problemas no dia-a-dia das famílias, promoviam, pelas suas características morfológicas, promiscuidades e deficiências no crescimento e educação moral e social dos indivíduos.

A insalubridade era parte de um problema que se estendia a outro tipo de habitações. Embora as *ilhas* retratassem uma situação mais dramática, o problema chegava além destes conjuntos habitacionais, infiltrando-se na própria malha da cidade. O edificado da zona antiga da cidade reclamava, de igual modo, de melhorias significativas na higiene das habitações. A Sé, S. Ildefonso, Cedofeita, Massarelos, Paranhos e Ramalde eram exemplos de freguesias onde se localizavam situações em péssimo estado de habitabilidade¹²¹. Eram edifícios em estado de conservação muito abaixo do requerido e com uma densidade elevada para a reduzida área disponível, onde as divisões eram mal ventiladas e sem instalações sanitárias indispensáveis à saúde pública.

Dos inquéritos retiraram-se diversas ilações acerca da crise na habitação da cidade do Porto. Das múltiplas conclusões, sobressaem três pontos principais¹²²:

- Necessidade de intensificação da construção civil com mais de 250 casas económicas por ano;
- Construção imediata de 8 750 habitações entre 3 a 5 compartimentos, sem demolição de qualquer habitação pré-existente;
- Iniciação imediata da construção de mais 7 261 casas para substituição daquelas necessitadas de demolição urgente, dado serem “*absolutamente inapropriadas*”¹²³.

Apesar das conclusões retiradas do inquérito e dos relatórios, as medidas tomadas não seguiram exactamente esse percurso. Como reacção a esta crise foram empenhados esforços para pôr em prática algumas soluções, que não estavam em plena conformidade com as conclusões do inquérito. Construíram-se alguns conjuntos de habitações sociais espalhados um pouco pela cidade, mas contudo sem o impacte desejado. O esforço desenvolvido proporcionou a edificação de aproximadamente 1 800 novas habitações¹²⁴, um número revelado insuficiente para as exigências da população residente na cidade.

Estes estudos levaram ao aparecimento de diversas ferramentas de apoio às matérias em foco. Foi criada uma unidade de fiscalização sanitária, verificou-se a insuficiência das novas construções, e também procurou-se fomentar a construção de “*habitação higiénica e económica*”¹²⁵.

Os resultados obtidos revelaram falta de iluminação em algumas habitações, insuficiência de quartos de banho, falta de saneamento, entre outros. Tornava-se necessário construir um número mínimo de 16 000 habitações¹²⁶, algumas delas

¹¹⁹ Ibidem, p. 50

¹²⁰ Ibidem, p. 23

¹²¹ FERREIRA, José António, *As ilhas, as colónias operárias e os bairros de casas económicas*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 2000

¹²² ANTAS, António Azeredo, MONTERROSO, Manuel, *A salubridade habitacional no Pôrto*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934, p. 27

¹²³ Ibidem, p. 27

¹²⁴ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano de Salubridade das “Ilhas” do Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1956, p. 7

¹²⁵ ANTAS; MONTERROSO, op. cit., p. 32

¹²⁶ Ibidem, p. 25

previstas como habitações colectivas. Este número viria a constatar-se insuficiente ao longo do tempo, dado o acréscimo populacional a que se assistia no Porto. Portanto era necessário acompanhar este crescimento com habitações com condições aceitáveis de habitabilidade.

A extensão da inspecção não resolveu grande parte dos problemas apontados no inquérito. Mais tarde foi desenvolvido um novo estudo com consequências para os inquéritos que se seguiriam e para o Plano de Salubridade das “Ilhas” do Porto (1955) e pouco depois para o Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto 1956-66.

Constatada a continuidade do problema na habitação, em 1936, o então presidente da Câmara do Porto pedia um novo inquérito, o Inquérito Geral às “Ilhas”, que só se viria a realizar em 1939¹²⁷. Nesse momento a intervenção e a iniciativa partia da Câmara Municipal em oposição à passividade da Inspeção de Saúde do Porto face aos dados dos relatórios que estavam em sua posse.

No Inquérito Geral às “Ilhas” estavam previstas medidas práticas para resolver, mais uma vez, os constantes problemas habitacionais, e claro, o recorrente problema da insalubridade das *ilhas*, com a “*elaboração de um plano com medidas práticas a adoptar pelo município para melhorar as condições de alojamento das classes insolventes da cidade.*”¹²⁸

A cidade apresentava, neste momento¹²⁹, um total de 1153 ilhas, com 13 594 casas e 45 243 habitantes¹³⁰. O problema continuava latente e como medida assumida pela Câmara para minimizar esta questão, foram construídos os seguintes bairros¹³¹:

- De Rebordões;
- De S. Vicente de Paula;
- Da Rainha D. Leonor ou das Sobreiras;
- De S. João de Deus;
- De Condominhas;
- De Pereiró;

Só alguns anos mais tarde se avançou com uma solução mais definitiva. O “Plano de Melhoramentos para da Cidade do Porto: 1956-66” foi o importante ponto de viragem na construção de habitações a custos controlados com o apoio da Câmara Municipal do Porto.

O PLANO DE SALUBRIZAÇÃO DAS “ILHAS” DO PORTO - 1955

Na continuidade do Inquérito Geral às *Ilhas* e antes de entrar em funcionamento o Plano de Melhoramentos, a Câmara do Porto dará início a um outro plano – Plano de Salubridade das *Ilhas* do Porto. Nele são levantadas as mesmas ques-

¹²⁷ LOUREIRO DE MATOS, Fátima, “Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956”, p. 690
<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377379T2hXG0aa5Rv09QL3.pdf>> [2011]

¹²⁸ LOUREIRO DE MATOS, Fátima, “Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956”, p. 690
<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377379T2hXG0aa5Rv09QL3.pdf>> [2011]

¹²⁹ Por volta de 1940.

¹³⁰ LOUREIRO DE MATOS, Fátima, “Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956”, p. 690
<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377379T2hXG0aa5Rv09QL3.pdf>> [2011]

¹³¹ LOUREIRO DE MATOS, Fátima, “Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956”, pp. 691-692
<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377379T2hXG0aa5Rv09QL3.pdf>> [2011]

tões que, até à data, preocupavam a cidade do Porto.

Definiram-se regras e planos estruturados em 5 pontos principais¹³²:

- A – Extensão do Plano (número de habitações a construir)
- B – Realização Urbanística
- C – Realização Administrativa
- D – Realização Técnica
- E – Economia do Plano e seu Financiamento

Após uma análise cuidada ao trabalho realizado anteriormente e com conhecimento da situação das habitações, estabeleceram-se algumas regras com o objectivo de determinar, efectivamente, quantas habitações seriam necessárias para minimizar a problemática das *ilhas*. O valor médio final determinado era de 6 000 habitações. Colocou-se também em questão a hipótese de manter e requalificar algumas das habitações elegíveis para tal, diminuindo o número e custo de novas construções. Deste modo levantavam-se 2 casos possíveis¹³³:

1. Demolição total, com a possibilidade de reconstrução.
2. Demolição parcial, exigindo obras no sentido de tornar salubre e habitável o conjunto.

Outros estudos foram tomados em conta para delinear todo o Plano de Salubridade das *Ilhas*, considerando o tipo de habitação a realizar. Concluíram que as tipologias T2 e T3 seriam as mais apropriadas, segundo dados estatísticos¹³⁴ anteriores.

Este Plano propôs-se a resolver o problema da habitação portuense, uma vez mais ao longo da primeira metade do século XX. Ele torna-se o propulsor do Plano de Melhoramentos que levou em linha de conta as medidas realizadas anteriormente. Este último prevê nas suas intenções retomar parte das mesmas medidas estabelecidas no Plano de Salubridade, que nos 10 anos seguintes ao seu arranque vão ser finalmente colocadas em prática.

¹³² CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano de Salubridade das “Ilhas” do Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1956, p. 6

¹³³ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano de Salubridade das “Ilhas” do Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1956, p. 15

¹³⁴ Tipo II – 25%; Tipo III – 75%; Dados estatísticos retirados da experiência camarária em matéria de realojamentos. *in* Ibidem, p. 20

1.2.3 PLANO DE MELHORAMENTOS

PLANO DE MELHORAMENTOS DA CIDADE DO PORTO – 1956-66

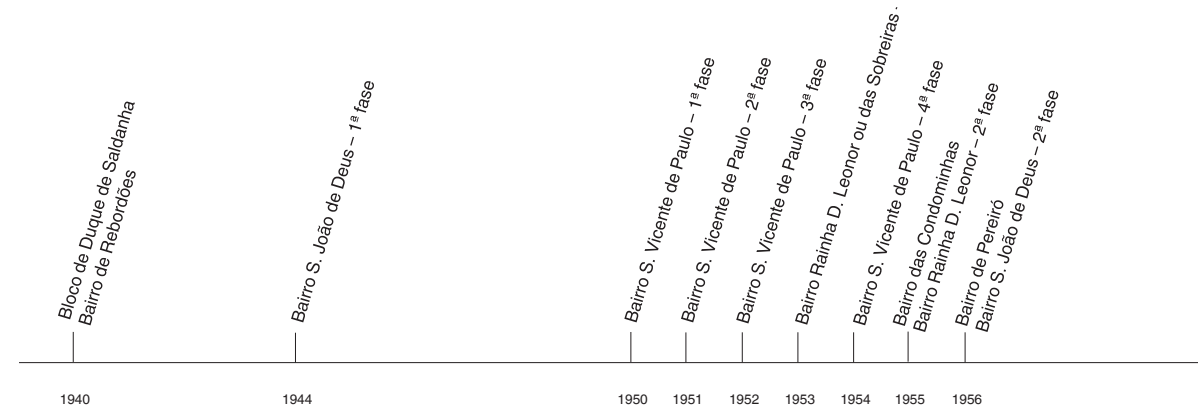
Como se referiu, o rápido crescimento económico das cidades associado ao desenvolvimento das indústrias aumentou o crescimento demográfico das cidades e consequentemente incitou a procura de habitação. Dados os problemas associados a este crescimento, surgiu o Plano de Melhoramentos para a cidade¹³⁵, criado em 26 de Maio de 1956, com a pretensão de combater as deficiências habitacionais da cidade, onde na cidade existia um número crescente de pessoas a viver em situações de pobreza extrema. Perante este cenário era imperativo albergar esta população em melhores condições. Arrancava, assim, o Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto com objectivos bem definidos. De acordo com o Decreto-Lei n.º 40 616, de 20 de Maio de 1956:

*“Tornava-se assim indispensável consagrar à resolução do problema específico das “ilhas” novo e decidido esforço, ajustando à envergadura da tarefa e ao propósito da sua execução em prazo limitado.”*¹³⁶

A supressão das *ilhas* é iniciada a par da construção de pelo menos 6 000 habitações, um invulgar empreendimento, dada a sua dimensão. Projectado para conceder condições mínimas aceitáveis para as classes mais desfavorecidas, é-lhe estabelecido um prazo limite de 10 anos para a sua conclusão.

Como se verificou, este plano não foi o primeiro esforço neste sentido. Anteriormente a 1956 outros bairros tinham sido construídos, mas em número deficitário, o que não cobriu uma pequena parte das necessidades reais.

Dos bairros já construídos, que surgiram como resposta a outras iniciativas verifica-se a seguinte lista¹³⁷:



¹³⁵ O primeiro plano foi apresentado por Côrrea de Barros em 1881 para dotar o Porto de novas infra-estruturas e recurso adequados à cidade da altura. in TEIXEIRA, Manuel C., *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*, Lisboa, F.C.G., 1996, p. 116

¹³⁶ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *O problema da extinção das “ilhas” do Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1960, p. 2

¹³⁷ Idem, *Plano de Salubridade das “Ilhas” do Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1956, p. 6

Grupos de moradias populares



Fig.15 Bairros do Plano de Melhoramentos,
in CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto: 1956-1966, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1966:

- 1 - Bom Sucesso
- 2 - Pio XII
- 3 - Carvalhido
- 4 - Pasteleira
- 5 - Outeiro
- 6 - Agra do Amial
- 7 - Carriçal
- 8 - Fernão Magalhães
- 9 - S. Roque da Lameira
- 10 - Fonte da Moura
- 11 - Cerco do Porto
- 12 - Regado
- 13 - Fonte da Moura - Ampliação
- 14 - «Engº Arantes e Oliveira»
- 15 - S. Roque da Lameira - Ampliação
- 16 - Outeiro - Ampliação



Fig.16 Bairro da Agra do Amial.



Fig.17 Bairro do Carriçal.



Fig.18 Bairro do Carvalhido.



Fig.19 Bairro do Regado.



Fig.20 Bairro do Cerco do Porto.

Entre 1905 e 1957¹³⁸, com a construção de novas habitações, alcançou-se a supressão de 1,96%¹³⁹ da população que residia em condições precárias, onde no mesmo período de tempo o crescimento populacional portuense rondava os 110 000 habitantes¹⁴⁰, correspondendo a um acréscimo de cerca de 64% em 52 anos. O problema continuava em crescimento.

Devido ao insucesso do cumprimento de soluções efectivas dos planos anteriores, o Plano de Melhoramentos estabeleceu medidas concretas para encontrar resultados mais eficazes.

Relativo às habitações:

A)

*“Construção no prazo de dez anos, a partir de 1 de Janeiro de 1957, de prédios urbanos com a capacidade mínima de alojamentos de 6 000 fogos, de rendas módicas, destinadas exclusivamente a habitação de famílias provenientes das construções a demolir ou beneficiar de harmonia com o dispositivo no n.º 2 da alínea seguinte.”*¹⁴¹

Relativo à urbanização:

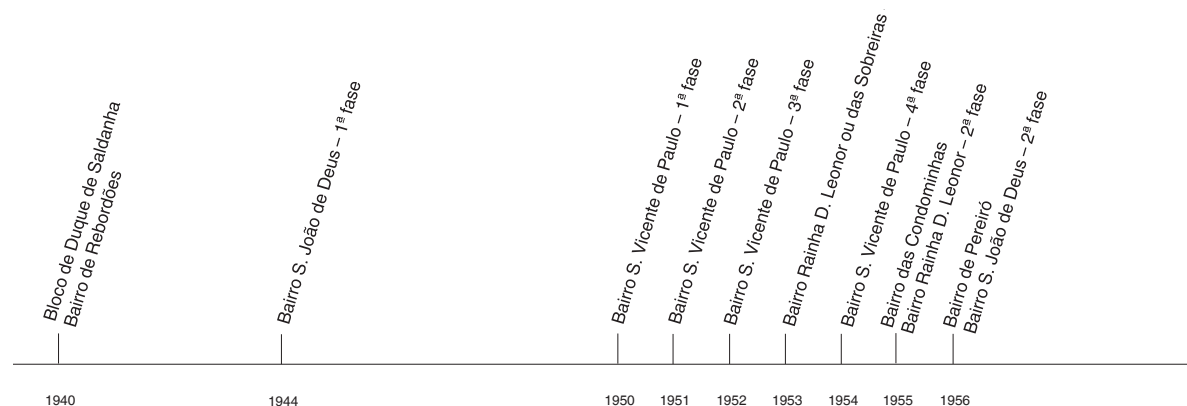
B)

“1) Criação de zonas de expansão que permitam a realização das construções previstas na alínea A), facilitem o desenvolvimento normal da cidade e atendam à necessidade de descongestionamento das suas zonas.

2) Demolição das construções que sejam condenadas nos bairros demolidos «ilhas» e noutros considerados insalubres, remodelação urbanística das respectivas áreas e beneficiação dos prédios que possam subsistir.

*3) Urbanização da zona do Campo Alegre, coordenada com a construção pelo Estado da nova ponte sobre o Rio Douro e das respectivas artérias de acesso a incluir na rede de estradas.”*¹⁴²

Estas medidas materializaram-se ao longo do período imposto, e assim foi construído um conjunto de 13 bairros:



¹³⁸ Arranque efectivo do Plano de Melhoramentos da cidade do Porto.

¹³⁹ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano de Melhoramentos: 1956-1966*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1966, p. 31

¹⁴⁰ Ibidem, p. 31

¹⁴¹ Ibidem, p. 8

¹⁴² Ibidem, p. 9

E mais 5 bairros se iniciaram no seguimento do Plano, dentro dos seguintes parâmetros:

Habitações em construção	Habitações projectadas, aguardando concurso público ou adjudicação	Habitações em projecto com terreno adquirido
- Bairro de Francos - Bairro de S. João de Deus (ampliação) - Bairro de Aldoar	- Bairro S. João de Deus (nova ampliação) - Bairro do Lordelo	- Bairro em Corujeira

Como forma a estabelecer um critério de arranque para este projecto foram realizadas entrevistas às diversas famílias a alojar. O intuito do inquérito era, em primeiro lugar, determinar o estado em que se encontravam as habitações. Procuravam saber se estas reuniam condições mínimas¹⁴³ para se realizar simples manutenções, ou então melhorias, caso as deficiências fossem corrigíveis, ou ainda demolição completa, quando tal não reunisse condições mínimas.

Porém, a grande preocupação presente nestes inquéritos era saber qual a tipologia mais conveniente dos novos alojamentos para as famílias visadas. Aqui, as questões focavam-se na optimização do número de quartos, seguindo-se um interesse pela proximidade com o local de trabalho, entre outros aspectos. No entanto, as reflexões sobre os modos de vida entre outras questões não chegaram a ser muito aprofundadas.

*“Efectuaram-se 7 454 visitas a agregados familiares para se averiguar do seu «habitat» e se concluir do tipo de casa (número de quartos) que melhor se lhes adaptava.”*¹⁴⁴

Dos quatro tipos adoptados no Plano (T1, T2, T3 e T4)¹⁴⁵ e de acordo com as necessidades dos moradores, verifica-se que o T3 era o mais requisitado, ultrapassando largamente todas as outras tipologias. Em comparação com o que tinha sido estabelecido no Plano de Salubridade das «Ilhas» do Porto, onde se definiu a adopção dos tipos 2 e 3, neste Plano alteram-se as tipologias *“em face dos inquéritos realizados [às famílias] desde 1956.”*¹⁴⁶

As soluções adoptadas para as tipologias dos bairros do Plano eram sempre muito controladas, criando-se habitações mínimas, dada a restrição nos custos de construção e a necessidade de se construir o máximo de fogos possíveis. A organização interior das tipologias incluía múltiplas divisões, tais como quartos, sala de estar e de refeições com cozinha de apoio, além de uma zona de água, com sanita, lavatório e espaço para banhos e lavagens, algo que não exista nas *ilhas*.

Determinaram-se soluções standardizadas para cada tipologia, que depois eram ajustadas a cada bairro, levando em consideração a morfologia dos edifícios e a implantação de cada conjunto. Não se procedeu a uma análise particularizada dos bairros na procura de soluções individualizadas para as várias tipologias, mas antes a uma leitura do projecto global.

As diferentes organizações espaciais das habitações eram inicialmente mais contidas¹⁴⁷. A cozinha e sala partilhavam o mesmo espaço, evitando os espaços de distribuição. No entanto, estas soluções vão evoluindo e adquirindo novos



Fig.21 Bairro da Pasteleira - parque infantil.



Fig.22 Bairro de S. Roque da Lameira - bloco de planta "estrelar".



Fig.23 Bairro de Fonte da Moura.

¹⁴³ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano de Melhoramentos: 1956-1966*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1966, p. 16

¹⁴⁴ Ibidem, p. 15

¹⁴⁵ Tipo I – 15%; Tipo II – 30%; Tipo III – 45%; Tipo IV – 10%.

¹⁴⁶ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano de Salubridade das "Ilhas" do Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1956, p. 15

¹⁴⁷ Consultar o capítulo 1.3 - *Fichas dos Bairros do Plano de Melhoramentos*.



Fig.24 Bairro Eng. Arantes e Oliveira, ou bairro das Campinas.

dispositivos. As habitações vão sendo caracterizadas por espaços com maior independência e definição, em particular a sala e a cozinha; geram-se zonas de distribuição que, até então, eram mínimas; mais tarde são adicionados espaços exteriores, como as varandas. A própria concepção do espaço das habitações mínimas, como solução para a construção do máximo de habitações a custos reduzidos, evoluiu no sentido de superar as deficiências iniciais associadas às pequenas áreas disponíveis. A necessidade de simplificar as tarefas e as actividades inerentes ao quotidiano da casa contribuiu para a redução dos espaços de distribuição, como os corredores¹⁴⁸. Apesar de um grande avanço na supressão das condições precárias em que vivia uma parte importante da população, um grande número de famílias não chegou a ser abrangido por este Plano.

Relativamente aos critérios de urbanização, a implantação dos bairros contidos no Plano de Melhoramentos seguiu as normas¹⁴⁹ anteriormente estipuladas pelo Plano Regulador de 1952.

Os bairros do Plano estabeleceram uma nova relação urbanística entre a rua e os seus edifícios da cidade. A rua é dissolvida “*como elemento de edificação essencial, transformando-a em mero canal de passagem e libertando a edificação de uma relação directa com ela.*”¹⁵⁰

De modo a conseguir viabilizar o Plano de Melhoramentos, os terrenos escolhidos tinham de ser expropriados a preços regulados pelas rendas que mais tarde seriam cobradas aos habitantes. Assim, seriam destinadas aos bairros zonas essencialmente periféricas e de expansão, nas quais fossem facilmente adaptadas condutas de água, redes de saneamento e de energia eléctrica e também redes viárias.

A grande parte dos bairros ainda não era servida por uma rede viária efectiva, porém esta já estava planeada. Em oposição existiam bairros, tais como o da Agra do Amial e do Bom Sucesso, que por estarem situados numa zona central e mais consolidada da cidade, eram implantados de acordo com a malha construída da cidade.

Um outro ponto presente no programa passava por realojar os moradores das *ilhas* demolidas em bairros próximos do local onde viviam¹⁵¹. Apesar deste desejo, apenas dois dos bairros construídos vieram a pôr em prática este desejo: o Bairro do Bom Sucesso e o Bairro de Fernão Magalhães¹⁵². Os restantes bairros foram localizados em zonas periféricas da cidade, obrigando os moradores a deslocações mais extensas para chegarem aos seus postos de trabalhos ou apenas para irem ao centro da cidade.

¹⁴⁸ “A supressão do corredor, longo, incómodo e desgracioso, resulta do próprio racionalismo das soluções e permite integrar a área que lhe seria destinada na sala comum, melhorando extraordinariamente os seus aspectos, conforto e eficiência.” JACOBETTY ROSA, Miguel, Comunicação – estudo de casas de renda económica, in ODAM, *Organização dos arquitectos modernos do Porto 1947-1952*, compilado por Cassiano Barbosa, Porto: Edições Asa, 1972, pp. 280-281

¹⁴⁹ O Plano Regulador da cidade do Pôrto estruturou:

- As comunicações rodoviárias segundo os critérios de: artéria principal, secundária, tráfego pesado de atravessamento e vias de penetração e atravessamento ligeiro;
- O zonamento da cidade e dos espaços verdes;
- A organização do território segundo 4 escalões: 1º vizinhança, 2º bairro, 3º unidade residencial ou freguesia e 4º unidade urbana;
- A regulamentação.

¹⁵⁰ CARDOSO, Abílio S., *Do desenvolvimento do planeamento ao planeamento do desenvolvimento*, Porto: Edições Afrontamento, 1996, p. 24

¹⁵¹ “Estes realojamentos são feitos atendendo ao número de quartos necessários ao agregado familiar, à proximidade do seu local de trabalho e a outros legítimos interesses.” in CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano de Melhoramentos: 1956-1966*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1966, p. 16

¹⁵² Está patente na planta de localização dos bairros do Plano de Melhoramentos e das *ilhas* da cidade.

Todo o esforço despendido com este Plano reflectiu-se no maior empreendimento realizado até à data. Condiçãoado por inúmeras dificuldades, “*a sua finalidade compensou um tão velbo como legítimo anseio, com genérico e sentido contentamento de uma população agradecida, insensivelmente nos conduziu a meditar o passado e à ponderação do futuro.*”¹⁵³

Em suma, o projecto dos alojamentos enquadrou-se dentro dos parâmetros da habitação mínima, pela necessidade de construir o máximo de habitações no menor espaço de tempo. Ele permite verificar as transformações ocorridas no interior das habitações ao longo do período de 10 anos em que durou o Plano.

Pelas transformações que surgem na sociedade, as soluções foram-se transformadas no sentido de se ajustar mais capazmente aos seus moradores. Assim verifica-se que a resposta às necessidades físicas e funcionais dos moradores não eram suficientes.

*“L’habitation a changé avec la société, avec le mode de production, même si certain traits (...) conservent une constance relative. L’habiter a changé en fonction de ces totalités que constituent la culture, la civilisation, la société à l’échelle globale.”*¹⁵⁴

Por fim, as alterações que se praticaram nas tipologias do bairro mostram que a imposição de determinados tipos de habitação, que respondem as limitações do Plano de Melhoramentos, pode não ser a melhor resposta para os moradores.

*“(…) que personne ne s’arroge le droit de définir le destin de la société en fixant à ses membres des normes de l’habitation et des modalités de l’habiter.”*¹⁵⁵

¹⁵³ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano de Melhoramentos: 1956-1966*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1966, p. 16

¹⁵⁴ RAYMOND, H. et M. G. A., HAUMONT, N, *L’Habitat Pavillonnaire*, CRU, Paris, 1966, pp. 6-7

¹⁵⁵ Ibidem, p. 7

1.3 FICHAS DOS BAIRROS DO PLANO DE MELHORAMENTOS 1956-66

No panorama apresentado anteriormente, os bairros do Plano de Melhoramentos 1956-66 incluem-se nos parâmetros de habitação mínima e como tal apresentam algumas características específicas da evolução arquitectónica deste parque habitacional, num período de 10 anos.

Ao observar os diversos bairros pode-se constatar que as implantações se afastam da designada “rua corredor” e se implantam de acordo com alguns princípios da Carta de Atenas, aproximando-se das ideias do Movimento Moderno. Ao longo dos 10 anos do Plano é observável que as regras de implantação são semelhantes e constantes em todos os bairros, sendo que as variações estão dependentes das condicionantes dos terrenos, com é notório entre os bairros implantados na periferia da cidade e os implantados na malha consolidada da mesma.

Esta continuidade não se repete no espaço das habitações. É perceptível que durante o Plano de Melhoramentos, os fogos dos bairros assistiram a mudanças e evoluções, com a influência dos “*princípios modernos de racionalização da casa*”¹⁵⁶. Entre os dados recolhidos sobre as habitações dos bairros não é possível definir com certeza quais os fogos que pertencem a cada uma. Como tal também não é possível afirmar a ordem cronológica das plantas existentes. No entanto, é possível determinar uma possível cronologia para as mesmas, pois elas mostram uma evolução dos espaços internos, no que respeita à sua forma, à sua organização e às suas funções.

Apesar da informação ser incompleta, pode-se relacionar algumas habitações com determinados bairros:

- Planta nº 1 (p. 63) pertence ao Bairro da Pasteleira e Carvalhido¹⁵⁷;
- Planta nº 2 (p. 63) pertence ao Bairro do Carvalhido¹⁵⁸;
- Planta nº 3 (p. 63) pertence ao Bairro Fernão Magalhães e de S. Roque da Lameira¹⁵⁹;
- Planta nº 4 (p. 63) pertence ao Bairro do Carriçal¹⁶⁰ e ao Bairro do Carvalhido¹⁶¹;
- Planta nº 5 (p. 64) pertence ao Bairro Fernão Magalhães, de S. Roque da Lameira¹⁶² e ao bairro do Carvalhido¹⁶³;
- Planta nº 6 (p. 64) pertence ao Bairro da Pasteleira¹⁶⁴;
- Planta nº 7 (p. 64) pertence ao Bairro do Carvalhido¹⁶⁵;

¹⁵⁶ JACOBETTY ROSA, Miguel, *Comunicação – estudo de casas de renda económica*, in ODAM, *Organização dos arquitectos modernos do Porto 1947-1952*, compilado por Cassiano Barbosa, Porto: Edições Asa, 1972, p. 276

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, O problema da extinção das “ilhas” do Porto, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1960, p. 24

¹⁵⁸ FIGUEIREDO, Ricardo Araújo, “do Porto e não só”, <<http://doportoenaoso.blogspot.com/2011/02/os-bairros-sociais-no-porto-iv-parte-2.html>> [2011]

¹⁵⁹ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, op. cit., p. 25

¹⁶⁰ Ibidem, p. 24

¹⁶¹ FIGUEIREDO, Ricardo Araújo, “do Porto e não só”, <<http://doportoenaoso.blogspot.com/2011/02/os-bairros-sociais-no-porto-iv-parte-2.html>> [2011]

¹⁶² CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, op. cit., p. 25

¹⁶³ FIGUEIREDO, Ricardo Araújo, “do Porto e não só”, <<http://doportoenaoso.blogspot.com/2011/02/os-bairros-sociais-no-porto-iv-parte-2.html>> [2011]

¹⁶⁴ FIGUEIREDO, Ricardo Araújo, “do Porto e não só”, <<http://doportoenaoso.blogspot.com/2011/02/os-bairros-sociais-no-porto-iv-parte-2.html>> [2011]

¹⁶⁵ FIGUEIREDO, Ricardo Araújo, “do Porto e não só”, <<http://doportoenaoso.blogspot.com/2011/02/os-bairros-sociais-no-porto-iv-parte-2.html>> [2011]

- Planta nº 11 (p. 65) pertence ao Bairro de S. Roque da Lameira¹⁶⁶;
- Planta nº 12 (p. 66) pertence ao Bairro Fernão Magalhães e S. Roque da Lameira¹⁶⁷;
- Planta nº 13 (p. 66) pertence ao Bairro da Pasteleira¹⁶⁸;
- Planta nº 15 (p. 66) pertence ao Bairro da Pasteleira¹⁶⁹;

Dada a falta de exactidão sobre que habitações pertencem a que bairro, optou-se por ordenar as plantas de acordo com uma possível ordem cronológica, baseada na observação da evolução dos dispositivos arquitectónicos.

Torna-se claro, após uma análise cuidada, que os primeiros fogos pretendiam limitar ao máximo tanto as áreas como o programa. Extingue-se o corredor e outras divisões foram reduzidas, como se observa no espaço da cozinha. Nos primeiros fogos do Plano de Melhoramentos este espaço não era independente e estava integrado na área da sala, como parte das funções da própria sala. Também é observável a inexistência de um espaço de entrada/recepção nas habitações.

Mais tarde, verifica-se a alteração de algumas premissas iniciais de acordo com a evolução da habitação. A cozinha ganha mais autonomia até tomar uma forma independente; a entrada destaca-se cada vez mais dos restantes espaços da habitação; introduz-se a varanda associada à sala; e chegam a existir alguns espaços de arrumação próximos da cozinha¹⁷⁰.

Apesar desta evolução, entendeu-se necessário “(...) *que a sua conformação [da casa] permita reduzir ao mínimo o esforço a despende com os serviços do lar, sem que sofram diminuição quer a comodidade, quer a higiene.*”¹⁷¹

¹⁶⁶ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto: 1956-1966*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1966, p. 42

¹⁶⁷ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *O problema da extinção das “ilhas” do Porto*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1960, p. 26

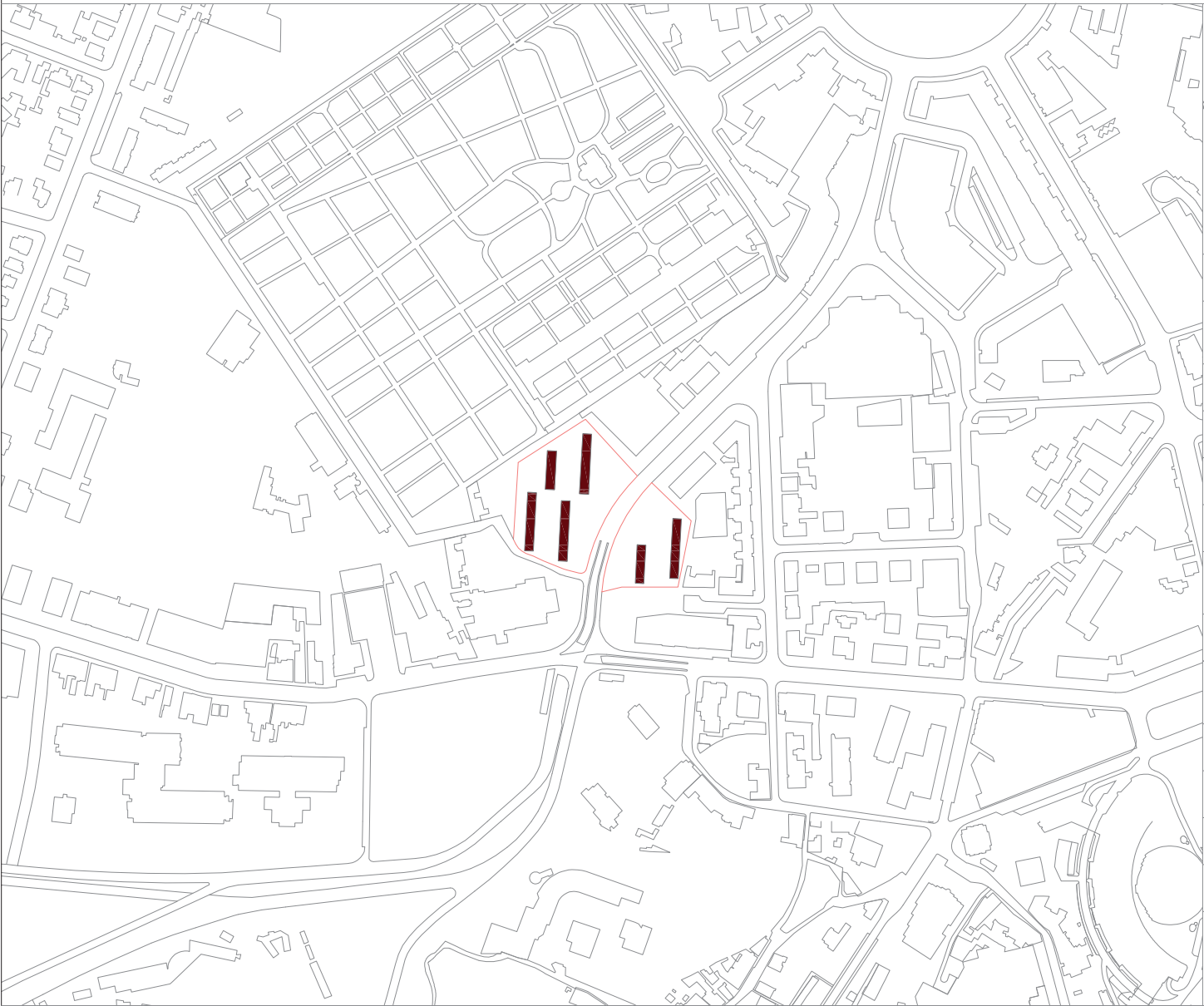
¹⁶⁸ FIGUEIREDO, Ricardo Araújo, “do Porto e não só”, <<http://doportoenaoso.blogspot.com/2011/02/os-bairros-sociais-no-porto-iv-parte-2.html>> [2011]

¹⁶⁹ FIGUEIREDO, Ricardo Araújo, “do Porto e não só”, <<http://doportoenaoso.blogspot.com/2011/02/os-bairros-sociais-no-porto-iv-parte-2.html>> [2011]

¹⁷⁰ Tal pode ser observado na planta nº 7.

¹⁷¹ JACOBETTY ROSA, Miguel, *Comunicação – estudo de casas de renda económica*, in ODAM, *Organização dos arquitectos modernos do Porto 1947-1952*, compilado por Cassiano Barbosa, Porto: Edições Asa, 1972, p. 276

BAIRRO DO BOM SUCESSO



2 000m

INFORMAÇÕES

Data	1956
Freguesia	Massarelos
Fases	Única
Densidade	442 hab/ha

HABITAÇÕES

Total	128
-------	-----

TIPOLOGIAS

T1	0
T2	0
T3	128
T4	0



50m

Bairro do Bom Sucesso

Limites do bairro

Bairros do Plano de Melhoramentos 1956 - 66



2 000m

INFORMAÇÕES

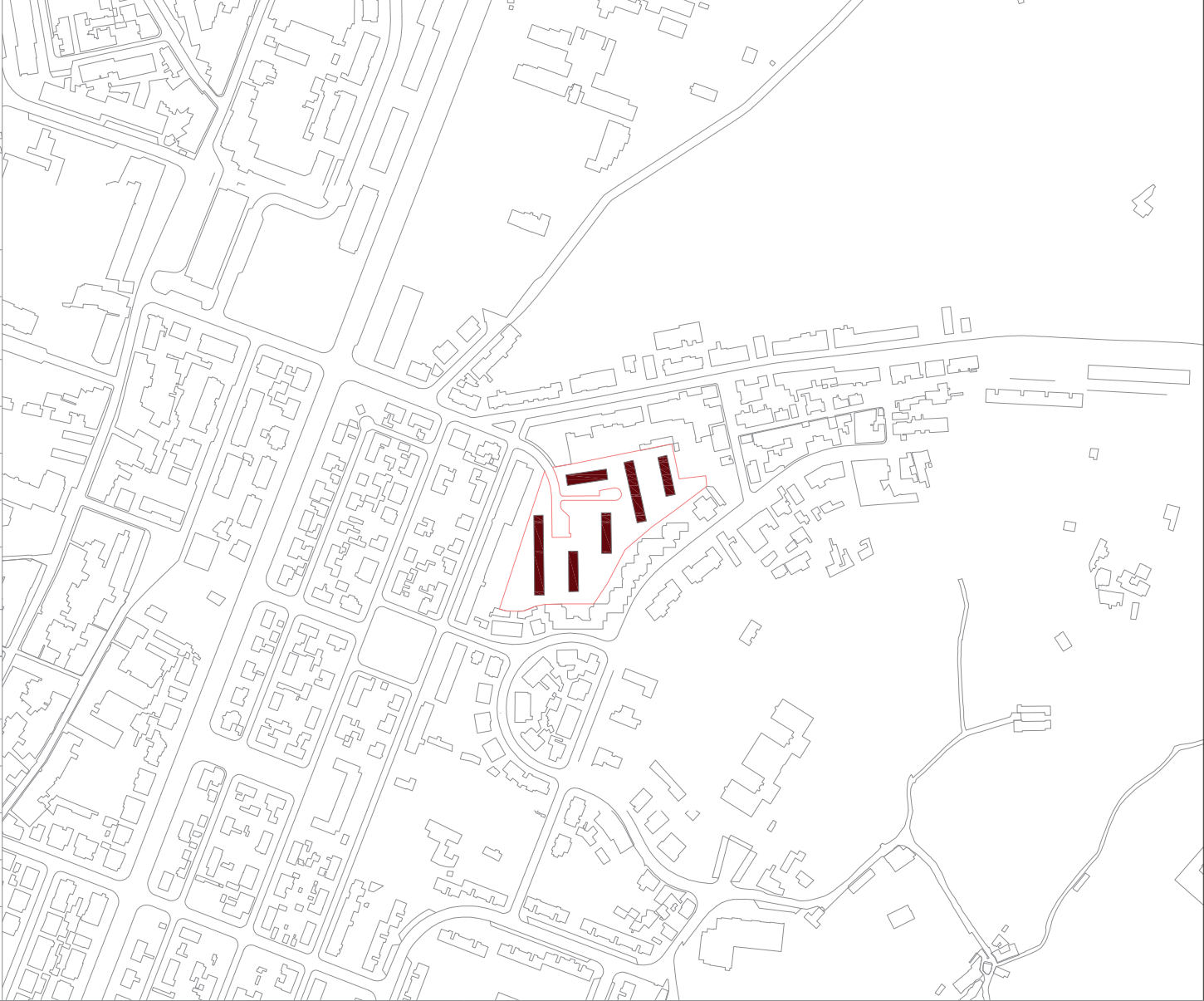
Data	1957
Freguesia	Campanhã
Fases	Única
Densidade	484 hab/ha

HABITAÇÕES

Total	122
-------	-----

TIPOLOGIAS

T1	2
T2	8
T3	104
T4	8



Bairros do Plano de Melhoramentos 1956 - 66



Bairro Pio XII



Limites do bairro



50m

BAIRRO DO CARVALHIDO



INFORMAÇÕES

Data	1957
Freguesia	Paranhos
Fases	Única
Densidade	391 hab/ha

HABITAÇÕES

Total	264
-------	-----

TIPOLOGIAS

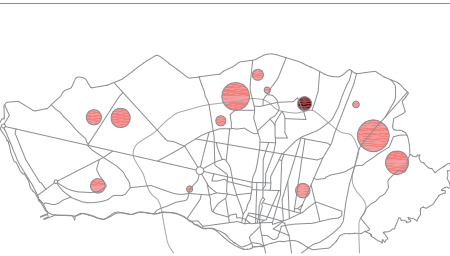
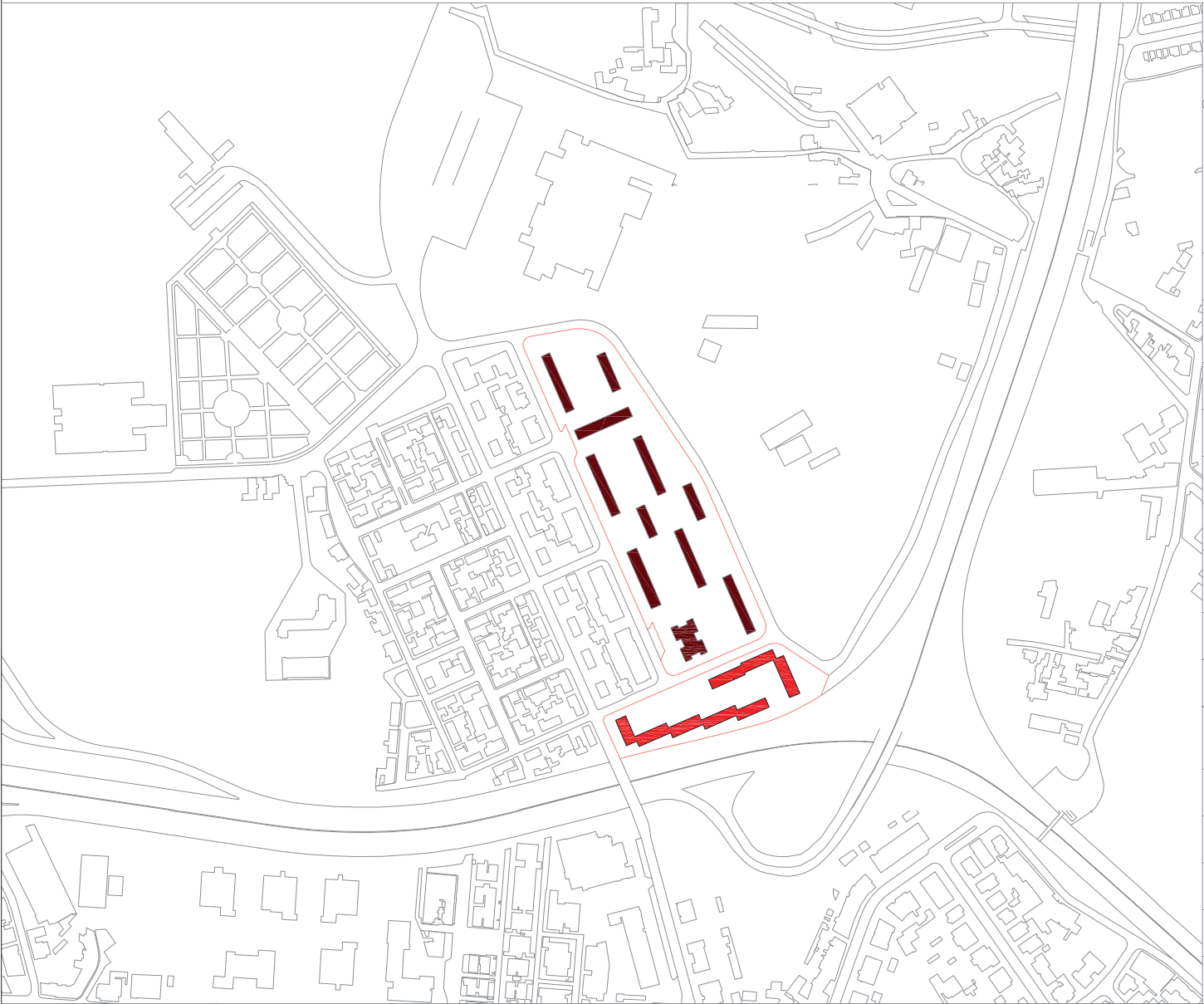
T1	8
T2	56
T3	192
T4	8



 Bairro do Carvalhido  Limites do bairro  Bairros do Plano de Melhoramentos 1956 - 66



BAIRRO DO OUTEIRO



INFORMAÇÕES

Data (1ª fase/2ª fase)	1958/1964
Freguesia	Paranhos
Fases	2
Densidade	454 hab/ha

HABITAÇÕES

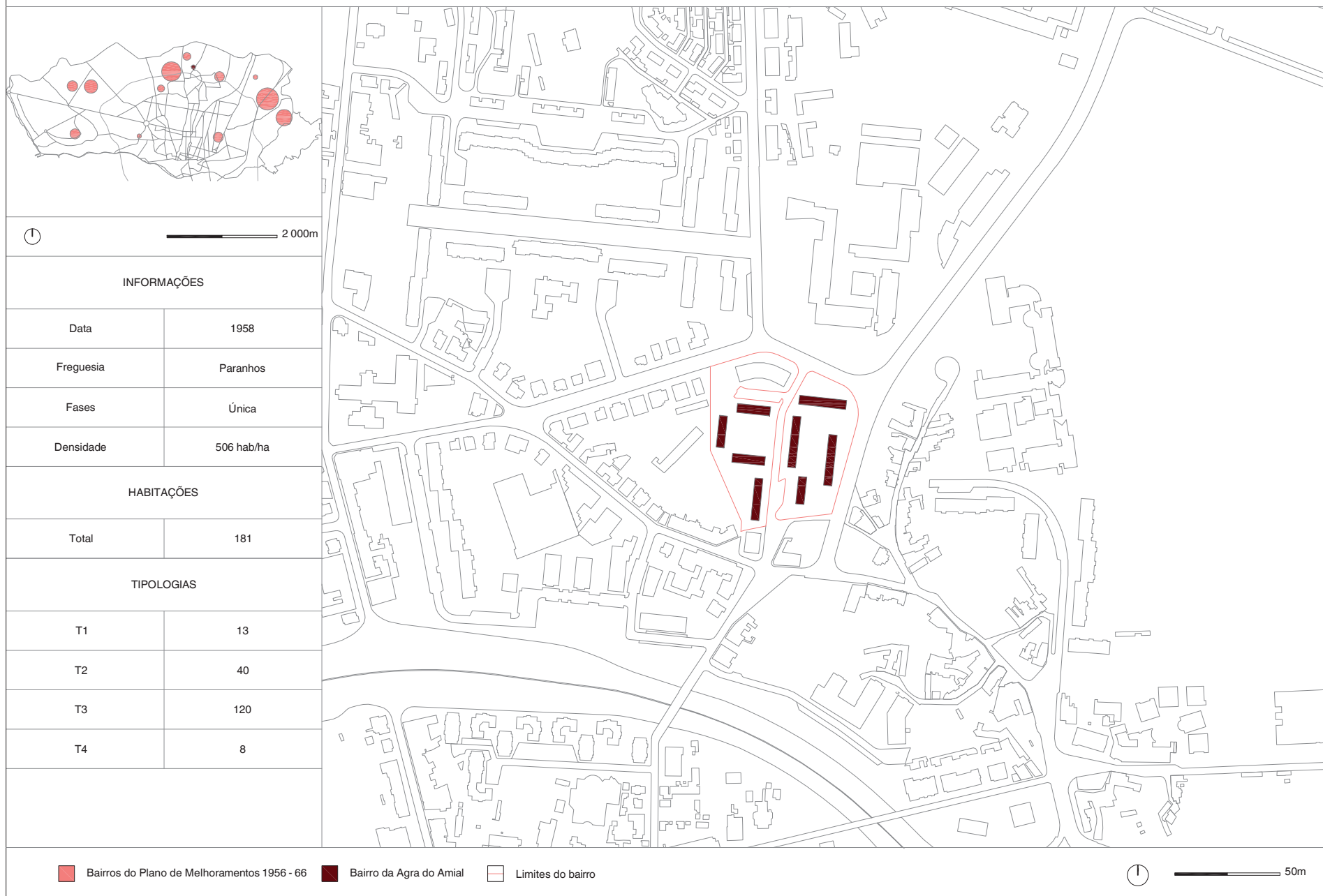
Total 1ª fase	235
Total 2ª fase	143

TIPOLOGIAS

T1	73
T2	70
T3	207
T4	28



 Bairro do Outeiro - 1ª fase  Bairro do Outeiro - 2ª fase  Limites do bairro  Bairros do Plano de Melhoramentos 1956 - 66



BAIRRO DO CARRIÇAL



2 000m

INFORMAÇÕES

Data (1ª fase/2ª fase)	1959/1960
Freguesia	Paranhos
Fases	2
Densidade	462 hab/ha

HABITAÇÕES

Total 1ª fase	170
Total 2ª fase	88

TIPOLOGIAS

T1	40
T2	88
T3	109
T4	21



50m



Bairro do Carriçal - 1ª fase



Bairro do Carriçal - 2ª fase



Limites do bairro



Bairros do Plano de Melhoramentos 1956 - 66

BAIRRO FERNÃO MAGALHÃES



2 000m

INFORMAÇÕES

Data (1ª fase/2ª fase)	1959/1960
Freguesia	Bonfim
Fases	2
Densidade	324 hab/ha

HABITAÇÕES

Total 1ª fase	236
Total 2ª fase	110

TIPOLOGIAS

T1	52
T2	120
T3	135
T4	39



Bairros do Plano de Melhoramentos 1956 - 66



Bairro Fernão Magalhães - 1ª fase



Bairro Fernão Magalhães - 2ª fase

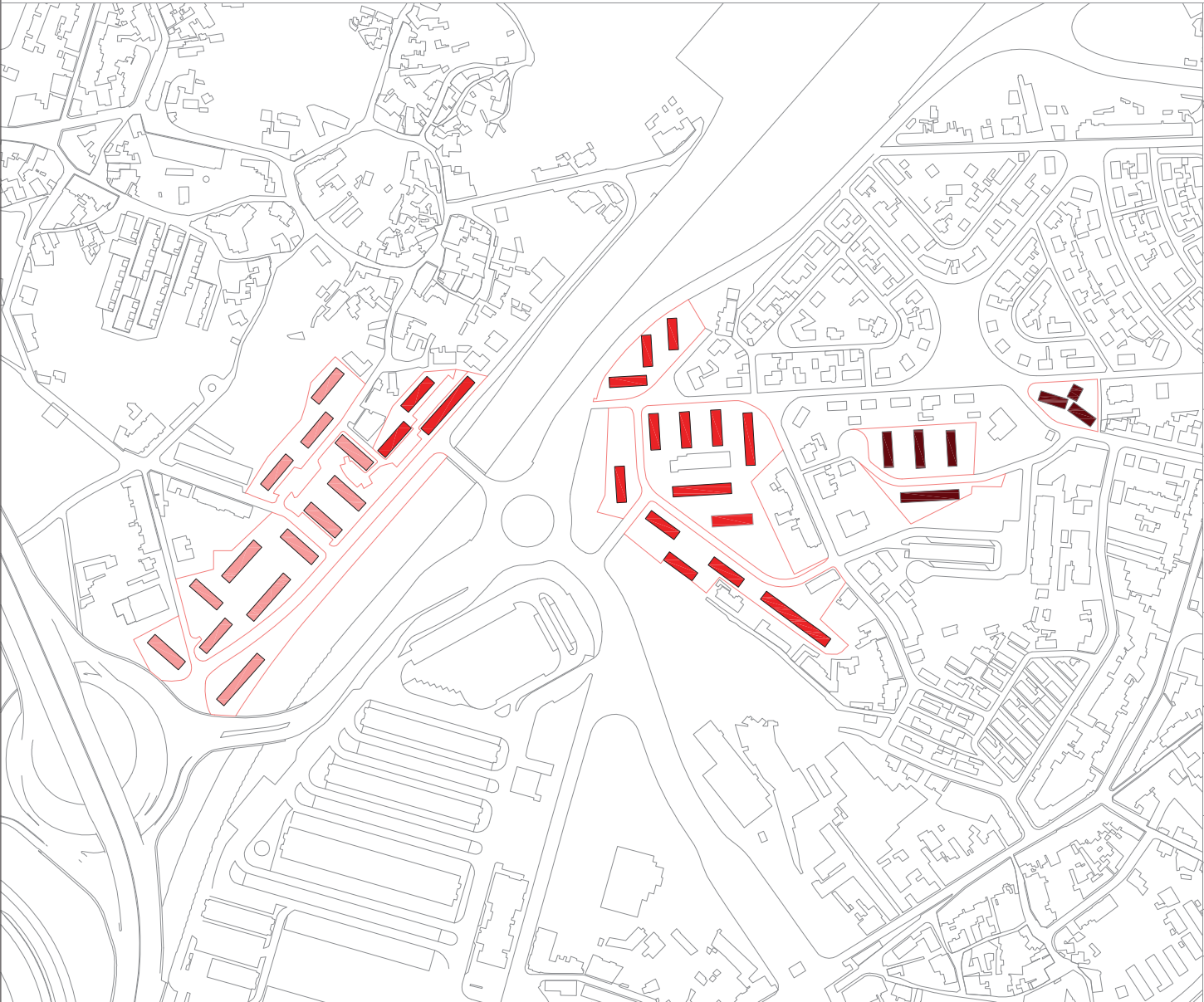


Limites do bairro



50m

BAIRRO DE S. ROQUE DA LAMEIRA



INFORMAÇÕES

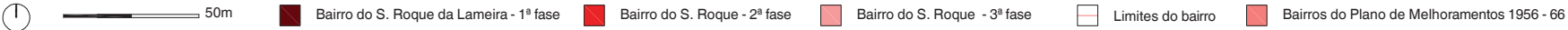
Data (1ª fase/2ª fase/3ª fase)	1959/1960/1963
Freguesia	Campanhã
Fases	3
Densidade	478 hab/ha

HABITAÇÕES

Total 1ª fase	116
Total 2ª fase	335
Total 3ª fase	272

TIPOLOGIAS

T1	140
T2	216
T3	285
T4	82



BAIRRO DA FONTE DA MOURA



2 000m

INFORMAÇÕES

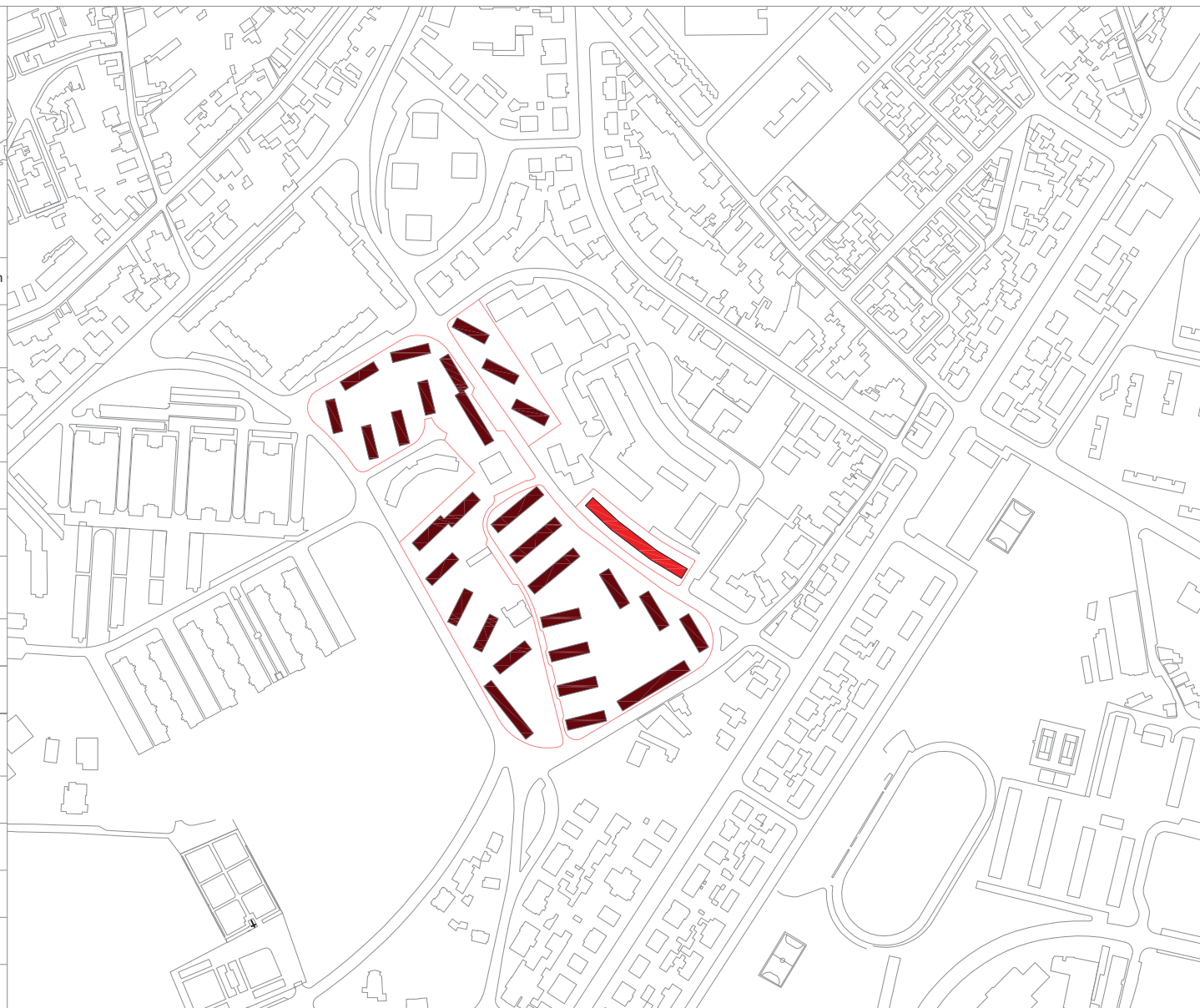
Data (1ª fase)	1960
Freguesia	Aldoar
Fases	2
Densidade	363 hab/ha

HABITAÇÕES

Total 1ª fase	596
Total 2ª fase	42

TIPOLOGIAS

T1	54
T2	120
T3	428
T4	36



Bairros do Plano de Melhoramentos 1956 - 66



Bairro da Fonte da Moura - 1ª fase



Bairro da Fonte da Moura - 2ª fase



Limites do bairro



50m

BAIRRO DO CERCO DO PORTO



2 000m

INFORMAÇÕES

Data	1961
Freguesia	Campanhã
Fases	Única
Densidade	360 hab/ha

HABITAÇÕES

Total	804
-------	-----

TIPOLOGIAS

T1	139
T2	268
T3	295
T4	102

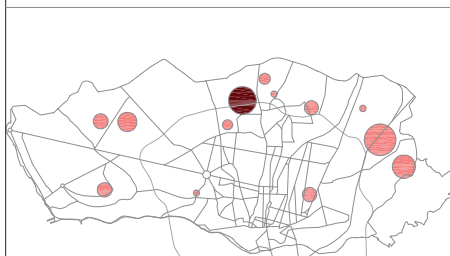


50m

■ Bairro do Cerco do Porto

□ Limites do bairro

■ Bairros do Plano de Melhoramentos 1956 - 66



2 000m

INFORMAÇÕES

Data	1962
Freguesia	Paranhos
Fases	Única
Densidade	405 hab/ha

HABITAÇÕES

Total	722
-------	-----

TIPOLOGIAS

T1	206
T2	356
T3	80
T4	80



Bairros do Plano de Melhoramentos 1956 - 66



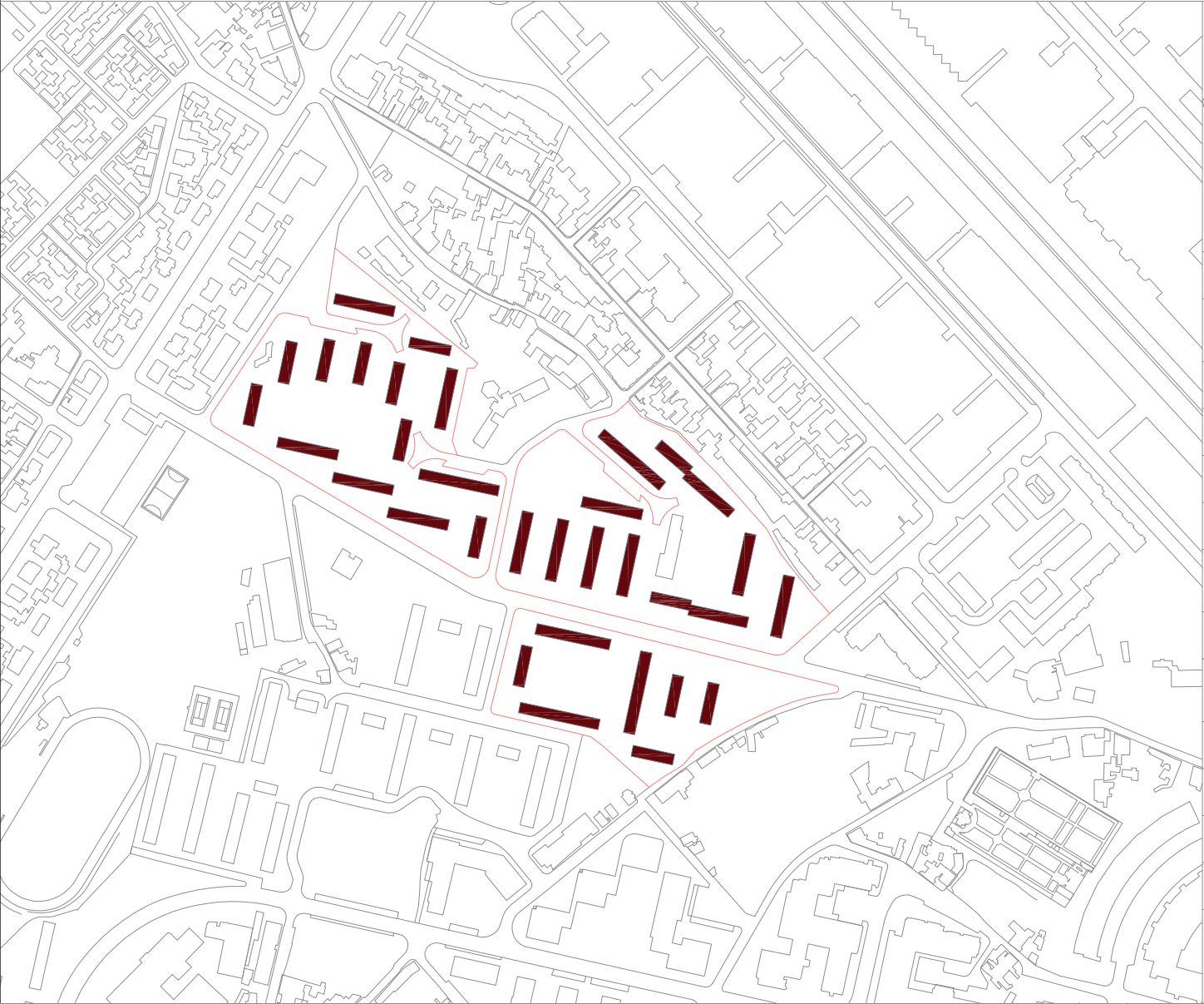
Bairro do Regado



Limites do bairro



BAIRRO ENGº ARANTES E OLIVEIRA
(CAMPINAS)



INFORMAÇÕES

Data	1963
Freguesia	Ramalde
Fases	Única
Densidade	336 hab/ha

HABITAÇÕES

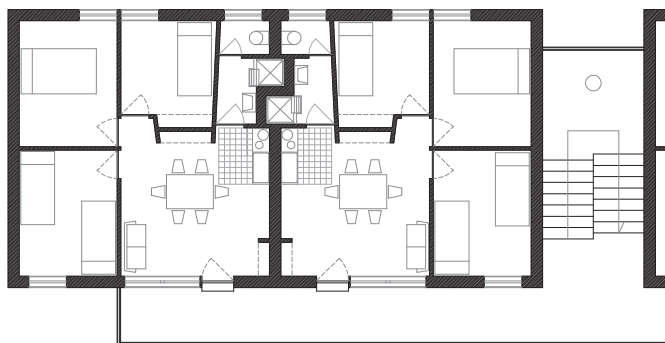
Total	900
-------	-----

TIPOLOGIAS

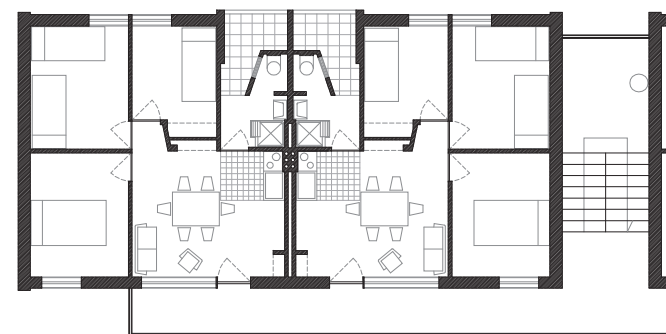
T1	188
T2	360
T3	248
T4	104



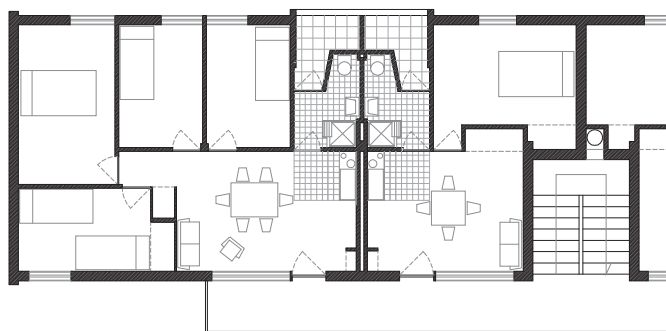
■ Bairro Engº Arantes e Oliveira □ Limites do bairro ■ Bairros do Plano de Melhoramentos 1956 - 66



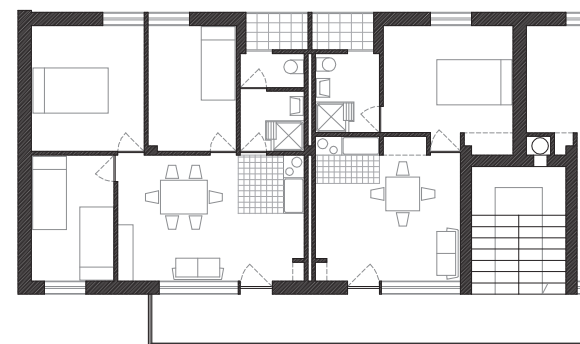
1



2



3



4

1 - Tipo 3: Solução Este-Oeste

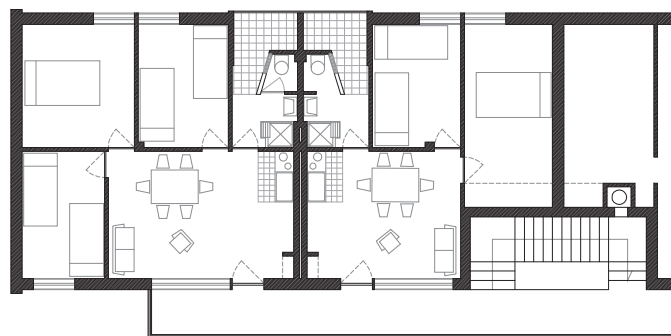
2 - Tipo 3: solução Este-Oeste

3 - Tipo 4-1

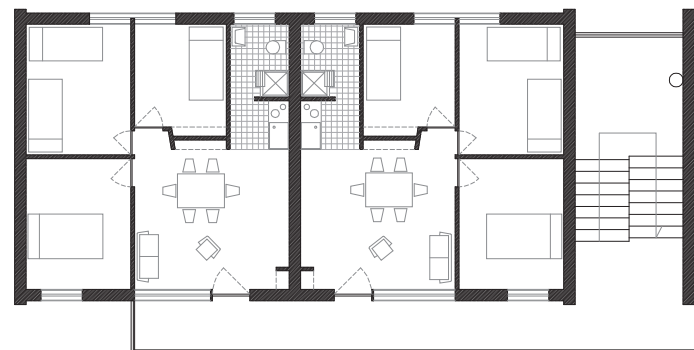
4 - Tipo 3-1: Solução Este-Oeste

2m

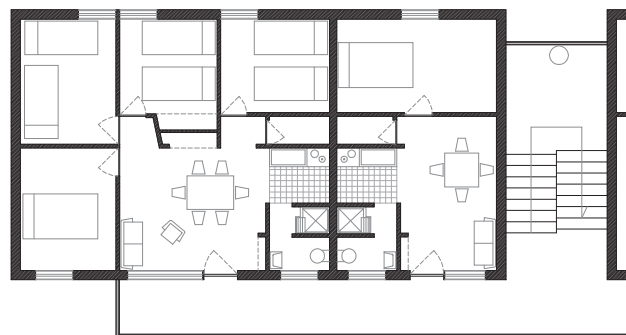
HABITAÇÕES DOS BAIRROS DO PLANO DE
MELHORAMENTOS 1956-66



5



6



7



8

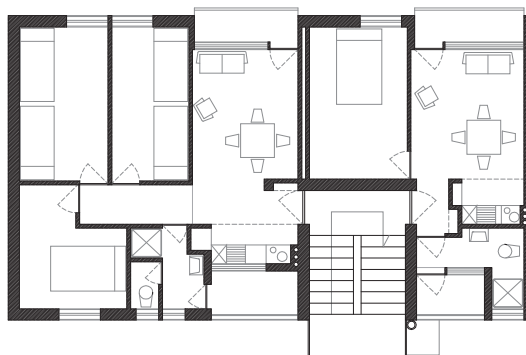
5 - Tipo 3-2: Solução Este-Oeste

6 - Tipo 3

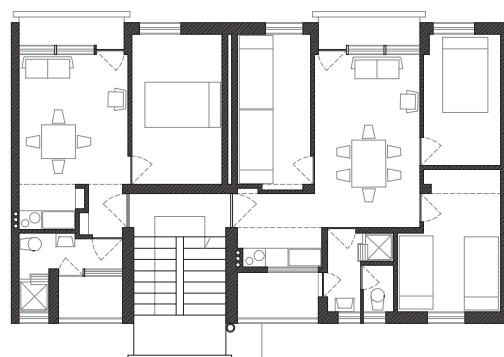
7 - Tipo 4-1: Solução Este-Oeste

8 - Tipo 4-1-2

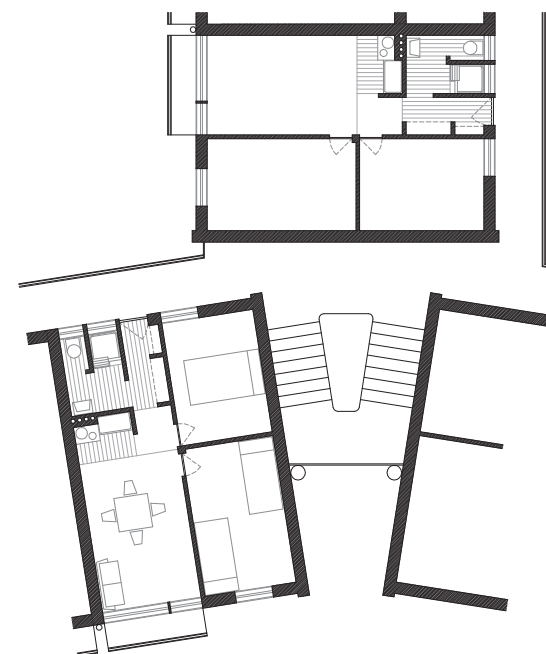
2m



9



10



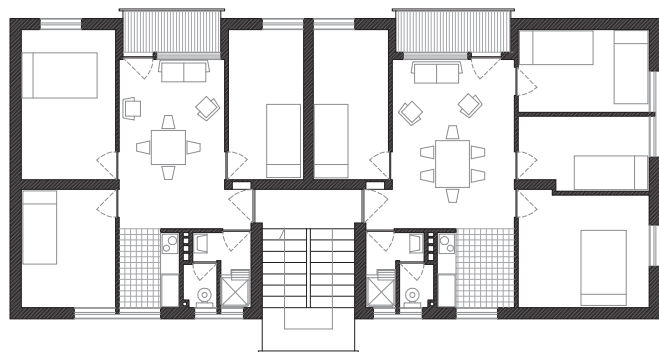
11

9 - Tipo 3-1

10 - Tipo 1-3

11 - Tipo 2: Bloco Estrela

2m



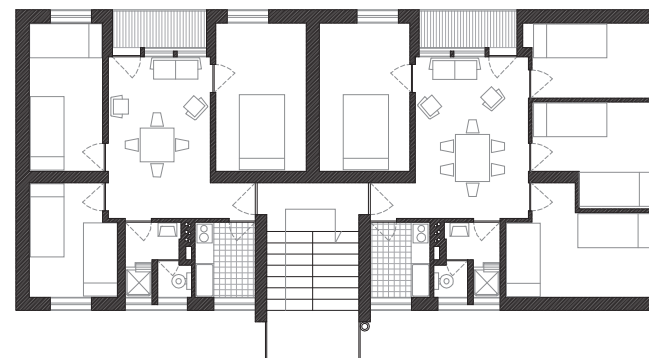
12



13



14



15

12 - Tipo 3-4: Solução Norte-sul

13 - Tipo 4-1: Solução Norte-Sul

14 - Tipos 3-1: Solução Norte-Sul

15 - Tipo 3-4

2m

1.4 CRONOLOGIA

1899 – Início da construção das Colónias do Comércio do Porto.

1900 – Exposição Internacional de Paris.

1907 – Fundação da Deutscher Werkbund, Munique, Alemanha.

1905 – Fim da construção das Colónias do Comércio do Porto.

1909 – AEG – Fábrica de turbinas de Peter Behrens, Berlim, Alemanha.

1910 – Proclamação da República em Portugal.

1914 – Início da 1ª Guerra Mundial.

1914 – Le Corbusier desenvolve a célula de habitação económica em série – Dómino.

1914 – Fundação da Deutscher Werkbund, Colónia, Alemanha.

1917 – Revolução Russa.

1918 – Fim da 1ª Guerra Mundial.

1919 – Início da Bauhaus com Gropius.

1920 – Criação da revista L'esprit nouveau por Osenfant e Le Corbusier.

1926 – Definição dos 5 pontos de Le Corbusier.

1926 – Início da Ditadura Militar.

1928 – Fundação dos Congressos Internacionais para a Arquitectura Moderna (CIAM I), La Sarraz, Suíça.

1929 – CIAM II, Unidade mínima de habitação - Existenzminimum, Frankfurt, Alemanha.

1931 – Direito ao sufrágio feminino em Portugal.

1933 – Subida do Hitler ao poder.

1933 – CIAM IV, Publicação da Carta de Atenas, Atenas, Grécia.

1933 – Fim da Ditadura Militar e início do Estado Novo.

1939 – Início da 2ª Guerra Mundial.

1939 – Plano de Salubridade das *Ilhas* do Porto.

1940 – Inauguração do Bloco de Duque de Saldanha, Porto.

1945 – Fim da 2ª Guerra Mundial.

1945 – Início dos estudos das Unidades de Habitação de Le Corbusier.

1945 – Bloco da Carvalhosa de Arménio Losa e Cassiano Barbosa, Porto.

1948 – I Congresso Nacional de Arquitectura, Lisboa.

1951 – Exposição “Os nossos edifícios são diferentes dos do passado porque vivemos num mundo diferente” no Ateneu Comercial do Porto.

1951 (1960) – Bairro de Ramalde de Fernando Távora, Porto

1952 – Plano Regulador da Cidade do Porto.

1953 – Inauguração da 1ª fase do Bairro Rainha D. Leonor, Porto.

1955 – Inauguração da 2ª fase do Bairro Rainha D. Leonor, Porto.

1956 – Início do Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto.

1956 – Casa de Chá da Boa Nova de Álvaro Siza, Matosinhos.

1959 – Fim do CIAM.

1961 – Publicação do livro “Arquitectura Popular Portuguesa”.

1963 – Conclusão da construção da Ponte da Arrábida.

1966 – Conclusão oficial do Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto, porém não coincide com a conclusão das obras.

■ Factos arquitectónico-urbanísticos nacionais.

■ Factos político-culturais nacionais.

■ Factos arquitectónico-urbanísticos internacionais.

■ Factos político-culturais internacionais.

2. A VIVÊNCIA DO BAIRRO:

AS EXPERIÊNCIAS DOS HABITANTES ENTRE DOIS PROJECTOS, OS OLHARES ARQUITECTÓNICOS EM DOIS TEMPOS

Após a introdução do panorama da habitação nacional e internacional, apresenta-se a análise do caso de estudo na cidade do Porto: o Bairro Rainha D. Leonor.

Apesar de não se enquadrar no Plano de Melhoramentos 1956-66 que foi apresentado, este bairro é composto por habitações mínimas, com áreas reduzidas e um programa simples. Nele os seus habitantes viveram mais de cinco décadas. Assistiram à crise habitacional que a cidade atravessou e chegaram até aos dias actuais acumulando um conjunto rico de experiências. A evolução do processo de habitar deste bairro baseia-se na complexidade inerente às mudanças que ocorreram nas habitações e também nas diversas experiências que construíram o quotidiano das famílias que as habitam.

2.1 METODOLOGIA

Para abordar e compreender os modos de habitar e a forma como é apropriado o espaço da habitação é necessário conhecer as experiências de vida dos habitantes.

Assim, adoptou-se como abordagem metodológica um conjunto de processos para desenvolver e aprofundar o conhecimento em redor dos processos de apropriação em habitação mínima. Como primeiro instrumento utilizado para obter informações sobre a apropriação do espaço utilizou-se a entrevista, porém isoladamente não ela constituirá uma base de dados completa e precisa.

Apesar da abordagem se centrar na questão arquitectónica, para a qual um dos seus principais instrumentos de apoio à investigação é a imagem abstracta (desenhos técnicos) ou mesmo a fotografia, só será possível recolher informações importantes para atingir os objectivos pretendidos através de uma abordagem direccionada para o diálogo com os moradores.

De modo a compôr um corpus que ilustre um maior número de experiências, foi realizada a análise de um conjunto variado de opiniões e relatos particulares do grupo de habitantes.

Pelas diferenças que distinguem os moradores – a localização da habitação no bairro, a tipologia que habitam, a fase em que se encontra a habitação (original ou requalificada), a composição do agregado familiar e mesmo as próprias experiências pessoais – é possível estudar uma ampla diversidade nos modos de apropriação, porém esta diversidade assenta numa referência comum no que toca à habitação: o Bairro Rainha D. Leonor.

O uso do registo auditivo exige ser complementado com o recurso a desenhos e registos fotográficos. A impossibilidade de se verificar com precisão as práticas quotidianas, quando baseadas em exclusivo nos relatos, reduz a possibilidade de se expor com clareza como o espaço da casa evoluiu e se transformou para se adaptar às necessidades dos habitantes. Contudo, são as mesmas entrevistas que permitem concluir como os mesmos moradores se adaptaram ao espaço onde habitam. As duas formas de adaptação (habitantes à habitação; habitação aos habitantes) são exploradas com o recurso a instrumentos distintos. No primeiro caso (habitantes – habitação) não é possível verificar fisicamente quais as práticas e experiências quotidianas, como tal o registo auditivo revela-se importante. No segundo caso (habitação – habitante) a forma como a habitação se transformou para acomodar as práticas e usos verifica-se mais facilmente através do recurso a registos fotográficos e gráficos (desenhos).

Assim, a imagem é um dado essencial para compreender as relações que os moradores estabelecem com o seu espaço. Muitas vezes, quando se retomam os relatos dos moradores sobre as questões espaciais da habitação é complicado percebê-las na sua totalidade. No momento da entrevista, os habitantes frequentemente apoiam o discurso no mesmo espaço em que decorre a conversa para explicar determinado acontecimento. Assim, a descrição de algum elemento espacial pode ser suprimido do discurso, dificultando a compreensão futura do mesmo.

É importante que todos estes instrumentos sejam usados em conjunto para se poder construir uma imagem global e o mais precisa de cada caso analisado.

TRABALHO DE CAMPO

O foco da pesquisa deve incidir no local de estudo. O trabalho de campo, isto é, a observação e interacção directa com o caso de estudo obedece à metodologia definida anteriormente. Assim, são três os principais trabalhos a efectuar no local: uma primeira tarefa, as **entrevistas**; em segundo, o **registo gráfico**, incidindo a organização espacial das divisões

das habitações; e por fim, o **registro fotográfico** que complementa os dois campos anteriores.

Estes três campos recorrem à interação com os próprios habitantes e com o local de estudo. A recolha de informações na própria fonte e directamente aos habitantes torna possível perceber a totalidade do contexto que envolve cada caso de estudo. Através desta abordagem as práticas e as vivências quotidianas no espaço da casa podem ser descortinadas, colocando em evidência a importância dos vários espaços da habitação e como estes mesmos espaços se traduzem para o habitante: condicionantes ou não.

Nas entrevistas é fulcral para o entrevistador poder observar o espaço sobre o qual está a questionar o habitante, pois só assim poderá guiar o discurso da forma mais pertinente e adequada. O local de estudo é a base da pesquisa e é nela que se desenvolvem e decorrem todas as práticas quotidianas associadas aos modos de vida e à apropriação dos espaços da habitação.

Também para o entrevistado é importante que a entrevista decorra dentro da sua habitação. Torna-se mais simples encontrar respostas para algumas questões relativas à sua casa quando se encontram dentro da mesma. A possibilidade de se socorrer da observação ou até a oportunidade de circular pela habitação, apontando o que é relevante na sua explicação, são meios que auxiliam o seu discurso.

Será necessário que este instrumento de investigação (a entrevista) seja estruturado de acordo com os objectivos da investigação: entender os usos e as práticas diárias num contexto global, suscitando justificações e expondo as razões pelas quais os próprios habitantes tomaram determinadas opções de uso do espaço. Com vista a responder a estes objectivos, a entrevista procura evitar respostas directas, curtas e demasiado sintéticas que não aprofundem o modo com decorrem as práticas na habitação, pois cada escolha adoptada pelos habitantes compreende uma determinada motivação pessoal, e um enquadramento particular, só passíveis de se entenderem em discursos mais abrangentes.

*“(…) l’entretien de recherche se caractérise enfin par opposition au questionnaire dans la mesure où, visant la production d’un discours linéaire sur un thème donné, il implique que l’on s’abstienne de poser des questions préédigées.”*¹⁷²

A realização de entrevistas semi-directivas¹⁷³ permite conduzir o entrevistado a uma resposta-discurso¹⁷⁴, que implica que o entrevistador se abstenha de colocar questões pré-dirigidas colocando o entrevistado numa posição mais colaborativa. Este modo de entrevista permite que o discurso se desenrole por um percurso próprio, pois não estão balizados os seus limites, pelo contrário através deste método o discurso se constrói-se ao longo da conversa, atravessando um processo de transformação do que são as práticas (o fazer) para a concepção mental das mesmas (o dizer)¹⁷⁵.

Deste modo pretende-se que o entrevistado foque o seu papel como protagonista na criação de um modelo próprio de espaço de habitação, evidenciando as suas necessidades, os seus hábitos, as práticas quotidianas e as suas experiências como factores fulcrais na produção do *habitat*. Espera-se, também, que no decorrer da entrevista esteja patente de que forma o papel da habitação influencia os usos que os habitantes fazem da mesma de acordo com os seus modos de vida.

Esta abordagem é a mais adequada, pois torna possível ao entrevistador conduzir a entrevista de acordo com os seus objectivos, ou seja, introduzir os tópicos que lhe interessam sem impor um sentido específico, produzindo-se um discurso muito particular¹⁷⁶ e característico de cada caso.

¹⁷² BLANCHET, Alain; GOTMAN, Anne, *L'enquête et ses méthodes : L'entretien*, Paris : Éditions Nathan, 1992, p. 20

¹⁷³ Ibidem, p. 9

¹⁷⁴ Ibidem, p. 9

¹⁷⁵ Ibidem, p. 29

¹⁷⁶ BLANCHET, Alain; GOTMAN, Anne, *L'enquête et ses méthodes : L'entretien*, Paris : Éditions Nathan, 1992, p. 40

*“(…) le questionnaire provoque une réponse, l’entretien fait construire un discours.”*¹⁷⁷

Dentro deste tipo de entrevista, onde os habitantes discorrem sobre os tópicos analisados, o entrevistador pode encontrar novas oportunidades quando são levantados temas pelos entrevistados que até ao momento poderiam passar despercebidas.

Outro aspecto a tomar em consideração é a forma de estruturar os tópicos das entrevistas perante a diversidade de casos que enquadram o bairro¹⁷⁸, ou seja, é necessário organizar e desenhar um modelo guia de entrevista segundo características comuns das habitações do bairro. Este ponto é relevante na medida em que os moradores não sofreram o mesmo processo e as mesmas experiências, ou seja, é imperativo que as entrevistas sejam conduzidas de acordo com as suas bases comuns.

Foi necessário estruturar um plano para as entrevistas, com a organização dos temas que a explorar e as estratégias de intervenção.

Dada a complexidade de evolução das habitações tornou-se claro que um único plano de entrevista não seria adequado a todas as situações. O guia da entrevista varia assim em função da habitação em estudo, da sua natureza (exploratória, complementar, principal)¹⁷⁹ e do tipo de análise que se pretende fazer. Assim, foi necessário tomar em consideração a fase de desenvolvimento da requalificação das habitações do bairro em conjunto com processo pelo qual os moradores passaram. O plano prévio de entrevistas não pretende dirigir o discurso, mas estruturar e organizar os temas em análise¹⁸⁰.

De acordo com o processo de requalificação do bairro, que se encontra em fase de desenvolvimento¹⁸¹, estruturaram-se dois guias de entrevistas mantendo em evidência as diferenças que distinguem os moradores que ainda não passaram pelo processo de transição dos que já vivem nas novas habitações. Esta discrepância levanta questões importantes e é significativa para compreender os modos de vida de quem habita um espaço mínimo, pois o teor das entrevistas é fundamentado na experiência pessoal de cada família.

De acordo com esta divisão, definiram-se **dois grupos** principais a entrevistar de acordo com as habitações do bairro: aquelas que ainda **não sofreram requalificação**; e as que já **estão requalificadas**. Ainda existe um terceiro grupo, irrelevante no que toca às entrevistas, e que inclui as habitações que não se encontram habitadas, estando já requalificadas ou ainda não. Estas encontram-se num momento de transição, sendo que as requalificadas esperam novos residentes do bairro e as originais esperam requalificação.

Não só as habitações são agrupadas, como também os moradores se distinguem em dois grupos diferentes. Um **primeiro grupo** refere-se aos moradores da fase original do projecto do bairro. Neste caso, a sua experiência habitacional no bairro remete-se para as casas originais, as únicas que conhecem. Um **segundo grupo** inclui moradores com duas

¹⁷⁷ Ibidem, p. 40

¹⁷⁸ O bairro atravessa um processo de requalificação, onde algumas habitações originais do bairro já estão requalificadas e outras ainda se encontram em fase de espera.

As habitações originais correspondem à 1ª fase do bairro Rainha D. Leonor (1953). As habitações requalificadas dizem respeito ao grupo de construções que já foram alvo de requalificação e que estão habitadas até o momento (Julho de 2011).

¹⁷⁹ BLANCHET; GOTMAN, op. cit., p. 61

¹⁸⁰ Ibidem, p. 64

¹⁸¹ A totalidade das habitações ainda não está concluída. Das habitações actuais do bairro 61% são habitações originais, os outros 39% são habitações requalificadas.

experiências distintas, mas que para efeitos da investigação foram tratados do mesmo modo. Por um lado temos moradores que já sofreram a transição das habitações mínimas originais para as requalificadas, mas que tiveram obrigatoriamente de mudar para outro bairro camarário (à sua escolha, desde que disponível) no momento intermédio de transição, de modo a viabilizar o início das obras de requalificação. Por outro lado, encontramos também neste grupo os habitantes que já mudaram para habitações requalificadas, mas que o fizeram de forma directa, ou seja, mudaram uma única vez dentro do próprio bairro, pois já se encontravam habitações disponíveis para tal.

Se por um lado, o conhecimento empírico recolhido junto dos habitantes das casas originais se cinge em exclusivo ao espaço das habitações que conhecem, por outro, os moradores que atravessaram o processo de mudança acumulam mais experiências. Vivem num espaço novo, mas os seus modos de vida estão ainda referenciados na habitação anterior, o que inevitavelmente se reflecte em diferenças no modo de apropriar o espaço da casa. O olhar sobre o espaço é diferente, e de forma inconsciente, constroem-se novas práticas e novos usos em torno do novo espaço.

Apesar das diferenças que distinguem os dois planos de entrevista existe uma secção comum. Ela indaga sobre o grupo doméstico (parentesco, idade, ocupação), sobre experiência de habitação anterior à vivência do bairro, e quais as actividades e o tempo passado em casa.

No plano da entrevista das habitações originais inquire-se sobre quais as origens dos habitantes, isto é, onde viveram antes de habitar o bairro, e como era essa mesma habitação. Posteriormente enunciam-se questões relativas ao espaço da habitação do bairro, salientando a relação entre os espaços da habitação mínima e os modos de vida.

Para o plano das entrevistas das habitações requalificadas, repete-se o tema da habitação anterior ao bairro, exploram-se questões sobre as experiências na habitação original do bairro, questionam-se as mudanças para as novas casas e por fim confrontam-se as duas experiências habitacionais no bairro.

Para se obter um quadro razoável de amostras que demonstrem uma linha comum de práticas ou opções relativas ao espaço da casa deve ser considerado um conjunto de casos de estudo que definam um quadro tipo das habitações do bairro.

Entrevistar um número razoável de habitantes é fundamental para o estudo. A importância de contactar com vários moradores permite demonstrar e verificar uma regra ou norma constante em todos eles, obtendo-se resultados mais amplos. A diversidade de tipologias¹⁸² nas habitações originais e requalificadas também obriga a mais entrevistas para mostrar todos os casos do bairro. Isto significa que para cada tipo de habitação deve existir pelo menos mais do que um exemplo inquirido. Porém, existem algumas situações que inviabilizaram tal situação.

No caso das habitações originais existem duas situações que limitam a pesquisa: ou estas habitações já foram requalificadas, ou já não estão habitadas, pois esperam ser requalificadas em breve. Mesmo as que ainda estão habitadas, em alguns casos, a amostragem de cada tipologia é insuficiente para se obter mais do que um exemplo de cada.

No que respeita às habitações requalificadas verifica-se outra situação. O T2 está praticamente finalizado o que permite que se retirem vários exemplos do mesmo, contudo nos outros casos (T1 e T3) existe um número reduzido de exemplos, dado que alguns ainda não estão terminados ou não se encontram habitados.

Estas situações acabam por condicionar as entrevistas realizadas, criando em alguns casos discrepâncias significativas. No caso dos T2 requalificados existem vários exemplos, no caso dos tipos T3 duplex (originais) ou T3 originais só existe um exemplo em análise, o que limita a verificação dos modos de apropriação destes espaços.

Porém, tal sondagem só é viável se existirem moradores dispostos a participar. O modo de abordar os habitantes é fulcral e deve apoiar-se no factor comunidade que os aproxima.

¹⁸² Tipologias das habitações originais: T2, T3 e T3 duplex. Tipologias das habitações requalificadas: T1, T2 e T3.

A partir da primeira interação, vão-se construindo as seguintes, através de um processo gradual (*la méthode de proche en proche*)¹⁸³.

Através do primeiro contacto o entrevistador pode ser apresentado a outro morador do bairro e através deste contacto é transmitida a ideia de confiança ao próximo entrevistado, auxiliando a relação que este vai estabelecer com o entrevistador durante a entrevista. Quando se procura conhecer rotinas, hábitos, isto é, dados da vida privada, este factor é bastante importante para a entrevista.

Dentro deste modelo de aproximação/relação com os habitantes do bairro é importante que a forma de comunicar as ideias seja ajustado aos conhecimentos e à terminologia dos habitantes. Para um estudante de arquitectura determinados termos próprios da linguagem arquitectónica tem de ser reajustados para se enquadrem no conhecimento geral e no senso comum, ou seja, com os habitantes do bairro seria necessário falar de divisões e não de espaços da habitação, de quartos e não de zonas nocturnas, de escadas e não de acessos verticais.

Esta adequação da linguagem além de facilitar a comunicação entre os dois interlocutores é mais uma forma de aproximação pela relação mais próxima que transmite.

No que toca à recolha de informação gráfica e fotográfica o espaço da habitação é o suporte material. É a partir dele que se entendem quais os aspectos mais importantes a sublinhar.

Todo o trabalho de campo teve por princípio uma primeira aproximação e conhecimento geral à estrutura urbana do bairro. O decorrer da pesquisa teve de obedecer às estratégias estabelecidas inicialmente de modo a se conseguir racionalizar o trabalho obtendo-se os melhores resultados possíveis.

ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

A recolha das informações sobre as habitações dos moradores entrevistados funciona como suporte de apoio à compreensão do estudo da apropriação. Para tal, é importante encontrar um modelo de apresentação dos dados de cada uma das entrevistas, otimizando a comunicação dos pontos mais relevantes. Sem um modelo otimizado a informação não operaria no sentido desejado, tornando-se mesmo confusa.

No que respeita às informações recolhidas nas conversas com os moradores, questiona-se a relevância de transcrever os diálogos na íntegra. Esta opção é pouco justificada e pouco relevante. Apesar da importância do entrevistador se relacionar com os entrevistados e de conseguir entender todo o enquadramento social e cultural, desenrolam-se nas entrevistas momentos¹⁸⁴ que não incidem sobre o estudo em particular.

Partindo deste pressuposto, as entrevistas são disponibilizadas em formato áudio digital para consulta, o que evita a desnecessária leitura na íntegra de cada entrevista.

Outro factor fundamental para organizar as entrevistas e os dados gráficos é a sua designação. A forma a organizar e referenciar as entrevistas, para que seja possível distinguir a que caso se refere, estabelece-se de acordo com um código próprio. Dado que estudo se foca na habitação também o código é baseado nas informações relativas à habitação e não aos seus habitantes.

O código compõe-se por três siglas. A primeira refere-se ao estado da habitação, uma segunda à tipologia da habitação e ao seu piso e por fim uma terceira que se refere à localização.

¹⁸³ BLANCHET, Alain; GOTMAN, Anne, *L'enquête et ses méthodes : L'entretien*, Paris : Éditions Nathan, 1992, p. 58

¹⁸⁴ São partes de conversa que funcionam como transição entre tópicos distintos ou momentos em que o entrevistado procura revelar histórias particulares, mostrando mais confiança no entrevistador. Estes revestem-se de um interesse relativo para a compreensão do tema em questão.

Para a primeira sigla definem-se, em primeiro, dois grupos: as habitações originais do bairro, e as habitações requalificadas. Daqui se extrai a primeira sigla do código: “**O**” – habitações originais; “**R**” – habitações requalificadas.

Dentro de cada um destes grupos estabelece-se uma nova sigla de acordo com a habitação e o piso. Para o primeiro grupo, designado pela letra “**O**”, existem os seguintes casos: T2, T3, T3 duplex, sendo que se verificam, no T2 e no T3, pequenas variações entre as habitações do piso superior e do piso inferior, necessitando assim que estas também sejam diferenciadas. No segundo grupo, designado pela letra “**R**”, as tipologias são as seguintes: T1, T2, T3, apresentando-se as mesmas diferenças entre os pisos superiores e inferiores em todas elas. Parte da designação da segunda sigla do código vai então conter as possíveis designações: **T1**, **T2**, **T3**. Para complementar esta informação com referência ao piso são usadas as letras “**s**” (superior) ou um “**i**” (inferior) em frente a cada denominação da tipologia. A sigla poderá então ser designada por: T1s ou T1i, T2s ou T2i, T3s ou T3i. O único caso que não se irá reger por esta regra será a habitação original T3 duplex. Neste caso a informação sobre o piso será substituída pela letra “**d**”, designando duplex, dado que neste caso não existem habitações sobrepostas, pois a mesma habitação absorve os dois pisos.

Por fim, a última parte da sigla incluirá a informação referente à morada, com dados sobre o número da rua¹⁸⁵ e o número da porta.

Tomando como exemplo seguinte sigla – O.T2s.4.24 – podemos extrair daqui a seguinte conclusão: é uma habitação original, T2 do piso superior, localizada na rua 4, número 24. Usando um caso de uma habitação requalificada teríamos, por exemplo: R.T3i.12.166, isto significa que é um T3 do piso inferior localizado na rua 12, número 166.

Não só a informação relativa às entrevistas se rege por este código, como todas as informações gráficas, fotográficas e excertos das entrevistas são identificadas com a mesma sigla ao longo do trabalho.

Relativamente às entrevistas, alguns excertos serão citados ao longo do corpo de texto. Para se distinguir o possível diálogo entre entrevistador e morador(a) são utilizadas as seguintes siglas para identificar os intervenientes: **E** designa entrevistador; realtivamente aos entrevistados: o **F** designa feminino e o **M** designa masculino.

No que se refere à informação visual procura-se apresentar desenhos e fotografias que ilustrem o que foi observado. Neste grupo de dados encontram-se dois tipos registos: o gráfico e o fotográfico, que funcionam em conjunto para apoiar a compreensão da globalidade da análise.

Os dados gráficos remetem para informações relativas à função para a qual os espaços foram concebidos. No caso das habitações originais são também apresentadas as alterações físicas e funcionais praticadas na habitação, pois é nestas que se verifica a maior variação nos usos e nas alterações da casa.

Os registos fotográficos vão apontar os usos dos espaços e a forma de organização de cada divisão em conjunto com os desenhos realizados no local.

Estruturada deste modo, a informação gráfica apresenta-se em três partes: a habitação e as funções de cada espaço; as alterações praticadas pelos moradores; os usos e apropriações do espaço – organizada em fichas.

Todos os dados foram preparados para ajudar a compreender as habitações do bairro e de que modo a habitação mínima é apropriada.

¹⁸⁵ No bairro as ruas são designadas por números, e não por nomes.



Fig.25 Falso.



Fig.26 Montras.



Fig.27 Correr.

GLOSSÁRIO

Como foi referido, a terminologia adoptada nas entrevistas deve-se ajustar à linguagem dos habitantes do bairro. Como tal, surgiram alguns termos ao longo das entrevistas muito próprios do bairro e que se adequam às situações particulares das suas habitações. Quando ouvidas ou lidas fora do contexto em foram realizadas as entrevistas nem sempre é possível compreender o seu significado.

Deste modo, pareceu importante esclarecer, de antemão, o significado dos termos que poderão suscitar mais dúvidas.

Falso – *s. m.* Vão, cavidade desenhada inicialmente nas habitações originais do bairro na parede divisória entre os quartos, para permitir alguma arrumação.

Montra – *s. f.* Janela fixa (2,05 x 1,27) desenhada para os espaços de sala e quarto nas habitações requalificadas.

Pio – *s. m.* Tanque para lavar roupa em aço inox fixo às paredes das cozinhas das novas habitações.

Correr – *s. m.* Quando não é usada como verbo, ele significa o conjunto de habitações seguidas que integram um edifício. Por norma são os moradores dos pisos superiores que usam este termo, pois conseguem ver das suas varandas um *correr* de habitações vizinhas.

Por fim, será também importante referir que as citações das entrevistas realizadas aos habitantes são a transcrição literal das conversas. Os erros ou a gíria que utilizam foram mantidos. Considero importante manter o texto fiel às informações prestadas.

2.2 O BAIRRO

A CIDADE DO PORTO

No início da década de 50, o desenvolvimento urbano da cidade do Porto ganhava cada vez mais expressão. Dadas as grandes preocupações no que tocava à falta de higiene e ao crescimento desmesurado da população, exigia-se uma urgente reestruturação e planeamento para a cidade.

O centro da cidade revelava-se como o principal núcleo de crescimento da cidade. Porém, a Foz Velha (limite sudoeste da cidade), constituía também um pequeno núcleo de desenvolvimento urbano, embora numa zona mais periférica. As zonas urbanas que não se incluíam dentro destes dois aglomerados de cidade consolidada eram áreas propícias ao crescimento e expansão da cidade (fig. 28).

No momento anterior à construção do bairro Rainha D. Leonor¹⁸⁶ a cidade vivia uma fase de reestruturação urbanística¹⁸⁷. O Plano Regulador da Cidade do Porto (1952) vinha responder às necessidades organizativas de crescimento, de acordo com as necessidades da população, focando questões fundamentais para o desenvolvimento a longo prazo.

*“Deverá (...) traçar as principais vias de comunicação em continuação das interurbanas bem como as internas fundamentais; tratar da organização da cidade estabelecendo um zonamento que faça a destinação do aproveitamento do solo (...) procurando os agrupamentos locais mais consentâneos a um conveniente equipamento (...), prevendo as extensões do território necessárias à expansão (...).”*¹⁸⁸

O crescimento mencionado conduziu a uma divergência sobre o local de implementação dos novos edifícios. Onde o urbanismo da cidade determinava soluções mais vantajosas, as opções que vigoravam eram de índole mais simples e fáceis de aplicar tendo em conta as infra-estruturas ou outros aspectos da construção.

O BAIRRO

Em 1953 inaugura-se o Bairro Rainha D. Leonor ou Bairro das Sobreiras¹⁸⁹ como resposta aos problemas levantados pelo Inquérito Geral às *Ilhas* do Porto de 1939¹⁹⁰. Deste modo o bairro realojou, em parte, alguma população proveniente de habitações precárias da cidade, como também população proveniente de habitações demolidas¹⁹¹.

O projecto, realizado para este bairro pelo arquitecto da Câmara, Luís Almeida d'Eça, dividiu-se em duas fases distintas de construção. A primeira, concluída em 1953, inclui um conjunto de habitações de acesso directo, em banda e de dois

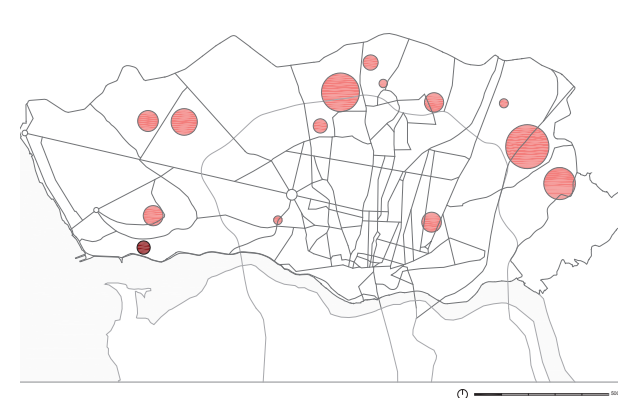


Fig.28 Localização do bairro Rainha D. Leonor a vermelho e dos bairros do Plano de Melhoramentos a rosa.

¹⁸⁶ Refere-se, aqui, o momento do Plano Regulador de 1952. O bairro teve a sua conclusão em 1953.

¹⁸⁷ Foram vários os esforços no sentido de reestruturar a cidade. Diversos Planos urbanísticos foram estudados, entre os quais o Antepiano de Urbanização aprovado em 1951. Contudo, só em 1952 foi aprovado e concretizado o Plano Regulador da Cidade do Porto. Além destes esforços, o Governo publicou legislação específica no sentido de obrigar os municípios a definir planos urbanísticos próprios.

¹⁸⁸ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano Regulador da Cidade do Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Separata da Civitas, Vol. VIII, nº 2, 1952, mapa de “Zonamento Existente”, p. 3

¹⁸⁹ Nome não oficial atribuído ao bairro devido à sua localização: zona das Sobreiras.

¹⁹⁰ Consultar o capítulo 1.2.2 - *Medidas e planos até 1956*, p. 37

¹⁹¹ É o caso dos moradores da habitação R.T2s.7.12 que se deslocaram para o bairro após a demolição da sua antiga residência para dar lugar ao actual Palácio da Justiça, na Cordoaria. “(...) vivíamos, ainda do tempo do meu pai, no centro da cidade que deu lugar à construção do Palácio da Justiça, ou seja, a casa na altura foi demolida, foi expropriada e a possibilidade que nos deram, em termos de compensação, era uma casa camarária e o meu pai optou pela casa camarária.”



Fig.29 Edifício com 4 habitações T2 da 1ª fase de construção do bairro, antes da requalificação.



Fig.30 Bloco com acesso em galeria para habitações T3 da 2ª fase de construção do bairro.



Fig.31 Rua 1 que divide à esquerda a freguesia de Lordelo da freguesia de Foz à direita.

pisos, com um total de 150 fogos T2, T3 e T3 duplex. (fig. 29) Mais tarde, em 1955 conclui-se a 2ª fase do bairro com uma morfologia e tipologia completamente diferentes. Edifica-se um conjunto de 5 blocos de quatro pisos com distribuição em galeria e com um total de 100 habitações, exclusivamente T3. (fig. 30)

Na 1ª fase do bairro, ainda pesava o modelo de habitação unifamiliar, com influências do modelo de cidade-jardim¹⁹². Na cidade, tal já não se verificava desde os inícios da década de 30, dada a necessidade de construir um grande número de habitações, pois “*os bairros-jardins, à semelhança de alguns já existentes no Porto, são óptimos, mas há um ditado popular que diz que o óptimo é inimigo do bom, e o essencial é haver o número preciso de moradias em boas condições higiénicas.*”¹⁹³

Introduzia-se uma mistura entre a vontade de permanência da ideia de moradia, que rivalizava com a necessidade de alojar o maior número de pessoas no mínimo espaço possível. Este conflito originou um bairro com características muito particulares: por um lado constituíram-se edifícios de dois pisos com 4 habitações de acesso directo por andar, funcionando como um conjunto habitacional colectivo de pequena dimensão; por outro, estas mesmas habitações tinham o seu pequeno espaço exterior, que lhes atribuiu um carácter unifamiliar, e que tanto apelava e apela aos seus moradores. Poder-se-á dizer, segundo Monique Eleb, que estas tipologias enquadram-se na categoria de *habitação intermediária*¹⁹⁴, ou seja, pelas suas características ultrapassam o sentido de habitação individual, que se define pela pertença de todo o espaço, desde a terra até ao sol¹⁹⁵, e não chegam a definir-se como habitação colectiva. Aproximam-se desta definição, pelas seguintes características¹⁹⁶: altura máxima de 3 pisos; acesso individual; e espaços exteriores privados.

A 2ª fase, veio romper com este modelo, apesar da diferença, de apenas dois anos. As duas fases do bairro são completamente díspares, desde o modo como são organizadas e implantadas no tecido urbano, à forma como são organizados os fogos. Estas diferenças na arquitectura (os sistemas de distribuição, os espaços exteriores, entre outros) alteram as relações dos habitantes com o edificado, originando uma segregação entre as duas fases de construção, retirando a leitura de unidade e de conjunto do bairro.

A Rua 1 que divide as duas fases apresenta-se como o limite físico de cada uma (fig. 31). Ainda hoje, para quem percorre o bairro, está bem patente a divisão da população residente. Apesar da forte influência da arquitectura nas relações entre os moradores outro factor que reforça este facto: a implantação do bairro em duas freguesias distintas. Não sendo claro para quem visita ou percorre o local, é, porém marcante para os seus habitantes.

“(…) Não tem nada a ver. Foz e Lordelo... aqui é da Foz, ali é Lordelo. Não tem nada a ver.”¹⁹⁷

¹⁹² Modelo que surgiu no início do século XX como crítica ao desenvolvimento urbano e que valorizava a casa individual na procura de aproximar o homem à natureza. A crítica foi apresentada no livro: HOWARD, Ebenezer, *Garden cities of to-morrow*.

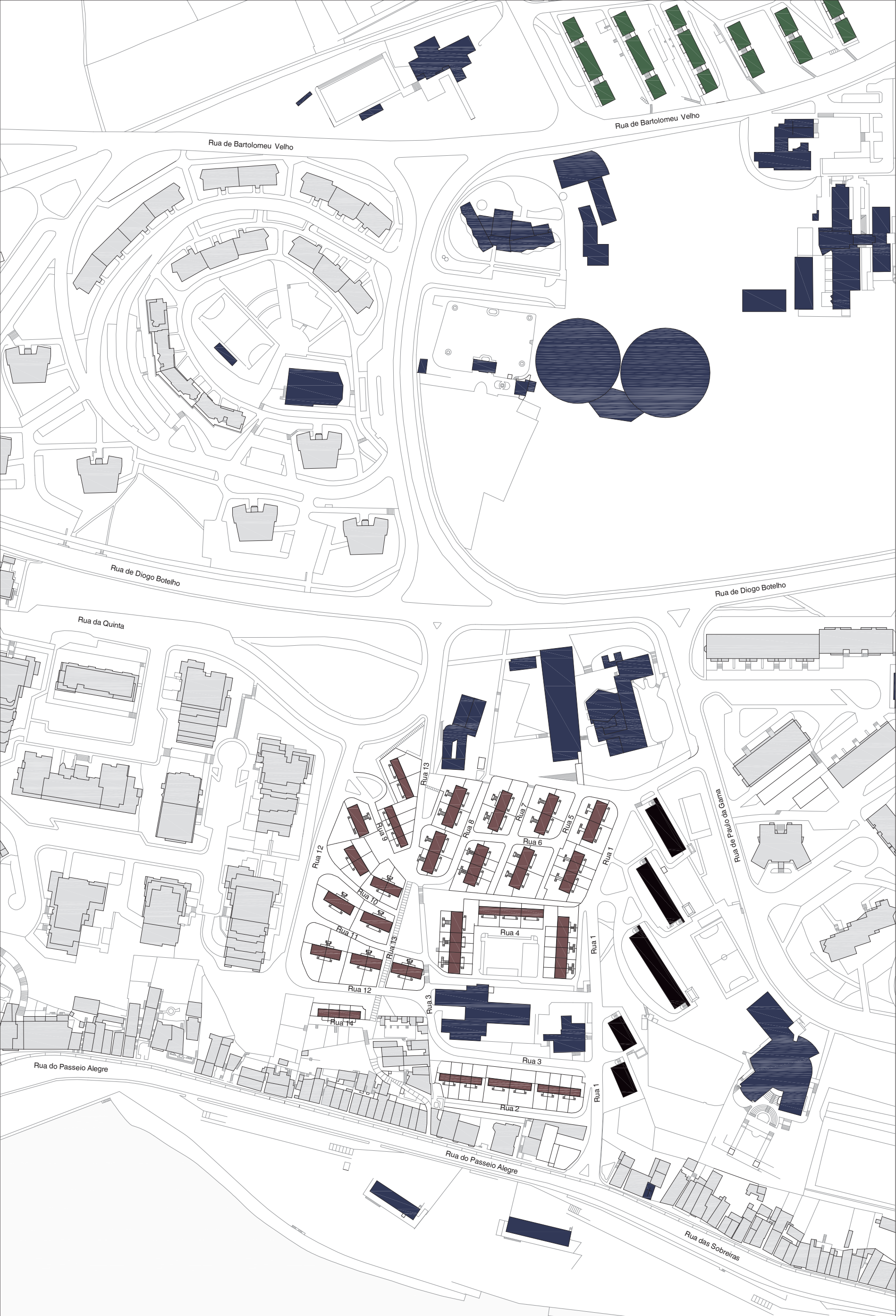
¹⁹³ ANTAS, António Azeredo, MONTERROSO, Manuel, *A salubridade habitacional no Porto*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934, p. 30

¹⁹⁴ ELEB, Monique; CHÂTELET, Anne-Marie, *Urbanité, sociabilité et intimité: Des logements d'aujourd'hui*, Paris: Editions de l'Epure, 1997, p. 17

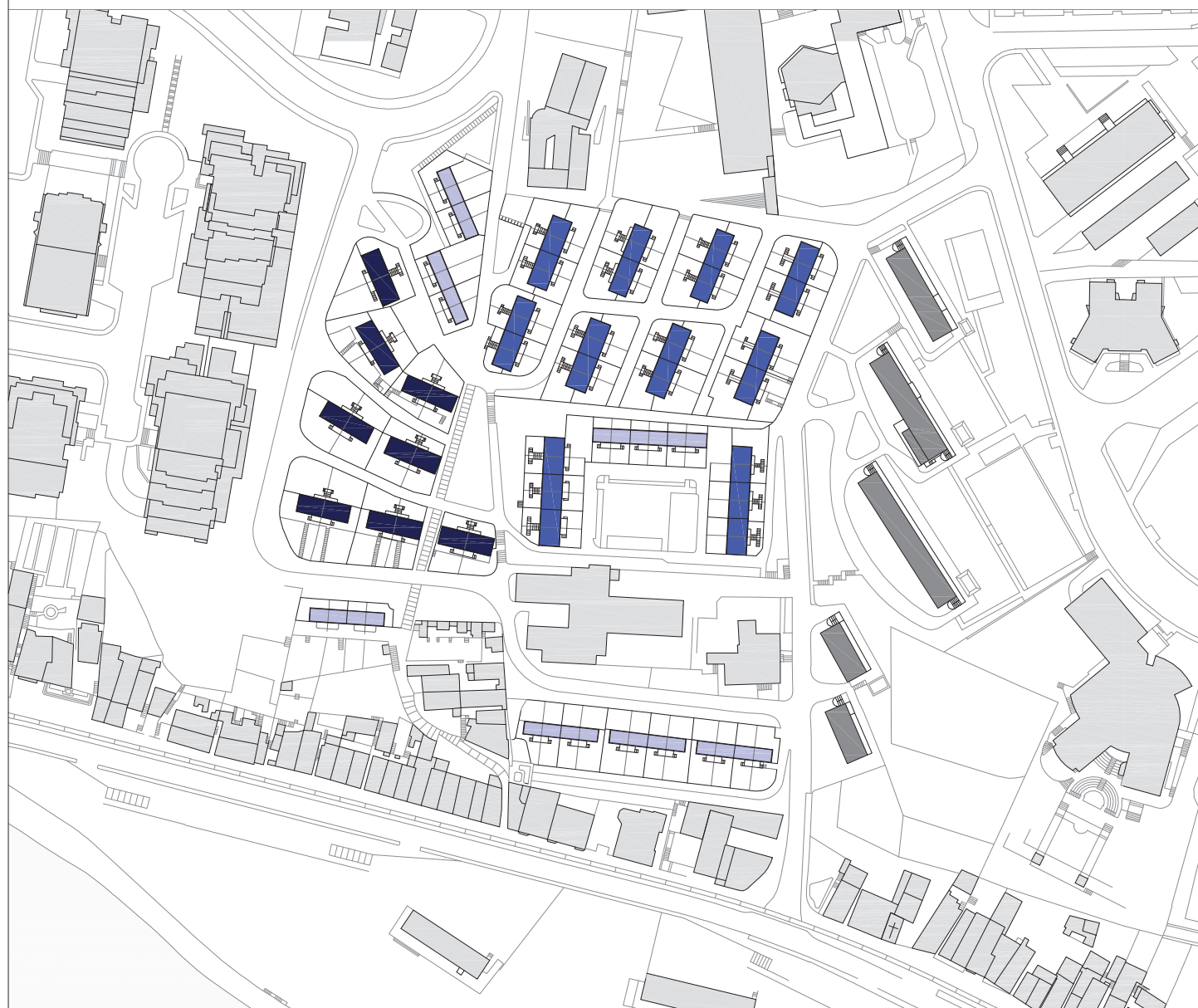
¹⁹⁵ “(…)où du sol au ciel tout vous appartient” in ELEB, Monique, CHÂTELET, Anne-Marie, *Urbanité, sociabilité et intimité: Des logements d'aujourd'hui*, Paris: Editions de l'Epure, 1997, p. 17

¹⁹⁶ ELEB; CHÂTELET, op. cit., p. 18

¹⁹⁷ O.Ts.4.24



BAIRRO RAINHA D. LEONOR
DISTRIBUIÇÃO TIPOLOGICA ORIGINAL



- Envolvente
- BRDL, 2ª fase
- Habitações T3 duplex
- Habitações T2
- Habitações T3

Planta de implantação



BAIRRO RAINHA D. LEONOR
DISTRIBUIÇÃO TIPOLOGICA REQUALIFICAÇÃO



Planta de implantação



BAIRRO RAINHA D. LEONOR
DISTRIBUIÇÃO TIPOLOGICA - ACTUAL (JULHO 2011)



Planta de implantação



10m

BAIRRO RAINHA D. LEONOR
OCUPAÇÃO - (JULHO 2011)



Planta de ocupação do piso inferior
(Sendo que todos os edifícios são compostos por dois pisos, esta planta refere-se às habitações inferiores.)



BAIRRO RAINHA D. LEONOR
OCUPAÇÃO - (JULHO 2011)



Planta de ocupação do piso superior
(Sendo que todos os edifícios são compostos por dois pisos, esta planta refere-se às habitações superiores.)



A TOPOGRAFIA

Neste contexto o bairro Rainha D. Leonor está edificado no limite entre as actuais freguesias de Foz do Douro e Lordelo do Ouro. Localizado na zona sudoeste da cidade com frente ribeirinha para a barra do Rio Douro, apresenta uma topografia bastante acentuada (fig. 32).

Na época da construção, a resposta à diferença de cotas do terreno veio unificar espaços heterogéneos da cidade. Entre a zona Norte e a zona Sul, o bairro liga duas as áreas diferentes: os terrenos de cultivo a norte e zona ribeirinha já mais edificada a sul. A diferença ronda aproximadamente 30 metros. No que respeita à relação Este/Oeste, a localização do novo bairro fazia-se entre os dois núcleos de malha consolidada, o centro da cidade e a Foz Velha. Era ainda um espaço de malha pouco consolidada que começava a emergir.

Previamente à construção do bairro Rainha D. Leonor o desenvolvimento desta zona urbana encontrava-se, quase exclusivamente, ruralizada. As poucas áreas edificadas nas proximidades do terreno do bairro situavam-se próximas do rio, sendo rodeadas por terrenos de cultivo, áreas arborizadas ou matas.

Em 1953 o mesmo estava implantado, exclusivamente, dentro dos limites da freguesia da Foz do Douro (designação actual). A Rua 1 (consultar mapa de implantação do bairro, p.79) oferecia-se como o espaço viário de ligação entre as cotas superiores do bairro (Rua de Diogo Botelho) às cotas inferiores (Rua do Passeio Alegre/Rua das Sobreiras). É possível verificar que o bairro já se incluía nas intenções do Plano Regulador, sendo designado como um “*empreendimento em curso*”¹⁹⁸ (fig. 34). A segunda fase está todavia localizada na freguesia de Lordelo do Ouro (como foi referido) sendo limitada pela mesma Rua 1 (fig. 33).

A topografia do local induziu, na primeira fase de construção, a um tipo de implantação muito próprio. A inclinação acentuada do local, definida por socacos, permitiu que a ocupação territorial se caracterizasse por edifícios de dois pisos que tiram proveito da diferença de cotas ao definir entradas nos dois lados dos edifícios com espaços exteriores individuais (fig. 35).

Na segunda fase de construção os critérios de implantação mudaram. Apesar da variação topográfica manter as fortes diferenças altimétricas, as opções de implantação eram bastante distintas. O novo edificado não utilizava a variação de cotas a seu favor, como acontecia na 1ª fase. Agora, as novas construções aumentavam o número de pisos, de 2 pisos na 1ª fase para 4 pisos na 2ª fase, sendo que também a distribuição e o acesso mudou, passando a ser feito em galeria e não por acesso directo (fig. 36).

Assim, a condicionante topográfica operou a favor da versatilidade do edificado do bairro.

A ESTRUTURA VIÁRIA E TRANSPORTES

A rede viária que servia a zona das Sobreiras¹⁹⁹ era, essencialmente, constituída por eixos de comunicação entre o centro histórico e a Foz, ou seja, vias de ligação cobrindo grandes distâncias da cidade. O bairro, assistido pelas suas ruas interiores, tinha a Rua 1 como via de ligação aos eixos principais. Era apoiado pela rua do Campo Alegre²⁰⁰ (actual Rua de Diogo Botelho) a Norte e a Sul pela Rua das Sobreiras. Na época, inícios da década de 50, a estrutura viária era composta apenas por estes acessos, mas rapidamente o desenvolvimento de ruas secundárias acompanhou o crescimento da zona.

¹⁹⁸ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano Regulador da Cidade do Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Separata da Civitas, Vol. VIII, nº2, 1952, mapa de “Zonamento Existente”, p. 15

¹⁹⁹ Nome atribuído ao local onde se situa o bairro e um dos nomes conferidos, inicialmente, ao bairro.

²⁰⁰ Confirmado nas plantas do Plano Regulador da Cidade do Pôrto, in CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, op. cit.

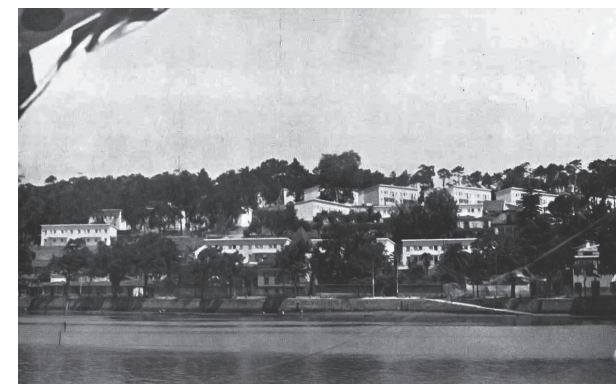


Fig.32 Vista geral do bairro Rainha D. Leonor, fotografado da margem sul do rio Douro.



Fig.33 Rua 1 ao centro que divide a 1ª fase do bairro (do lado esquerdo da foto) da 2ª fase do bairro (do lado direito da foto).

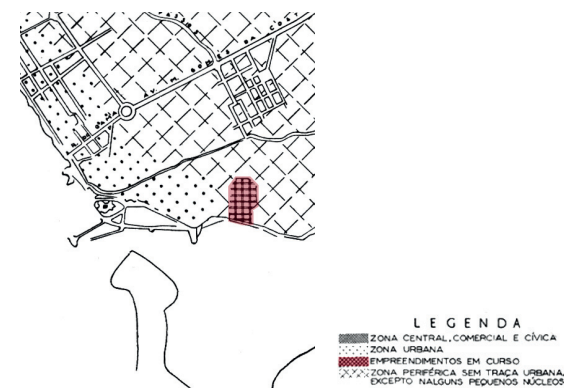


Fig.34 Ampliação de um sector da planta de zonamento do Plano Regulador da cidade do Porto de 1952, com a zona destinada ao bairro Rainha D. Leonor.



Fig.35 Edifícios da 1ª fase de construção do bairro.



Fig.36 Edifícios da 2ª fase de construção do bairro.



Fig.37 Bairros na zona envolvente do bairro Rainha D. Leonor

- 1 - Bairro Rainha D. Leonor
- 2 - Bairro da Pasteleira
- 3 - Bairro das Mouteiras
- 4 - Bairro Pinheiro Torres
- 5 - Bairro de Lordelo do Ouro

Os habitantes do bairro relatam. Não havia “*nada, nada. Nem as torres ali estavam, nem nada, à beira do Pingo Doce. Aqui não tinha nada disso. Isso já foi feito depois de nós estarmos aqui. (...) Era muito diferente. Depois é que fizeram a estrada, fizeram as torres, (...) fizeram isto tudo, porque não tinha nada disto. (...)*”²⁰¹.

Para os moradores do bairro este local da cidade estava distante de tudo, não facilitando a vida quotidiana. A precária estrutura viária, a escassez de transportes e a grande distância pedonal até ao centro da cidade limitavam a circulação dos habitantes. Este factor constituía um problema para quem estava habituado a viver no centro do Porto, assim como para quem se deslocava ao centro com frequência.

*“Perdemos o nosso habitat natural, que era o centro da cidade, a Cordoaria. Uma zona, de facto, por excelência. Era o coração da cidade e, por conseguinte, viemos para esta zona inhóspita, que na altura era como que sermos enviados para desbravar a zona da Foz, onde esta parte aqui era toda um bosque cerrado, unicamente com a parte das Águas de Saneamento. De resto, não habitava aqui mais ninguém.”*²⁰²

*“(...) Por exemplo, eu chegava ao cimo do bairro, aquilo, por ali, tudo era mato, até Lordelo. Nós íamos lá pelo meio dos caminhos e os coelhos fugiam-nos à nossa frente.”*²⁰³

Os transportes que serviam este local asseguravam a ligação entre a Foz Velha e o centro da cidade através da rua das Sobreiras, obrigando os moradores a uma inevitável viagem pedonal até este transporte mais próximo.

O BAIRRO ACTUALMENTE

A actual zona da Pasteleira (onde o bairro se implanta) já se enquadra na malha consolidada que se propagou após quase 60 anos de desenvolvimento e crescimento. Desde 1952 a expansão urbana estendeu-se sobre as zonas rurais e periféricas, unindo os dois núcleos mais antigos e enquadrando o bairro num traçado consolidado de cidade.

O bairro encontra-se, agora, circundado pelo Parque da Pasteleira e por edifícios de habitação em altura, que configuram aquela área em zona residencial. Também próximo de um núcleo de bairros camarários, ele encontra maior proximidade com o Bairro da Pasteleira, o Bairro Pinheiro Torres, o Bairro das Mouteiras, e o Bairro Lordelo do Ouro, dos quais o Bairro da Pasteleira é o único que integra o Plano de Melhoramentos 1956-66 (fig. 37).

Nos últimos 60 anos a envolvente próxima do bairro cresceu exponencialmente, não se comparando com o desenvolvimento ocorrido na mesma zona 60 anos antes (de 1892-1952)²⁰⁴. Nesse intervalo fala-se essencialmente de um desenvolvimento em redor do centro histórico da cidade do Porto, onde “*o povoamento não ia além dos 2 km de raio e tinha, nesses 600 hectares, grandes quintas de permeio (...). A população dobrou e fez-se uma ocupação mais maciça do território próximo (...).*”²⁰⁵

O bairro edificou-se em conformidade como às exigências habitacionais da cidade, condicionadas pelos limites orçamentais para a construção de bairros camarários. A concepção da época (década de 50) da habitação mínima adequada

²⁰¹ O.T3d.14.18

²⁰² R.T2s.7.12

²⁰³ O.T3d.14.18

²⁰⁴ A referência ao período de 60 anos deve-se à possibilidade de consulta do estado de desenvolvimento da cidade do Porto, através dos mapas existentes - mapa de 1892 e mapa de 1952.

²⁰⁵ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano Regulador da Cidade do Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Separata da Civitas, Vol. VIII, nº 2, 1952, p. 13

aos modos de vida da população proveniente das *ilhas* conduziu a determinados modelos que, actualmente, seriam considerados excessivamente reduzidos. A diferença entre o que significava viver numa comunidade restringida aos espaço exíguos das *ilhas*, onde o papel de cada habitante dentro da mesma comunidade vinha suprimir as deficiências e as dificuldades de vida, pois “*são pequenas comunidades fortemente integradas, com intensas redes de solidariedade e de vizinhança*”²⁰⁶, era completamente diferente dos modos de vida que se praticavam dentro de um bairro social, onde muitas vezes não se estabeleciam o mesmo género de ligações.

O que aconteceu na altura – a mudança das *ilhas* ou de outras “habitações mínimas” para o bairro – repetiu-se mais uma vez após quase 60 anos. A mudança de habitações dentro do mesmo bairro volta a redefinir os padrões de habitabilidade dos moradores do bairro.

Em 2005, a Câmara Municipal do Porto selecciona, de entre um conjunto de equipas de arquitectura, um projecto de requalificação para a 1ª fase do bairro. Com o intuito de melhorar o espaço habitável dos residentes que se cingiam a áreas demasiado limitadas e desajustadas à realidade actual, surge a proposta do *atelier* da arquitecta Inês Lobo. Apresenta-se uma solução com um exterior formalmente idêntico ao projecto anterior, contudo as habitações surgem com uma novidade espacial relativamente à solução original. Altera-se o espaço e a sua organização inicial, mas mantêm-se alguns elementos característicos e identitários do bairro.

206 PIMENTA, Manuel, *As ilhas do Porto: estudo socioeconómico*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 2001, p. 73

2.3 ANTES DA REQUALIFICAÇÃO

2.3.1 DISPOSITIVOS ARQUITECTÓNICOS

DIMENSÃO DOS ESPAÇOS

Sob algumas influências da arquitectura Moderna, o projecto do bairro propõe tipologias habitacionais de áreas muito reduzidas habitações mínimas. O programa é semelhante entre elas, sendo as únicas variantes são o número de quartos e a distribuição por pisos (simplex ou duplex).

A noção de mínimo na habitação deve enquadrar um “*limite quantitativo para a satisfação de certas exigências*”²⁰⁷. Estas estratificam-se em dois níveis principais: os mínimos psicossomáticos e os mínimos físicos do espaço. O primeiro caso significa que é necessário um espaço mínimo para que não se desenvolvam perturbações ou insatisfações dos moradores na habitação. O segundo significa que o espaço deve ser suficiente para se praticarem determinadas acções. Contudo, este espaço, que para uma actividade é aceitável, poderá não o ser quando se aumenta o número de funções dentro do mesmo.

Pode-se observar que áreas brutas das habitações são, aproximadamente, as seguintes de acordo com os tipos de habitações²⁰⁸ existentes. Elas encontram-se muito abaixo dos mínimos legais estabelecidos pelo RGEU²⁰⁹ (Regulamento Geral das Edificações Urbanas), como se pode observar no seguinte quadro:

		T2	T3	T3 duplex
Área bruta - m ²	Mínimos legais (RGEU)	72	91	91
	Áreas das habitações originais do bairro Rainha D. Leonor	≈ 45,53 ²¹⁰	≈ 53,10 ²¹¹	≈ 66,00

Esta tabela pretende comparar as áreas das habitações originais do bairro com o que actualmente se considera ser o mínimo legal. As áreas reduzidas não eram um factor de grandes condicionamentos para alguns moradores que inauguraram o bairro. As habitações eram mais amplas do que as *ilhas* de onde provinham esses moradores.

*“(...) quando vieram para o bairro, isto era um casarão (...), porque não tinham móveis, não tinham nada.”*²¹²

O mesmo já não se aplicava a caso de moradores que provinham de habitações demolidas, que eram por norma maiores do que as do bairro. Porém, os habitantes do bairro não guardam muitas memórias dos alojamentos anteriores. As referências de comparação são poucas e influenciadas pelas memórias de infância ou pelas histórias contadas por outros

²⁰⁷ PORTAS, Nuno, *Funções e exigências de áreas de habitação*, Lisboa: LNEC, 1969, p. 7

²⁰⁸ Define-se “pela relação número de quartos/número total de ocupantes”, in PORTAS, Nuno, *Funções e exigências de áreas de habitação*, Lisboa: LNEC, 1969, p. 2

²⁰⁹ O regulamento entrou em vigor em 1951 e continua

²¹⁰ Média entre a área bruta do piso superior e do piso inferior.

²¹¹ Média entre a área bruta do piso superior e do piso inferior.

²¹² R.T3s.10.7. Esta família, proveniente das *ilhas*, tinha como referência uma habitação muito pequena.

familiares. Em determinados casos, não há qualquer referência de outra habitação, pois nasceram no bairro.

A percepção da dimensão espacial das habitações alterou-se com a evolução das famílias e das necessidades que se alteravam com o passar dos anos. O tamanho do alojamento depende dos hábitos e das experiências de cada indivíduo permitem adaptar-se à sua habitação²¹³.

ESPAÇOS COMUNS

Os espaços comuns da casa estão associados às actividades que todos os habitantes partilham em conjunto e onde frequentam pessoas estranhas à habitação sem sentirem que ultrapassam os limites da privacidade. Do programa das habitações dos bairro, composto por sala, cozinha, quartos e quarto de banho, podemos afirma que a sala e cozinha são os espaços que se enquadram nesta definição.

Acima de qualquer outra divisão das habitações, a cozinha é o espaço que coloca mais restrições. Entendida como uma zona específica para determinadas actividades do quotidiano que requerem um local isolado e até standardizado.

As actividades que se praticam na cozinha, como a confecção de alimentos, algumas lides domésticas necessitam de ter um espaço que adequado às suas práticas (fig. 38). Os cheiros e a desarrumação próprios são situações que muitos habitantes evitam expor²¹⁴ ao resto da casa. Também o mobiliário standardizado²¹⁵ para colocar os utensílios e electrodomésticos exigem que a divisão também seja ajustada a essa condição, pois para se ter um espaço mínimo é necessário o máximo de equipamentos²¹⁶.

A cozinha encontra na sociedade portuguesa um papel importante no quotidiano das famílias. Além de se assumir como espaço de confecção das refeições é comum também ser o espaço de refeições. Uma combinação que se verifica em muitas famílias pela facilidade e comodidade que significa anexar estas duas actividades²¹⁷.

Estando a cozinha inserida na sala, ou seja, uma *pequena cozinha «laboratório»*²¹⁸, todas as funções implícitas a cada um dos espaços têm de ser geridas conforme as necessidades de cada momento, não permitindo que se pratiquem várias actividades em simultâneo.

No entanto, a opção de incorporar a cozinha no espaço da sala vai permitir, por um lado que a dimensão do alojamento seja menor, mas por outro vai impor uma utilização muito regrada.

*“Une petite surface de cuisine permet d’agrandir celle du séjour, mais cette organisation ne convient pas à toutes les classes sociales.”*²¹⁹

A imposição de regras e ordens para as práticas sobre o mesmo espaço não é condicionado exclusivamente pelo



Fig.38 Sequência de operações realizadas numa cozinha.

²¹³ LEGER, Jean-Michel, *Derniers domiciles connus : enquête sur les nouveaux logements 1970-1990*, Paris: Creaphis, 1990, p. 72

²¹⁴ ELEB, Monique; CHÂTELET, Anne-Marie, *Urbanité, sociabilité et intimité: Des logements d'aujourd'hui*, Paris: Editions de l'Épure, 1997, pp. 163-164

²¹⁵ “A criação das medidas standards advém da produção industrial em série, que a partir de 1945 determinou que as superfícies de trabalho teriam 0,6m de profundidade por 0,9 de altura, medidas estas adaptadas à estatura da mulher americana. Com efeito, a cozinha corrente praticada nos dias de hoje é compacta, formada por uma série de módulos dispostos segundo diversas composições.” in FLAMINIO, Isabel Fontes, *Cozinha corrente: modos de vida e apropriação do espaço*, Porto: Faup, 2004, p. 72

²¹⁶ LEGER, op. cit., p. 100

²¹⁷ FLAMINIO, Isabel Fontes, *Cozinha corrente: modos de vida e apropriação do espaço*, Porto: Faup, 2004, p. 53

²¹⁸ LEGER, op. cit., p. 99

²¹⁹ ELEB, Monique; CHÂTELET, op. cit., p. 157

factor físico da união dos dois espaços, mas também pelo número de habitantes que residem a mesma casa.

No limite, se a habitação fosse habitada por um único morador seria muito mais simples gerir e organizar as práticas quotidianas, pois só seria necessário responder às necessidades de um morador. Em oposição, se o mesmo espaço for utilizado por uma família numerosa, será muito provável que se sobreponham diferentes necessidades sobre o mesmo espaço.

É neste ponto que os limites colocados pelos espaços mínimos das habitações se podem reflectir em dificuldades no quotidiano familiar.

A sala, outro espaço comum das habitações, é a divisão que na nossa sociedade se atribui maior importância²²⁰, visto que possibilita a prática dos mais diversos usos. Ela é maleável à mudança e adapta-se às necessidades e aos modelos próprios de uma sociedade, na medida em que a mesma área pode funcionar como um espaço em branco que aceita qualquer utilização, isto é, a sua “não rigidez” não impõe um uso pré-determinado, como acontece na cozinha.

As suas utilizações podem ser variadas e diferentes, aumentando o poder de decisão dos moradores sobre a sua casa e as possibilidades de apropriação do espaço.

Nas habitações originais do bairro a sala não passava muito além dos 9m² de área nas tipologias T2 e T3 e cerca de 10m² na tipologia T3 duplex (sem contabilizar o espaço destinado à zona de cozinha). Estas dimensões extremamente reduzidas pareciam limitar o uso nas práticas correntes do espaço da sala, isto é: zona de estar e de convívio da família, uma possível zona de refeições, uma zona de trabalho ou estudo (quando não existe outro local que responda a esta necessidade), um espaço destinado às lidas da casa (como engomar, tratar da roupa, etc.) e outras actividades decorrentes do normal convívio e descanso, como ver televisão, ouvir música, leitura, entre outras actividades.

No bairro, em certas habitações, a sala funcionou como muito mais do que um espaço de estar e de refeições. O crescimento das famílias, com o nascimento de mais filhos, exigia mais espaço para dormir para além do espaço disponibilizado pelos quartos. Assim, o espaço destinado ao descanso e às refeições (que a cozinha não conseguiu proporcionar pela sua dimensão reduzida) durante o dia, via-se ainda à noite metamorfoseado num quarto extra.

Perante a reduzida dimensão desta divisão, que nos dias de hoje está abaixo das medidas mínimas legais²²¹, a força das necessidades obrigou os habitantes a tornar o espaço num local adaptável às necessidades diárias. Estas habitações mostram que as limitações impostas pelas áreas não são as principais condicionantes na apropriação do espaço, mas sim a forma como o espaço permite responder às necessidades dos habitantes.

ESPAÇOS PRIVADOS

Os espaços privados da habitação contemplam as divisões onde se desenvolvem as actividades mais íntimas da família e que não são, por norma, expostas a pessoas estranhas à casa. Podemos associar a este quadro os quartos e o quarto de banho. Apesar do quarto de banho ser um local que outras pessoas, para além da família, possam usar, não se considera ser um local público da casa.

O espaço privado por excelência da habitação é o quarto, pois está associado à vida íntima e pessoal dos membros de cada família e porque se distancia das restantes divisões pelo seu uso específico e pela sua independência.

²²⁰ ELEB, Monique, CHÂTELET, Anne-Marie, MANDOU, Thierry, *Penser l'habité. Le logement en questions*, (1988), Liège: Pierre Mardaga, 1997, p. 139

²²¹ Nas habitações do bairro a sala do T2 tem cerca de 8,87m², no T3 a sala tem 9,05m² e no T3 duplex tem 9,68m². As salas dos tipos T2 e T3, segundo o RGEU – Artigo 66º. “não devem ser inferiores a 12m²”, in <<http://www.oasrn.org/upload/apoio/legislacao/pdf/rgeu.pdf>> [2011]

Nas habitações originais do bairro cada tipologia tem uma resposta diferente para a disposição dos quartos na estrutura organizativa do alojamento. Nos três casos (T2, T3, T3 duplex) pode observar-se um distanciamento gradual dos quartos em relação aos outros espaços.

Analisando as habitações T2 é possível constatar que apesar da impossibilidade de demarcar claramente a divisão entre a zona diurna e a zona nocturna, ela está presente. Fisicamente divididos em lados distintos do alojamento, as portas dos quartos estão em contacto directo com a sala, ou seja com os espaços comuns.

No caso das habitações T3 não se verifica a mesma situação. A zona nocturna é servida por um corredor que mantém o distanciamento com a sala e a cozinha. Aqui, as relações entre os espaços comuns e os privados dependem da ligação estabelecida pelo corredor e não da ligação directa, como se verifica com o T2.

As habitações T3 duplex levam ao expoente máximo a distinção entre as duas zonas, através dos dois pisos. No piso superior encontra-se a zona privada de quartos e quarto de banho, e no piso inferior a zona comum. Contudo, no mesmo piso da sala e da cozinha (zona comum) existe ainda um quarto extra.

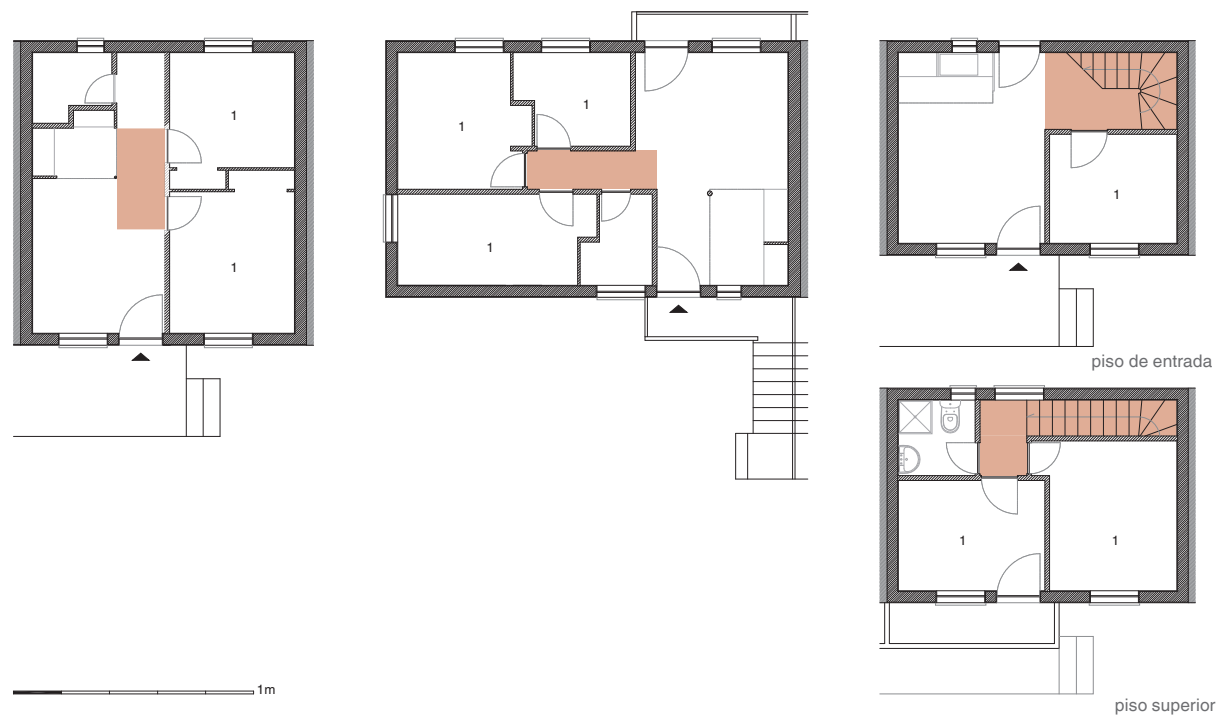


Fig.39 Espaços de transição entre os quartos e as outras divisões.
Sequência de distanciamento gradual: T2 (inferior); T3 (superior); T3 (duplex)
1 - Quarto



Fig.40 Antigo quarto transformado num escritório. O.T3s.11.51.



Fig.41 Antigo quarto transformado em sala de estar. O.T2i.4.82.

Sendo importante perceber a influência da organização dos quartos na construção do *habitat*²²², é também importante observar o modo como é utilizado este espaço pelos seus moradores. A mesma divisão poderá comportar mais do que a função principal para a qual foi concebido, ou é um espaço que não admite outras variações de uso?

Diante do contexto inicial das famílias do bairro, os espaços destinados a dormir não eram dispensáveis para outra função, visto o número elevado de moradores em cada habitação. Assim, todos os quartos eram utilizados de acordo com a função predeterminada para a qual foram criados: dormir. A dimensão reduzida (em média 7,5m²), como em todas as outras divisões, limitava o tipo e a quantidade de mobiliário. Os habitantes não tinham, muitas vezes, possibilidade de colocar uma mobília de quarto completa (cama, cómoda, mesinha de cabeceira e armário), muito menos definir um espaço para possíveis zonas de trabalho ou estudo.

A evolução das famílias ao longo dos 58 anos do bairro veio alterar o panorama inicial. Ao reduzirem o seu número deixaram alguns dos quartos sem habitantes para os ocupar. Foram estas situações que viabilizaram a utilização dos mesmos quartos para outros usos, nomeadamente para “salinhas de estar” ou escritórios (fig. 40 e 41).

O quarto de banho, ou divisão privada, apareceu para os habitantes provenientes de *ilhas* ou habitações precárias como uma melhoria na qualidade de vida. Este dispositivo foi fundamental para combater os problemas de salubridade e higiene na habitação.

No bairro, o quarto de banho representa o espaço mais secundário da habitação, tanto pela sua área como pelos usos limitados que serve. Como a cozinha, também esta divisão encontra um conjunto de actividades próprias da higiene pessoal que requerem um local adequado. Sendo uma divisão com um equipamento especializado, foi dos poucos espaços (interiores ou exteriores) que no bairro menos se alterou ao longo dos anos. As funções que serve são as mesmas com o passar do tempo como também o seu equipamento se mantém idêntico, e como tal, só varia o número de pessoas que as utilizam. Porém, os quartos de banho deste bairro eram todos incompletos e as transformações operadas pelos moradores vieram colocar o bidé que não existia.

Este espaço é o que menos influencia os modos de vida dos moradores do bairro, sendo que ele não permite grande variação de uso, pois a sua função está estabilizada. No entanto, na transição para a nova habitação, este foi o espaço que se destacou pela maior ampliação de área, como se verá mais à frente.

ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO

Na evolução dos espaços da habitação mínima, como se observa nas habitações dos bairros do Plano de Melhoramentos, aparecem novos espaços, importantes para satisfazer necessidades psicológicas e imprescindíveis para o bem-estar dos moradores, apesar de não serem fundamentais para as práticas diárias.

*“Às vezes é meia-noite e eu estou ali sozinha sentada. E não se vê ninguém. Eu estou ali sozinha, vem aquela coisa do mar. Adoro estar ali.”*²²³

As varandas nos pisos superiores ou os terraços nos pisos inferiores prolongam o espaço interior da habitação até ao jardim. Estes dispositivos tornam possível que a percepção do pequeno espaço a que estão confinados (o espaço interior) possa ser aumentado pela extensão destes elementos arquitectónicos.

²²² O *habitat* é a transformação decorrida na habitação pelo conjunto de actos, usos e práticas dos habitantes sob um espaço que pretende ser pessoal. in RAYMOND, Henri, *Habitat, modèles culturels et architecture*, Architecture d'Aujourd'hui, n° 174, 1974, p. 53

²²³ O.T2s.4.24

Verificou-se que mais do que um dos moradores mantinham as portas de entradas abertas para o exterior desde manhã até o fim do dia. A sensação, mesmo que não consciente da abertura e ampliação do espaço através da iluminação ou da maior extensão do campo visual, evita a sensação de claustrofobia.

*“A porta é aberta de manhã e só fecho à noite, mesmo quando vou para a cama. E até sou a única, daqui, do correr - agora é só um [vizinho], não é? - mas quando estávamos todos, era só eu a única que tinha sempre a porta aberta. (...) Sinto-me mal se tiver a porta fechada.”*²²⁴

Porém, estas vantagens condicionadas pelas características das habitações não resolvem as limitações impostas pelas áreas mínimas. Assim, muitos dos habitantes acabam por transformar estes espaços exteriores em zonas fechadas para superar os problemas que encontram com a falta de espaço. São acima de tudo, os terraços dos pisos inferiores que vão sendo fechados e transformados em “marquises” para diversas funções. As varandas, por serem bastante estreitas ou por serem o local de entrada, acabam por se manter de acordo com o projecto original.

RELAÇÕES ENTRE OS ESPAÇOS DOMÉSTICOS

As diferentes tipologias do bairro fomentam relações distintas entre os espaços que as compõem. Não existe uma divisão claramente tripartida do espaço²²⁵: público - privado - serviços, ou bipartida²²⁶: quartos polivalentes - serviços.

As relações entre os espaços variam conforme a organização da habitação, ou seja, como são dispostas a zona comum da casa (sala e cozinha) e a zona privados (quarto e quarto de banho). Diferentes organizações espaciais significam diferentes hierarquias entre as divisões, e a apropriação do espaço depende do que se pretende de cada espaço, mas também das possibilidades geradas pelas relações entre os espaços da casa. Actualmente e de um modo geral as organizações espaciais favorecem a sala, como espaço principal da casa.

*“En cierto modo, si tuviéramos que definir un rasgo de nuestras viviendas actuales sería el predominio de la sala de estar.”*²²⁷

Os moradores do bairro, tanto das habitações originais como das requalificadas, demonstram uma preferência maioritária pela sala como espaço principal da casa.

Divisão principal, segundo a opinião dos moradores:

Habitação	O.T2i.1.165	O.T2s.4.24	O.T2i.4.82	O.T3s.11.51	O.T3d.14.18
Divisão principal	Marquise ²²⁸	Sala	Quarto	Sala	Sala

²²⁴ O.T2s.4.24

²²⁵ ELEB-VIDAL, Monique; CHÂTELET, Anne-Marie, MANDOU, Thierry, *Penser l'habité. Le logement en questions*, (1988), Liège: Pierre Mar-daga, 1995, p. 61

²²⁶ Ibidem p. 61

²²⁷ MONTEYS, Xavier; FUERTES, Pere, *Casa Collage. Un ensayo sobre la arquitectura de la casa*, Barcelona: Edições GG, 2001, p. 56

²²⁸ Funciona como sala.

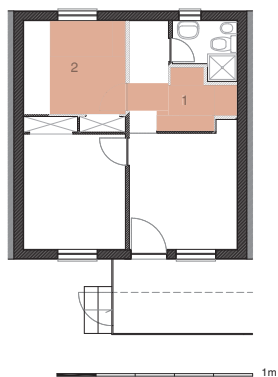


Fig.42 Zona de trabalho na confecção das refeições da habitação O.T2i.4.82.
1 - Cozinha; 2 - Quarto.

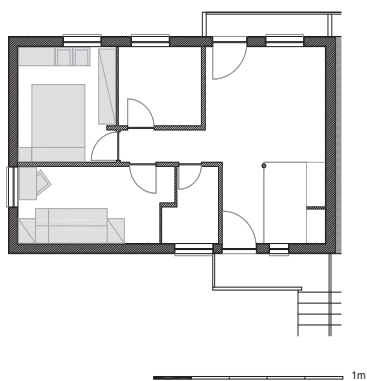


Fig.43 Organização dos dois maiores quartos da habitação O.T3s.11.51.
Quarto com maior área com cama de solteiro e quarto menor com cama de casal.

Habitação	R.T1i.9.56	R.T1i.4.102	R.T1s.13.133	R.T2i.7.47	R.T2i.5.43
Divisão principal	Sala	Sala	Cozinha ²²⁹	Sala	Sala

Habitação	R.T2s.7.16	R.T2s.7.12	R.T2s.13.106	R.T3i.12.166	R.T3s.10.7
Divisão principal	Sala	Sala	Cozinha ²³⁰	Sala	Sala

Esta preferência, vai automaticamente hierarquizar os espaços, através dos usos que lhes são atribuídos.

Nos T2 percebe-se a divisão da habitação em duas fracções: zona comum com cozinha e sala; zona privada com quartos e quarto de banho. No entanto, devido às áreas das divisões, os usos dos espaços alteram as relações entre as divisões. O quarto, um espaço privado, deixa de o ser, quando admite que a cozinha se estenda para o mesmo, tornando-o num espaço de apoio à confecção das refeições. Num dos casos analisados, O.T2i.4.82, observa-se exactamente esta situação (fig. 42).

Os T3 dividem a habitação nas mesmas duas zonas: zona comum com cozinha e sala; zona privada com quartos e quarto de banho. Nestes exemplos a demarcação é mais evidente com o recurso ao corredor de acesso que realça a separação e interacção entre as divisões é menor.

Por fim, o T3 duplex leva ao extremo essa divisão ao colocar quartos e casa de banho no piso superior. Porém, o posicionamento de um quarto no piso inferior possibilita que os habitantes se apropriem desse mesmo espaço de diversas formas, alargando o uso deste espaço a outras necessidades.

A hierarquia espacial não está só dependente da proximidade dos espaços, mas também da sua forma. Nos quartos isso está bem patente. Dois quartos com a mesma área podem ser hierarquizados segundo a sua forma. Observe-se o seguinte caso. Na habitação O.T3s.11.51 o quarto principal²³¹ tem $\approx 6,90 \text{ m}^2$ e o quarto com área mais próxima tem $\approx 7,13 \text{ m}^2$. Esperar-se ia que o que apresenta maior área, fosse o principal, apesar da pequena diferença. (fig. 43). No entanto, no mais pequeno é possível incluir uma cama de casal sem interferir com a circulação interior, enquanto que no maior não. A forma ganha mais relevância do que a área, pois é importante colocar uma mobília de quarto completa.

As habitações desenhadas com espaços reduzidos e próximos uns dos outros produziram algumas práticas alternativas às práticas consideradas comuns, mas adequadas às necessidades de cada família. A hierarquia dos espaços e as relações entre eles foram-se alterando em função das necessidades.

²²⁹ Opinião da uma moradora que passa mais tempo na cozinha e como tal a utiliza mais do que a sala.

²³⁰ Opinião de uma moradora que utiliza mais a cozinha do que a sala.

²³¹ O quarto principal remete para o quarto usado pelo casal.

2.3.2 APROPRIAÇÃO

*“La structure de l’habitation est un objet de civilisation qui devrait donc évoluer en même temps que nos usages, nos habits, les turbulences de nos vies et de nos plaisirs.”*²³²

A apropriação do espaço é a possibilidade que os moradores encontram de livremente organizarem e usarem os espaços da casa conforme as suas necessidades, modos de vida e práticas quotidianas. É o modo como a história pessoal e social, a sua evolução e a sua formação se exprimem e conferem um sentido próprio na construção de um lugar narcisista²³³.

*“...a organização do espaço como actividade pertence a todos os homens e não apenas a alguns, o mesmo é que dizer que a organização do espaço é obra de participação de todos os homens, em graus diferentes de intensidade e até de responsabilidade, mas, de qualquer modo, obra de que nenhum homem pode eximir-se.”*²³⁴

Apropriar é habitar, um facto antropológico que muda em função da cultura, da civilização e da sociedade à escala global²³⁵.

LIBERDADES

A liberdade de apropriação do espaço não se trata necessariamente das liberdades permitidas pela organização espacial das habitações, nem pelos espaços “flexíveis” que muitas vezes são projectados para se transformam noutros de acordo com a vontade dos habitantes.

*“La liberté d’appropriation et d’aménagement que l’architecte a trop souvent tendance à confondre avec la liberté du plan.”*²³⁶

As liberdades de apropriação do espaço são limitadas, acima de tudo, pelos seus habitantes e não pela conformação do espaço. São eles, quem no final, tomam a decisão sobre como apropriar e adaptar a sua habitação. Sendo que as referências que encontram são as formas canónicas que conhecem, os limites da apropriação estão demarcados pelos seus conhecimentos. Por mais que seja colocada a opção de escolher o que fazer com cada divisão, o habitante rege-se sempre pelo que já conhece e que lhe é familiar. A transformação ocorre quando ele tem de procurar soluções precisas para um problema concreto.

A liberdade de apropriação trata-se de conceder um espaço que admite uma escolha na organização²³⁷. Quando as habitações não admitem que os moradores optem sobre como usar o espaço, a liberdade de apropriação encontrar-se-á condicionada.

A possibilidade de apropriar um espaço depende, então, da liberdade que os moradores encontram nele. Ela é uma

²³² SEGAUD, Marion, BONVALET, Catherine, BRUN, Jacques, *Logements et habitat. L'état des savoirs*, Paris: Éditions La Découverte, 1998, p. 74

²³³ ELEB, Monique in COLLIGNON, Béatrice, STASZAC, Jean-François, *Espaces domestiques. Construire, habiter, représenter*, Paris: Bréal, 2003, p. 322

²³⁴ TÁVORA, Fernando, *Da organização do espaço*, (1962), Porto: Faup publicações, 1996, p. 19

²³⁵ RAYMOND, H. et M. G. ; HAUMONT, N et A., *L'Habitat Pavillonnaire*, prefácio de H. Lefebvre, Paris: CRU, 1966, p. 6

²³⁶ RAYMOND, Henri, *Habitat, modèles culturels et architecture*, Architecture d'Aujourd'hui, nº 174, 1974, p. 52

²³⁷ Ibidem, p. 52

consequência inevitável à vida numa habitação. É portanto, uma relação que depende da interacção do habitante com o local onde vive e da resposta do mesmo.

O habitante procura através da apropriação criar um *habitat*²³⁸ a partir do primeiro espaço físico que encontraram. O espaço deixa de ser um local impessoal para passar a constituir um espaço de referência, um espaço construído pelos próprios habitantes, conferindo-lhe um sentido de identidade. As diferentes maneiras de habitar vão produzir diferentes *habitats*, ou seja, vão variar conforme cada pessoa ou família.

*“(...) la notion d’habitat est plus large, dans la mesure où elle intègre l’ensemble des éléments matériels et humains qui qualifient les modes de résidence de hommes.”*²³⁹

A liberdade de apropriação só é possível quando se verifica a produção de um *habitat*.

ENTRE O REAL E AS ASPIRAÇÕES

As aspirações a um vida melhor e os sonhos de viver numa habitação de sonho é o primeiro passo para estabelecer as premissas de apropriação do espaço. Para o habitante a construção da casa é dirigida pelos seus modos de vida, mas sempre procurando atingir um *habitat* ideal.

A transformação da habitação não se cinge simplesmente à transformação de um alojamento de acordo com modelos da sociedade, mas também através das formas de organização e dos objectos com que decoram o seu espaço²⁴⁰, um processo muito pessoal. O morador procura, pela idealização do seu espaço de sonho, encontrar soluções que o aproximem dessa realidade sonhada.

*“Le lieu de la vie quotidienne est donc utilisé, sans que ce soit toujours conscient, pour construire et conforter cette image de soi toujours en devenir.”*²⁴¹

As aspirações de uma determinada habitação (maior, com mais divisões, com jardim, com determinados objectos, etc.) são parte do processo de apropriação que visa atingir a expectativa de viver na habitação desejada. Este processo de apropriação aproxima-os da sua idealização, porém sempre distante do sonho.

Numa situação quase caricata, os moradores do O.T3s.11.51 conseguiram desenvolver um sistema para fazerem as suas refeições na varanda, mesmo que esta seja muito limitativa²⁴² para tal actividade. O jardim seria o local mais favorável, mas a varanda permite a vista sobre a foz do Douro, está próxima da cozinha²⁴³ e acima de tudo é um local recatado e privado, algo que o jardim não poderia proporcionar. Outras estratégias semelhantes desenvolvem-se noutras habitações.

²³⁸ “Se loger, c’est, en effet, vivre dans un lieu, se l’approprier, l’habiter.” SEGAUD, Marion, BONVALET, Catherine, BRUN, Jacques, Logements et habitat. L’etat des savoirs, Paris: Éditions La Découverte, 1998, p. 6

²³⁹ SEGAUD, Marion, BONVALET, Catherine, BRUN, Jacques, Logements et habitat. L’etat des savoirs, Paris: Éditions La Découverte, 1998, p. 6

²⁴⁰ COLLIGNON, Béatrice; STASZAC, Jean-François, Espaces domestiques. Construire, habiter, représenter, Paris: Bréal, 2003, p. 312

²⁴¹ COLLIGNON; STASZAC, op. cit., p. 312

²⁴² A varanda tem 0,55 m de largura e pouco mais de 3 m de comprimento.

²⁴³ Dado que vivem no piso superior, os habitantes teriam de fazer grandes deslocações entre o jardim e a cozinha durante a refeição.

Os habitantes do bairro transformaram o espaço em busca de atingir uma construção ideal de habitação. Ao longo dos anos a proximidade psicológica entre o habitante e a sua habitação é tão forte, que mesmo que nunca cheguem a ter o seu espaço ideal, o seu *habitat* atingiu um nível desejado.

*“Eu sou franca, eu antes queria a minha casa do que uma casa agora destas novas.”*²⁴⁴

*“A casa (...) chegava muito bem para mim e para o meu marido, até morrermos.”*²⁴⁵

ESPAÇO PRIVADO E FAMÍLIA

A privacidade no espaço da casa constitui, nos nossos dias, um factor importante no modo de vida das famílias. A noção de intimidade, isto é, a valorização do indivíduo sobre a família faz parte da nossa cultura e da sociedade. O individualismo²⁴⁶ modificou a hierarquia dos espaços da habitação²⁴⁷.

A noção de espaço privado, associada à noção de privacidade, foi-se alterando ao longo dos séculos. Os modos de vida passaram a conceber a necessidade de um local privado para os habitantes. A possibilidade de isolamento de um membro da família em relação aos outros foi-se introduzindo na sociedade, porém era uma comodidade que, no início do século, só abrangia as famílias aristocratas²⁴⁸.

Os espaços da habitação foram-se adaptando a esta noção, através da criação de novas divisões com novas funções para estabelecer uma hierarquia de intimidade.

No que respeita às habitações do bairro não é possível definir diferentes graus de intimidade nas divisões. A dimensão das habitações e as poucas divisões contrariam esse cenário. Assim, a convivência dos membros da família dentro de um espaço tão reduzido, como se verifica no bairro, por vezes em menos de 45 m², obriga a um controlo apertado entre moradores para que cada um tenha o seu espaço próprio. Foram definidos, por Paul-Henri Chombart de Lauwe, os limites “patológico”²⁴⁹ e “crítico”²⁵⁰, que determinam dimensões mínimas para o bem estar dos habitantes. Neste exercício de controlo do espaço da casa, os moradores têm de gerir os diferentes comportamentos no mesmo espaço, para não interferir em demasia com o espaço dos outros.

Nas habitações do bairro, os momentos de privacidade dos habitantes eram quase nulos, em particular no que respeita aos quartos. Em casos mais extremos chegava a não existir quartos suficientes para todas as pessoas²⁵¹. As crianças

²⁴⁴ O.T2s.4.24

²⁴⁵ O.T2s.1.165

²⁴⁶ ELEB-VIDAL, Monique; CHÂTELET, Anne-Marie, MANDOU, Thierry, *Penser l'habité. Le logement en questions*, (1988), Liège: Pierre Mar-daga, 1995, p.51

²⁴⁷ Ibidem, p. 52

²⁴⁸ SEGAUD, Marion, BONVALET, Catherine, BRUN, Jacques, *Logements et habitat. L'état des savoirs*, Paris: Éditions La Découverte, 1998, p. 70

²⁴⁹ “(...) niveaux en-dessous desquels la santé physique et mentale des occupants était gravement perturbée (entre 8 et 10 m² par personne avec 2,5 par pièce)” in LEGER, Jean-Michel, *Derniers domiciles connus : enquête sur les nouveaux logements 1970-1990*, Paris: Creaphis, 1990, p. 72

²⁵⁰ “(...) en-dessous duquel l'équilibre individuel et familial n'était pas assuré (entre 12 et 14 m² par personne avec deux personnes par pièce).” in Ibidem, p. 72

²⁵¹ Observar as tabelas do tópico deste capítulo: *Práticas quotidianas e usos do espaço* (p. 105), sobre o número de habitantes em casa e sobre o seu local de descanso. Nelas fica claro que foi necessário estabelecer estratégias para sincronizar a vida diária da família.

nem sempre tinham acesso a um quarto privado, sendo que algumas dormiam na sala. As habitações O.T2i.4.82 e O.T3d.14.18 são exemplos claros disso, onde as filhas montavam/desmontavam o seu quarto na sala.

*“(...) Tirava, à noite, a mesa para ali, abria o sofá e elas dormiam. De manhã, às vezes via-me consumida, porque elas (...) ao sábado queriam estar um bocadinho mais na cama e queria abrir a porta e às vezes era meio-dia e eu: “Alevantai-vos!” “Oh mãe, só mais um bocadinho...!” E era assim.”*²⁵²

Actualmente, são raros casos idênticos, dado que o bairro está habitado por agregados familiares mais reduzidos e onde a média de idades ronda os 50 anos, do qual as crianças são uma minoria.

Hoje em dia, a concepção do que significa um quarto para uma criança até à sua adolescência é muito mais do que um local para dormir.

*“La chambre d’enfant est aujourd’hui perçue et organisée comme un lieu de jeu, de repos, de travail, de réception des amis : elle est donc privée et publique à la fois.”*²⁵³

A falta de quartos e a consequente adaptação da sala para dormir gerava conflitos de interesses, quando algum elemento da família pretendia, por exemplo, ver televisão e outro pretendia estudar ou dormir.

*“Eu na altura ainda só tinha uma televisão (a da sala). Eu ia dormir e acordava e ele aqui [na sala] a ver televisão. Duas, três da manhã e ele aqui a ver televisão e a filha aqui a estudar. A outra [filha] a dormir e a mais nova a estudar.”*²⁵⁴

Além da pouca flexibilidade, das habitações originais, em garantir aos habitantes a sua privacidade, não existem muitos dispositivos que filtrem a transição entre o “comum” e o “privado”. A separação entre um quarto e a sala, no caso das habitações T2, limita-se à porta, que se por momentos estiver aberta elimina toda a privacidade do quarto. Como se pode observar nas plantas das habitações T3 e T3 duplex originais, e como já foi referido, esta proximidade entre sala e quartos não está tão patente (fig. 44 e 45).

A noção de intimidade também se pode associar à noção interior/exterior²⁵⁵, domínios diferentes²⁵⁶. Dependendo da cultura e da sociedade esta noção também pode variar conforme se vive mais a casa no exterior, ou no interior.

O bairro vive os dois espaços (interior e exterior) de modos diferentes. Não se pode dizer que os habitantes usufruam mais do interior das suas casas do que do exterior, ou o inverso.

A interacção entre os moradores e a entreejada que suporta as relações pessoais²⁵⁷ imprimem um sentido de vivência da habitação muito ligada ao espaço exterior, como se observa pelo relato de um morador: *“(...) olhe, vou aqui para baixo,*



Fig.44 Sala da habitação O.T2i.1.165 com as portas dos quartos imediatamente à esquerda.



Fig.45 Corredor da habitação O.T3s.11.51 e espaço de separação entre os quartos e a sala ao fundo.

²⁵² O.T3d.14.18

²⁵³ SEGAUD, Marion, BONVALET, Catherine, BRUN, Jacques, *Logements et habitat. L'état des savoirs*, Paris: Éditions La Découverte, 1998, p. 70

²⁵⁴ O.T2i.4.82

²⁵⁵ RAPOPORT, Amos, *Pour une anthropologie de la maison*, Paris: Dunot, 1972, p. 92

²⁵⁶ Ibidem, p. 92

²⁵⁷ Verificou-se essa mesma proximidade entre os moradores através da ajuda fornecida no contacto com os habitantes na altura das entrevistas, mas também pelas conversas, entre eles, na rua e pelo o conhecimento que têm sobre a vida pessoal uns dos outros.

venho aqui para cima conforme os meus vizinhos, conversamos e dialogamos.”²⁵⁸; ou por outra afirmação de uma moradora: “Ela [a vizinha] também não fazia convívio nenhum na casa. Andava sempre nos vizinhos. Aqui não, porque eu não lhe dava trela para ela andar aqui. Mas ia para as vizinhas, aqui atrás. À noite ia lá comer sopa, ao meio-dia ia comer sopa, e a casa dela era só para museu.”²⁵⁹ No entanto, existem sempre momentos onde prevalece a vontade de intimidade da família na própria casa.

Este bairro caracteriza-se tanto pela convivência entre os moradores nos seus espaços exteriores, como pelos momentos de privacidade no interior da habitação.

*“Bien que dans notre civilisation les architectes parlent souvent de l'intimité comme d'un besoin fondamental, c'est en réalité un phénomène complexe et varié.”*²⁶⁰

O PAPEL DA MULHER NA HABITAÇÃO

Desde o início do século que o papel da mulher na sociedade ocidental como na família veio alterando-se, com consequências na habitação.

A posição da mulher na sua casa era dominada pelo trabalho doméstico e/ou pela gerência da casa, e muito dependente do marido. No início do século e em classes com maior poder económico, esse papel não era dividido pelo trabalho fora da casa, e a mulher (mãe e esposa) não tinha de se dividir por outras tarefas. Nas classes mais baixas a situação da mulher era diferente. Elas tinham de cuidar da casa, para além de trabalhar para ajudar a sustentar a família, apesar de tal não lhes garantir independência.

A sua situação vai mudar quando ela adquire maior independência e autonomia do marido²⁶¹. Hoje em dia, o seu papel continua dividido entre o seu trabalho e as tarefas domésticas²⁶².

Em quase todas as famílias do bairro a mulher também contribui para o rendimento familiar. Só em situações forçadas (como o desemprego, ou viuvez) é que a família vive do rendimento de um dos dois. Assim, a função da mulher não era exclusivamente de dona de casa.

*“Quando eu trabalhava e tinha as minhas pessoas todas em casa deitava-me sempre às 2h da manhã e às 5h da manhã já estava a pé. Dormia muito pouquinho, porque tinha uma casa de gente, e saía de manhã para trabalhar.”*²⁶³

O sentido de conforto e de acolhimento da habitação deve-se, de facto, ao esforço da mulher no seu lar²⁶⁴, como procuraram demonstrar Davidoff, L'Epérance e Newby, pois é ela que constrói um espaço confortável para a família.

Os dois trabalhos (emprego e lides domésticas) são muitos exigentes para a dona de casa, no entanto também tem vantagens, segundo alguns autores. Ela pode libertar-se do isolamento e da natureza confinada que o espaço doméstico

²⁵⁸ O.T2s.4.24

²⁵⁹ O.T2s.4.24

²⁶⁰ RAPOPORT, Amos, *Pour une anthropologie de la maison*, Paris: Dunot, 1972, p. 95

²⁶¹ Consultar capítulo 1.1.1 - A Habitação Mínima no contexto da Arquitectura Moderna: Condições de desenvolvimento da habitação mínima, p. 23.

²⁶² PORTAS, Nuno, *Funções e exigências de áreas de habitação*, Lisboa: LNEC, 1969, p.11

²⁶³ O.T2i.4.82

²⁶⁴ Davidoff, L'Epérance et Newby in COLLIGNON, Béatrice, STASZAC, Jean-François, *Espaces domestiques. Construire, habiter, représenter*, Paris: Bréal, 2003, p. 355

lhes provoca²⁶⁵. De acordo com autores feministas o papel da mulher dentro da sua casa retira-lhes um sentido de individualidade, pois elas vivem “*por e para os outros*”²⁶⁶, ou seja, vivem em função da casa, que serve a sua família (pais, marido, filhos, ou outros membros da família).

Será, actualmente, a mulher a principal criadora e organizadora do espaço da habitação? E o papel do homem é actualmente secundário ao da mulher?

Várias mudanças operaram-se com o tempo e a mulher passou a poder delegar certas funções. Os filhos passaram a ser instruídos em escolas, o recurso aos equipamentos facilitam as lides domésticas e o marido partilha mais dos processos de cuidar dos filhos e ajudar no quotidiano. Ela perde, cada vez mais, o papel preponderante na gerência da casa, dando ao homem mais espaço para entrevir e ajudar. Ao perder o estatuto de “dona de casa”, onde a sua função visava exclusivamente tratar da casa e da família, a mulher vai equilibrar-se com o parceiro na forma de agir sobre a habitação.

Os moradores do bairro, que nunca tiveram possibilidade de usufruir de uma empregada doméstica, viveram do seu próprio esforço para manter a casa. Nas gerações mais velhas ainda está patente a diferença entre “os deveres da mulher e os do homem”. Nas gerações mais novas a mulher divide as tarefas da casa com o marido, como se percebe pelas afirmações de alguns moradores: “(...) *Ela faz uma coisa, eu faço outra coisa. Tento fazer, tento ajudar. Pode não ser sempre, mas se for preciso também só faço eu.*”²⁶⁷

Noutras famílias, a mulher ainda continua a ter o papel principal nas lidas da casa. Nas que já são viúvas é incontornável que sejam mesmo elas a lidar com todas as tarefas, contudo as que já não têm condições físicas para tal acabam por ter de pedir ajuda a alguém para certas tarefas.

O papel da mulher foi mudando com a evolução da sociedade, e as mulheres que habitam o bairro acompanharam estas mudanças dentro das suas condições. Contudo, não deixa de ser evidente que a sua influência nas decisões da casa ainda é forte. O papel do homem reflecte-se mais no exterior. O jardim, local de convívio com os vizinhos, zona de festas, e até zona de cultivo, estão mais associadas aos homens. A divisão de tarefas da casa acaba, em certa medida, por se dividir entre o interior para as mulheres e o exterior para os homens. Esta afirmação não é completamente válida para todos os casos, mas verifica-se em grande parte.

PRÁTICAS DO QUOTIDIANO E USOS DO ESPAÇO

*“L'appropriation est alors une lutte (...) contre la société pour satisfaire de exigences vitales, pour manifester dans les techniques de construction et le mode d'organisation, l'inscription d'éléments symboliques, l'expression et l'autonomie d'une culture, d'une existence(...)”*²⁶⁸

A forma como as famílias funcionam sobre o seu *habitat* (lugar de referências construídas pela família) depende da cultura e da sociedade que lhe restringem o campo de acção. É através destas referências que encontram formas de apropriar o espaço da casa.

As práticas do quotidiano e os usos do espaço são variáveis de família para família, mas estão de acordo com as normas da sociedade onde se inserem. Segundo Henri Raymond, os modelos culturais ou sociais são a base para as formas de

²⁶⁵ Spring Rice *in* Ibidem, p. 356

²⁶⁶ Friedan *in* Ibidem, p. 357

²⁶⁷ R.T3.10.7

²⁶⁸ PINSON, Daniel, *Usage et architecture*, Paris: Editions L'Harmattan, 1993, p. 154

agir, os modos operativos²⁶⁹. São todos os aspectos rotineiros da vida quotidiana, mas que não significam uma prática automatizada.

É necessário distinguir o que são os modelos (culturais ou sociais) do que se considera ser uma resposta automatizada a determinadas situações. De acordo com Pierre Bourdieu, H. Raymond explica que o “habitus” ou o modelo não é a base dos princípios que conduzem à produção de uma determinada acção estereotipada, mas antes o suporte para a construção interpretada ou inventada de uma prática. É a diferença entre o conformismo do ritual e a conformidade da prática²⁷⁰, uma vontade de expressar um modelo que conhecem, mas que podem ou não fazê-lo se o espaço o permitir ou não. É a interpretação do modelo.

Este processo de interpretação e criação de um *habitat* faz parte do quotidiano das famílias e que se caracteriza, segundo Henri Lefebvre, pelas acções das pessoas.

*“Ce qu’il annonce, c’est que la vie quotidienne n’est pas fait de ces grandes inventions qui bouleversent un siècle: elle est ce que les gens en font, en bien et en mal, en désastreux et en prodigieux.”*²⁷¹

Os habitantes do bairro construíram determinadas práticas e modos de usar os espaços da habitação que se relacionam com a forma com a própria habitação lhes permite viver. Claro está que, apesar de condicionados por alguns aspectos físicos da habitação, eles desenvolveram mecanismos para manterem as suas práticas sociais e culturais. Ao ajustarem o espaço aos seus modos de vida, vão condicionar o seu uso. Existe, então, uma relação íntima entre as práticas, os usos e os modelos culturais e sociais.

No bairro algumas práticas estão sistematizadas, umas mais estáveis e consensuais como comer e dormir, até outras mais variáveis como decorar a casa.

Algumas das práticas correntes não encontram um local próprio para se efectuarem. As lides domésticas, por exemplo engomar a roupa, supõem um espaço para colocar a tábua e a roupa, porém nestas habitações as dimensões reduzidas limitam a escolha para um local apropriado.

Nas habitações T2 esta actividade ficava limitada ao espaço da sala. Nem os quartos nem a cozinha albergavam as condições mínimas para esta prática. As únicas excepções surgem quando a alguma divisão da casa é alterada. Usar um quarto como local para engomar a roupa acontece num caso, em que esse mesmo quarto já não serve o uso original (fig. 46). Outros moradores ainda conseguiam engomar a roupa na cozinha²⁷², mas eram excepções.

Outra actividade que depende de um local específico é a lavagem da roupa, dado que é necessário um espaço para colocar uma máquina. Nos primeiros anos do bairro esta prática era uma actividade colectiva que dependia dos lavadouros públicos, próximos do bairro (fig. 47 e 48). Os moradores da habitação O.T2i.1.165 recordam-se de se socorrem desses lavadouros. “*Não havia máquina. Lavava no tanque. (...) Antes de ter o tanque, porque não tinha dinheiro para o comprar, ia lavar à Cantareira e vinha com a roupa às costas.*”²⁷³ Assim, as habitações não eram projectadas para responder a essa actividade, dado que essa prática era uma actividade colectiva e pública. Ao longo dos anos o aparecimento do tanque de lavar roupa e mais tarde da máquina, que visam a simplificação das tarefas domésticas, implicou um trabalho de adaptação destes



Fig.46 Espaço destinado para engomar a roupa. O.T3d.14.18.



Fig.47 Lavadouros públicos da Cantareira.



Fig.48 Lavadouros do bairro Rainha D. Leonor. Construídos na 2ª fase do bairro.



Fig.49 Tanque de lavar roupa situado no espaço exterior da casa. O.T2i.4.82.



Fig.50 Máquina de lavar roupa localizada na marquise da casa. O.T2i.1.165.

²⁶⁹ RAYMOND, Henri, *Habitat, modèles culturels et architecture*, Architecture d'Aujourd'hui, n° 174, 1974, p. 51

²⁷⁰ Ibidem, p. 51

²⁷¹ RAYMOND, Henri, in SEGAUD, Marion; BONVALET, Catherine; BRUN, Jacques, *Logements et habitat. L'état des savoirs*, Paris: Éditions La Découverte, 1998, p. 390

²⁷² “Na outra casa passava a roupa na cozinha.”, R.T1s.13.133

²⁷³ O.T2i.1.165

equipamentos com os espaços existentes, pois as habitações não estavam preparadas para os receber. O recurso mais corrente foi a construção de anexos, sendo que o quarto de banho também serviu esse propósito (fig. 49 e 50).

Outras práticas sofreram do mesmo problema de adaptação à evolução da sociedade e dos modos de vida.

Na nossa cultura é fundamental que exista um espaço de reunião para a família. Nalgumas habitações do bairro, o espaço destinado à zona de descanso e de refeições (a sala) foi, simplesmente, mobilado com uma mesa de jantar e um móvel de apoio, dado que não podia comportar mais mobília. Na escolha feita pelos moradores, fica claro que o mobiliário mais importante é a mesa e não o sofá, como se explicará mais à frente.

Na habitação O.T2s.4.24 a sala suportou, em conjunto com a mobília que lá existe²⁷⁴, mais um sofá. Porém, em pouco tempo se verificou que não existiam condições que viabilizassem o uso de todos os móveis em simultâneo, pois quando alguém se sentava no sofá, um dos topos da mesa ficava inutilizado. Tornou-se mais uma vez necessário optar entre um dos móveis – o sofá ou a mesa. Não só se verificou tal situação nesta habitação como também noutras semelhantes, como o caso O.T2i.4.82. Impunha-se a escolha entre que espaço se pretendia criar na sala, dada a mesma incompatibilidade entre a área disponível e a área necessária. Após uma ponderação ficou claro que a zona de refeições era a mais importante. Tal situação deve-se à incapacidade da cozinha conter um espaço de refeições, como já foi referido.

Num caso excepcional, O.T2i.1.165, o espaço da sala deixou de servir para qualquer uma das zonas (estar e comer). A sala passou a constituir um espaço de apresentação da casa. “*Aqui [a sala] é só para vista. É para estar assim arranjadinha e não estar a monte.*”²⁷⁵ Como, na realidade, a verdadeira sala, isto é, o espaço utilizado como sala, é a *marquise*, a sala original deixou de servir este propósito. Assim, ela ganhou uma nova dimensão e um novo significado. Funciona como um local de apresentação da casa, como um espaço de exibição do seu melhor mobiliário, que nunca é usado (fig. 51 e 52).



Fig.51 Sala da habitação O.T2i.1.165.



Fig.52 Marquise da habitação O.T2i.1.165.

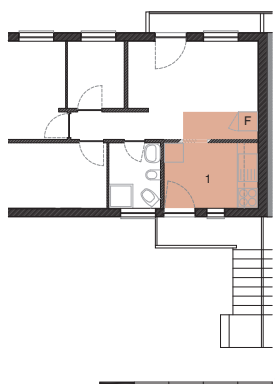


Fig.53 Zona de trabalho da cozinha da habitação O.T3s.11.51
1 - Espaço de entrada e cozinha; F - Frigorífico.

No que respeita à cozinha, o modo de utilização não é uniformizado e as práticas diárias desenvolvem-se de formas variadas, segundo cada família e cada habitação.

A solução mais frequente, que os moradores encontraram para utilizar melhor este espaço, foi encerra-lo, tanto nas habitações T2 como T3 duplex. Esta opção mostra que, apesar da dimensão reduzida da cozinha, os habitantes preferem que ela seja fechada, independente²⁷⁶.

Das 5 habitações originais estudadas observam-se variações entre as cozinhas dos T2, do T3 e do T3 duplex. O O.T3s.11.51 distingue-se pela clara diferenciação estabelecida entre a cozinha e a sala. Esta ideia é posteriormente reforçada pelos moradores com a colocação de uma porta de correr. A importância da separação dos dois espaços é muito forte, mesmo quando eles já são quase independentes. Apesar de ser a maior cozinha de todos os fogos originais estudados e a mais independente da sala, ela não tem, por exemplo, espaço para o frigorífico. Neste caso a cozinha funciona também como a entrada da casa, assumindo um duplo papel: recepção da habitação e cozinha; também a acumulação de outros electrodomésticos necessários em casa obriga à deslocação do frigorífico para fora da cozinha (fig. 53).

Nos três T2 a cozinha é um espaço bastante exíguo e inserido na sala, mas cada família encontrou formas diferentes de usa-la.

No caso O.T2i.1.165²⁷⁷ a cozinha mantém-se aberta para a sala, como estava definido no projecto original, com um armário como um único dispositivo de filtragem (sala/cozinha) (fig. 54). Na opinião da moradora não era compatível usar a sala e a cozinha em simultâneo. “*Isto ou era sala ou era cozinha. Isto até em princípio era cozinha, porque não tinha nada disto*

²⁷⁴ A sala está mobilada ao centro com uma mesa que serve 6 pessoas; numa parede com uma cristaleira e um móvel para colocar a televisão; e junto à porta da varanda existe outro pequeno móvel decorativo.

²⁷⁵ O.T2i.1.165

²⁷⁶ Consultar sobre as fichas das habitações originais capítulo 2.5 - *Fichas das habitações do bairro*, p. 150

²⁷⁷ Caso onde a sala funciona como local de apresentação da casa.

[móvel de separação]. Era amplo. (...) Ao princípio ainda teve aqui um cortinado que era para não se ver logo que se chegava. Ora portanto, a gente depois, para se adaptar, mandou fazer um móvel.”²⁷⁸ Ela deixa claro que sem o móvel que divide as duas zonas, elas não poderiam coexistir. Mesmo depois de existir o filtro de separação a sala continua a ter um papel secundário. A opção de não usar a sala como espaço de convívio e de refeições expande a cozinha dos seus limites, possibilitando a quem cozinha uma sensação de menor enclausuramento (até porque a cozinha é um espaço interior sem iluminação natural). A vantagem de não encerrar totalmente a cozinha permite a esta família colocar uma pequena mesa que tanto serve de apoio no momento de confeccionar as refeições como de pequena mesa de refeições (fig. 55). “Às vezes os dois de Inverno comemos lá [na cozinha].”²⁷⁹

Nos outros dois T2 a cozinha não manteve a relação original com a sala. Como nestes casos a sala tem um uso diário, houve a necessidade de dividir os dois espaços (fig. 56).

Na habitação O.T2i.4.82 a cozinha que se mantém bastante inalterada, limita-se à parede divisória com a sala posteriormente construída. Todos os móveis e a disposição do fogão e da banca mantêm-se originais. Contudo, a cozinha é demasiado limitada para confeccionar uma refeição e arrumar a louça de várias pessoas. O mecanismo encontrado para superar a falta de espaço apoiou-se no quarto mais próximo²⁸⁰, pois como a entrada não divide a proximidade entre cozinha e quarto, fomenta-se o apoio da prática no outro espaço. Assim é possível gerir com facilidade todas as tarefas simultâneas que ocorrem na cozinha. “Pois, [as coisas] que me estejam a estorvar eu pouso ali num lençolzinho em cima da minha coberta e vou lá pôr. Para ter mais espaço. O meu cestinho da fruta, que tenho em cima do meu fogão e essas coisas. Tudo que eu veja que me está a estorvar, que eu quero-me mexer e para dar mais largueza.”²⁸¹

Nesta habitação o processo que envolve o tempo da refeição em família, ou seja, a confecção, a lavagem e arrumação da cozinha desenrola-se de um modo particular, como a moradora descreve:

“(…) Levanto a mesa da comida, os pratos, vou para a cozinha, pouso-os ali todos na banca e começo a trazer a sopa. (...) Enquanto eles comem as sopas eu vou lavar a louça. Já tenho os pratos limpinhos e pouso-os em cima da minha cama e os talheres, porque são louça de domingo, que é para eu depois arrumar tudo naquele armário. (...) Entretanto eles acabam de comer a sopa, eu começo a recolher os pratos para os lavar. Tiro os pratinhos de sobremesa, talheres de sobremesa, pouso as sobremesas em cima da mesa e vou lavar os pratos da sopa.

“(…) Depois ponho a máquina do café a trabalhar, eu começo a levantar os pratos de sobremesa e os talheres e digo à minha neta para ela ir buscar as chávenas. Ela começa a estender a chávenas, depois o café vem para a mesa e cada um serve-se. (...) Eu estou a levar o resto da louça, enquanto elas acabam de tomar o café, levantam-se e vão lá para fora, e eu acabo de arrumar o resto. Já tenho os pratos todos no quarto para depois arrumar. Às vezes, quando eles se vão embora já eu tenho a louça toda arrumada e a mesa fechada. (...) A última coisa que eu tenho para lavar é as chávenas do café e os copos de vinho.”²⁸²

Nesta habitação foram encontrados mecanismos que resolvem as dificuldades do espaço para refeições em família



Fig.54 Armário de divisão entre a sala e a cozinha (atrás). O.T2i.1.165.



Fig.55 Mesa de refeições na cozinha. O.T2i.1.165.



Fig.56 Parede colocada posteriormente que divide a sala (à direita) da cozinha (à esquerda). O.T2i.4.82.

²⁷⁸ O.T2i.1.165

²⁷⁹ O.T2i.1.165

²⁸⁰ Sendo que a habitação se encontra no piso inferior, a entrada da casa não está próxima da cozinha, como acontece nos pisos superiores, mas antes do lado oposto da mesma. Assim, a cozinha e quarto não estão divididos por esta zona de circulação.

²⁸¹ O.T2i.4.82

²⁸² O.T2i.4.82

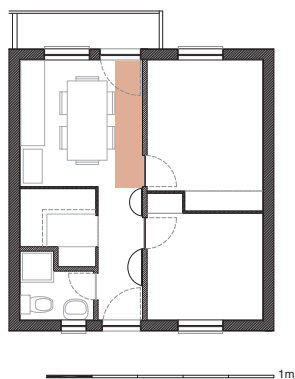


Fig.57 Espaço da sala onde a família pratica actividades extras. O.T2s.4.24.

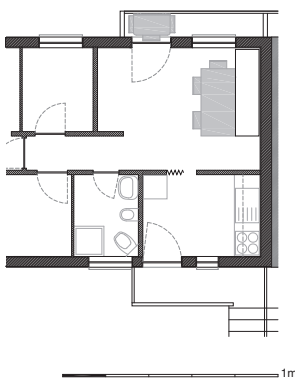


Fig.58 Mesa de refeições na sala e mesa na varanda. O.T3s.11.51.



Fig.59 Mesa na varanda para as refeições. O.T3s.11.51.

(com muita gente). Porém, o quarto, um espaço privado, deixa de o ser quando admite que a cozinha se estenda para o mesmo, ou que outras actividades (guardar casacos de visitas, etc.) se impõem e alterem a noção de espaço privado.

Na habitação O.T2s.4.24 também é a sala que assegura o local das refeições. De certo modo, ela funciona como centro de todas as actividades que não têm um local próprio, isto é, que não foram pensadas de início como práticas que exigem um local específico. Para além de ver televisão, descansar, comer, a sala também comporta actividades como: passar a ferro; tratar da roupa, e em ocasiões excepcionais espaço de dormir (fig. 57)

Na habitação O.T3s.11.51 também há variações nas práticas associadas ao tempo de refeições, como já se tinha referido. Verificou-se que o espaço de refeições (sala) se estende para a varanda, quando a família pretende “comer fora”. Apesar da reduzida dimensão e da quase impossibilidade de colocar uma mesa na varanda, isso não é impedimento. Uma mesa fixa à guarda da varanda, por dobradiças, é levantada quando necessário. Observou-se também que a mesa colocada nesse espaço da varanda só servia 3 pessoas. Quando o número de pessoas é excedente a dona de casa come na sala, junto à porta da varanda, mantendo a comunicação com o resto da família. Esta opção deriva do facto de ser ela quem trata de recolher os pratos e de servir a comida, ficando mais próxima da cozinha (fig. 58 e 59).

Utilizar a cozinha como espaço de refeições é algo inviável no bairro. Dada a integração da cozinha na sala, a separação das funções em espaços independentes não se pode aplicar. As necessidades são respondidas dentro da mesma divisão, mas segundo uma hierarquia temporal, isto é, dependendo do momento do dia certas funções vão-se sobrepor as outras de acordo com necessidades da rotina diária. No momento da confecção das refeições algumas zonas e/ou mobiliário da sala irão ser ocupadas por essa actividade, porém no momento da refeição o mesmo espaço irá ser utilizado simplesmente para a refeição.

A sala é o local que aceita mais excepções. É dele que dependem as soluções para situações extraordinárias. “*A sala é o nosso master-room. (...) É a divisão para tudo.*”²⁸³

Nela é onde funciona uma parte das lides domésticas, improvisam-se novos quartos, convive-se e come-se. Este espaço absorve a maior parte das actividades, dada a facilidade em se adaptar a diferentes usos.

Os quartos são parte fundamental dos espaços que compõe a casa. Como zonas de dormir espaços são condicionados por dois factores: o número de residentes de cada habitação, que regula o espaço disponível para o descanso da família; e a diferença de idades e o sexo dos moradores que restringe de igual modo. Em situações extremas (quando não havia quartos em número suficiente para todos os habitantes), a sala servia como espaço de recurso. Pode observar-se nas seguintes tabelas como evoluiu o uso dos quartos e da sala em duas famílias, condicionados pelo seu crescimento.

	1º momento	2º momento	3º momento	4º momento	5º momento
O.T2i.4.82		(Falece a bisavó)	(Falece o marido)	(Filhos saem de casa)	(Falece a Avó)
Quarto principal	3: Casal + Bebé (rapaz)	2: Casal	1: Viúva do casal	1: Viúva	1: Viúva
Quarto	2: Avó + Bisavó	2: Avó + Filho	2: Avó (sogra da viúva) + Filho	1: Avó	
Sala	2: Filhas	2: Filhas	2: Filhas		
Total de habitantes	7	6	5	2	1

O.T3d.14.18	1º momento	2º momento (Filha mais velha mudou de quarto)	3º momento (Falece a Avó)	4º momento (Filhos saem de casa)
Quarto principal	2: Casal	2: Casal	2: Casal	2: Casal
Quarto	2: Avó + Filha	1: Avó	2: Filhas	
Quarto inferior	1: Filho	1: Filho	1: Filho	
Sala	1: Filha	2: Filhas		
Total de habitantes	6	6	5	2

Todos os espaços que compõem as habitações do bairro condicionaram os modos de vida dos moradores, mas as aparentes limitações a certas actividades foram resolvidas. Contudo, outras continuam a ser mais complicadas pelas limitações espaciais, por exemplo: “*Já se sabe que para fazer a cama tinha de se passar por cima da cama para ir para o lado de lá. (...) porque a cama ia de uma parede à outra, porque tinha que ser assim.*”²⁸⁴.

Além do espaço (dimensão, forma, organização, etc.) também o mobiliário define a relação entre a habitação e o habitante, pois é um elemento de mediação entre os dois agentes.

A MOBÍLIA

A mobília é um dos principais componentes da habitação. É através dela que os habitantes podem usar o espaço da casa e conferir-lhe um sentido de pertença, pois como refere Pierre Francastel o mobiliário é o conjunto de “*objectos de civilização*”²⁸⁵ que induzem a práticas próprias de cada época. Sem a mobília a habitação seria despida de interesse e mesmo impraticável em algumas situações. No fundo é ela que atribui um sentido de uso aos espaços que ocupa.

*“Las pocas piezas de la casa no se corresponden a un uso determinado. (...) Se cocina, se trabaja, se recibe o se duerme, y son los muebles, en lugar de las estancias, los que determinan esos usos.”*²⁸⁶

Além do lado funcional, ela também representa a liberdade de escolha dos moradores sobre o seu espaço. Podem definir como pretendem utilizar o espaço, como o querem organizar, ou como querem decora-lo, ou seja, decidem sobre ele, já que não puderam decidir sobre a organização da habitação e o seu tamanho.

*“Habiter n’est pas seulement une question d’espace intérieur, c’est aussi une question de mobilier, de tissus d’ameublement et de décoration. C’est exprimer toute une série de valeurs, jusque dans le moindre recoin de la maison (...).”*²⁸⁷

Nas habitações originais do bairro existe uma forte limitação sobre o que os moradores podem ou não colocar em casa. As áreas evidentemente reduzidas exigem que cada divisão seja organizada racionalmente. Em alguns casos (famí-

²⁸⁴ Referência à habitação anterior, um T3 inferior, da família que actualmente habita o R.T2s.13.106.

²⁸⁵ FRANCASTEL, Pierre in COLLIGNON, Béatrice; STASZAC, Jean-François, *Espaces domestiques. Construire, habiter, représenter*, Paris: Bréal, 2003, p. 310

²⁸⁶ MONTEYS, Xavier; FUERTES, Pere, *Casa Collage. Un ensayo sobre la arquitectura de la casa*, Barcelona: Edições GG, 2001, p. 104

²⁸⁷ CIERAAD, Irène, “*Habitudes d’habiter*” in COLLIGNON, Béatrice; STASZAC, Jean-François, *Espaces domestiques. Construire, habiter, représenter*, Paris: Bréal, 2003, p. 184



Fig.60 Armário colocado no espaço do "falso", que foi ampliado. O.T2s.4.24.

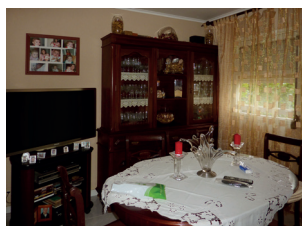


Fig.61 Mobiliário da sala, da habitação O.T2s.4.24.



Fig.62 Mobiliário da sala, da habitação O.T2i.4.82.



Fig.63 Mobília da sala que não é usada, da habitação O.T2i.1.165.

lias com mais posses) as mobílias foram feitas por medida, podendo ajusta-las às dimensões das divisões e racionalizando o espaço disponível da casa para a arrumação (um dos maiores problemas destas habitações).

Nos quartos acontece, muitas vezes não espaço para colocar uma "mobília completa"²⁸⁸. Notou-se ao longo das entrevistas a importância deste factor pelo esforço demonstrado em colocar todas as peças no interior do quarto e quando dizem: *"É assim, a mobília não tinha. O falso, tive que o abrir. Ronbei ao outro quarto e abri para embutir aqui um guarda-vestidos, porque senão não dava."*²⁸⁹ (fig. 60)

As salas também restringem a escolha da mobília. Já foi demonstrado que as salas dos T2 não permitem a definição de duas zonas distintas (de estar e de refeições), o que leva à necessária escolha do mobiliário que os moradores consideram mais importante.

Dos três casos entrevistados, os dois que dão uso à sala (O.T2s.4.24; O.T2i.4.82) não têm sofá. Mesmo no terceiro caso (O.T2i.1.165) onde a sala funciona na marquise, não existe um sofá. A versatilidade de usos da mesa e das cadeiras para as duas funções evita o mobiliário excessivo e facilita a circulação no interior na sala (fig. 61, 62 e 63).

A habitação O.T2s.4.24 chegou a colocar um sofá em conjunto com a mesa na sala, porém em pouco tempo verificaram que era inviável utilizar a sala, pois o sofá ocupava demasiado espaço²⁹⁰, como referido anteriormente.

A vontade de mobilar a habitação com o que consideram ser o melhor também toma outro lado a ser analisado. Quanto melhor é o mobiliário e o equipamento com que equiparam a sua casa, melhor são as condições de vida. Isto tem um grande significado, porque denota que conseguiram ultrapassar parte dos problemas financeiros com que chegaram ao bairro.

A mobília tem, então, dois valores para os habitantes: a possibilidade de transformarem a sua casa de acordo com as suas necessidades e vontades, conferindo um sentido de controlo sobre a casa que habitam; e um sentido de posse sobre o que construíram ao longo dos anos.

Na mudança para as novas habitações a mobília que acumularam em anexos ou noutras divisões foi transferida para as novas habitações. No entanto, nem tudo teve lugar nas novas casas, porque estes espaços não continham arrumação suficiente ou porque não permitiam que alguma mobília coubesse (dimensões incompatíveis, impossibilidade de usar alguns objectos porque a habitação não estava preparada, etc.).

"Ora, comprei um sofá, depois comprei uma mesinha que me tive de desfazer dela, tão cara..."

*(...) Não tinha onde pôr, tive que me desfazer dela. Tanto dinheiro gastei naquela casa, e ficou lá e fiquei sem as coisas. Comprei candeeiros em cristal que tinha no tecto: três. Tinha um em cada quarto e outro na sala de jantar, que tanto trabalhei, menina, que eu trabalhei, trabalhei para ter as minhas coisas para nada adiantar, para ficar lá tudo."*²⁹¹

"M – Mas a gente estava habituada a outras coisas. Tínhamos dois barracos e um quintal. Tínhamos lá o "armazém das rolhas", tipo, coisas que a gente não utiliza.

F – Nem se usava nem se dava, guardava-se.

*M – Quando foi para vir para aqui ou meten-se fora, ou despachou-se, ou ficou lá."*²⁹²

²⁸⁸ Entende-se por mobília completa o conjunto de cama, mesinha de cabeceira, cómoda e armário.

²⁸⁹ O.T2s.4.24

²⁹⁰ *"Já tive aqui [na sala] um sofá.(...) Mas tirei o sofá, porque era muito complicado."*, O.T2s.4.24

²⁹¹ R.T1i.9.56

²⁹² R.T3s.10.7

A sensação de perda é muito mais significativa para estes moradores, dado que perdem uma parte significativa do seu património. A casa, o espaço físico, não lhes pertence, e desta forma o mobiliário representa a realização e o sucesso do que conseguiram adquirir com muito esforço ao longo dos anos. Assim, as suas posses consistem no conjunto de equipamentos e mobiliário da habitação. A noção de posse passa a referenciar-se a tudo o que compõe o interior. É a sua forma de marcação do “status social” dentro o bairro.

O mobiliário é fundamental na construção da identidade de uma casa. Este bairro, pelas suas características, tem habitações mínimas que condicionam a escolha, a organização, e a quantidade de peças de mobiliário. Existe, no entanto, um elemento móvel que tem um papel importante, tanto na organização espacial como a vida quotidiana: a televisão.

A televisão tem um poder muito forte na sociedade. A influência que exerce sobre os modos de vida pode ou não mexer com as relações dos habitantes com a sua casa. Referindo-se, agora, todas as habitações estudadas existem, pelo menos, duas televisões por casa. Dos 14 casos²⁹³ analisados apresenta-se o seguinte panorama:

- 1 televisão: 0 habitações
- 2 televisões: 7 habitações
- 3 televisões: 5 habitações
- 4 televisões: 2 habitações

Há uma forte predominância de várias televisões em casa. Isto produz um duplo efeito nas relações familiares. Se a existência da televisão exerce um efeito agregador da família em torna da mesma, ela pode também exerce um efeito de separação quando existe mais do que uma, pois os membros da família dividem-se conforme os seus gostos por cada uma das televisões.

Existem diversos factores que alteram as relações do habitante com a casa, face à televisão. Podemos verificar que a existência da televisão na cozinha²⁹⁴ torna-se um elemento de união da família em torno desse espaço. A sala, que em quase todos os casos também tem uma televisão, passa a ser em certos momentos um espaço secundário relativamente à cozinha, quando nesta se podem concentrar diversas actividades simultâneas (cozinhar, comer, ver televisão, conviver, tratar da roupa, estudar, etc.). A cozinha passa a ser a divisão mais importante na casa.

Algumas famílias acabaram por introduzir no seu quotidiano o uso frequente da cozinha quando mudaram para as novas habitações, algo que nas habitações originais nunca ocorreu. O espaço demasiado exíguo das cozinhas originais (em algumas tipologias) só permite que uma pessoa trabalhe lá dentro.

Os diferentes usos das divisões perante a televisão não são sistematizados. Quando algumas famílias preferem conviver em torno da televisão da cozinha, outras apesar de a terem, servem-se dela apenas quando são obrigadas a funcionar neste espaço. O caso da habitação R. T2s.7.12 é um dos dois casos onde existem 4 televisores dentro de casa. Aparentemente, um número elevado para o número de divisões e em particular para o número de habitantes (4 televisores para 3 habitantes), esta família recorre a estes equipamentos no momento em que estão numa das divisões. Dos casos analisados, este foi um dos poucos que, expressamente, referiu a importância da reunião da família e do convívio de todos

²⁹³ O número de casos estudados são 15. Afirma-se aqui 14 casos, porque num deles, o R.T2i.7.47, não foi possível entrar em casa para recolher informações gráficas.

²⁹⁴ Aqui fala-se das cozinhas das habitações requalificadas, dado que as originais não podiam comportar com esse objecto. Dos 5 casos de habitações originais estudadas, nenhuma habitação tinha uma televisão na zona de cozinha.



Fig. 64 Televisão encostada à parede entre as duas janelas para permitir que a sala seja o mais ampla possível, sem mobiliário ao centro. R.T2s.7.12.



Fig. 65 Marquise com televisão. O.T2i.1.165.



Fig. 66 Frigorífico localizado na sala, próximo da porta da cozinha (à esquerda). O.T3s.11.51.

os membros, pois segundo o habitante, “*fundamentalmente a casa deve privilegiar o convívio.*”²⁹⁵ À primeira vista, dir-se-ia que tantos televisores seriam um factor de separação familiar, mas após uma observação mais atenta ficou claro que o uso dos mesmos em cada divisão está dependente do uso da divisão e não o seu inverso. Apesar de existirem tantas em casa, ela é de tal modo secundária que na sala ela não define a organização (fig. 64).

A televisão funciona como um equipamento mais especial do que todos os outros que são adquiridos. Ele tem um carácter social implícito no seu uso, tem um significado mais abrangente do que o simples valor funcional.

*“(...) c’est une révolution de l’habitat, ce n’est pas simplement parce que la télévision “entre dans les mœurs” (...), c’est parce qu’elle modifie les rapports sociaux au niveau de la famille restreinte.”*²⁹⁶

Ela tem um significado tão forte, que a própria organização dos espaços se dispõe conforme a sua colocação. Uma sala está sempre organizada em redor da televisão, e não de outro equipamento. Em quase nenhum caso ela é um elemento secundário na sala. É tão evidente a importância de que se reveste para as famílias, que na habitação O.T2i.1.165, a sala que simplesmente funcionam como mostra da casa, não tem no seu espaço um televisor, mas na “marquise” que é o espaço de estar, de refeições e de lavandaria, já tem uma (fig. 65). A televisão transforma o uso do espaço num uso prático²⁹⁷.

*“La télévision n’est pas un symbole, on ne l’achète pas pour la montrer, mais pour la utiliser.”*²⁹⁸

Além da televisão, os electrodomésticos que facilitam as práticas da cozinha são fundamentais para as famílias actuais. Um dos equipamentos da cozinha, o frigorífico é fundamental na vida diária de qualquer família. Como peça de “mobiliário de cozinha” espera-se que este electrodoméstico tenha um lugar próprio nas cozinhas das habitações originais, mas nem sempre tal se verifica.

Como se pode observar nos desenhos²⁹⁹, este equipamento não tem um local definido. Em cada casa os habitantes escolheram o que melhor se adequava às suas práticas diárias, o que por vezes se traduzia em opções de recurso.

As habitações que alteraram a cozinha (fechando-a ou mudando-a de divisão) puderam incorporar o frigorífico no novo espaço, porém as habitações que mantêm as disposições originais não conseguem incluir o frigorífico na cozinha. Os habitantes do O.T3s.11.51 utilizam a sala para colocar o frigorífico, contudo não é a opção mais favorável³⁰⁰ (fig. 66). Na habitação O.T2s.4.24 o processo de localização do frigorífico foi tão complexo que esteve situado em diversos locais. No início ficava dentro da sala, uma opção que não agradava os habitantes. Mais tarde localizou-se num dos anexos, mas como a diferença de pisos entre a casa e os anexos obrigava a uma grande deslocação era quase impraticável ter o frigorífico tão longe da cozinha. Por fim, quando a cozinha passou a ser um espaço fechado, o frigorífico ganhou um lugar próprio (fig. 67 e 68)

²⁹⁵ R.T2s.7.12

²⁹⁶ RAYMOND, H. et M. G. ; HAUMONT, N et A., *L’Habitat Pavillonnaire*, prefácio de H. Lefebvre, Paris: CRU, 1966, p. 84

²⁹⁷ Ibidem, p. 85

²⁹⁸ Ibidem, p. 85

²⁹⁹ Consultar os desenhos das fichas relativas às habitações originais, no capítulos 2.5 - *Fichas das habitações do bairro*, p. 151.

³⁰⁰ “*Gostava de pôr o frigorífico na cozinha.*”, O.T3s.11.51. Noutros casos o frigorífico era colocado em anexos. Neste caso como a habitação está localizada no piso superior, os anexos ficam localizados na cota de entrada, um piso abaixo.

*“Que eu dantes não gostava de ver o frigorífico (...) na sala, junto à tv. Era tudo junto [a sala e a cozinha]. Eu detestava ver o frigorífico na sala. E peguei e pus um frigorífico lá em baixo, no anexo. Ora, era complicado. A gente para ir ao frigorífico tem que andar sempre cima-baixo, cima-baixo e depois eu que me esqueço, chegava lá baixo e não sabia o que queria, vinha para cima. Andava sempre assim.”*³⁰¹

*“O frigorífico chegou a estar na sala, e depois tínhamos a varanda e fizemos uma marquise, como alguns têm aí assim e empurrámos o frigorífico para lá, para libertar um bocadinho de espaço na sala.”*³⁰²

Este electrodoméstico, tem hoje em dia um espaço predeterminado na cozinha, mas nem sempre foi pensado assim.

Todo o mobiliário tem um papel preponderante na organização do espaço, na definição e caracterização da habitação pelos moradores. Estes elementos são os poucos onde aos habitantes podem escolher e decidir, afectando o modo como apropriam a sua casa.

ORGANIZAÇÃO E PERMANÊNCIA

Ao longo de quase 60 anos, a organização dos fogos originais do bairro acumularam camadas sucessivas de práticas e de usos diários dos habitantes. Os espaços foram sendo constantemente reajustados por cada família. No entanto, alguns elementos permaneceram pela viabilidade das práticas no espaço da habitação.

Poder-se-á dizer que a organização espacial dos alojamentos, definida no projecto do arquitecto Luís d’Almeida Eça, conservou a sua estrutura inicial. Não existiram alteração profundas nas habitações, no entanto não se pode dizer que elas não aconteceram. O carácter metamórfico das salas ou a variação dos usos dos quartos conforme as necessidades dos moradores eliminaram a permanência dos aspectos originais das habitações. Mesmo na habitação O.T2i.4.82, onde expressamente foi referido que quase tudo se manteve igual ao longo dos anos (desde os materiais às transformações formais dos espaços), as permanências não são totais.

A apropriação do espaço, em habitações mínimas, provoca um reajuste muito maior da residência à família, induzindo maiores alterações nas habitações. A família evolui, a sociedade muda, os modos de vida alteram-se. Pouco permanece igual. É parte da condição de habitar e de apropriar uma habitação.



Fig.67 Frigorífico localizado na cozinha que foi encerrada. O.T2s.4.24.

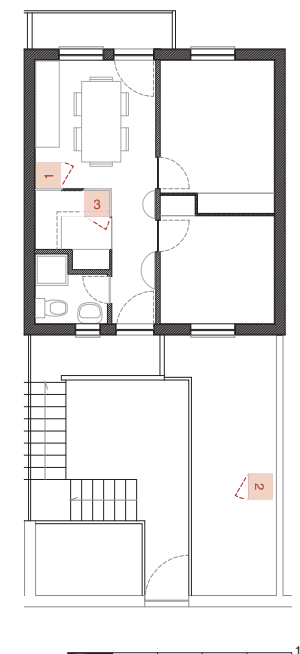


Fig.68 Localização do frigorífico ao longo do tempo na habitação O.T2s.4.24.

- 1 - primeira localização.
- 2 - segunda localização.
- 3 - terceira localização.

³⁰¹ O.T2s.4.24

³⁰² R.T2s.7.16. Esta citação refere-se à localização do frigorífico na habitação anterior, um T2 superior, idêntico à habitação O.T2s.4.24.

2.3.3 TRANSFORMAÇÕES

OS MODELOS CULTURAIS E SOCIAIS

As transformações do espaço advêm das necessidades ligadas às práticas quotidianas e aos modelos sociais e culturais. A arquitectura Moderna apresentava nas suas soluções para habitação mínima, uma consciência das necessidades e não apresentava uma resposta direccionada aos modelos sociais e culturais.

*“Toute l’histoire moderne n’est rien d’autre que l’histoire de la réduction au minimum d’espace; ce minimum encore n’étant pas celui des modèles, mais celui des besoins.”*³⁰³

As necessidades associadas ao espaço da habitação não se limitam à simples satisfação do essencial para sobreviver, como comer ou dormir, mas estão associadas à cultura e ao país onde estão inseridas. O modo como se processam as práticas varia conforme os seus modelos. Cada habitante inscreve no seu espaço um determinado conjunto de acções que seguem de acordo com a sua cultura e sociedade.

Ao analisar o tempo das refeições, momento importante na nossa sociedade, os moradores do bairro seguem o modelo próprio da cultura portuguesa. Todos comem sentados em torno de uma mesa, esteja ela na cozinha ou na sala, aproveitando o momento para juntar a família. A necessidade de comer traduz-se numa acção praticada segundo determinados parâmetros da nossa sociedade. Assim, não se pode afirmar que as necessidades de uma determinada sociedade são as mesmas que outra, mesmo que idênticas. A sociedade espanhola, por exemplo, passa por norma o tempo das refeições em horas posteriores à nossa. Assim sendo, há uma variação das práticas do quotidiano.

*“(…) ce sont les modèles qui règlent les pratiques par lesquelles le besoin peut s’exprimer.”*³⁰⁴

Como tinha sido exposto no capítulo 2.3.2 *Apropriação: Práticas do quotidiano e usos do espaço*, os modelos que regem as práticas não são, contudo, *modos de execução automática* das mesmas. São antes a base de suporte para as referidas práticas. Quando antes se afirmou que todos os moradores do bairro comem as suas refeições sobre uma mesa, tal pode acontecer na cozinha ou na sala. Esta variação das práticas já não está implícita na “imposição” criada pelos modelos culturais, mas antes pelo *habitus*³⁰⁵, ou seja, pela reinterpretação destes.

Observa-se no bairro que as famílias acabam por repetir determinadas acções no dia-a-dia, mesmo quando mudam para as novas habitações e verifica-se que elas podem adaptar-se aos espaços que encontram. *“Os hábitos não mudam. Mudou a casa, mas os hábitos não mudam.”*³⁰⁶

Há também que referir que algumas práticas nem sempre são uma opção deliberada dos mesmos, mas antes uma imposição do espaço. Voltando a referir a questão das refeições, percebe-se que nas habitações originais não era possível para a maioria dos moradores utilizar o espaço da cozinha para comer. Assim, mesmo que existisse uma vontade de comer na cozinha, isso não era possível porque o espaço era demasiado reduzido para algumas famílias. Quando se reduziu o



Fig.69 Pequena mesa de refeições na cozinha. O.T2i.1.165.

303 RAYMOND, Henri, *Habitat, modèles culturels et architecture*, Architecture d'Aujourd'hui, n° 174, 1974, p. 50

304 Ibidem, p. 51

305 Ibidem, p. 51

306 R.T3s.10.7

número de habitantes em alguns famílias (O.T2i.1.165) passou a ser viável comer numa pequena mesa mesmo junto à cozinha, para duas pessoas (o casal)³⁰⁷ (fig. 69).

Nas novas habitações, o espaço das divisões aumentou significativamente. Os moradores passaram a poder decidir sobre como e onde preferem comer, sem restrições de áreas. Para algumas famílias (R.T3i.12.166) o espaço da cozinha, apesar de ser generoso e suficiente para ter uma mesa, não é usado para esta prática. Todas as refeições, incluindo o pequeno-almoço são realizadas na mesa da sala (fig. 70). “*Comemos aqui na sala. A cozinha é só para cozinhar.*”³⁰⁸ Já numa outra habitação idêntica (R.T3s.10.7) a maioria das refeições é praticada na cozinha e a sala é usada em momentos especiais (fig. 71).

Os modelos culturais e sociais conformam as práticas de uma sociedade ou cultura. As habitações, quando semelhantes na sua organização espacial, limitam as formas de aplicar o “modelo” conhecido, assim é necessário que este seja reinterpretado. O modelo não é uma condicionante da apropriação do espaço, mas antes um mecanismo que permite a criação de uma estratégia de apropriação.

TRANSFORMAÇÕES

O tempo que decorreu desde a inauguração do bairro até à actualidade modificou as necessidades dos habitantes.

O que inicialmente era uma resposta admissível à falta de condições de habitabilidade, transformou-se após um processo evolutivo, que acompanhou a vida dos moradores, num desajuste às suas novas referências e noções de mínimo.

*“(...) la natures de l’homme et ses institutions contiennent à la fois éléments de permanence et de changement qui affectent l’objet de la forme bâtie, que l’on peut considérer par rapport à la nature biologique de l’homme, par rapport à sa perception et par rapport à son comportement.”*³⁰⁹

As transformações que se operam nas habitações resultam da busca por uma vida quotidiana mais cómoda e útil, eliminando o que se torna inoperativo. A forma como o habitante se relaciona com o seu espaço e como o percebe permite-lhe decidir e actuar sobre ele.

As transformações operadas nas habitações do bairro sobre a organização espacial do projecto original surgiram mais ou menos extensivas, de acordo com as necessidades de cada família. No fundo, a habitação projectada pelos arquitectos deve constituir um espaço que permita a expressão das diferenças e que não se torne um obstáculo na vida dos habitantes³¹⁰.

A questão da transformação da habitação está intimamente ligada à evolução dos modos de vida da sociedade. Porém os dois factores não evoluem em simultâneo. Os tipos de habitação evoluem mais lentamente que os modos de vida dos seus habitantes e deste modo, as práticas quotidianas são condicionadas pela evolução da habitação³¹¹.



Fig.70 Espaço de refeições.
R.T3i.12.166.



Fig.71 Espaço preferencial de refeições.
R.T3s.10.7.

³⁰⁷ Tópico abordado no capítulo 2.3.2 - Apropriação: Práticas do quotidiano e usos do espaço, p. 101

³⁰⁸ R.T3i.12.166

³⁰⁹ RAPOPORT, Amos, *Pour une anthropologie de la maison*, Paris: Dunot, 1972, p. 109

³¹⁰ SEGAUD, Marion, BONVALET, Catherine, BRUN, Jacques, *Logements et habitat. L'état des savoirs*, Paris: Éditions La Découverte, 1998, p. 293

³¹¹ “(...) que les types d’habitation évoluent proportionnellement plus lentement que les modes de vie des habitants et (...) la persistance d’archétypes spacieux dans l’habitation consacre la permanence de certaines manières d’être à domicile.” in BARBEY, Gilles, *L’Évasion Domestique. Essai sur les relations d’affectivité au logis*, Paris: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, 1990, p. 86

Também os modelos culturais evoluem a um ritmo diferente dos modos de vida³¹². Não há uma sincronia entre todos os factores. De algum modo, a dificuldade de adequação da habitação às alterações nos modos de vida pode inibir novas práticas e diferentes formas de apropriação espacial.

No bairro, os moradores habitaram perto de 60 anos o mesmo espaço. Mais de meio século passou sobre as habitações e os modos de vida foram modificando. Algumas famílias experienciaram fortes alterações. Se no início alguns habitantes se regiam de acordo com o modo de pensar dos pais, mais tarde a situação alterou-se quando passaram a ser eles a gerir a casa. Outros, quando entravam para o bairro por via do casamento, viviam-se sob a alçada dos donos da casa e eram obrigados a reger-se por determinadas normas³¹³.

A desadequação da casa aos modos de vida é muitas vezes superada naturalmente por novas formas de habitar. Não existe uma inadaptação nas experiências destes moradores. Criaram-se sempre novas soluções.

Da organização espacial das habitações originais resultou tanto a permanência de alguns elementos, como a transformação de outros. Cada uma destas situações resulta de motivações distintas, no entanto existem certos pontos comuns no bairro. A maior e mais extensa transformação ocorreu sobre os espaços exteriores, pois era o permitia mais alterações. Perante o espaço reduzido e a arrumação insuficiente, a maioria dos habitantes recorreram à construção de anexos.

“F – (...) Eu, sinceramente, guardo muita coisa porque tenho os anexos lá em baixo, até tenho uma barbearia, que é onde o meu marido trabalha aí em baixo. E pronto, a gente vai-se remediando, mas se tivesse uma dispensa era muito bom.

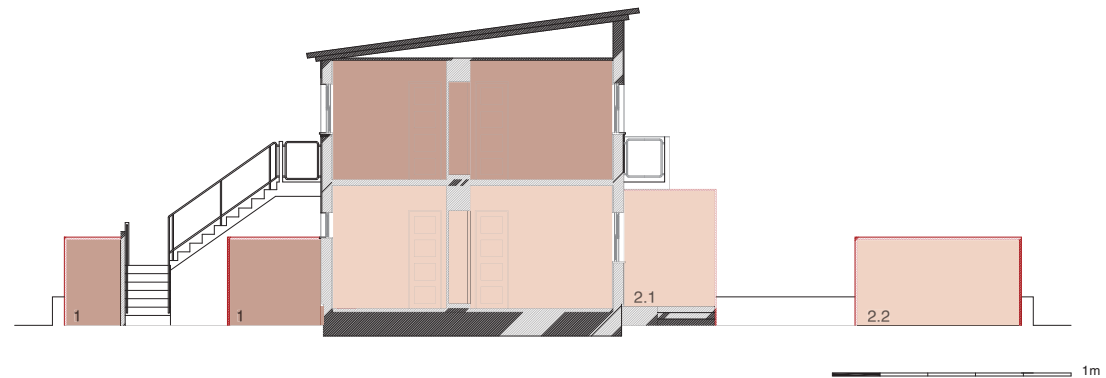
E – Sem os anexos, ali em baixo, a casa não seria suficiente para morarem aqui dentro.

*F – Sem anexos e sem sótão.”*³¹⁴

Estas construções variam na sua função e na sua morfologia conforme o piso da habitação e as necessidades dos moradores. As diferentes motivações que se reflectiram na ampliação da habitação geraram dois tipos de anexos, conforme a localização do jardim em relação à habitação.

Fig.72 Correspondência entre os anexos e os pisos das habitações.

- 1. Anexos do piso superior;
- 2.1. Anexos do piso inferior: *marquise*;
- 2.2. Anexos do piso inferior.



³¹² “Les modèles culturels évoluent lentement; cela ne veut pas dire qu’ils n’évoluent pas, mais en tous cas pas au même rythme que le mode de vie.” in RAYMOND, Henri, *Habitat, modèles culturels et architecture*, Architecture d’Aujourd’hui, n° 174, 1974, p. 51

³¹³ “O meu sogro tinha uma mentalidade mais difícil. Era o dono e senhor. Era tudo dele.”, R.T3s.10.7

³¹⁴ O.T2s.4.24

Nos pisos inferiores, onde a ligação do espaço interior com o exterior é mais directa, os anexos podem-se dividir em dois grupos principais: pequenos edifícios com um piso de altura que se espalhavam pelo jardim (fig. 73 e 77), e as denominadas “marquises” que ocupavam o espaço de terraço em frente à entrada (fig. 74) As razões para elas surgirem eram várias: “Fez-me jeito [a marquise], porque a família era grande, a casa era pequena e fez-me jeito para esticar. Eu pus ali a minha máquina de costura, pus a máquina de lavar a roupa e pus o armarinho ali, que era para eu arrumar as minhas coisas.”³¹⁵; “A casa já não era assim tão pequena, porque eu já tinha feito extras. Fiz uma marquise. (...) Portanto já tinha ali mais uma sala.”³¹⁶; “Eu tive que fazer uma marquise na frente. (...) onde tinha um armário, onde punha lá o calçado, as coisas. Pronto, para ter uma arrumaçõzita e tal. De inverno até secava lá a roupa com um estendal de chão.”³¹⁷

Nos pisos superiores, onde a relação entre a habitação com o seu espaço exterior dependia da ligação das escadas, não era possível que o espaço análogo à “marquise” – a varanda – fosse fechada.

Os anexos eram espaços totalmente independentes das habitações e como nas marquises tinham os mais diversos usos: arrumos, divisões independentes (como cozinhas) ou até novos alojamentos completos (com: quarto, cozinha, quarto de banho e sala) (fig. 75 e 76). As novas habitações que surgiam nos jardins deviam-se, muitas vezes, ao número excessivo de habitantes para a casa. Porém não tinham grandes condições de habitabilidade.

*“(...) tinha a minha comadre que vivia na rua 2 e deixou-me fazer um anexo nas traseiras do quintal dela. E fiz um anexo que tinha quarto de banho completo e tudo. E tinha uma sala, uma grande cozinha, maior do que esta, e vivi lá 6 anos. (...) Porque eu estava a viver num barraco. Era um anexo, tinha chapa por cima. De inverno tinha um medo... Tinha de por paralelos em cima da chapa. Tinha condições, realmente, dentro, mas não tirava de ser um barraco. (...) Eu estava ali metida.”*³¹⁸

*“No anexo, vivi lá. Depois é que me deram o desdobramento”³¹⁹. Era um anexo de um T2. (...) Tinha tudo, mas tudo em miniatura.”*³²⁰

Outras transformações espaciais, consequências da apropriação do espaço, reflectem-se no interior das habitações. As alterações interiores conferiram um carácter pessoal ao espaço. Uma das mais evidentes é o encerramento da cozinha. “Fechei a cozinha. Não gostava de ver as coisas e fechei.”³²¹

Dos três T2 originais analisados, dois socorriam-se dessa solução (O.T2s.4.24 e O.T2i.4.82). Outra alteração imperceptível para quem passa pelo bairro, pois foi algo que abrangeu todas as habitação, foi a colocação de persianas, um elemento essencial para o dia-a-dia dos moradores. As diversas possibilidades de manipulação da entrada de ar e de luz, além da segurança que se conseguem com as persianas são importantes para os moradores. Nas novas habitações foi retirado este elemento e substituído por *blackouts*, o que se tornou um problema para os moradores.

Os quartos de banho também foram quase todos alterados. Nos primeiros anos do bairro os quartos de banho eram compostos por uma sanita, um lavatório e um espaço para banho, porém os moradores sentiram a necessidade de alterá-los e de equipa-los com um bidé.



Fig.73 Anexo da habitação O.T2i.1.165 - garagem e por cima marquise.



Fig.74 Marquise da habitação O.T2i.1.165.



Fig.75 Anexos da habitação O.T3s.11.51 - garagem e arrumos.



Fig.76 Anexos da habitação O.T2s.4.24.



Fig.77 Anexos da habitação O.T2i.4.82.

³¹⁵ O.T2i.4.82

³¹⁶ R.T2i.7.47

³¹⁷ R.T2s.13.106

³¹⁸ O.T2s.4.24

³¹⁹ Divisão da família em duas casas.

³²⁰ R.T2i.5.43

³²¹ O.T2s.4.24

Na habitação O.T2i.1.165 o uso do quarto de banho tornou-se mais complicado quando a mãe da inclina, um pessoa com idade avançada, habitou a casa. A necessidade de ajuda-la na altura do banho exigia que mais do que uma pessoa dessem apoio para ajudar a entrar, a tomar banho, a secar, etc. Era, então, necessário que três pessoas estivessem em simultâneo no quarto de banho, manobrando com extrema dificuldade para conseguir completar a tarefa. “*Aquela casa de banho para pessoas doentes não tem condições nenhuma*.”³²²

Além das transformações físicas do espaço, os usos também se foram transformando. É notório que a evolução dos usos e das práticas dos habitantes nas casas originais representa a possibilidade de inscrever práticas que para além de responderem a uma necessidade também podem representar uma demonstração social³²³.

A transformação e a apropriação das habitações são processos fundamentais para os moradores se identificarem com a casa. As mudanças e as alterações praticadas na habitação são de tal modo importantes que é através deste processo que se reflectem nas transformações internas o seu carácter identitário.

*“Il est donc nécessaire pour eux [habitants] que la maison ne soit pas finie, sous peine de se voir soi-même comme fini.”*³²⁴

RELAÇÕES DE VIZINHANÇA

Outro factor fundamental no quotidiano do bairro é a relação de vizinhança entre os moradores. Já foi mencionado que esta convivência ajuda a superar certas dificuldades.

As famílias que habitam o bairro estabelecem diferentes relações de vizinhança e variam com os locais que habitaram. Muitos dos que vieram em *ilhas* socorriam-se muito mais dos seus vizinhos do que dos vizinhos do bairro. As relações que se estabeleciam entre as famílias carenciadas das *ilhas* provinham das inúmeras limitações quotidianas (falta de apoio às crianças e aos mais velhos, etc.), o que tornava as famílias numa comunidade unida. Nestes casos, as habitações, pelo seu tamanho, pela falta de condições favoreciam as relações de vizinhança e o apoio da comunidade (fig. 78).

No bairro, com novos alojamentos e novas comodidades as famílias usufruíam de mais facilidades e a dependência das relações de vizinhança foram diminuindo com o tempo. As relações não findaram totalmente, mas a entreaajuda no bairro é menos necessária do que nas *ilhas*.

Apesar de distanciada das relações das *ilhas*, no bairro as relações de vizinhança não são as mesmas que as de outras classes sociais mais elevadas. Nas classes sociais médias altas existe uma tendência para o desenvolvimento de “*relações funcionais, i.e. relações que não implicam de forma definitiva e global e que são escolhidas em função da utilidade que nelas se vê*”³²⁵. Os habitantes do bairro ainda conservam relações que vão para além da utilidade. Nota-se tanto pelas visitas que fazem aos vizinhos, como pelas “sardinhas” no jardim. As próprias habitações desempenham um papel decisivo nesta relação exterior à família. Os jardins, com os seus muros baixos e as varandas muito próximas facilitam a interacção dos moradores.



Fig.78 Relação de proximidade entres os habitantes das *ilhas*.

322 O.T2i.1.165

323 RAYMOND, Henri, *Habitat, modèles culturels et architecture*, Architecture d'Aujourd'hui, n° 174, 1974, p. 52

324 Monique Eleb in COLLIGNON, Béatrice, STASZAC, Jean-François, *Espaces domestiques. Construir, habiter, représenter*, Paris: Bréal, 2003, p. 322

325 RÉMY, Jean, VOYÉ, Liliiane, *A cidade: Rumo a uma nova definição?*, (1992), Porto: Edições Afrontamento, 2004, p. 80

Noutros tipos de habitação³²⁶ nem sempre se verifica tal proximidade. O isolamento da família prevalece em favor das relações de proximidade. Contudo elas também dependem fortemente do próprio bairro e de quem o habita.

*“La reproduction des modèles relatifs au voisinage dépend donc en partie de la nature du voisinage et de la façon dont il s’impose à l’habitant.”*³²⁷

Assim, existe uma correspondência entre o espaço e a estrutura da habitação e os próprios habitantes na forma como se desenvolve a ligação entre as diferentes famílias.

No bairro estas relações foram-se construindo em paralelo ao próprio bairro, favorecidas pela estrutura urbana do local e pela definição dos espaços exteriores das habitações. Certos vínculos e dependências construíram-se com o tempo e é notória a ligação que os diferentes moradores estabelecem com o local onde habitam dentro do bairro.

No bairro distinguem-se quatro zonas diferentes: zona Este, em ligação com a Rua 1; zona Noroeste, mais isolada e calma; zona Sul, com habitações mais ligadas à foz do rio Douro; e a zona central, um aglomerado de habitações (fig. 79). Todas estas zonas definem-se por diferentes relações de vizinhança e os seus moradores identificam-se com o seu espaço. *“(...) A maior tristeza que eu tenho é sair aqui deste sítio, daqui mesmo. Deste sítio [a rua]. Não gostava de ir lá para trás, não gostava de sair daqui. (...) nós aqui já conhecemos os vizinhos, já são muitos anos. Agora não sei com quem é que vou apanhar.”*³²⁸

Estas divisões são baseadas na observação no local e nos relatos dos habitantes, pois não existe qualquer tipo de limites interno do bairro.

Apesar de parecer um local unido, o bairro subdivide-se em núcleos distintos de moradores, fomentados por relações próximas e onde desenvolvem diferentes modelos de relações de acordo com o tipo de habitações³²⁹. As diferenças entre duplex e simplex ou a diferença entre pisos altera o modo de interacção. Mas também existe uma variação entre as práticas femininas ou masculinas. Por exemplo, verifica-se, com grande frequência, nas varandas de entrada conversas entre vizinhas dos pisos superiores, enquanto os homens preferem conversar na rua. As relações são, então, condicionada pela zona do bairro, pela habitação (espaço que convida ou inibi maior proximidade), pelas próprias pessoas e pelos seus modos de vida, e pelo sexo (feminino ou masculino) que se traduz no uso de diferentes espaços para o convívio. A mulher prefere, em norma, conviver mais próxima de casa (na varanda ou à janela), enquanto o homem prefere o exterior da habitação (no jardim ou na rua).

*“É que as pessoas estabelecem relações muito fortes com os sítios onde vivem, e as pessoas não querem sair dali [do bairro].”*³³⁰

Mas estas relações não são estanques e imutáveis. Elas transformam-se com o tempo. Na habitação O.T2i.1.165 é evidente a transformação da relação com os vizinhos ao longo dos anos (fig. 80).

“F – Quando se fez isto [a marquise] não quis vedar isto [o muro que a separava da vizinha]. Não quis tomar a iniciativa. Nós dávamo-nos bem [a moradora e a vizinha]. Fazia-se a marquise e isto [separação dos dois lados] ficaria aberto. (...) Eles é que

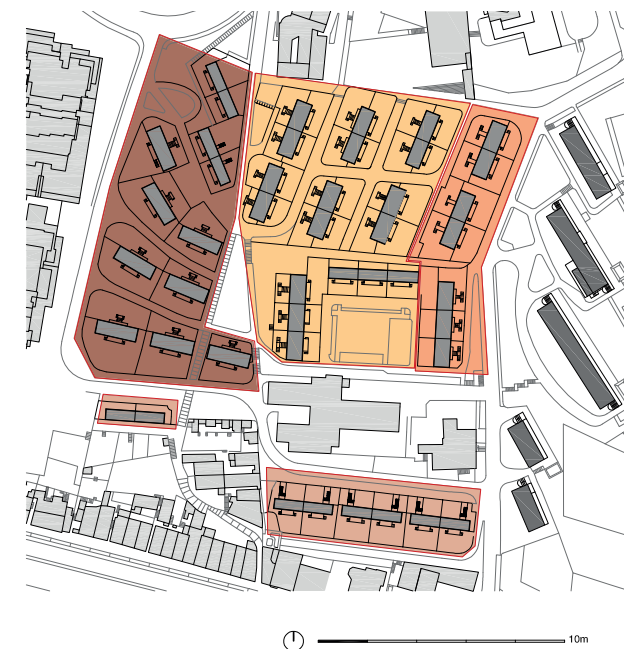


Fig.79 Zonamento do bairro:

Zona Noroeste; Zona Sul;
Zona central; Zona Este.



Fig.80 Janela divisória entre as marquises das habitações vizinhas. O.T2i.1.165.

³²⁶ Habitação colectiva. Referência às relações de vizinhança que se desenvolvem neste género de habitação. In RAYMOND, H. et M. G. ; HAUMONT, N et A., *L'Habitat Pavillonnaire*, prefácio de H. Lefebvre, Paris: CRU, 1966, p. 103

³²⁷ RAYMOND, H. et M. G. ; HAUMONT, N et A., *L'Habitat Pavillonnaire*, prefácio de H. Lefebvre, Paris: CRU, 1966, p. 104

³²⁸ O.T2s.4.24

³²⁹ T2, T3, T3 duplex, no bairro original. T1, T2 e T3 no bairro requalificado. As diferenças entre duplex e simplex geram diferenças nas relações.

³³⁰ Inês Lobo.

tomaram a iniciativa [de fechar a separação]. (...)

E – Prefere ter isto aqui fechado?

F – Nem se discute. É que depois, com a idade, isto foi piorando. Enquanto a gente é nova e tem os filhos e as pessoas trabalham e só há aquela convivência de amizade, mas depois começam a estar em casa e já há mais «biguilhos»³³¹ e depois já vinham os netos e depois há mais confusão. De maneira que eu disse assim: “Oh vizinha, tudo bem?” e ela disse: “Mas concorda deixar aqui uma janela se a gente precisar de alguma coisa?”

Está esta janela aqui. Nunca foi fechada. Só mais tarde é que começou assim, com as idades e tal... eles começaram a fechá-la muito. E eu, então, daqui acabou. Quando queria alguma vinha aqui fora [ao terraço] e falava.”³³²

Estas mudanças que se operaram com o tempo, no mesmo espaço de habitação, vão-se acentuar após as mudanças para as habitações requalificadas. A transição para as novas habitações não se opera conforme as vontades dos moradores. O local na cidade é o mesmo, a localização pouco varia, mas as diferenças são grandes.

A mudança de habitação efectua-se segundo determinadas regras: mudam, em primeiro lugar, os habitantes mais antigos e a localização da nova habitação depende do tipo de habitação³³³ que lhes é mais adequado e da disponibilidade de habitações já requalificadas.

Assim, os habitantes mudaram para um novo local no bairro, sobre o qual não puderam decidir. As reacções as estas mudanças são muito variadas. Desde os que se sentem confortáveis, mas notam diferenças de uma zona para a outra:

“E – Sentiu muita diferença na mudança de uma zona para outra do bairro?

M – Ah, sim, sim, sim. Porque lá era diferente. Não estávamos no meio do bairro, estávamos num extremo, mesmo no fundo do bairro e depois tínhamos uma vista maravilhosa sobre o oceano, sobre o mar, sobre o rio, sobre o Cabedelo. Tínhamos ali uma vista maravilhosa.(...)

E – Em relação aos vizinhos, não sentiu muito a mudança?

M – A vizinha aqui ao lado já é conhecida há muitos anos, a outra do lado também. Não vivíamos todos ao lado uns dos outros, mas já éramos conhecidos. O meu vizinho antigo ainda está lá.

E – Então não se sentiu mal com a mudança de zona?

M – Não, não. Nem eu nem a minha mulher ficamos traumatizados com a mudança.”³³⁴

Aos que sentem melhoras:

“M – (...) mudei para melhor e mesmo assim foi difícil mudar.

F – Sim, porque estávamos muito habituados ali, naquele sítio que era sossegado. Agora já não mudava para lá. (...)

M – As pessoas ganham raízes.

F – É a vizinhança também, que a gente vai-se adaptando. Ali já é uma vizinhança diferente, (...) portanto agora estamos melhor aqui do que estaríamos ali em cima.”³³⁵

³³¹ O mesmo que desentendimentos.

³³² O.T2i.1.165

³³³ PORTAS, Nuno, *Funções e exigências de áreas de habitação*, Lisboa: LNEC, 1969, p. 2

³³⁴ R.T1i.4.102

³³⁵ R.T2s.7.16

Aos que passam para uma situação pior, pelas mais variadas razões:

*“Deste sítio não gosto. Gosto é de onde estava. (...) Tinha uma varanda e esta aqui não dá para a gente estar. É totalmente diferente. De maneira que eu passava ali [na outra casa] umas horas sentada a ver quem passava. Aqui não passa ninguém. Estava habituada àquilo. (...) Chegava à varanda e via a vizinha.”*³³⁶

*“Eu passei «ratos vivos» com esta gente.
(...) Eu ao domingo almoço e depois piro-me, porque aqui em baixo é um nojo.”*³³⁷

Até mesmo aos sofrem as consequências da mudança sem ainda terem passado por ela:

*“Eu aqui estou bem. Eu sou franca, agora não queria sair.
(...) Gostava que os meus vizinhos, que eu tinha, fossem os mesmos. Agora, neste momento, são vizinhos diferentes.
(...) Sempre gostei dos vizinhos que cá moravam. Tive até muita pena deles, porque estava muito habituadinha com eles e depois foram-se embora aos bocadinhos.”*³³⁸

São complexas as relações e os laços que se criam dentro do bairro. Elas variam de acordo com os mais diferentes aspectos e não são as mesmas dentro do bairro. Como na apropriação do espaço das habitações, também as relações de vizinhança são um processo em permanente construção.

336 R.T1i.9.56

337 R.T2s.13.106

338 O.T2i.4.82

2.4 DEPOIS DA REQUALIFICAÇÃO

2.4.1 OPÇÕES DE PROJECTO

CONDIÇÕES DO CONCURSO

Com a oportunidade de desenvolver um projecto de requalificação a arquitecta Inês Lobo delineou uma completa reformulação nas habitações do Bairro Rainha D. Leonor, de acordo com as premissas lançadas pelo concurso da Câmara Municipal do Porto, ao qual o *atelier* foi convidado a participar.

As condições iniciais limitavam em grande medida o projecto de requalificação do bairro. Entre elas a mais impositiva e limitativa seria a contenção máxima de custos dentro de um orçamento muito restrictivo.

De forma de contornar o problema dos espaços demasiado exíguos, característica das habitações originais projectadas, foi exigido que no novo projecto estas fossem associadas duas a duas.

Com mais de 50 anos, o bairro demonstrava sinais claros da passagem do tempo, reflectindo-se desde as deficientes condições de habitabilidade até às insuficientes áreas nas habitações. Encontrava-se num estado de urgente necessidade de intervenção. Como se apresentou anteriormente, os habitantes sentiram a necessidade de recorrer a soluções alternativas para viver nestas casas. Isto é visível pelo repetido uso dos espaços exteriores, que já pouco servem a sua função original e que vêm responder às áreas reduzidas. De uma maneira ou de outra, quase todas tinham superado as limitações de áreas através da construção de anexos ou através de outros subterfúgios.

Definida a decisão de se proceder a uma reestruturação do bairro, surgia a questão de como agir sobre a associação das habitações duas a duas. Sendo que cada edifício se divide em dois pisos, a ideia inicial proposta ao gabinete de arquitectura sugeria que as habitações se agrupassem duas a duas na vertical, concebendo uma nova habitação em duplex (fig. 81).

Tendo em mente a problemática do espaço insuficiente foi necessário repensar esta opção. Ela implicava um mau aproveitamento da área. Os acessos verticais e os espaços de distribuições consumiam demasiada área útil. Deste modo, o projecto foi direccionado para a associação na horizontal, num único piso, evitando o referido desperdícios de espaço. *“Eles propunham isso: associar casas em duplex. (...) Passava-se a ter dois pisos, mas não era fácil de desenhar uma casa com condições mínimas com a introdução da escada. Então, rapidamente tivemos esta ideia de propor não a construção em duplex, mas sim, juntar casas duas a duas, mas na horizontal.”*³³⁹

Esta solução reestruturou tanto a organização dos espaços interiores como dos espaços exteriores das habitações. Analisando o caso particular dos fogos T2 encontra-se a seguinte situação: originalmente um edifício era composto por 8 fogos, 4 em cima e 4 em baixo. Estes foram agregados na horizontal dois a dois. Após a reestruturação no mesmo edifício passam a existir 2 fogos em cima e 2 em baixo, num total de 4 (fig. 82). Cada uma das novas habitações encontra, também, o seu espaço exterior ampliado para o dobro, pela união dos logradouros das habitações agregadas³⁴⁰, mantendo a mesma relação entre habitação/piso/espço exterior, relativamente ao projecto original.

No caso das habitações T3 verifica-se a mesma relação das habitações originais para as requalificadas, contudo um único edifício continha 4 T3 originais (2 em cima e 2 em baixo), dos quais se geram um total de 2 T3 requalificados (um em cima e outro em baixo). Da igual modo, as relações habitação/piso/espço exterior mantêm-se como no projecto original.

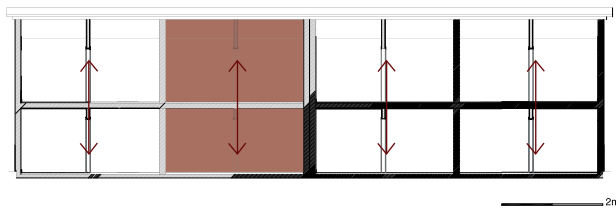


Fig.81 1ª opção: agrupar duas habitações na vertical. Exemplo de um conjunto de habitações T2.

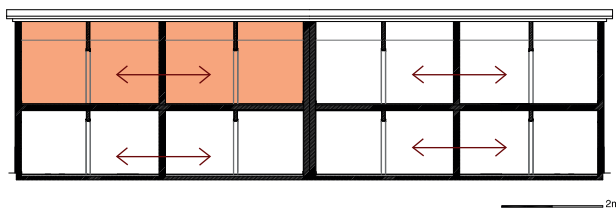


Fig.82 2ª opção: agrupar duas habitações na horizontal. Exemplo de um conjunto de habitações T2.

339 Inês Lobo.

340 “Atribui os logradouros de um lado a uma casa, e os de lá para outra casa.”, Inês Lobo.

No que respeita às habitações T3 duplex do projecto original, a forma de associar vai de encontro à regra aplicada nas duas situações anterior (associação horizontal), no entanto isso não se traduz na mesma relação das habitações originais para as requalificadas. A correspondência directa de T2 para T2 e de T3 para T3 das habitações simplex, não se vai repetir no caso do T3 duplex. Neste, a requalificação significa o desenho de um fogo T1. Sendo o T3 duplex organizado em dois pisos e dado que a nova relação se vai estabelecer na horizontal, a área das novas habitações vai consistir em duas metades de um T3 duplex. Assim as habitações T1 serão, em área, iguais aos T3 duplex, mas funcionam num único piso e não em dois (fig. 83).

Nesta situação também a relação dos espaços exteriores com a habitação vai ser alterada. Os espaços exteriores do T3 duplex encontravam-se distribuídos pelas duas frentes da habitação, algo que se alterou e nos T1 passou a respeitar o mesmo esquema das outras tipologias.

Esta intervenção significa a redução do número total de habitações. As habitações que existiam foram transformadas da seguinte forma: T2 – T2; T3 – T3; T3 duplex – T1. Esta relação, apesar de agrupar habitações, não se traduziu numa redução directa de 50%.

Consegue-se verificar que das 150 habitações originais vai-se perfazer um total de 90. Das 88 habitações T2 passarão a existir 44, das 32 habitações T3 existirão 16 e dos 30 T3 duplex manter-se-ão 30 T1 requalificados. Assim o bairro ficará reduzido a 60% do número total das suas habitações.

REFERÊNCIAS

Para todos os projectos existe sempre uma referência, uma linha mestra que conduz o seu desenvolvimento. Para a requalificação do Bairro Rainha D. Leonor o centro da problemática projectual estava na questão da organização dos espaços das habitações, tanto interiores como exteriores.

A transformação de habitações requer que se perceba de que forma se devem articular os seus espaços. Neste caso existiram duas referências fundamentais para orientar o processo. Em primeiro o próprio bairro. Não foi possível desligar-se a requalificação da sua própria estrutura original. A traça que caracteriza o bairro foi um elemento importante a manter e uma referência para o projecto, porque *“houve assim uma espécie de aceitação do modelo que ali estava. (...) A partir do momento em que ela fica, então fica, aceita-se e olha-se para ela com respeito, com o que ela tem de interessante, com o que não tem, como é que a podemos aproveitar e por aí fora. E ela impõe-nos limites.”*³⁴¹

A traça do bairro era importante para o projecto pela sua característica identitária do local. Os moradores que habitam o bairro são os mesmo que o habitarão quando este estiver totalmente requalificado, ou seja, a identidade do bairro que sempre conheceram faz parte da sua memória.

A estrutura urbana e a forma de implantação do bairro constituíram alguns dos aliciantes para o desenvolvimento do projecto de requalificação³⁴². A localização do bairro junto à zona ribeirinha do Fluvial da cidade e o modo como funciona a estrutura urbana da primeira fase do bairro acabou por condicionar a aproximação feita ao local.

A constatação da influência da arquitectura sobre a vida dos seus habitantes conduziu à vontade de exaltar as qualidades intrínsecas do bairro. De acordo com a opinião da arquitecta, o modo como a 1ª fase do bairro foi inicialmente projectada abarca um conjunto de condições que proporcionam “qualidade de vida” aos habitantes, pois *“(…) essas pessoas*

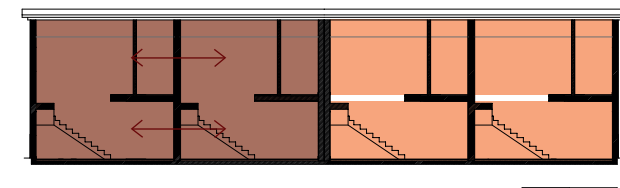


Fig.83 Associação das habitações T3 duplex em habitações T1.

■ Habitações T3 duplex;
■ Habitações T1.

341 Inês Lobo.

342 “Quando fomos visitar o bairro ficamos bastante entusiasmados, não só por ser um lugar no Porto de excelência. (...) Aquilo tem uma condição territorial, uma relação com o rio extremamente interessante.”, Inês Lobo.

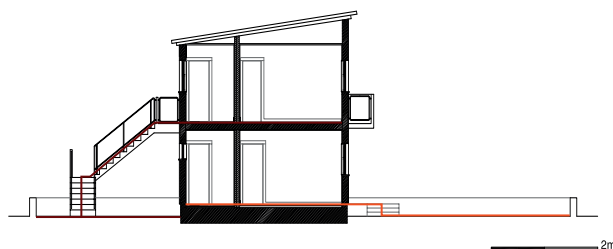


Fig. 84 Relação entre espaços exteriores e habitações.
 — Superfície da habitação superior e o seu espaço exterior .
 — Superfície da habitação inferior e o seu espaço exterior



Fig. 85 Espaço exterior da habitação R.T3s.10.7.

*apesar de viverem em casas muito pequenas, sempre tiveram aquele lugar, o jardim, a vista sob o rio, portanto condições.”*³⁴³

A primeira fase do bairro caracteriza-se por um espaço de cidade recatado onde a “*estrutura urbana é muito bem desenhada, à partida.*”³⁴⁴ Este desenho propicia uma grande generosidade no espaço público das habitações, que continuou a ser característica fundamental do projecto de requalificação.

Estes espaços exteriores são particularmente especiais pelo modo como estabelecem a ligação de cada habitação com a sua rua. Num edifício, onde as habitações se distribuem em dois pisos, permite que a cada uma seja atribuído um espaço exterior independente – um de cada lado da construção (fig. 84). Esta relação facilitada pela topografia do terreno, cria uma ilusão de uma habitação unifamiliar, que não se inclui no conjunto de habitações colectivas (fig. 85). Os espaços exteriores privados de cada habitação mantiveram-se inalterados na requalificação, porque mais uma vez o “*(...) importante é que as pessoas não perdem esta ideia de casa própria. De moradia.*”³⁴⁵

Os elementos que medeiam o confronto entre a casa, os espaços privados exteriores e os espaços públicos exteriores variam desde as varandas, às escadas dos pisos superiores, aos pequenos terraços nas habitações inferiores, até aos muros de pouca altura que separam o espaço público do privado. Os logradouros foram pensados como uma transição composta de diferentes momentos de aproximação.

*“O que eu acho muito interessante, quando a casa tem uma varanda ou um pátio, portanto, um espaço exterior privado, é que isso te possibilita viver do exterior de uma forma completa. Podes vive-lo quando te aproximas da casa e podes vive-lo, também, da tua privacidade e podes usufruir do sítio onde vives. É uma coisa que numa casa que não tem um espaço exterior tu não consegues fazer. Portanto, é um momento bastante importante e interessante numa casa, é aquela passagem (...) do público para o privado.”*³⁴⁶

Tanto as escadas das habitações superiores como os pequenos terraços são dois momentos multifuncionais para os moradores. Estes espaços estabelecem um ponto de transição interior/exterior, onde os habitantes os utilizam com espaços de recreio e de entrada.

No entanto, não só a referência à estrutura do bairro definiu o caminho a seguir. Para se desenvolver a nova organização interna foi necessário recorrer a um novo modelo. A ideia principal para toda a organização espacial centrou-se na máxima “flexibilidade”³⁴⁷ dos espaços e na redução dos espaços de distribuição, pois é entendido como um modelo de amplas possibilidades.

*“O que os arquitectos experimentaram muito antes (...) é uma ideia de casa (...) que quanto a mim é a mais flexível de todas. (...) Nada de especial, mas que tinha esta ideia por trás, que é: teres uma casa que é constituída por um conjunto de espaços, aproximadamente da mesma dimensão, e que são todos comunicantes entre si.(...) É evidente que isto depois, neste caso, também se associa à ideia de poupança de área, de economia de espaço.”*³⁴⁸

³⁴³ Inês Lobo. A referência para as habitações com jardim e vista sobre o rio remete para a 1ª fase do bairro (1953).

³⁴⁴ Inês Lobo.

³⁴⁵ Inês Lobo.

³⁴⁶ Inês Lobo.

³⁴⁷ A flexibilidade remete para a máxima operatividade dos espaços, ou seja, um espaço não encerra em si um uso específico, mas antes abre a possibilidade de ser utilizado de diversas formas.

³⁴⁸ Inês Lobo.

No projectos das habitações requalificadas foram anulados quase todos os espaços de circulação, sendo que existe uma comunicação directa entre espaços. Neste processo de transformação depuraram-se os aspectos negativos no sentido de otimizar as habitações.

Todos estes elementos conduziram o projecto de requalificação para uma solução nova, mas sem esquecer as referências principais do projecto original.

OPÇÕES DE ORGANIZAÇÃO DAS HABITAÇÕES

Neste sentido o projecto de requalificação suponha a reformulação do espaço das habitações com a mínima intervenção possível, tendo em conta a contenção de custos.

Nos espaços exteriores, uma das principais acções consistiu na remoção dos anexos que ocupavam os jardins. “(...) a primeira acção que se faz sobre estas casas é, no fundo, de subtração, porque a maior parte daqueles logradouros estavam ocupados, e ocupados, e ocupados...”³⁴⁹. Assim foi possível retomar os usos destes espaços e devolver ao bairro uma das suas principais características: os jardins.

Nos espaços interiores a organização espacial das novas habitações referencia-se na matriz das habitações originais. Observa-se que algumas divisões se sobrepõem à localização primitiva, como as salas ou os quartos, e mesmo os vãos se mantêm essencialmente os mesmos. Esta aplicação é mais directa nas habitações T2, enquanto que nas habitações T1 não é de todo possível aplicar a matriz do T3 duplex. Na associação de duas tipologias T2 e de duas T3, há uma intenção clara de respeitar a localização das divisões. Observa-se que a nova sala se localiza na mesma posição das duas anteriores, bem como os quartos. É interessante verificar que a intenção de usar como referência a organização anterior, se traduz numa nova organização espacial: a sala é o centro da casa³⁵⁰.

Com isto, os espaços das casas alteraram-se. A cozinha localizada, em todas as tipologias originais, em anexo à sala e sem uma definição clara dos seus limites, nas habitações requalificadas ganha um novo lugar mais preponderante e estabelece-se como uma divisão autónoma. No que respeita aos outros espaços a alteração mais significativa verifica-se nas áreas. As dimensões são evidentemente superiores eram um objectivo a cumprir neste projecto. Os quartos e a sala, em quase todas as habitações, tornaram-se muito mais amplas, contudo ainda constituem espaços de dimensões pouco generosas. É também necessário referir que outro espaço que sofreu algumas alterações foi o quarto de banho. De dimensões escassas, passa agora a assumir dimensões claramente médias e já acima dos limites mínimos legais³⁵¹.

Em comparação com os mínimos estabelecidos pelo RGEU³⁵² as habitações requalificadas respeitam os limites legais.

³⁴⁹ Inês Lobo.

³⁵⁰ “Portanto, a ideia aqui é acima de tudo aproveitar-se a área ao máximo e aceitar que se pode ter a sala como centro (...)”, Inês Lobo.

³⁵¹ Artigo 68.º do RGEU. “Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38 382 de 7 de Agosto de 1951”, <<http://www.oasrn.org/upload/apoio/legislacao/pdf/rgeu.pdf>> [consultado 2011]

³⁵² Analisar as tabelas de áreas capítulo 2.6 - Informações sobre áreas, dado que a área bruta das habitações inclui os espaços exteriores afetos à mesma e tal têm uma expressão significativa na área total da habitação.

		T1	T2	T3
Área bruta - m ²	Mínimos legais (RGEU)	52	72	91
	Áreas das habitações requalificadas do bairro Rainha D. Leonor	≈ 69,59 ³⁵³	≈ 91,02 ³⁵⁴	≈ 107,56 ³⁵⁵

Para além da ampliação dos espaços, existiam algumas falhas no programa das habitações originais. A lavandaria, um dos espaços imprescindíveis para os moradores, já é incluído no programa das novas habitações. Porém, das três tipologias só o T2 tem uma lavandaria independente. Nos outros dois casos ela está inserida no espaço da cozinha.

Por fim, a organização das habitações também procurou otimizar os espaços. Para tal entraram em consideração outros factores como os espaços de distribuição, que numa habitação mínima absorvem demasiada área. Como se constatou inicialmente, os T2 e os T3 requalificados evitam qualquer recurso a espaços distributivos, dado que a sala assume essa função ao ser o ponto de distribuição para qualquer divisão. Contudo, no T1 observa-se o recurso a um corredor que de certa forma contraria a intenção de otimizar as áreas.

Dentro de todos os campos analisados, a tipologia T2 será o caso que responde de forma mais clara às ideias iniciais e aos conceitos do projecto: a cozinha separada da sala; a sala como espaço central da casa e de distribuição para todas as divisões; a redução ao máximo dos espaços de distribuição; e a proximidade com a imagem e a traça das habitações originais, mantendo a identidade do bairro.

As habitações transformam-se significativamente, tanto no interior como exterior, mas enquanto no interior projectaram-se soluções novas, no exterior pretendeu-se retomar o carácter original do bairro.

³⁵³ Média entre a área bruta do piso superior e do piso inferior.

³⁵⁴ Média entre a área bruta do piso superior e do piso inferior.

³⁵⁵ Média entre a área bruta do piso superior e do piso inferior.

2.4.2 NOVO ESPAÇO, NOVAS APROPRIAÇÕES

As habitações requalificadas definem-se pelo novo sistema de organização espacial, distinto do original. Comportam denominadores comuns a todas as habitações, que as estruturam segundo uma concepção espacial unitária.

A mudança para habitações requalificadas criou novas formas de apropriação do espaço.

DUPLICAÇÃO DA ENTRADA

A duplicação de entradas em todas as habitações vem de acordo à vontade de manter a traça original do bairro, sem lhe retirar características próprias, como o desenho da fachada. Assim, a união de duas habitações originais implica a permanência de duas portas de entrada. Como consequência, a forma de habitar destas casas alterou-se e conduziu as escolhas, mesmo que inconscientes, para os habitantes.

A sala foi um dos espaços que sofreu mais implicações com esta duplicação. Estando ela directamente ligada às entradas da casa e não existindo mais nenhum espaço de mediação, a sua organização é influenciada. Dada a influencia das duas entradas na sala, não se verificou uma tendência evidente sobre as opções de organização da sala perante a entrada, mas antes uma variação entre as famílias.

As entradas duplas exigem, por partes dos moradores, uma escolha sobre onde entrar ou mesmo se usam uma ou as duas portas. Esta decisão vai variar com o tipo e com o piso da habitação, pois cada uma destas variantes muda a relação da casa com as entradas. Distinguem-se, assim, os seis casos possíveis: T1 inferior; T1 superior; T2 inferior; T2 superior; T3 inferior; T3 superior (fig. 86).

Do que foi observado, no caso dos T2 superiores, por norma todos os habitantes optam por entrar pela cozinha e usar a outra porta para pessoas menos íntimas, visto que existiria uma intromissão na privacidade da família.

“E – (...) Neste caso, aqui em sua casa, tem uma entrada aqui atrás...”

M – Temos duas.

E – Tem outra na cozinha.

M – É. Normalmente, utilizamos a da cozinha.(...)

F – Só quando vêm pessoas de fora ou assim é que entram por esta porta.

(...) Às vezes estamos a arrumar a cozinha ou qualquer coisa e se vier uma pessoa entra por esta porta, lógico. No dia-a-dia nós entramos por ali [cozinha].

E – É a zona mais prática para entrar em casa?

M e F – É!

E – Podiam ter preferência...

M – Claro que esta é mais directa, a outra é ali assim.

*F – Mas normalmente a porta geralmente está aberta para entrar ar e etc. e fazemos uso é daquela porta.”*³⁵⁶

“E – Ter mais do que uma entrada em casa, porque tem uma na cozinha e outra para a sala, é positivo?

M – Favorece também. Tem vantagens, porque se a cozinha estiver desarrumada entra-se por esta porta.

E – As pessoas poderiam entrar sempre por esta porta.

M – Sim, é verdade... Mas às vezes não. As pessoas com quem há mais convívio e estamos mais à vontade entram pela cozinha.

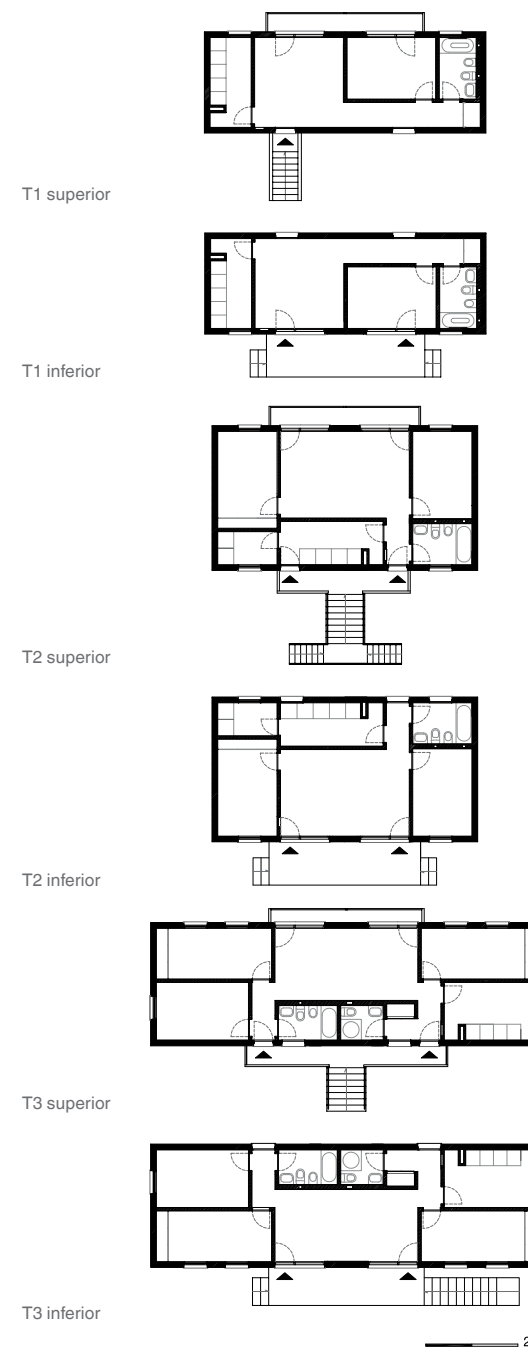


Fig.86 Entradas das habitações requalificadas.

No caso dos T2 inferiores, coloca-se uma questão diferente. Ambas as entradas estão associadas à sala. Assim, a única decisão recai sobre de que lado se deve entrar. Sem exceção, em todas as habitações estudadas, os habitantes optam por entrar do lado da cozinha, pelas facilidades que isso produz. Reduz as circulações da casa e assegura mais privacidade ao quarto principal.

Os T3 superiores repetem, aproximadamente, o mesmo esquema das habitações T2. A diferença está na separação de uma das entradas da cozinha. Isto significa que os moradores têm de optar entre entrar próximo da cozinha ou da zona de quartos, e de acordo com o T3 superior estudado é observável a preferência pela proximidade com a cozinha, dada a comodidade e maior independência da zona de quartos.

Neste caso (R.T3s.10.7), onde a família ainda é composta pela avó, pelos pais e pela filha, a duplicação da entrada pode transformar-se numa situação vantajosa para a adolescente. “(...) *organisations spatiales qui permettent aux adolescents d’être autonomes mais proches de leurs parents (double entrée, chambres annexées au logement mais différenciées, etc.)*”³⁵⁸.

Contudo, a independência proporcionada pelas duas entradas não tem o uso que se poderia esperar. A entrada secundarizada pela família não tem quase uso, transformando-se numa duplicação excessiva para os modos de vida daquela família. Segundo a moradora a porta é usada “*poucas vezes. É muito raro. (...) Quando é para sacudir tapetes é que a gente abre aquela porta, caso contrário está sempre fechada.*”³⁵⁹

Na habitação T3 do piso inferior, a família também considera que não são necessárias duas entradas para o mesmo espaço, mas valorizaria a possibilidade de se poder entrar pela sala ou pela cozinha como acontece nos T2 superiores, quando afirmam: “*Preferia que não tivesse duas entradas. (...) Porque nessa porta aqui eu podia ter um móvel e não posso. E tenho que ter esse móvel assim porque a porta tem de abrir. (...) Não tem vantagem nenhuma. Olhe, teria vantagem se fosse uma numa sala e outra na cozinha. Agora, a duas portas para a sala não tem vantagem nenhuma. (...) Podíamos perfeitamente ficar só com uma porta.*”³⁶⁰

Nas habitações T1, esta duplicação afecta mais do que o espaço da sala, ela também interfere com o quarto. Em ambos os pisos uma das portas está associada ao quarto, sendo exclusivamente através dela a forma de arejar esta divisão. Ao limitar a entrada de ar através da abertura da porta, os moradores dos pisos inferiores sentem-se inseguros quando o têm de fazer. Esta situação não se adapta aos modos de vida do bairro, como demonstram dois moradores: “*Uma porta num quarto! Eu não sou maluca, que eu não vou abrir a porta num quarto. Passa ali uma pessoa qualquer e entra pela porta dentro. (...) Isso não se admite. (...) Só é aberta quando vem a senhora fazer a limpeza.*”³⁶¹; “*Onde é que já se viu fazer um quarto que não tem uma janela? O meu quarto não tem janela. O meu quarto tem uma porta. (...) Eu se me distrair, por uma razão qualquer e não fechar a porta por dentro, no quarto, por fora abrem-me a porta. Aqui [na sala] é uma porta de entrada e saída. Há movimento. No quarto, como se abre uma vez de longe a longe pode-se muito bem esquecer e alguém entra. Não tem jeito não ter uma janela. Anulavam a porta e faziam uma janela.*”³⁶²

Além desta desvantagem, a própria porta exige que o quarto tenha um determinado raio de espaço livre para que seja possível abri-la. Num quarto de casal pouco amplo ($\approx 10,5 \text{ m}^2$), a localização de duas portas³⁶³ para o mesmo espaço vai limitar a organização interior, pois exige-se que ambas as portas abram sem impedimento da mobília.

357 R.T2s.7.12

358 SEGAUD, Marion, BONVALET, Catherine, BRUN, Jacques, *Logements et habitat. L'état des savoirs*, Paris: Éditions La Découverte, 1998, p. 73

359 R.T3i.10.7

360 R.T3i.12.166

361 R.T1i.9.56

362 R.T1i.4.102

363 A porta para o exterior e a porta de ligação ao resto da casa.

Quando se analisa as habitações T1 superiores, não se impõe o mesmo problema de segurança, contudo mantém-se a dificuldade em organizar o quarto, pois a porta de entrada dos pisos superiores serve, neste caso, a varanda.

Tanto no T2 como no T3 é visível que uma das entradas assume um papel principal no quotidiano das famílias e que a outra porta é secundarizada, sendo que em alguns casos deixa de ter qualquer uso.

A opção sobre a qual das portas deve assumir a função de entrada não está totalmente sistematizada no bairro, mas percebe-se que a proximidade com a cozinha é importante. Todos os T2 e todos os T3, sem excepção, optam pela porta que se aproxima mais da cozinha. Quando possível, a porta principal é mesmo a da cozinha (casos dos T2 superiores). Porém, nestas habitações a outra porta também é usada quando a família recebe pessoas estranhas ao ambiente familiar.

A multiplicidade de opções de entrada nas habitações cria, em alguns casos, claras vantagens de utilização, mas noutros, torna-se um obstáculo ao quotidianos dos moradores.

O CENTRO DA HABITAÇÃO

A definição de um sistema organizativo que estructure as habitações do bairro define, por sua vez, as práticas ligadas aos espaços da mesma.

*“L’existence d’un tel dénominateur commun aux conceptions signifie qu’un code tacite circule entre commanditaires, architectes et habitants, code qui véhiculerait et intégrerait à la fois habitudes et modes de vie.”*³⁶⁴

Nas habitações do bairro a sala funciona como o elemento central do espaço da habitação. As outras divisões desenvolvem-se numa cinta periférica à mesma, isto é, a organização espacial de todas as casa centra-se em torno de um ponto comum: a sala.

De acordo com a arquitecta Inês Lobo a intenção foi organizar a casa em torno do espaço que considera mais importante da casa, pois entende que a sala tem a capacidade de funcionar como zona de distribuição. *“Portanto, a ideia aqui é acima de tudo aproveitar-se a área ao máximo e aceitar que se pode ter a sala como centro (...).”*³⁶⁵ Sem excepção, todas as habitações seguem este tipo, contudo variam na forma de comunicação da sala com os outros espaços adjacentes.

As habitações T1, mais estanques na relação que estabelecem entre as divisões, ainda permitem uma comunicação próxima da sala com a cozinha. A relação com os quartos e com o quarto de banho é mais distante, dada a ligação que se estabelece através do corredor.

Os T2 vivem de uma relação muito próxima com os quartos, pois a sala é o elemento de ligação entre estes espaços e o resto da habitação. Já a cozinha e o quarto de banho são mais independentes, porém sempre muito subordinados à sala, dado o seu carácter de serviço³⁶⁶.

Por fim, os T3 mantêm o mesmo sentido de centralidade, mas as divisões circundantes são mais independentes. As pequenas zonas de ligação possibilitam uma maior isolamento da sala face ao resto da habitação.

No que se refere à organização do espaço da sala também existem algumas variações entre tipologias e conforme o entendimento dos habitantes sobre os espaços da casa.

As salas dos T1, pelo seu tamanho reduzido, têm uma organização sempre idêntica. Sem possibilidade de a subdividir em zonas distintas, ela vai acumular diversas funções numa área reduzida (fig. 87, 88 e 89). No entanto, as salas dos alo-



Fig.87 Organização da sala da habitação R.T1i.9.56.



Fig.88 Organização da sala da habitação R.T1s.13.133.



Fig.89 Organização da sala da habitação R.T1i.4.102.

³⁶⁴ MOLEY, Christian, *L’innovation architecturale dans la production du logement social*, Paris: Anthropos, 1998, p. 50

³⁶⁵ Inês Lobo.

³⁶⁶ NEUFERT, Ernst, *Arte de projectar em arquitectura*, (1976), Barcelona: Editorial GG, 1981, p. 429

jamentos T2 e T3 seguem uma regra distinta: a sala é sempre dividida em pelo menos duas zonas.

Em todos os casos T2 observados, excepto o R.T2s.7.16 onde a sala acumula as funções de estar, comer e de trabalho (escritório), todas os outros casos apresentam uma divisão em dois espaços: zona de refeições e zona de estar (fig. 91).

Observou-se ainda, que esta subdivisão da sala não é sempre a mesma. Existe uma variação na localização destas duas zonas face à relação da sala com a cozinha e com a porta de entrada. Nuns casos a zona de refeições encontra-se próxima da cozinha, noutros casos verifica-se o inverso.

Como já se verificou em outras situações, as diferenças nas habitações condicionadas pelo piso em que se encontram transformam a organização e a apropriação do espaço. Dado que a sala assume o principal papel de ligação interna, a posição da entrada transforma o próprio uso da sala. Pela observação das habitações, percebe-se que nos pisos superiores a entrada é mais independente, não interferindo de forma tão “abusiva” do espaço da mesma, enquanto nos pisos inferiores a sala acumula obrigatoriamente a função de recepção.

Esta noção do espaço de entrada condiciona o uso da sala, na medida em que é absorvida área imprescindível para as suas funções, mas também pelos inconvenientes que pode causar³⁶⁷.

No bairro, os habitantes dos pisos inferiores não entenderam como desvantagem a entrada no espaço da sala. De certo modo, o espaço de entrada não se sobrepõe aos usos da sala, porque cada função é realizada em momentos diferentes.

Tanto o espaço de entrada como a localização da cozinha vão interferir com as duas zonas da sala, reflectindo-se em diferentes organizações da sala. Existem duas organizações possíveis da sala tendo em conta estas duas condicionantes: a aproximação da zona de estar com o espaço de entrada ou a aproximação da zona de refeições com a cozinha.

A generalidade das famílias optaram por utilizar a entrada que se localiza mais próxima da cozinha. Assim, é necessário optar sobre que uso dar a esta zona da sala (mais próxima da cozinha como da entrada). Se se entrar por um lado e aceder à cozinha pelo mesmo, tem de haver uma escolha sobre qual dos usos se associa a esse lado da sala: zona de refeições – cozinha, ou zona de estar – entrada. As opções tomadas pelos habitantes mostram o que eles consideram ser mais importante. Dos casos T2 analisados verifica-se o seguinte padrão:

R.T2i.5.43 – relação: cozinha – zona de refeições;

R.T2i.7.47 – relação: cozinha – zona de refeições; (sem dados gráficos, porém observados no local)

R.T2s.13.106 – relação: entrada – zona de estar;

R.T2s.7.12 – relação: cozinha – zona de refeições;

R.T2s.7.16 – relação: cozinha – zona de refeições; entrada – zona de estar; (caso excepcional, porque como já se referiu que nesta sala também existe um espaço de escritório.)

367 “Être vu à table quand un visiteur inattendu survient est souvent perçu comme désagréable.” in Ibidem, p. 133

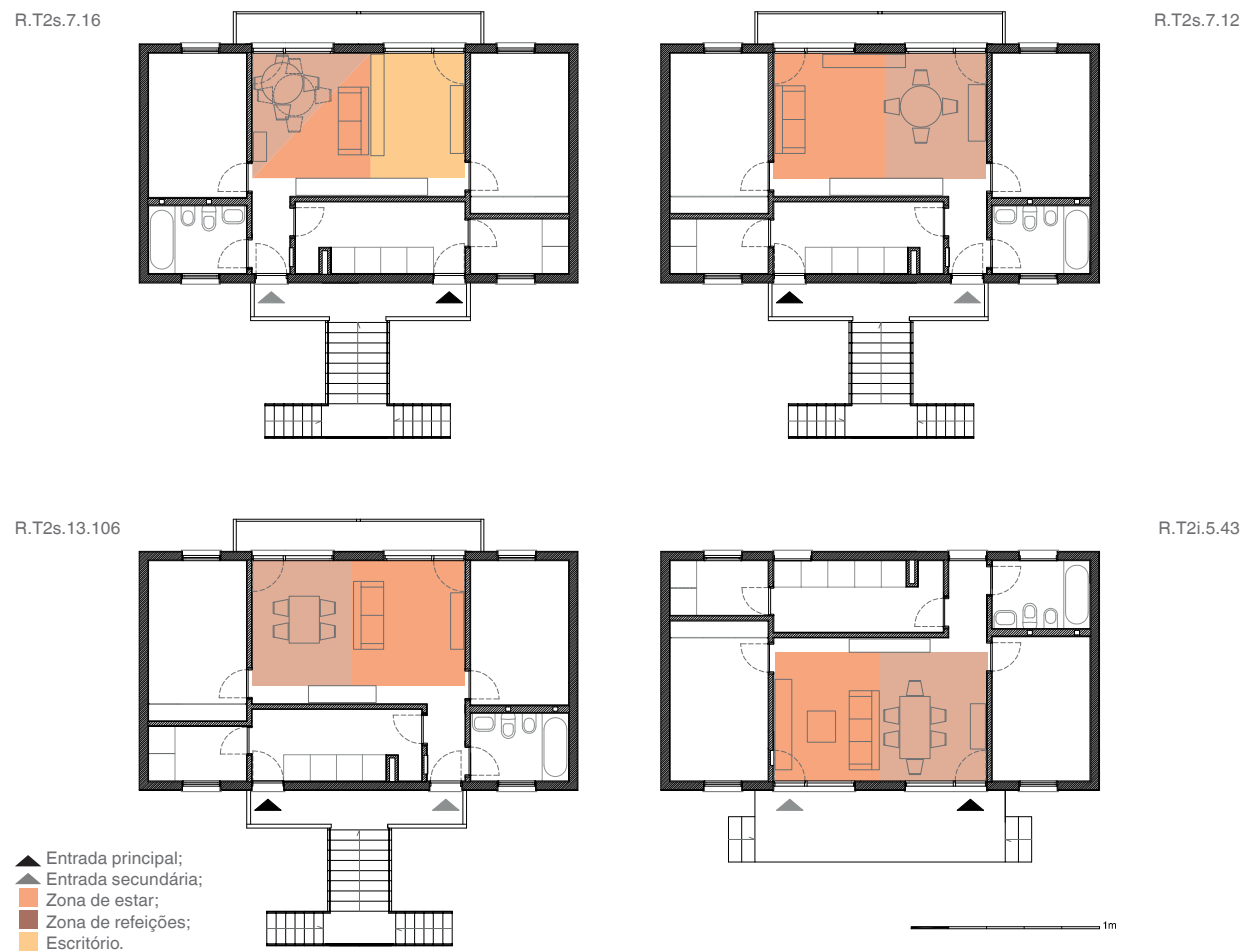


Fig.90 Zonas de estar e refeições dos T2.

Há um caso (R.T2s.13.106) que não verifica a preferência da relação cozinha – zona de refeições, que parece ser a mais importante para a maioria das famílias.

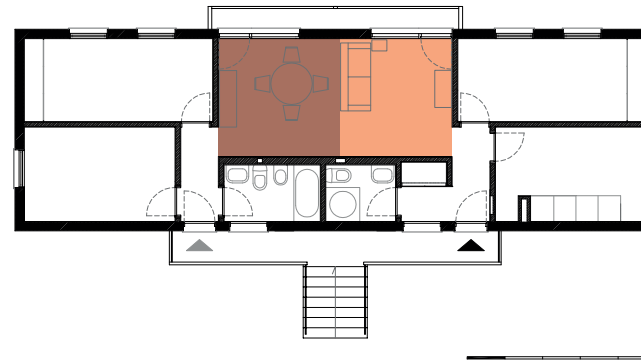
Se entrar em consideração os T3, que apresentam uma estrutura semelhante às habitações T2, e se considerar a entrada que a família mais utiliza, observa-se o seguinte padrão nos dois casos T3 analisados:

- R.T3s.10.7 – relação: entrada – zona de estar;
- R.T3i.12.166 – relação: entrada – zona de estar;

R.T3i.12.166



R.T3s.10.7



- ▲ Entrada principal;
- ▲ Entrada secundária;
- Zona de estar;
- Zona de refeições.

1m

Fig.91 Zonas de estar e refeições dos T3.

Nestas habitações, a impossibilidade de entrar pela cozinha vai induzir a relação da zona de entrada com a zona de estar da sala. As duas famílias destas habitações mostram uma clara vontade de isolar a zona de refeições, mesmo que tal signifique que as deslocações entre a cozinha e a zona de jantar sejam maiores. Das duas habitações, uma das famílias (R.T3s.10.7) passa o tempo de refeições na cozinha evitando as deslocações entre a cozinha e sala. A outra família tem por hábito comer todas as refeições na sala, incluindo o pequeno-almoço. Como tal, a influência que a distância entre a cozinha e a zona de refeições exerce sobre a organização desta sala, é pouca. Percebe-se a importância de manter mais privada a zona de refeições face à entrada e de valorizar a relação entre a entrada e a zona de estar.

Dos seis casos existe uma exceção, a habitação R.T2s.7.16. Ela conjuga as duas zonas num só lado da sala: relação entrada – zona de estar; e relação cozinha – zona de refeições, restando para a outra zona a função de escritório.

Em relação à organização do mobiliário das salas observa-se uma semelhança em todas as habitações do mesmo tipo. A divisão em dois espaços distintos, nos T2 e nos T3, traduz-se numa disposição idêntica do mobiliário. Contudo, duas habitações fogem à regra.

A habitação R.T2s.7.16, que pela decisão de acumular a função de escritório na sala vai ter uma organização diferente (fig. 90 e 92) e a habitação R. T2s.7.12, que optaram por não segmentar, com o sofá no centro da sala, os dois espaços. Assim, cria-se uma leitura global do espaço e não uma segmentação (fig. 90 e 93).

As salas das habitações T1 mostram uma organização muito mais estável. Os moradores são induzidos a usar o espaço



Fig.92 Zona de estar e de refeições acumulada em metade da sala.
R.T2s.7.16.



Fig.93 Zona de estar e refeições sem divisórias. R.T2s.7.16.

de formas idênticas, pois é necessário responder às duas funções numa área reduzida, o que não permite muitas variações. Observa-se uma solução constante nos três T1: a associação da porta de entrada com a zona de estar.



Fig.94 Zonas de estar e refeições dos T1.

O espaço principal das habitações, como ficou claro, é a sala. A evolução que o bairro sofreu, desde o original para o requalificado, foi evidentemente significativa para este espaço. Não só a sua área foi expandida, como a sua relação com as outras divisões da habitação se alterou. Resultou num espaço com mais possibilidades de uso e proporcionou mais facilidades ao quotidiano dos moradores.

*“(...) esta sala possibilita, de facto, um desdobramento para todo o tipo de actividades. Esta sala propriamente permite uma zona, se quisermos ter uma actividade, nomeadamente, lides domésticas e não só. (...) Como recurso, permite que se faça uma divisão sem ter grandes problemas, mantendo um corredor aqui a meio, fazendo aqui um quarto e passou a ser uma sala pequena. Ao fim ao cabo seria uma sala maior do que a da outra casa. E de repente ficava um T3.”*³⁶⁸

A COZINHA COMO ESPAÇO AUTÓNOMO

O espaço da cozinha viveu alterações ao longo dos séculos, variando a sua importância face ao resto da casa, o seu tamanho e como tal a forma como é usada.



Fig.95 Cozinha Frankfurt.

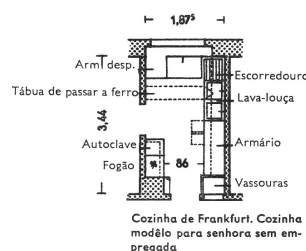


Fig.96 Planta da cozinha Frankfurt.



Fig.97 Cozinha da Unidade de Habitação de Le Corbusier.

A mecanização deste espaço conduziu à racionalização e funcionalidade do espaço e das suas actividades. Ela evoluiu no sentido da sistematização³⁶⁹ (fig. 95 e 96), onde se retirou da cozinha o espaço de refeições, pois o seu uso era estritamente funcional para a preparação de refeições. Mais tarde volta a reunir-se a duas funções³⁷⁰ como é exemplo as cozinhas das Unidades de Habitação de Le Corbusier (fig. 97), num estado intermédio entre a cozinha racional e as cozinhas de tradição rural³⁷¹.

As cozinhas são, agora, espaços intimamente relacionados com o seu mobiliário, parte do processo evolutivo que conduziu a espaços racionais e funcionais, o que por sua vez encaminhou a novas práticas. No entanto esta evolução poderá ser também reflexo das mudanças na alimentação actual em comparação com os hábitos anteriores, segundo Salvador Cardús³⁷²: “(...) *el cambio más significativo proviene de los hábitos relacionados con los modos de comprar, preparar y consumir los productos alimenticios.*”³⁷³

A sociedade portuguesa valoriza a cozinha como local de encontro e de reunião da família. O tempo despendido neste espaço, devido à concentração de actividades, promove uma utilização mais intensiva: “*Eu à noite costumo estar lá [na cozinha] muitas vezes a ver televisão. Estou lá entretida. A dar a ferro, até.*”³⁷⁴ No entanto, nem todas os residentes do bairro partilham desta opinião e nem sempre consideram a cozinha um espaço apropriado para reunir a família: “*Conviver mais na cozinha tira um pouco de qualidade de vida. Uma cozinha é sempre uma cozinha, com os cheiros próprios da cozinha.*”³⁷⁵

As cozinhas das habitações originais do bairro viviam dependentes da sala, dada a sua reduzida dimensão. Contudo, foi notória a necessidade dos habitantes desligarem os dois espaços para garantirem a autonomia das duas divisões.

Nas habitações requalificadas, a autonomia da cozinha face à sala foi uma mudança significativa no espaço das residências e nos modos de vida associados ao mesmo, quando comparadas com as originais.

A maioria dos moradores já tinha transformado, na habitação original, a cozinha num espaço semi-autónomo³⁷⁶, visto que não conseguiam que o este fosse completamente isolado e independente dos outros (consultar fichas das habitações do bairro sobre as transformações dos espaços das habitações originais, p. 151).

Este desejo de separar a divisão do resto da casa deve-se às especificidades próprias da cozinha, que estão associadas a noções de intimidade³⁷⁷. Por norma os moradores não gostam de expor a cozinha ao resto da casa nem a pessoas exteriores do agregado familiar: “*Gosto deste género [de cozinha], porque entro, tenho a sala e não vejo a cozinha. Prefiro só por isso, porque se a gente (...) está sempre a cozinhar, desarruma a casa. Calha de bater alguém à porta e via logo ali a cozinha com as coisas todas desarrumadas, enquanto aqui, se a cozinha estiver desarrumada, ninguém vê.*”³⁷⁸

³⁶⁹ O primeiro passo nesse sentido surgiu com a cozinha de Margarete Shütte-Lihotzky, em 1925 – “Cozinha de Frankfurt”.

³⁷⁰ MONTEYS, Xavier; FUERTES, Pere, *Casa Collage. Un ensayo sobre la arquitectura de la casa*, Barcelona: Edições GG, 2001, p. 106

³⁷¹ Ibidem, p. 106

³⁷² Doutorado em Ciências Económicas e Sociólogo do Departamento de Sociologia de Universidade Autónoma de Barcelona.

³⁷³ MONTEYS; FUERTES, op. cit., p. 108

³⁷⁴ R.T2s.7.16

³⁷⁵ R.T2s.7.12

³⁷⁶ A autonomia da cozinha nunca foi total nas habitações originais. Existiram sempre dependências de outros espaços para as suas actividades, ou mesmo para a colocação de alguns electrodomésticos.

³⁷⁷ “*Pour beaucoup, faire la cuisine, voir la cuisine, inclut un rapport d'intimité.*”, in ELEB, Monique; CHÂTELET, Anne-Marie, *Urbanité, sociabilité et intimité: Des logements d'aujourd'hui*, Paris: Editions de l'Epure, 1997, p. 134

³⁷⁸ R.T1s.13.133

Este modelo de cozinha trouxe vantagens para o bairro. Os cheiros e a desarrumação do espaço estão resguardados das outras divisões e é possível usa-la como espaço de refeições, algo que antes não acontecia.

A inclusão da zona de refeições na cozinha não se estende a todas os tipos de habitação. No T1 é difícil colocar uma mesa na cozinha para várias pessoas, o que implica que a sala tenha um espaço destinado às horas de refeições. “*Eu e o meu marido comemos na cozinha. Já o meu filho tem que vir comer aqui para a sala.*”³⁷⁹ (fig. 98 e 99)

Mas a cozinha traz algumas desvantagens, ou pelo menos, não apresenta sempre melhorias em relação às casas originais. O espaço de arrumação não é suficiente. Enquanto nos T2 existe uma lavandaria, nos T1 e nos T3 só existe a cozinha, o que limita a arrumação de géneros alimentares, material de limpeza, ou outros (fig. 100 e 101).

“F – Mas há uma coisa, na casa em si, que lá em baixo [habitação original] era melhor: na cozinha tínhamos armários à volta e aqui não. Aqui nesta cozinha é só mesmo estes armários.

E – Falta-lhe espaço de arrumo na cozinha?

*F – Sim, sim, sim. Principalmente na cozinha. (...) A cozinha é que podia ter sido feita de outra maneira.”*³⁸⁰

“E – Aqui não tem uma lavandaria e uma despensa. Isso faz-lhe falta?

F – É, é, é.

(...) As outras [casas] têm. Porque é que eles não puseram também aqui nestas? Tenho um pio. Puseram ali um pio. Eu vou lavar a roupa ali na cozinha? Tem algum jeito? (...) Por baixo é onde eu tenho uma bacia, que é a bacia onde eu lavo a roupa na máquina, que a tiro e boto lá. Mas eu até tenho lá as sacas com as batatas e tenho assim alguma arrumação ali debaixo. Tem algum jeito uma pessoa entrar ali e ver aquilo?

*Aqui, por trás da porta [da cozinha] é que estão o estendal, aqui assim pendurado, com a vassoura, com a esfregona, com essas coisas assim. Tem algum jeito?”*³⁸¹

As novas configurações do espaço da cozinha significaram, de um modo geral, uma transformação positiva para o quotidiano dos moradores. Todas elas são idênticas, mas a relação entre as quatro componentes que caracterizam esta divisão variam entre as tipologias. Poder-se-á dizer que ela é composta por uma zona de circulação, por um espaço de preparação de refeições, uma zona de arrumação e de lavandaria e de uma possível zona de refeições.

Nas habitações do bairro constata-se as seguintes situações:

- T1, com espaço de trabalho e circulação sobrepostos, pode acondicionar um pequeno espaço de refeições para duas pessoas e/ou uma zona de arrumação.
- T2, com espaço de trabalho e circulação sobrepostos, pode acomodar uma pequena zona de refeições e um espaço de arrumação.
- T3 divide-se em três faixas distintas: uma zona de trabalho; um espaço de circulação; e um espaço de refeições e arrumação.



Fig.98 Pequena mesa de refeições na cozinha. T1s.13.133.



Fig.99 Cozinha sem espaço para refeições. R.T1i.4.102



Fig.100 Espaço de arrumos na habitação R.T3s.12.166.



Fig.101 Espaço de arrumos na habitação R.T1s.13.133.

³⁷⁹ R.T1s.13.133

³⁸⁰ R.T3s.10.7

³⁸¹ R.T1i.9.56

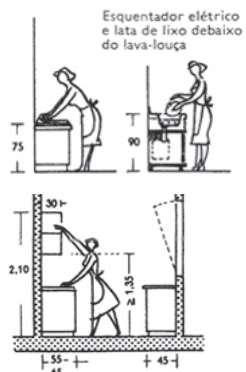
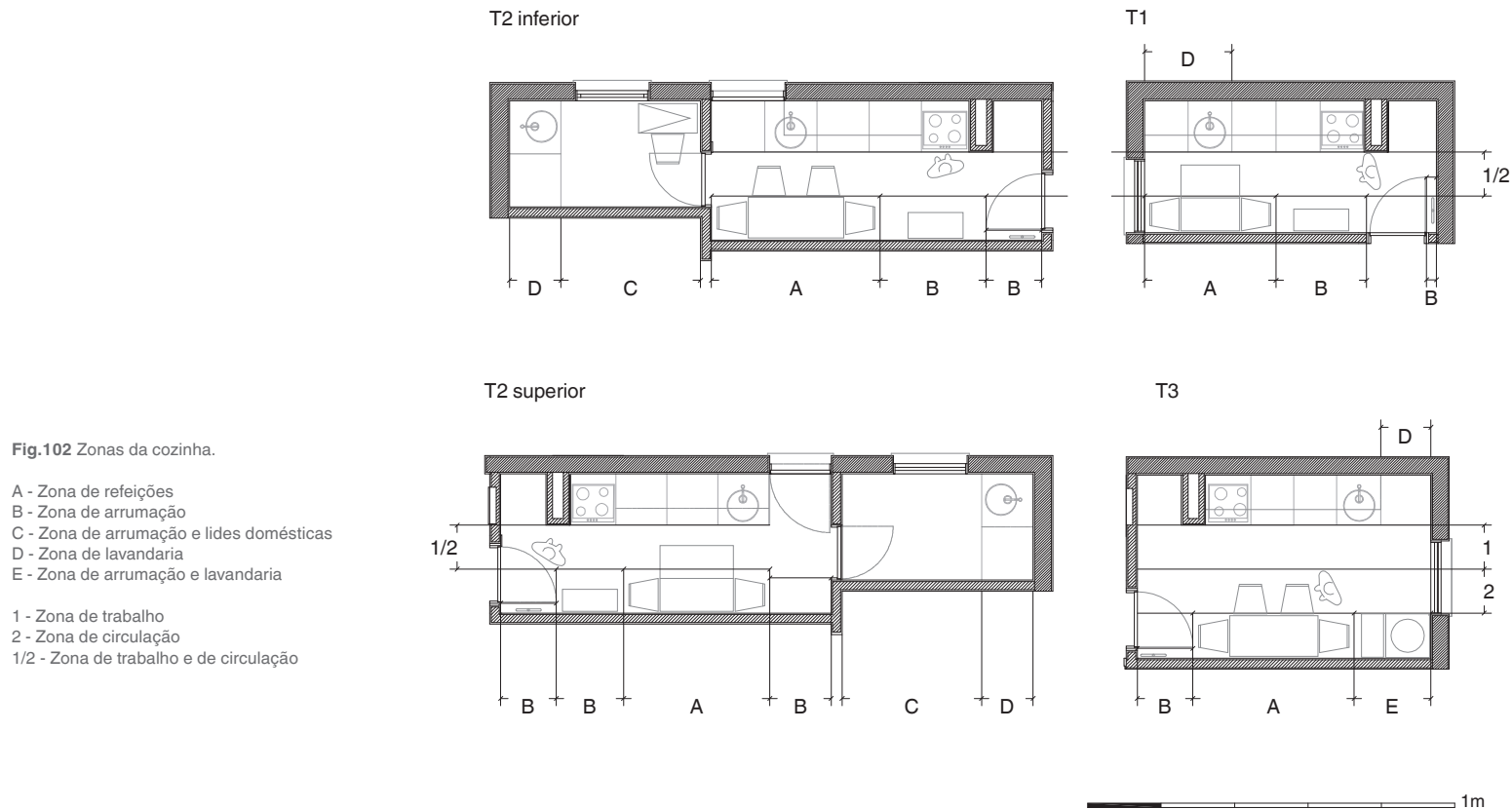


Fig.103 e 104 Ilustrações de alturas e larguras de cozinhas tipo.

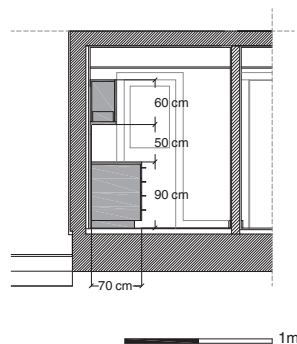


Fig.105 Corte de uma cozinha dos T2 requalificados.

Fica evidenciado pelas práticas dos moradores a sua necessidade de aproveitar todos os locais para arrumação na cozinha, como por exemplo atrás da porta. Nos T1, onde se sente a maior falta de espaço, é recorrente o uso desse pequeno local.

Além das claras vantagens associadas à segregação da cozinha e da sala, existem alguns problemas no uso deste espaço. A definição da altura e a profundidade do balcão não estão ajustadas às medidas mais indicadas para se trabalhar. “Fizeram uns balcões enormíssimos: largos e altos. Quer dizer, fizeram balcões (...) para pessoas muito altas. Eu posso-lhe dizer que se estiver descalça (...) o meu peito bate-me no balcão. A máquina de lavar louça, geralmente, está encostada ao balcão e eu tenho assim um espaço^{382 383}”.

Em comparação com os dados fornecidos por Neufert podemos verificar que uma altura considerada ideal deveria rondar 85 cm de altura e uma profundidade entre os 55 e 65 cm (fig. 103 e 104), enquanto algumas cozinhas encontram balcões com 90 cm de altura e com uma profundidade de 70 cm (fig. 105). Para alguns moradores, estas diferenças são importantes pois dificultam as práticas associadas à confecção das refeições, além de retirarem algum espaço na zona de circulação.

³⁸² Uma diferença um pouco superior a 5 cm.

³⁸³ R.T2i.7.47

As novas cozinhas mostram-se uma das maiores melhorias das habitações requalificadas. Apesar do espaço ainda ser reduzido, em especial nos T1, as práticas associadas a ele foram simplificadas, abrindo-se novas possibilidades de uso.

ARRUMAÇÃO

A necessidade de arrumação estende-se a todas as famílias. É um tema importante na fase de projecto. Existem dois grupos de objectos que necessitam de espaços de arrumação: “(...) *roupas de uso geral na casa (de cama, mesa, higiene, outras). (...) reserva de produtos alimentares (de limpeza e diversos, incluindo malas de viagem, etc.)*”³⁸⁴

A quantidade de objectos acumulados numa casa tem uma correspondência directa com a evolução da família, com o que foram guardando ao longo dos anos e também com a melhoria do nível de vida que “*pode vir a aumentar a exigência de espaço para guarda de roupa de casa, utensílios ou aparelhos domésticos.*”³⁸⁵

As famílias do bairro juntaram, com o passar do tempo, vários objectos e, que como foi referido, contém um valor simbólico. A mudança para as habitações requalificadas exigiu a renúncia de parte deles.

Desde as habitações originais que os moradores se debatem com a falta de espaço de arrumação. Resolvido este problema através da construção de anexos nas habitações originais, volta a estar presente de forma menos notória nas habitações requalificadas. De acordo com Nuno Portas, no livro *Funções e exigências de áreas de habitação*, um determinado número de equipamentos deverá estar contemplado nas habitações³⁸⁶: um roupeiro pessoal; um roupeiro da casa; e um arrumo-reserva (fig. 106). Também de acordo com Neufert, “*nos prédios actuais, de área mínima e mobiliário reduzido, torna-se indispensável a criação de arrecadações para equipamento suplementar (...)*”³⁸⁷, algo que se reflectia nas habitações originais como anexos. Contudo, a mudança acabou por se traduzir num aumento da área dos espaços da habitação, mas sem contemplar os necessários equipamentos de arrumação ou espaços necessários. Segundo os moradores: “*Agora, nesta casa, o que eventualmente faz falta, eventualmente não, faz mesmo falta, não sou só eu a queixar-me, é de uma área de arrumos maior. E todos sentimos isso porque? Porque todos nós, dada a exiguidade de espaço tivemos ou fizemos um “anexozinho” ou um “anexoção”, onde púnhamos as coisas para não estarem desarrumadas.*”³⁸⁸

A dificuldade em arrumar o que lhes pertence e que trouxeram da residência anterior condiciona a forma como se apropriam do espaço da habitação, dado que recorrem a soluções menos satisfatórias, mas das quais não podem evitar. A maioria das famílias sente que perderam muita coisa de uma casa para a outra. Alguns moradores tiveram mesmo de se desfazer de parte da mobília porque não tinham onde a colocar. Vários relatos demonstram estas dificuldades: “*(...) o meu espaço, o meu espaço pessoal, onde tinha essas tretas todas diminuiu, porque eu tinha esse tal de anexo, onde eu tinha essas tretas todas.*”³⁸⁹; “*Não tinha [esta mobília], porque [na outra casa] tinha um móvel ainda maior, muito maior do que este. Era de 2 metros e tal. (...) Aqui a parede é muito mais pequena e então não dava... dar, dava, mas saía para o corredor, e depois eu não podia fechar aquela portada.*”³⁹⁰; “*Eu nem a minha máquina aqui posso ter. Não tenho espaço para ter a máquina de costura. (...) Quer dizer, vamos ter a coisas acavaladas. Eles disseram que iam fazer casas condignas para nós vivermos e eu vou acavalhar tudo?(...).* Nós não temos arrumos nenhuns e nós temos

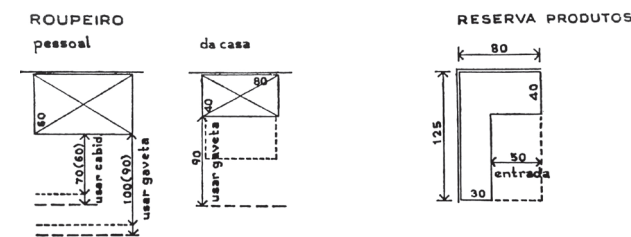


Fig.106 Espaço necessário para o equipamento de arrumação.

384 PORTAS, Nuno, *Funções e exigências de áreas de habitação*, Lisboa: LNEC, 1969, p. 81

385 Ibidem, p. 81

386 Ibidem, pp. 81-82

387 NEUFERT, Ernst, *Arte de projectar em arquitectura*, (1976), Barcelona: Editorial GG, 1981, p. 161

388 R.T2s.7.16

389 R.T2s.7.16

390 R.T1s.13.133



Fig.107 Lavandaria da habitação R.T2i.5.43.

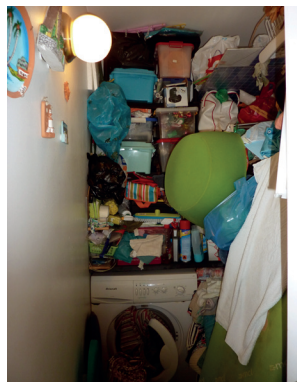


Fig.108 Lavandaria da habitação R.T2s.7.16.



Fig.109 Espaço de circulação com a máquina de secar roupa e o carrinho de bebé. R.T3i.12.166.



Fig.110 Mobiliário complementar ao da cozinha. R.T3i.12.166.

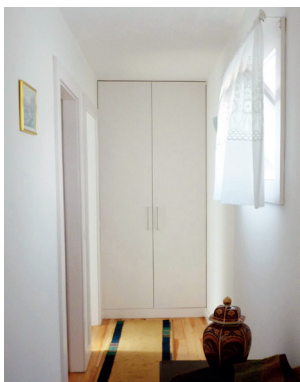


Fig.111 Único armário de arrumação dos T1. R.T1i.9.56



Fig.112 Solução de recurso. Arrumação sob a cama. R.T1s.13.133.

que arranjar o máximo dos máximos dos bocadinhos que temos dentro de casa para ter arrumação (...).”³⁹¹

Esta dificuldade está mais patente em algumas divisões. A sala, mais ampla, consegue dividir-se em duas zonas com funções distintas, como foi explicado. Os quartos, também estes maiores, admitem mais mobiliário. Contudo, o espaço da cozinha e da lavandaria (quando existe) são as que ainda não contemplam arrumação suficiente, de acordo com a opinião dos habitantes.

A insatisfação geral dos moradores varia de habitação para habitação, pois nas casas também variam os espaços destinados à arrumação.

Dos três tipos de habitações só o T2 está projectado com lavandaria, que claramente funciona como zona de arrumos (fig. 107 e 108). Tanto o T3 como o T1 não beneficiam desse espaço autónomo. Um dos habitantes do T3 defende a supressão de uma casa de banho para poder ter uma lavandaria independente: “Se mantivessem, pronto, uma casa de banho completa (...) e se fizessem ali [na outra casa de banho] uma lavandaria, não se perdia nada.”³⁹²

Assim, podemos observar que nos T1 os habitantes demonstram um desejo de acrescentar ao espaço da cozinha uma dispensa, onde possam arrumar a mercearia, e mesmo louça, material de limpeza, ou outros utensílios. Os T3 deparam-se com um problema semelhante. A cozinha com uma área razoável ($\approx 9,8 \text{ m}^2$) não está adequada aos modos de vida deste grupo de população. A inexistência de uma lavandaria suscita algum desagrado dos moradores: “Tinha uma lavandaria mínima aqui [na cozinha] com um pio, em aço inox. (...) Eu tirei o pio e meti lá a máquina de lavar. É a única solução que eu encontrei.”³⁹³ Apesar de ser bastante ampla esta cozinha também não consegue incorporar, no seu espaço, alguns electrodomésticos, (fig. 109) e os poucos armários que dão apoio à confecção de refeições e à arrumação reduzem o espaço de arrumação na cozinha. “(...) A cozinha é que podia ter sido feita de outra maneira. (...) A cozinha podia ter mais armários, podia.”³⁹⁴ Deste modo, os moradores vêm-se obrigados a colocar mais mobiliário complementar que estava previsto no projecto. (fig. 110) Para além dessa solução, também adoptaram o local destinado ao frigorífico para criar mais um armário.

É possível verificar que o número de módulos que compõem o mobiliário da cozinha é sensivelmente o mesmo, independentemente da habitação. Para um T1 existem 6 módulos; para um T2 existem 6 ou 5 módulos³⁹⁵; e para o T3 existem 6 módulos (fig. 102). Assim, o acréscimo de arrumação está dependente da vontade dos moradores em colocar mobiliário extra e não é parte da solução de projecto.

No caso dos T1, as habitações mais extremas, exige uma análise aos outros espaços para além da cozinha. Quando pensavam morar numa habitação mais ampla e com mais espaço, os moradores depararam-se com menos maneabilidade de arrumação. Além dos mesmos problemas das outras habitações, as outras divisões também têm limitações de arrumação. De uma forma geral, ela cinge-se à mera existência de um armário ao fundo do corredor que não consegue armazenar todas as objectos de uso mais espaçado que os moradores guardaram ao longo dos anos. Isto resulta na necessidade de colocar mais móveis pela casa, levantando problemas de organização (fig. 111). “(...) tinha arrumos [no T3 superior]. Sempre tinha os falsos nos quartos. Aqui não tenho nada. Tenho aquilo ao fundo do corredor, mas se eu não fizesse aquele

³⁹¹ R.T2i.7.47

³⁹² R.T3s.10.7

³⁹³ R.T3s.10.7

³⁹⁴ R.T3s.10.7

³⁹⁵ Varia conforme o piso da habitação, pois a cozinha pode perder um módulo para dar lugar à porta de entrada. Aqui não são contabilizados os módulos da lavandaria.

*móvel via-me desgraçada. (...) E os arrumos debaixo da cama, como a menina vê. Senão não tinha onde guardar nada.*³⁹⁶ As soluções de recurso que os moradores encontram nem sempre são as mais adequadas, mas as únicas possíveis (fig. 112).

Também no exterior se observa o recurso a soluções improvisadas para colocar todos os objectos afectos às práticas associadas ao espaço exterior: material de jardim, mesas de exterior, cadeiras, guarda-sol, brinquedos, estendal da roupa, etc. (fig. 113 e 114). Acabam por ser colocadas nos locais mais discretos, mas sempre sem um espaço adequado para os resguardar do tempo.

Alguns moradores, que pensavam ver resolvido este problema nas novas habitações, voltam a referir a construção de anexos no jardim como uma possível solução. “*E aqui [no jardim] também tínhamos espaço para fazer de baixo das escadas, se houvesse uma harmonia de fazer tudo mais ou menos idêntico para não ficar assim... tínhamos um sítio com bastante espaço ali para fazer uma arrecadação.*”³⁹⁷; “*Gostava que me deixassem pôr uma casinha para arrumos, uma coisa em condições. (...) afinal há espaço.*”³⁹⁸ Apesar de voltarem a referir esta solução não lhes é permitido construir no jardim.

As dificuldades que se geram reflectem-se em novas formas de apropriação, e os habitantes socorrem-se de todas os mecanismos que encontram para poderem manter a maior parte dos seus pertences, depois de perderem os seus antigos anexos, locais favoritos de arrumação.

O REAPARECIMENTO DO TERRAÇO³⁹⁹

O processo de requalificação do bairro conduziu à limpeza dos anexos que se tinham acumulado nos espaços exteriores das habitações. Assim, renascem os jardins, os terraços dos pisos inferiores, que há muito se tinham perdido com a construção massiva e o bairro voltar a assumir a sua identidade original. Segundo a arquitecta, o que se pretendeu fazer “*(...) foi manter exactamente essas coisas que sempre foram determinantes e importantes naquele lugar, e tentar requalificá-las e torná-las ainda mais evidentes em cada uma das habitações.*”⁴⁰⁰

Nestas construções anexas às habitações foi recorrente o aproveitamento do pequeno terraço exterior (dos pisos inferiores) absorvido na própria habitação para aumentar e estender a sua área. Assim, a primeira acção que se fez foi “*(...)no fundo, de subtração, porque a maior parte daqueles logradouros estavam ocupados, e ocupados, e ocupados... Alguns com construções gigantescas, não é? Coisa que se percebe, porque aquela casa era muito, muito pequena, e portanto as pessoas tinham necessidade de ganhar espaço.*”⁴⁰¹ Esta solução alterou a relação entre o espaço interior e o espaço exterior.

*“(...) le rapport entre extérieur et intérieur peut nous mener d’une certaine façon au passage de l’architecture à l’urbanisme, de la maison au quartier.”*⁴⁰²

O espaço exterior, composto por um conjunto de elementos de transição, perdia-se entre as construções que se foram

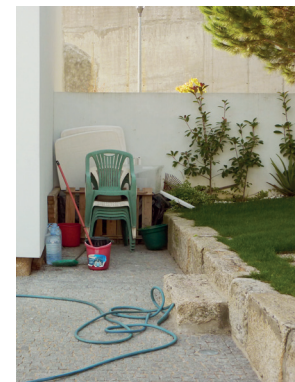


Fig.113 Arrumção no espaço exterior.
R.T2i.7.47.



Fig.114 Arrumção no espaço exterior.
R.T1i.4.102.

³⁹⁶ R.T1s.13.133

³⁹⁷ R.T2s.7.16

³⁹⁸ R.T2i.7.47

³⁹⁹ O termo terraço não se refere ao vem referido no dicionário: uma “cobertura plana de um edifício, constituído por uma plataforma acessível” (SÉGUIER, Jaime (direc.), Dicionário Prático Ilustrado, Porto: Lello & Irmão Editores, 1971), mas antes à plataforma de curtas dimensões, que marca a entrada das habitações e que se destaca do resto do espaço exterior.

⁴⁰⁰ Inês Lobo.

⁴⁰¹ Inês Lobo.

⁴⁰² BOUDON, Philippe, *Pessac de le Corbusier*, Paris: Dunod, 1969, p. 84



Fig.115 Marquise, terraço e garagem da habitação O.T2i.1.165.



Fig.116 Pequeno anexo exterior. O.T2i.4.82.

acumulando, mais ou menos densas. Na sua origem, este bairro tinha um completo sistema de transição interior/exterior. “As casas já tinham este “platô” [terraço] definido, que é assim um espaço entre a casa e o logradouro. Depois tem o logradouro, depois tem os muros. Quer dizer, esta casa apesar de ser bastante pequena tem uma série de questões bastante bem resolvidas e bastante bem feitas. O que eu acho muito interessante, quando a casa tem uma varanda ou um pátio, portanto, um espaço exterior privado, é que isso possibilita-te viver o exterior de uma forma completa. Podes vive-lo quando te aproximas da casa, e podes vive-lo, também, da tua privacidade e podes usufruir do sítio onde vives. É uma coisa que uma casa que não tem um espaço exterior tu não consegues fazer. Portanto, é um momento bastante importante e interessante numa casa. É aquela passagem (...) do público para o privado.”⁴⁰³

Esta possibilidade de “viver o exterior de uma forma completa” foi-se perdendo com o aparecimento dos anexos. Os moradores viram perder a função de lazer do seu jardim. Dependendo do volume dos anexos e da área de jardim que corresponde a cada habitação, o local de lazer poderia existir ou não.

Das habitações originais analisadas, duas fecharam por completo os terraços em “marquises”: O.T2i.1.165; O.T2i.4.82; isto é, todas que tinham essa possibilidade. Como já foi explicado só as habitações dos pisos inferiores o permitiam fazer.

A forma de usar o espaço do jardim variou de família para família. A habitação O.T2i.1.165 apropriou-se do seu espaço exterior de modo mais extenso e denso. O terreno, que absorve uma grande variação de cotas permitiu que entre a cota da rua e a cota do interior da casa existisse um desnível aproximado de um piso. Assim, a família viu a oportunidade de construir uma garagem que servisse, na cobertura, de terraço. Entretanto o pequeno terraço da entrada foi transformado numa “marquise” com função de sala e lavandaria (fig. 115).

Na habitação O.T2i.4.82 observa-se uma abordagem mais contida sobre o exterior. Uma clara vontade de manter zona de lazer inibiu a construção de grandes “edifícios”. A “marquise”, resposta à falta de espaço para algumas actividades diárias - lavagem de roupa, costura, etc. - foi a maior intervenção nesta habitação. “A minha marquise (...) fez-me jeito, porque a família era grande e a casa era pequena e fez-me jeito para esticar.”⁴⁰⁴

Além da “marquise” os anexos construídos nesta habitação foram notoriamente mais comedidos do que a generalidade do bairro. Obedecendo às exigências impostas pela Câmara Municipal e também conscientes do exagero dos anexos das outras habitações, neste caso o anexo passa quase despercebido aos olhares menos atentos (fig. 116). “Também não gostava de ver ali um barracão. A gente via, por aí fora, que estragaram este bairro com as barracas, com os anexos.”⁴⁰⁵ Para ser possível construir um espaço praticável e mesmo assim muito pequeno foi necessário contornar o problema e encontrar uma solução diferente: escavar e enterrar parte do anexo, deixando à superfície uma altura equivalente à do muro⁴⁰⁶.

Porém, estas soluções não voltam a aparecer no bairro requalificado. Os anexos, mais ou menos extensivos, vão desaparecer, e os antigos terraços e os jardins voltam a surgir.

As “marquises” das habitações dos pisos inferiores foram as que alteraram mais directamente o espaço da casa e por isso, também os modos de vida ligados ao interior da mesma. Já os outros anexos independentes da casa não interferiam tanto. Podemos observar que são poucos os moradores que viveram nos pisos inferiores antes e depois da requalificação e que puderam comparar os seus hábitos diários numa habitação com a “marquise” e sem ela. Podemos verificar, do seguinte grupo de habitações, as que verificam essa situação:

⁴⁰³ Inês Lobo.

⁴⁰⁴ O.T2i.4.82

⁴⁰⁵ O.T2i.4.82

⁴⁰⁶ “Eu tenho lá fora uns arrumos. (...) Aquilo é assim: aquilo é comprido, é sob o comprido, mas eu e o meu marido, na altura... havia uma lei que não podíamos subir... depois começaram a deixar fazer tudo e mais alguma coisa, mas nós não podíamos sair daquela medida do muro, da altura do muro, que a Câmara não autorizava. Então nós o que é que fizemos? Tiramos terra para baixo, (...) andamos a escavar aquilo tudo e pronto, e ficou aquilo à face do muro e por baixo tem mais fundo e uma pessoa já andava lá mais à vontade.”, O.T2i.4.82

Habitações requalificadas	T1i.9.56	T1i.4.102	T2i.5.43	T2i.7.47	T2s.13.106	T3i.12.166	T3s.10.7
Habitações originais	T2s	T3s	T3d	T3i	T3i	T3i	T3i

Nesta tabela só estão discriminadas, das famílias entrevistadas das novas habitações, aquelas que antes ou depois da requalificação viveram numa habitação do piso inferior.

A necessidade que os levou fechar o terraço já não faz tanto sentido e sem grandes dificuldades o espaço exterior ganha um novo sentido no quotidiano das famílias: zona de lazer exterior (fig. 117).

Esta abertura da habitação para a rua, proporcionada pelos muros mais baixos, a remoção dos anexos altera o modo como as famílias se apropriam do seu novo espaço. As que não se incomodam com a exposição da sua privacidade a quem passa na rua, usam sempre que possível os terraços ou os jardins, em particular no tempo de Verão. No entanto, outras mais reservadas preferem o interior da habitação e o jardim não tem tanta utilidade, porque se sentem mais expostas. “*Não gosto muito. (...) Isto está muito descampado e eu gosto pouco. É a minha maneira de ser. Gosto da minha privacidade.*”⁴⁰⁷

Existem, ainda, situações intermédias. Alguns moradores encontraram mecanismos para controlar a falta de privacidade no exterior, sem abdicar do uso do jardim. Na habitação R.T1i.4.102 os moradores plantaram girassóis em frente ao terraço para controlar a privacidade (fig. 118). Outros moradores optaram por criar sebes vegetais⁴⁰⁸.

A vontade dos habitantes condiciona a forma de contornar as dificuldades em usar o espaço exterior, sejam elas a falta de privacidade, o espaço disponível para conviver, ou a diferença de cotas entre a casa e o jardim. “*Mesmo, também, como reparou, destes [jardins] aqui, até é o mais pequeno. Até em termos de relvado, de espaço térreo, digamos assim, é o mais pequeno. Tem um lugar de garagem que ocupa um bom pedaço. De forma, que nós para também fazermos alguma brincadeira, ou é debaixo das escadas, que não tem uma altura... em metade pode-se andar a pé, mas a outra já não dá. De forma que às vezes, pomos o carro lá fora e pomos a mesa no sítio da garagem, no lugar de garagem.*”⁴⁰⁹

Os habitantes são construtores do seu espaço, onde o exterior não é excepção. Na nova fase que o bairro atravessa os moradores não podem apropriar-se do seu jardim com a construção de anexos, mas podem através de outras actividades.

NOVOS HÁBITOS⁴¹⁰ QUOTIDIANOS?

A transição de habitação provocou alterações nos hábitos dos moradores, mas também permitiu a permanência de outros. São várias as alterações provocadas pela mudança, mais ou menos relevantes e com diversas variações dependendo da família e dos seus modos de vida.

Determinados hábitos, que se desenvolveram nas habitações anteriores, mudaram. Uns porque já não são passíveis de persistir nas novas habitações, outros porque já não fazem parte do quotidiano das famílias. Contudo, alguns hábitos conservaram-se pela sua necessidade e porque o espaço o permite, apesar das mudanças operadas na habitação.



Fig.117 Espaço de lazer. R.T2i.5.43.



Fig.118 Filtro de girassóis entre o exterior e a casa. R.T1i.4.102.

⁴⁰⁷ R.T2i.7.47

⁴⁰⁸ “Olhe, por exemplo, é também uma coisa que eu dou a mão à palmatória, quase todas as casas antigas, já viu, têm arbustos altos. Eu também tinha e isso eles não autorizam, quer dizer, eles não autorizam fazer vedação. (...) Mas o muro chamado vegetal, eles autorizam (...)”, R.T2s.7.16

⁴⁰⁹ R.T2s.7.16

⁴¹⁰ Segue o mesmo sentido de “habitus” explicado por Raymond in RAYMOND, Henri, *Habitat, modèles culturels et architecture*, Architecture d’Aujourd’hui, nº 174, 1974, p. 51

Cada família encontrou a sua forma de adaptação à nova habitação, mantendo alguns hábitos e excluindo outros. No processo de apropriação dessas opções, mais ou menos conscientes, construíram o caminho próprio e individual.

*“Os hábitos continuaram quase todos os mesmos.”*⁴¹¹

Nesta comparação, as permanências dos hábitos dividem-se em três momentos diferentes: as práticas associadas aos espaços comuns e diurnos; as práticas relacionadas com os espaços privados e nocturnos; por fim as práticas relacionadas com os espaços exteriores.

Na sala como na cozinha são notórias as variações das actividades aí praticadas. Espaços que anteriormente condicionavam pela forma como funcionavam, dada a integração da cozinha na sala, são agora espaços distintos e independentes. Esta mudança contribui para a simplificação do quotidiano.

Neste momento, os habitantes estão perante a possibilidade de escolher e usar cada um dos espaços conforme lhes for mais adequado. A cozinha pode funcionar independentemente da sala e vice-versa. Cozinhar, comer e descansar são as três principais actividades destes espaços que já não convivem necessariamente no mesmo local. Não estão restringidas a um espaço comum. As refeições podem variar entre a sala e a cozinha, conforme a situação e a preferência dos habitantes, significando isto que algumas famílias podem alterar os hábitos desta prática.

Nos T2 e nos T3 requalificados é possível escolher entre a cozinha ou na sala para as refeições, porém os T1 têm quase obrigatoriamente que comer na sala. Salvo raras excepções, onde os habitantes esforçam-se por encontrar soluções para comer na cozinha, os T1 continuam a não permitir um espaço de refeições adequado (fig. 119). Para além do local onde é praticado, o tempo de refeições também sofreu alterações. As famílias mais numerosas, que antes tinham de comer faseadamente, isto é, só havia lugar na mesa para um número limitado de pessoas, podem agora comer em conjunto. *“Comíamos muitas vezes, à vez cada um. (...) Às vezes não comer estes quatro, depois iam mais quatro. Não cabíamos todos.”*⁴¹² Agora, as famílias são menos numerosas como também há mais espaço dentro das habitações.

Também o espaço de estar já não vive condicionado pela zona de cozinha. Nas novas habitações as salas podem incluir duas áreas claramente delimitadas, à excepção da sala do T1. Os habitantes podem usufruir dela sem terem de condicionar o seu uso com a necessidade de transformar a sala para espaço de dormir ou para outras actividades já apontadas. As habitações O.T2i.4.82, O.T2s.4.24, O.T3d.14.18 tinham de alterar a sala durante a noite para se adaptarem às necessidades das famílias, algo que agora não acontece. No entanto persiste uma habitação (R.T2i.7.47) que ainda usa a sala como quarto, dado que a família vive numa situação excepcional. *“Ele [o sobrinho] toma conta da sala, que é o quarto dele.”*⁴¹³

Entre as divisões “diurnas” podemos observar outras actividades que mantêm, de certa forma, as mesmas práticas sobre o espaço da habitação: as lides domésticas. Estas, que nas habitações anteriores não tinham um local próprio, nas novas habitações também não. Por norma são distribuídas pelos diversos espaços da casa. Porém, e apesar de parecer que ambas as habitações não têm um espaço destinado para tal, existe uma diferença. Nas habitações requalificadas as variações sobre o local onde engomar a roupa, e outras actividades semelhantes dependem da vontade dos moradores e não das condicionantes espaciais. Assim, a sala, a cozinha ou até um quarto são apropriados para essas práticas. Apesar de não existir um local concreto, as lides domésticas estão mais facilitadas nas habitações requalificadas⁴¹⁴.



Fig.119 Mesa de refeições na cozinha da habitação R.T1s.13.133.

⁴¹¹ R.T1i.4.102

⁴¹² R.T3s.10.7

⁴¹³ R.T2i.7.47

⁴¹⁴ *“Isto é assim, sou eu que limpo. Olhe, limpa-se num instante, enquanto que, por exemplo, onde eu morava era tão pequenina, mas tornava-se mais difícil de limpar. Assim grande – também não tenho móveis complicados – limpa-se num instante.”*, R.T2s.13.106

Os quartos, espaços associados à privacidade e à intimidade, são bastante distintos dos quartos das habitações originais. A primeira mudança, que alterou alguns hábitos, foi o número de quartos das habitações requalificadas.

Família	Número de quartos da habitação original	Número de quartos da habitação requalificada
R.T1i.9.56	2	1
R.T1i.4.102	3	1
R.T1s.13.133	3	1
R.T2i.5.43	3	2
R.T2i.7.47	3	2
R.T2s.13.106	3	2
R.T2s.7.12	3	2
R.T2s.7.16	3	2
R.T3i.12.166	3	3
R.T3s.10.7	3	3

A discrepância entre alguns números, em especial, nas famílias que passaram para os T1 obrigou a uma adaptação mais exigente do que os moradores que não passaram por um processo semelhante. Os quartos são, para os moradores, os espaços que podem assumir alguma variedade de usos: em primeiro lugar como espaço de dormir; como escritório (O.T3s.11.51); como cozinha (O.T3d.14.18); como espaço de arrumação e de lides domésticas (O.T3d.14.18); entre outras. Para além das possibilidades que lhe são inerentes, existir mais do que o número de quartos necessários aos habitantes da casa garante que é possível, se necessário, albergar mais alguém em casa. Este problema já se verifica nas habitações R.T2s.7.16 e na R.T2i.7.47, onde dormem pessoas na sala. Nas habitações T1 os habitantes sentem este problema mais evidenciado.

Por outro lado, a organização dos quartos na casa também mudou. Nas habitações originais os quartos situavam-se próximos uns dos outros, definindo a divisão entre a zona diurna e a zona nocturna. Após a mudança, estas divisões ganharam mais independência entre si, onde a sala passou a mediar a proximidade entre elas. Para grande parte dos habitantes, esta alteração significou uma melhoria para o quotidiano.

“E – Em relação a ter um quarto de um lado da sala e ter o outro quarto do outro lado, há algum inconveniente?”

M – Não, não há. Antes pelo contrário há vantagens. Há todo o tipo de vantagens. Por conseguinte, o quarto do meu filho é este, o nosso é ali. Tem toda a vantagem, porque cria até uma zona assim bastante separada e têm ambos acesso, embora este mais perto, ao quarto de banho. Acho que está muito bem dividido. (...)”

E – Por exemplo, à noite, não sei como funciona aqui em casa, mas se alguém está a ver televisão ou a ouvir música e estão outras pessoas a dormir, isso poderia incomodar? (...)”

*M – São pontos de vista, mas repare que quando as pessoas querem ter o seu tempo próprio de intimidade procuram um espaço da casa retirado (...).”*⁴¹⁵



Fig.120 Espaço para secar roupa no exterior. R.T1s.13.133.



Fig.121 Espaço de recreio exterior. R.T1i.4.102.



Fig.122 Zona de cultivo e garagem no espaço exterior da habitação O.T3s.11.51.

Dado que, na maioria dos casos, o uso dos quartos não coincide temporalmente com o uso das divisões comuns (sala, cozinha), o factor de separação entre espaço diurno e espaço nocturno não é fundamental para as famílias destas habitações. Assim, os habitantes entendem que separar os quartos é vantajoso, na medida em que estes se tornam mais íntimos e privados.

No que respeita às práticas implícitas nas zonas exteriores também existem diferenças face aos espaços exteriores das habitações originais. As maiores diferenças devem-se às imposições colocadas nas novas habitações. Quando antes essas zonas tinham utilidade para aumentar a área útil da habitação, agora tal não é possível. Os moradores têm de manter as áreas exteriores conforme o projecto, sem anexos, zonas de cultivo ou outras modificações. Como tal, esta zona limita-se a um número de práticas restritas – lazer, refeições exteriores, secagem de roupa, etc. – que não alterem o desenho nem a definição dos espaços projectados (fig. 120 e 121). As zonas de relva, o pavimento duro definem espaços precisos, como zona de garagem e zona de recreio.

Deste modo, o jardim está mais limitado que anteriormente, porque antes os habitantes apropriavam-se dele para mais usos (arrumação, espaço de garagem, extensão da casa, terreno de cultivo, espaço de refeições, oficinas, etc.) (fig. 122), como exprimem alguns moradores do bairro quando dizem: *“Se tivesse oportunidade como tinha na outra casa... havia muitas coisas que eu fazia lá e aqui não consigo fazer, como é evidente. Lá tinha espaço, tinha um corredor debaixo da minha varanda, que não era tapado, mas que era um corredor grande que (...) não estava assim exposto como estou aqui. Além de jardinar também gosto de (...) pintar. Coisas que eu fazia e que agora não faço.”*⁴¹⁶

Assim, a mudança de uma habitação para outra teve repercussões no quotidiano das famílias, sendo que alguns hábitos tiveram de ser reajustados. Algumas necessidades sentidas nas habitações originais deixaram de existir ou mudaram. Isto é consequência da mudança de habitação e da evolução da sociedade. As diferenças nas habitações exigiram uma nova forma de habitar os espaços, contudo não significam uma mudança negativa, mas antes parte do processo evolutivo.

2.4.3 AS NECESSIDADES FACE À NOVA HABITAÇÃO

AS NECESSIDADES DA VIDA CONTEMPORÂNEA

*“Encontrava o meu amigo banhado, barbeado, friccionando, envolto num roupão branco de pêlo de cabra do Tibete, diante da sua mesa de toilette, toda de cristal (por causa dos micróbios) e atulhada com esses utensílios de tartaruga, marfim, prata, aço e madre-pérola que o homem do século XIX necessita para não desfear o conjunto sumptuário da Civilização e manter nela o seu Tipo.”*⁴¹⁷

Desde há 58 anos que todas as habitações mantiveram a mesma organização, o mesmo programa, as mesmas divisões. Percebe-se pelas as construções anexas que as casa não eram suficientes para as famílias.

As habitações requalificadas procuraram ajustar o espaço às realidades familiares actuais. Em algumas opções mais evidentes do que outras, os espaços tendem a construir locais mais qualificados e adequados.

O que eram as principais necessidades dos moradores quando chegaram ao bairro foram-se alterando. Por um lado, a própria família, um organismo em constante mutação, exige do espaço que habita diferentes qualidades. Por outro, a sociedade em que a mesma se insere vai definir novas necessidades e novos padrões de vida. Por fim, o próprio bairro molda a comunidade ao seu espaço.

Poder-se-á dizer que as necessidades actuais dos moradores do bairro são mais exigentes do que as necessidades originais. *“Isto era um casarão, porque não tinham móveis, não tinham nada. (...) Há 50 anos não havia dinheiro para móveis, era para dar de comer aos filhos, porque eles estavam cheios de fome. Agora a gente se tem mais algum, porque compra às prestações, moderniza-se e tem outra maneira de pensar.”*⁴¹⁸

Quais são, afinal, as necessidades da vida contemporânea? Em que medida, elas modificam com o tempo?

A sociedade conheceu uma rápida evolução em todas as áreas do conhecimento. Estas mudanças operaram sobre a vida das populações melhorias e facilidades, correspondendo a mudanças nos modos de vida, nas necessidades quotidianas, etc. Determinadas necessidades fisiológicas e psicológicas são as mesmas, como comer ou dormir, mas a forma como são resolvidas muda. As cozinhas mostram claramente essa evolução, mais do que os quartos, por exemplo. Todos os novos utensílios e equipamentos transformam significativamente os modos de trabalhar na cozinha, alterando o tempo despendido neste espaço e mesmo a área necessária para preparar as refeições.

Tomado em consideração o uso da sala, é claramente menos aceitável que esse espaço seja apropriado como quarto, do que umas décadas antes, pois considera-se que cada indivíduo deve ter, de preferência, o seu espaço individual e privado sem interferir com as zonas comuns da habitação.

No caso da habitação R.T2i.7.47, um dos membros da família tem que dormir na sala, dado que não existe a disponibilidade para cada membro ter um quarto individual. O sofá passou, então, a assumir a função de cama e o espaço de convívio da sala passou a constituir a zona pessoal desse membro da família. De tal forma o local está absorvido na sua nova função, que retirou aos restantes membros da família o espaço de estar junto à televisão. *“O meu marido implica, os meus filhos implicam, (...) porque no fundo ele [o sobrinho] toma conta da sala, que é o quarto dele. Eles querem ir para o sofá ver televisão e ele nunca sai dali.”*⁴¹⁹ Noutras habitações requalificadas, as famílias encontraram um local para cada um sem interferências. A necessidade de um local individual para cada pessoa tornou-se mais importante, visto que anteriormente necessidade de alojar um grande número de indivíduos exigiam um esforço de partilha maior.

⁴¹⁷ Referencia aos modos de vida de um rico português a viver em Paris com todos os utensílios necessários à vida do século XIX. in QUEIROZ, Eça, *A cidade e as Serras*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1980, p. 27

⁴¹⁸ R.T3s.10.7

⁴¹⁹ R.T2i.7.47

A vontade que os moradores demonstram em ter uma cozinha com dimensões aceitáveis foi levada em consideração aquando da requalificação. O uso desta divisão exige um conjunto de equipamentos que são importantes no dia-a-dia actual das famílias, como todas os electrodomésticos: máquina de lavar (roupa ou louça), o fogão, o frigorífico ou outros pequenos equipamentos de apoio à cozinha. Recuando poucos séculos, as cozinhas não dispunham destes utensílios e electrodomésticos, que condicionam o espaço. Como tal estas novas cozinhas devem adapta-se a estes equipamentos que fazem parte do dia-a-dia dos moradores. Por outro lado, as necessidades deste espaço estão associadas à grande intensidade de uso que os moradores lhe dão. A cozinha é usada, por norma, para todas as refeições diárias, que na sua maioria são confeccionadas de “forma tradicional”⁴²⁰ e sem o apoio de outras pessoas exteriores ao agregado. Esta forma de cozinhar exige que o espaço seja capaz de suportar estes usos. Se em comparação, se observar o que significa cozinhar um século antes (onde se preparavam e tratavam alguns alimentos⁴²¹ através de processos próprios) agora a preparação de alimentos, cada vez mais simplificada, permite que o espaço seja mais reduzido. Os próprios electrodomésticos complementam esta simplificação de acções. Além das refeições serem na sua maioria feitas em casa, eles também recorrem a esta divisão para refeições excepcionais que são praticadas na sua habitação e não noutros locais, como casamentos, comunhões ou outras festas semelhantes. “*Cozinhei sempre aqui para as minhas filhas e fez-se casamentos aqui. Não tinha esta divisão [do móvel], era o cortinado que existia e a gente lá cozinhava. Fiz dois casamentos e a comunhão da minha filha.*”⁴²²

No entanto, a redução de área tem os seus limites. Nas habitações originais do bairro, onde a maior parte das cozinhas não chegam aos 2m², não permitiam que algumas refeições fossem confeccionadas sem dificuldade em gerir o espaço. Isto é de tal forma relevante que se nota, nas habitações originais, a falta de espaço para a colocação do frigorífico ou para a arrumação, que muitas vezes se situavam fora da cozinha, como já se mencionou.

A cozinha constitui um local com um significado e uma utilização bastante importante na vida quotidiana dos moradores, pois ela é o local onde os habitantes passam grande parte do tempo despendido em casa, seja passado a cozinhar, a comer ou nas lides domésticas. Claro que, o seu uso varia com os habitantes: as mulheres, por norma, são as que passam mais tempo neste espaço comparativamente aos homens ou às crianças. Isto está patente nas respostas sobre a divisão mais importante da habitação. Nota-se que as respostas fornecidas são maioritariamente a sala, mas em contrário ao esperado duas moradoras afirmaram a cozinha como o espaço mais importante, pois é nele que passam a maior parte de tempo em casa.

Habitação	R.T1i.9.56	R.T1i.4.102	R.T1s.13.133	R.T2i.7.47	R.T2i.5.43
Divisão principal	Sala	Sala	Cozinha	Sala	Sala
Habitação	R.T2s.7.16	R.T2s.7.12	R.T2s.13.106	R.T3i.12.166	R.T3s.10.7
Divisão principal	Sala	Sala	Cozinha	Sala	Sala

⁴²⁰ Entende-se por “forma tradicional” a confecção de refeições baseadas num processo completo, desde a preparação dos alimentos à sua elaboração, ou seja, não são refeições pré-cozinhadas ou de preparação rápida.

⁴²¹ Salgar e fumar carnes, fabricar pão, armazenar alguns alimentos, etc. são processos que actualmente já não fazem parte das práticas da cozinha.

⁴²² R.T2i.1.165

*“Acredite, passo mais tempo na cozinha durante o dia, ou a limpar ou a fazer o comer... passo a ferro na cozinha. (...) À noite também não estou aqui [na sala].”*⁴²³

“E – Aqui em casa qual é que acha a divisão mais importante, ou porque usa mais ou porque se sente melhor? Qual a divisão mais importante? A cozinha, a sala, o quarto?”

*F – Oh, como eu passo a minha vida na cozinha para fazer o comer...”*⁴²⁴

Outras necessidades, como dormir, mantêm-se as mesmas e não exigem grandes mudanças nas divisões. O aumento da área dos quartos parece suficiente para todas as famílias, desde que a mobília seja organizada no interior, onde existe espaço suficiente para circular e por norma é possível incluir um local de estudo em alguns quartos. Deste espaço, o mais importantes era incluir a mobília completa e conferir-lhe a noção de local privado e pessoal para os habitantes.

As necessidades face à habitação são consequências da sociedade em que se vive. As necessidades menos básicas (consequência da sociedade de consumo em que se vive) incutem na população novas exigências que até ao momento não seriam fundamentais. O mesmo se verifica com a habitação e com as noções de conforto. Isso é observável no número de televisores que cada casa tem, que em média é superior a 2,5⁴²⁵ por habitação.

As necessidades contemporâneas estão, então, dependentes da evolução da sociedade e das possibilidades que o homem encontra, dentro das suas limitações, para viver melhor. De certa forma, as necessidades básicas da vida contemporâneas são as mesmas de outros tempos, porém a evolução técnica e a mudança de mentalidades mudou a adaptação destas ao espaço da casa. Como poderia viver o Homem sem electricidade nos tempos actuais? Esta não foi necessária à sua sobrevivência, mas agora é um elemento essencial para uma vida contemporânea quando se pretende viver com as condições mínimas ajustadas à evolução da técnica e da sociedade actuais.

O CASO PARTICULAR DO T1

O bairro Rainha D. Leonor é composto por um grande número de habitantes com idades superiores a 50 anos⁴²⁶. Este dado mostra que o agregado das famílias do bairro está, na sua maioria, reduzido ao casal, de acordo com a natural evolução da família.

Ao longo do tempo as famílias não só vão perdendo parte dos seus membros, mas também vão ganhando outros, como por exemplos os pais que retornam à casa dos filhos. Como tal, o número de habitantes de uma família, numa casa, não é constante ao longo dos anos.

No projecto de requalificação do bairro entendeu-se que a evolução familiar se processa da seguinte forma: o núcleo familiar reduz-se para o casal, até no limite ser composta por uma pessoa. Segundo esta lógica, estas famílias mais velhas não necessitariam de habitar um T2 ou um T3, pois as habitações T1 teriam todas as condições necessárias a famílias com um ou dois membros.

Numa análise rápida e superficial sobre a solução de projecto do T1, a habitação não aparenta qualquer problema. As habitações estão projectadas com as divisões necessárias para duas pessoas – uma sala, uma cozinha, um quarto e um

⁴²³ R.T2s.13.106

⁴²⁴ R.T1s.13.133

⁴²⁵ Dados obtidos dos casos analisados e que poderão não representar com exactidão todas as habitações do bairro. Ver informação na página 109.

⁴²⁶ Dos 40 moradores das habitações entrevistadas, 26 têm mais de 50, ou seja, 65%.

quarto de banho – e as dimensões não são demasiado exíguas para habitações mínimas. No entanto, após uma abordagem com os moradores destas habitações e com os que prevêem habitá-las no futuro, constata-se que elas apresentam determinadas condicionantes que poderão afectar o seu quotidiano.

Estudaram-se três T1: R.T1i.4.102; R.T1i.9.56; e R.T1s.13.133. Além dos habitantes que já vivem nestas habitações, outros moradores do bairro também mostram interesse em abordar a questão do T1, levantando questões idênticas aos que as habitam. Isto deve-se ao facto de conhecerem as novas habitações e de estarem a par dos problemas dos seus vizinhos, que encaram como futuros problemas seus. O conhecimento geral sobre as habitações fomentado pela proximidade da comunidade do bairro⁴²⁷ incentiva o conhecimento sobre todas as “novidades” inerentes ao espaço do bairro. Segundo os moradores que não habitam o T1, mas que o conhecem, afirmam: “*Por exemplo nos T1’s, acho que foram muito mal feitos.*”⁴²⁸; ou “*(...) Não tem nada, nada. Não tem uma lavandaria, não tem arrumação nenhuma. A única coisa que tem é um armarinho assim desta largura – coisa pequena – num corredor. Mais nada. Tem um quarto que não dá para pôr uma mobília completa, tem um corredor enorme. O T1 só tem corredor.*”⁴²⁹

Nos três casos apontados, o maior problema associado à casa está no número de quartos, isto é, na existência de único quarto. “*A casa é maior, as divisões em si são maiores, mas deixei de ter mais dois quartos para só ter um.*”⁴³⁰ Esta limitação traduz-se em diversos problemas para as famílias, que se explicarão mais à frente. Outros problemas se colocam, como o espaço disponível para a arrumação (fig. 123). Perante este facto, os habitantes sentem que, de certa forma, retrocederam ao mudar. Por fim, as entradas da habitação e as designadas “montras”⁴³¹ também são um entrave ao quotidiano (fig. 124 e 125).



Fig. 123 Corredor das habitações T1 e o armário ao fundo. R.T1i.9.56.



Fig. 124 Quarto dos T1, onde se percebe que a porta para o exterior não abre totalmente. R.T1i.9.56.



Fig. 125 “Montras” das habitações. R.T2i.7.47.

Na primeira questão – um único quarto – é apresentado um conjunto de problemas que a situação pode acarretar. De um modo geral, todos os moradores vislumbram nos seus dias futuros a necessidade de ter mais um quarto por razões de saúde. “*(...) Eu já tenho sessenta e não sei quantos anos, a minha mulher também. E depois se há alguma doença?*”⁴³² De acordo com outras opiniões, “*nunca deviam ter feito o T1. Agora é assim, para uma pessoa, porque aqui no bairro há muita gente, muita gente sozinha, muita gente mesmo, para uma pessoa dá, agora, para um casal acho que é muito pequenina.*”⁴³³

Ter mais uma cama é fundamental para as pessoas mais velhas. Algumas doenças exigem a separação do casal em camas distintas e até mesmo a introdução de pessoas auxiliares para ajudar com as necessidades dos doentes. Desta forma, um único quarto não é compatível com estas famílias, porque apesar de ainda não necessitarem realmente de mais um quarto, vêem-se a par de possíveis problemas sem solução. Noutros casos, levantam-se outras questões relacionadas com os quartos. A família que habita a casa R.T1i.4.102 apercebe-se da importância de mais um quarto, porque passam muito tempo com os netos pequenos em casa. Assim, quando uma das crianças está a descansar no quarto a outra tem de ficar na sala, o que limita a circulação e as actividades quotidianas pela casa, e quando elas passam mais do que um dia

⁴²⁷ A comunidade do bairro encerra um grupo de indivíduos que partilham “um certo sentimento de identidade e de diferenciação para com os outros bairros.”, in RÉMY, Jean, VOYÉ, Liliane, *A cidade: Rumo a uma nova definição?*, (1992), Porto: Edições Afrontamento, 2004, p. 131

⁴²⁸ R.T2s.13.106

⁴²⁹ O.T2s.4.24

⁴³⁰ R.T1i.4.102

⁴³¹ Consultar 2.1 - Metodologia: Glossário, p. 76 .

⁴³² R.T1i.4.102

⁴³³ O.T2s.4.24

em casas dos avós não têm espaços próprios para dormir. “Gostava de ter um quarto para deitar o meu neto, a minha neta (...).”⁴³⁴

Numa situação diferente, que não remete para os habitantes dos T1, mas antes para a família que vive no O.T2i.1.165 o casal teve de receber a mãe da moradora durante um determinado período de tempo. “A minha mãe vivia sozinha, depois que adoeceu (...) dormia lá dentro [no quarto] num sofá, que estava sempre aberto.”⁴³⁵ Caso a habitação fosse um T1 tal situação não seria viável. Só através do recurso a mais um quarto foi possível receber mais uma pessoa em casa.

Para os moradores do bairro, o avançar da idade exige algumas condições às quais as habitações T1 não encontram resposta. O problema dos quartos é bastante evidente e uma preocupação constante para os moradores. As mutações nos agregados são, então, determinantes para se entender como devem ser projectadas as habitações actuais para um grupo etário específico. Definir os parâmetros do projecto não está dependente, de modo exclusivo, do número de habitantes. A faixa etária, que modifica os hábitos diários e que altera as actividades quotidianas, deve estar incluída neste processo.

Anexada à questão do número de quartos poderemos analisar o espaço de distribuição da casa, isto é, o corredor. Mais uma vez os habitantes consideram que este espaço não tem qualquer vantagem. Sendo esta, a habitação mais pequena do bairro, é também a única que despende tanta área em circulações, quando comprada com os outros dois tipos (T2 e T3). As opiniões de vários habitantes são as mesmas: “Os T1’s, menina, para o que é, apesar dos quartos já serem pequenos, pelo amor de Deus, fizeram um corredor para quem vai para o quarto? Não, não faziam. Faziam um quarto maior, não é? Dava mais coisa até para uma pessoa pôr uma mobília completa, que há aí pessoas que não podem ter uma mobília completa dentro do quarto. (...) Na minha maneira de ver, acho que eles fizeram muito mal aquilo.”⁴³⁶; “O corredor que lá está... aquele corredor ali dá para andar em patins. Não justifica absolutamente nada.”⁴³⁷

Outros aspectos que foram apontados (a falta de arrumação e as “montras”) também contribuem para a dificuldade em habitar estas casas.

O espaço de arrumação, um problema constante nas habitações originais e que, como já foi apontado, teve de ser superado através de estratégias muito direccionadas, volta a estar presente nos T1. Desta forma, os habitantes, que haviam superado os seus problemas em habitações mais reduzidas encontram-se de novo limitados nas novas habitações. Mas as limitações agora são superiores, porque os habitantes não podem construir anexos nos jardins. Deste ponto de vista, a mudança de habitação representa um retrocesso face à anterior, porque os mecanismos de resposta a este problema são mais limitados. “Havia falta de arrumação [na outra casa] derivado ao espaço que era pequeno e tinha que se usar o sistema que se usa aqui. Debaixo das camas era caixas (...). [Agora] debaixo da minha cama está tudo cheio de caixas de plástico.”⁴³⁸

Referiu-se no capítulo 2.3.2 – *Apropriação: A mobília*, que certas famílias mandavam fazer alguma mobília por medida para os quartos das casas originais. Quando se analisa esta questão em relação às habitações requalificadas verifica-se que se repete o mesmo problema e exigem-se as mesmas soluções (fig. 126).

Dos três casos (R.T1i.9.56; R.T1s.13.133; R.T1i.4.102) todos apresentaram os mesmos problemas. O único local com espaço para guardas os objectos que não têm um uso diário situa-se no fundo do corredor e é demasiado pequeno para todas as coisas que vinham da habitação anterior. Alguns habitantes das casa originais afirmaram que, “(...) se for para T1 já pensei, ali [no corredor] só me vai dar para fazer um armário de cima a baixo, com prateleiras e tudo. (...) Para ter arrumações, porque não tenho onde pôr roupas, não tenho onde pôr nada.”⁴³⁹ Esta questão da arrumação estende-se às diversas divisões e está bem

434 R.T1i.4.102

435 R.T2i.1.165

436 R.T2s.13.106

437 O.T2s.4.24

438 R.T1i.4.102

439 O.T2s.4.24



Fig.126 Espaço de arrumação sob a cama. R.T1s.13.133.



Fig.127 Armários extra para arrumação na cozinha. R.T1i.4.102.

evidente na cozinha, onde se acumulam na mesma divisão o espaço de cozinha, lavandaria e possivelmente de refeições. Isto significa que para uma área mais pequena do que as dos T2 e dos T3, os utilizadores deste espaço necessitam de o apropriar para um conjunto de actividades semelhantes. A cozinha “*não tem arrumações. A gente não tem onde por nada. Não tem onde pôr uma vassoura, menina, um apanhador. Tem que se por cá fora (...)*”⁴⁴⁰ (fig. 127).

A designada “montra”, que denota uma conotação negativa e essencialmente de invasão de privacidade através das janelas da sala e do quarto, revela o sentido de descontentamento dos moradores. Como foi apresentado no capítulo 2.4.2 – *Novos espaços novas apropriações: Duplicação de entradas*, este tipo de aberturas não simplifica o quotidiano dos moradores, antes pelo contrário eles sentem que não podem usufruir da sua habitação completamente, e é sobretudo no quarto que este problema se acentua mais. “*Não se admite fazer umas montras, montras para quê? Nós vimos para aqui servir de manequins?! Nós não somos manequins para vir para estar aqui de montras.*”⁴⁴¹ “*Eu ainda estou cá em cima e ainda consigo abrir um bocadito a porta, mas quem está em baixo não pode abrir a porta. (...)* Haviam de pôr uma janela, não era uma porta.”⁴⁴²

Estas questões também são apontadas por moradores das habitações originárias:

“M – E é assim, outra coisa mal menina, mal, que é isso que não me encaixa. Tem as montras, que eu chamo-lhe as montras, que são aquelas janelas de vidro e depois ao lado tem as portas. O tipo 1, o quarto não tem janela, é uma porta.(...)”

*F – Porque é assim, a gente quer pôr a arejar um quarto, que é sempre bom, não é? Tem que abrir a porta e temos de estar sentadas em cima da cama à espera, que senão como é? Entram-me por aí a dentro e vão ter connosco à cozinha.”*⁴⁴³

Pode-se observar que os três maiores problemas do T1 constroem uma habitação desadequada aos modos de vida das famílias, dificultando os processos de apropriação. Assim, os habitantes dos T1 não vislumbram a possibilidade de ver o seu agregado familiar crescer ou de alojar devidamente alguém que esteja doente, dado o número de quartos; sentem um retrocesso nos espaços de arrumação, essenciais à casa; e sentem as práticas diárias dificultadas pelas aberturas demasiado amplas nos quartos.

OS NOVOS DISPOSITIVOS⁴⁴⁴

As opções de projecto das novas habitações modificaram alguns elementos que definem o espaço da casa. Pelas mais diversas razões essa operação de mudança reflectiu-se em vantagens e desvantagens para os usos que os habitantes do bairro lhe atribuem.

De entre algumas alterações, podemos apontar a substituição das persianas por portadas interiores de madeira (fig. 128 e 129) e a substituição dos polibãs por banheiras (fig. 130 e 131). Estas duas alterações são as que levantaram mais questões por parte das famílias.

Conforme se observou, os quartos de banho das novas habitações foram as divisões que mais ampliaram em área tendo em conta o uso que lhes é atribuído. Não sendo o espaço que exigisse um aumento de área muito maior, pois esta divisão estava minimamente adequada aos modos de vida das famílias, ela sofreu um aumento médio aproximado



Fig.128 Precisanas. O.T3d.14.18.



Fig.129 Portadas interiores. R.T3s.10.7.

⁴⁴⁰ O.T2s.4.24

⁴⁴¹ R.T1i.9.56

⁴⁴² R.T1s.13.133

⁴⁴³ O.T2s.4.24

⁴⁴⁴ “*Mecanismo ou arranjo adaptado para um determinado fim.*” Definição atribuída pelo Dicionário Língua Portuguesa, sem acordo ortográfico, <<http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/dispositivo>> [2011]

de 175%. Sentido pelos seus habitantes, os quartos de banho são muito maiores e mais bem equipados, mas não são os espaços que os moradores preferiam ver ampliados.

Na continuidade deste processo de requalificação, os quartos de banho passam a incorporar uma banheira em vez do antigo polibã, e incluem um bidé, ou seja, definiu-se um quarto de banho completo algo que não existia de raiz nas habitações originais. Porém, a alteração do polibã por banheira não foi uma solução consensual entre arquitecta e moradores. Desde as habitações originais que os habitantes se habituaram a usar polibãs. “[A casa de banho] é pequena, tem um polibã, que pus a portinha. E tomamos banho à vontade, nem molho nada cá fora, nem nada. Para mim dá perfeitamente.”⁴⁴⁵

O envelhecimento da população do bairro acarreta maior dificuldade de movimentos e como tal a entrada nas banheiras é mais complicada que nos polibãs. Esta situação levou-os a pedir que a banheira fosse trocada, de novo, por um polibã.

“M – (...) houve até pessoas que pediram e até acho que nas casas novas já não estão a pôr banheira, porque tem um inconveniente: primeiro, claro, os hábitos... eu tenho banheira e não utilizo. Utilizo o chuveiro todos os dias, é evidente, mas como banheira não. E depois tem também o inconveniente de à medida que as pessoas vão envelhecendo, e as pessoas que aqui vivem são de uma idade já bastante avançada, dificulta as pessoas a ter que se levantar a ir para a banheira. E o polibã é mais funcional.

F – Neste momento nós já temos certas dificuldades quando a minha mãe vem ao fim-de-semana e eu dou-lhe banho. E ela tem que entrar para a banheira e se fosse o polibã era muito mais fácil. (...)

*M – (...) quase toda a gente preferia polibã. Creio que eles depois também reconsideraram e fizeram isso, porque é mais funcional também.”*⁴⁴⁶

Também os hábitos dos moradores contribuem para a vontade de retomar os polibãs. Dado que nunca usufruíram de uma banheira na habitação original, não sentem a necessidade de ter uma agora. Mais uma vez se observa que os hábitos e os modos de vida pesam sobre as acções e actividades praticadas em casa.

Nas habitações requalificadas mais recentes os quartos de banhos já estão equipados com polibãs, em vez das banheiras (fig. 132). Tanto as necessidades futuras como as práticas quotidianas não justificam a utilização de uma banheira.

Além deste caso, as persianas foram substituídas nas novas habitações por portadas interiores. A opção de projecto, visa manter a traça original do bairro deixando as janelas visíveis do exterior.

No entanto, esta decisão mexeu com a forma de usar os espaços. Os moradores estavam habituados a utilizar as persianas para controlar a entrada de luz, ou para garantir mais segurança às habitações. De acordo com a opinião dos mesmos não existem quaisquer vantagens nesta mudança.

São diversas as razões de queixa sobre estes novos dispositivos, pois as diferenças no uso e na apropriação dos espaços são significativas. Apontaram-se os seguintes problemas derivados da colocação de portadas em vez das persianas:

- 1 – Maior insegurança, dado que os habitantes se sentem mais protegidos com as persianas;
- 2 – Impossibilidade de manter a janela aberta e em simultâneo controlar as aberturas para circular ar (janelas abertas e persiana semi-fechada);
- 3 – Impossibilidade de controlar a intensidade da luz;



Fig.130 Exemplo de polibã das habitações originais. O.T2i.1.165.



Fig.131 Banheira. R.T2s.7.16.



Fig.132 Polibã das habitações requalificadas. R.T3s.10.7.

445 O.T2s.4.24

446 R.T2s.7.16



Fig. 133 Cortina enrolável na habitação R.T1s.13.133.



Fig. 134 Portada aberta com plantas à frente e o armário distanciado da parede . R.T1s.13.133.



Fig. 135 Portada que não abre na totalidade. R.T2s.7.16.

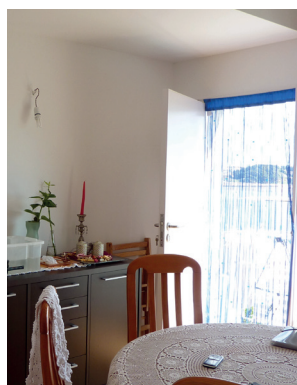


Fig. 136 Cortinas de tiras. R.T3s.10.7.

4 – Necessidade de uma cortina enrolável (neste caso, as habitações foram equipadas com *screens*) para controlar a intensidade da luz; (fig. 133)

5 – Necessidade de um grande espaço livre para poder abrir as portadas, dado que são de abrir e não de correr;

Estes problemas são levantados pela generalidade dos moradores, sendo que uns focam mais determinadas questões, e outros focam outras. Porém, alguns dos problemas são comuns a todos os habitantes.

A necessidade de espaço para abrir as portadas ou para as fechar significa que a colocação do mobiliário nas divisões está condicionada. As salas, em particular, revelam esse problema (fig. 134). Ao se depararem com esta dificuldade os habitantes tiveram de optar entre colocar o mobiliário no melhor local, ou permitir que as portadas abram e fechem. A opção mais corrente foi organizar a sala da melhor forma. Como tal, as portadas só são fechadas em momentos específicos, como a saída de casa por um tempo relativamente longo (férias, etc.). Esta limitação traduz-se na referida insegurança do ponto 1, pois os panos de vidro raramente são protegidos por outro material mais resistente (fig. 135).

No que respeita ao controlo da luz e da ventilação, as portadas são muito mais restrictivas, como é simples de perceber. Quando fechadas cortam completamente a luz e totalmente abertas permitem a entrada total dela. Colocar a portada entreaberta não é possível, pois o espaço que ocupa é incomportável nas divisões, além de direccionar demasiado a entrada de luz e não permitir que ela seja uniforme.

Para resolver esta questão foram colocadas cortinas de enroláveis (*screens*). Ficou, no entanto, claramente explícito pela observação dos espaços que elas não servem o seu propósito. Quase todas as habitações colocaram sobre estas cortinas outras “cortinas comuns”⁴⁴⁷. Existem duas razões para esta escolha dos moradores:

- 1 – As cortinas enroláveis funcionam num sentido vertical e quando os habitantes querem mais privacidade têm de as correr até baixo. Com as outras cortinas é possível deixar uma pequena abertura sem interferir com a privacidade do interior;
- 2 – As cortinas comuns utilizadas nas habitações do bairro são maioritariamente translúcidas. Esta é uma característica que os *screens* não têm e como tal não permitem que se observe o que se passa no exterior, resguardando simultaneamente a privacidade da habitação.

Esta última característica é importante para os habitantes do bairro, pois estão em permanente ligados e atentos ao que se passa no exterior.

Por fim, e com igual importância só as persianas permitem que a habitação seja ventilada sem obrigar a abertura total das janelas. “*Eu de noite, quando está calor vejo-me aflita. (...) fico aqui esfoguada de calor. (...) Haviam de pôr era umas janelas aqui nos quartos e umas persianas.*”⁴⁴⁸ Nem os *screens* ou as portadas consentem este uso. Para quem esteve habituado a usufruir desta vantagem, sente-se mais limitado.

É interessante verificar que na habitação R.T3s.10.7 a família não colocou qualquer cortina nas janelas da sala utilizando exclusivamente os *screens* para controlar a intensidade da luz⁴⁴⁹. Contudo, as duas portas da sala que dão acesso à varanda têm cortinas de tiras para deixar que a luz e o ar entrem quando a porta está aberta, mas mantendo alguma privacidade para o interior (fig. 136).

⁴⁴⁷ Optou-se por atribuir o nome de “comum” às cortinas verticais e mais usuais, para as distinguir das cortinas enroláveis.

⁴⁴⁸ R.T1s.13.133

⁴⁴⁹ Esta observação pode estar condicionada pelo pouco tempo em que esta família mudou para a nova habitação.

Algumas soluções foram implantadas para minimizar parte dos problemas nas novas habitações. As portadas já não são de abrir, mas antes de correr, facilitando a organização do mobiliário e permitindo que se fechem as portadas sempre que desejado, como também as banheiras são substituídas por polibãs.

Estas duas soluções aplicadas nas habitações requalificadas nem sempre se adaptaram da melhor forma aos modos de vida e às necessidades dos habitantes criando dificuldades no uso dos espaços e nas práticas diárias. De modo a contornar estes problemas, os moradores tem de se adaptar à habitação. Em suma, apropriaram o seu espaço.

2.5 FICHAS DAS HABITAÇÕES DO BAIRRO

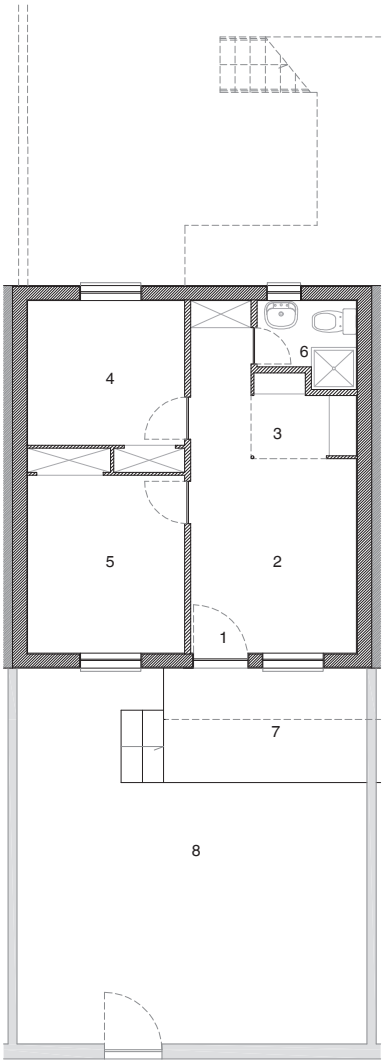
De acordo com as temáticas abordadas ao longo do trabalho, apresenta-se agora o conjunto de fichas relativas à análise efectuada às habitações do bairro.

Cada habitação é apresentada em quatro fichas independentes que sintetizam a globalidade do estudo, conforme tinha sido exposto na metodologia do trabalho. Através dos elementos gráficos e fotográficos o leitor pode observar algumas evoluções e opções tomadas nas habitações do bairro por parte dos seus moradores.

As fichas que se seguem podem ser lidas sob dois pontos de vista diferentes, retirando-se daí diferentes informações e conclusões. Por um lado, se se observar as fichas numa análise individual de cada habitação, percebe-se como os moradores se apropriam do espaço que lhes é destinado ao longo do tempo e como o seu processo individual transforma a habitação em algo pessoal e particular. Por outro lado, se a abordagem for direccionada para a comparação de habitações idênticas (originais com originais ou requalificadas com requalificadas) ou comparando famílias de habitações distintas (originais com requalificadas) é possível perceber as mudanças que ocorrem entre famílias diferentes e não só a evolução particular de cada uma.

Este material é complementar ao que foi até então referido e ajuda a formular um quadro mais completo do estudo dos modos de vida e da apropriação do espaço das habitações do Bairro Rainha D. Leonor.

Notas: Todos os dados incluídos nas fichas são referentes ao ano de 2011, como por exemplo a idade dos moradores. Os dados de algumas habitações não estão completos, em especial das habitações R.T2i.7.47, R.T2s.7.12 e R.T2s.13.106, dado que os moradores não aceitaram fornecer todas as informações.



Planta T2 piso inferior



①

10m

HABITAÇÃO ORIGINAL T2i
ÁREAS (m²)

TOTAL (área bruta)	44,15
Sala (2)	8,87
Cozinha (3)	2,33
Quarto (4)	6,24
Quarto principal (5)	7,67
Quarto de banho (6)	2,10

1m



1 - Entrada; 2 - Sala; 3 - Cozinha; 4 - Quarto; 5 - Quarto principal; 6 - Quarto de banho; 7 - Espaço exterior - terraço; 8 - Espaço exterior - jardim;

Envolvente BRDL, 2ª fase BRDL, 1ª fase Habitação em análise

HABITAÇÃO ORIGINAL

ALTERAÇÕES E USOS DA HABITAÇÃO

O.T2i.4.82



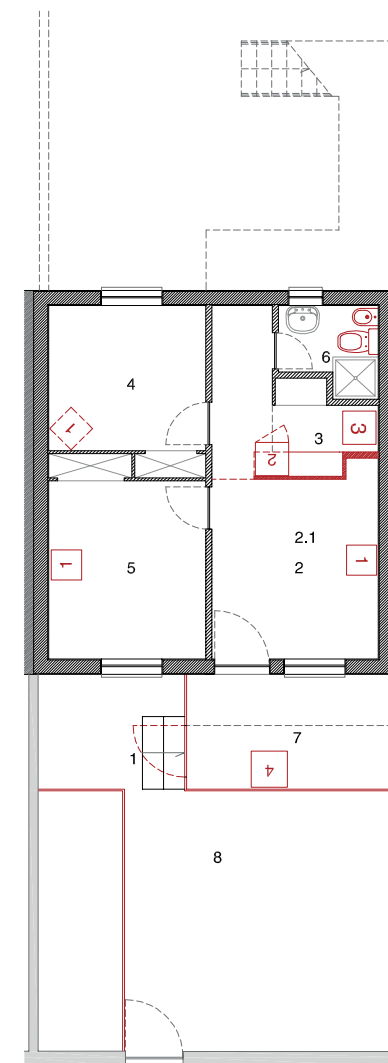
10m

DIVISÕES ORIGINAIS

NOVAS DIVISÕES

Sala (2)	Sala (2) Espaço de refeições (2.1)
Cozinha (3)	Cozinha (3)
Quarto (4)	Quarto principal (4)
Quarto principal (5)	Salinha, zona de estar (5)
Quarto de banho (6)	Quarto de banho (6)
Espaço exterior - terraço (7)	Anexo - marquise, lavandaria (7)
Espaço exterior - jardim (8)	Anexos - arrumos (8)

- 1 TV
- 1 TV suspensa
- 2 Frigorífico
- 3 Fogão
- 4 Máquina Roupas
- Alterações



Planta T2 piso inferior

□ Envolvente □ BRDL, 2ª fase □ BRDL, 1ª fase □ Habitação em análise

1 - Entrada; 2 - Sala, espaço de refeições; 3 - Cozinha; 4 - Quarto principal; 5 - Salinha, zona de estar; 6 - Quarto de banho; 7 - Anexo - marquise, lavandaria; 8 - Anexos - arrumos;



1m



1. Marquise e lavandaria.



2. Marquise e lavandaria.



3. Sala, estante divisória.



4. Sala, zona de estar e refeições.



5. Espaço de distribuição.



6. Cozinha.



7. Quarto principal, entrada.



8. Quarto principal.



9. Salinha de estar.



10. Salinha de estar.



11. Tanque no jardim.

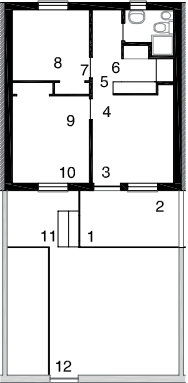


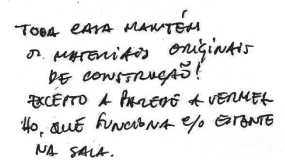
12. Jardim exterior com marquise e anexo.

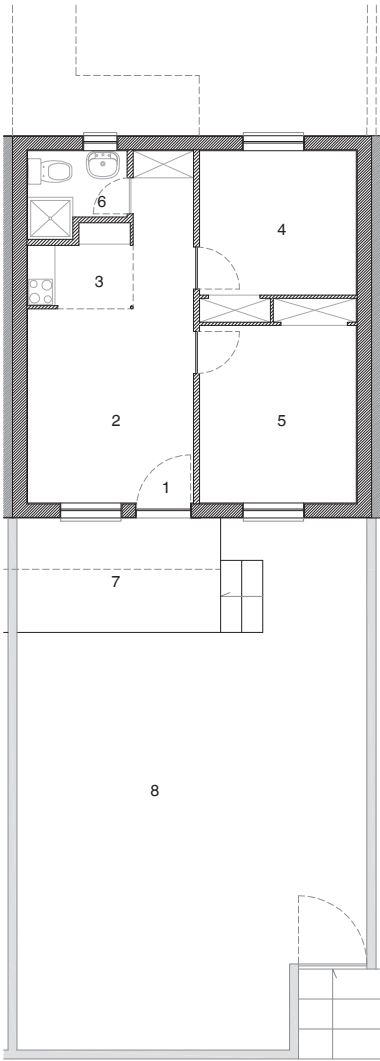
Fotografias

1m

FAMÍLIA			
IDADE		OCUPAÇÃO	
Inclina titular	70	Reformada	
PERCURSO HABITACIONAL			
ILHAS		BAIRRO ORIGINAL	BAIRRO REQUALIF.
Inclina titular	Não	Sim T2i	Não







Planta T2, piso inferior



①

10m

HABITAÇÃO ORIGINAL T2i
ÁREAS (m²)

TOTAL (bruta)	44,15
Sala (2)	8,87
Cozinha (3)	2,33
Quarto (4)	6,24
Quarto principal (5)	7,67
Quarto de banho (6)	2,10

1m



1 - Entrada; 2 - Sala; 3 - Cozinha; 4 - Quarto; 5 - Quarto principal; 6 - Quarto de banho; 7 - Espaço exterior - terraço; 8 - Espaço exterior - jardim;

Envolvente BRDL, 2ª fase BRDL, 1ª fase Habitação em análise

HABITAÇÃO ORIGINAL ALTERAÇÕES E USOS DA HABITAÇÃO

O.T2i.1.165



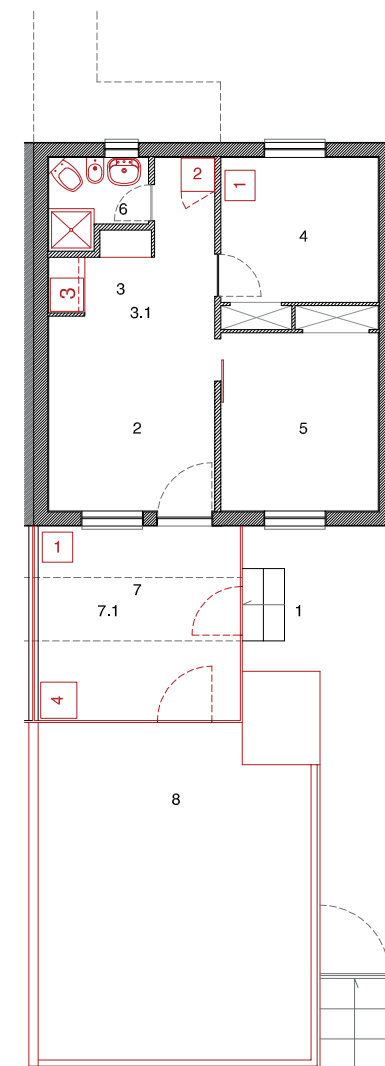
10m

DIVISÕES ORIGINAIS

NOVAS DIVISÕES

Sala (2)	Sala (2)
Cozinha (3)	Cozinha (3) Espaço de refeições (3.1)
Quarto (4)	Salinha, zona de estar (4)
Quarto principal (5)	Quarto principal (5)
Quarto de banho (6)	Quarto de banho (6)
Espaço exterior - terraço (7)	Anexo - marquise e lavandaria (7) Espaço de estar, refeições (7.1)
Espaço exterior - jardim (8)	Garagem, arrumos (8)

- 1 TV
- 2 Frigorífico
- 3 Fogão
- 4 Máquina Roupas
- Alterações



Planta T2, piso Inferior

□ Envolvente □ BRDL, 2ª fase □ BRDL, 1ª fase □ Habitação em análise

1 - Entrada; 2 - Sala; 3 - Cozinha; 3.1 - Espaço de refeições; 4 - Salinha, espaço de estar; 5 - Quarto principal; 6 - Quarto de banho; 7 - Anexo - marquise e lavandaria; 7.1 - Espaço de estar e refeições; 8 - Anexos - garagem, arrumos;



1m



1. Lavandaria e marquise.



2. Marquise e espaço de estar.



3. Sala e cozinha ao fundo.



4. Sala.



5. Entrada quarto principal.



6. Quarto principal.



7. Cozinha e mesa de refeições.



8. Salinha de estar.

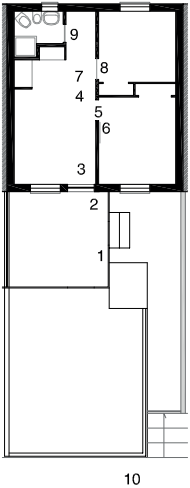


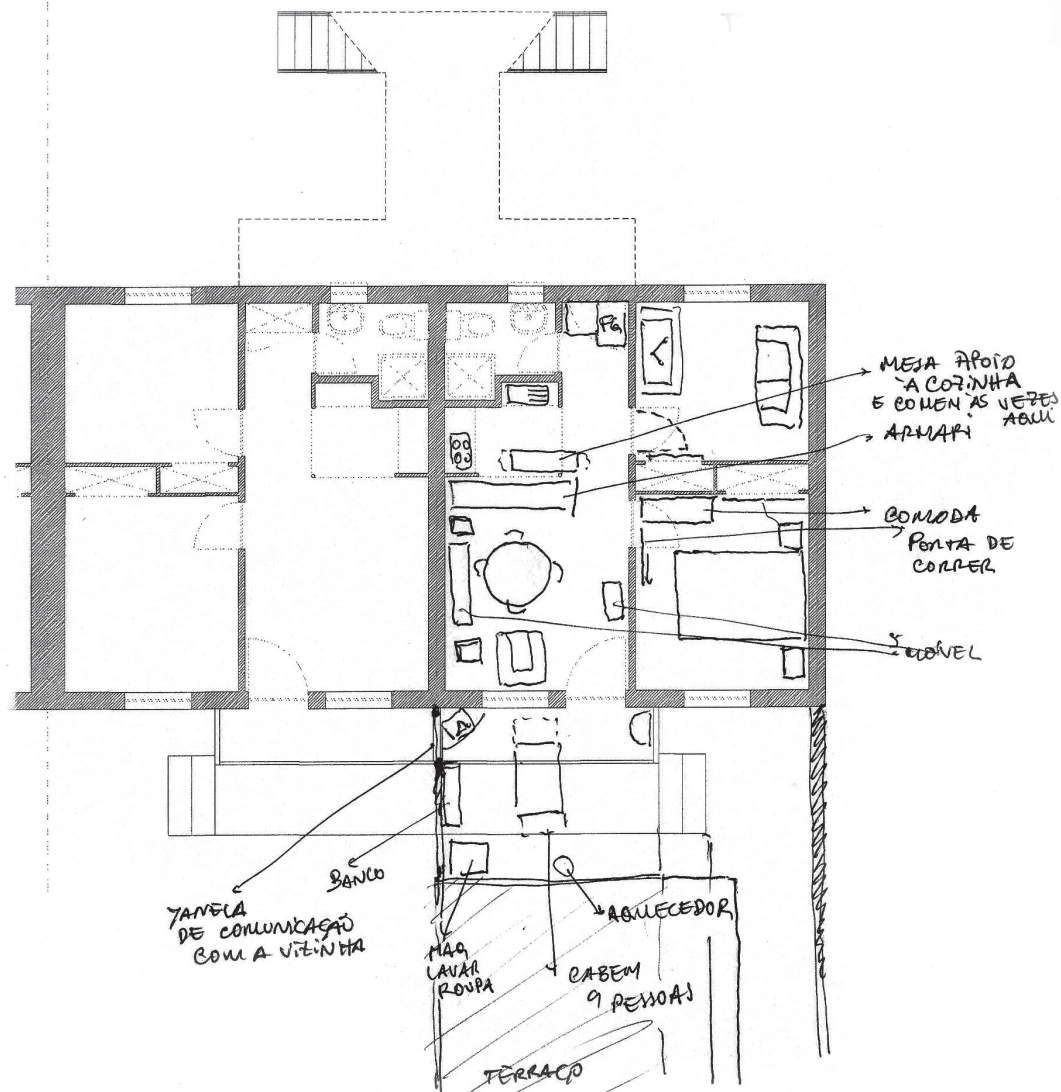
9. Quarto de banho.

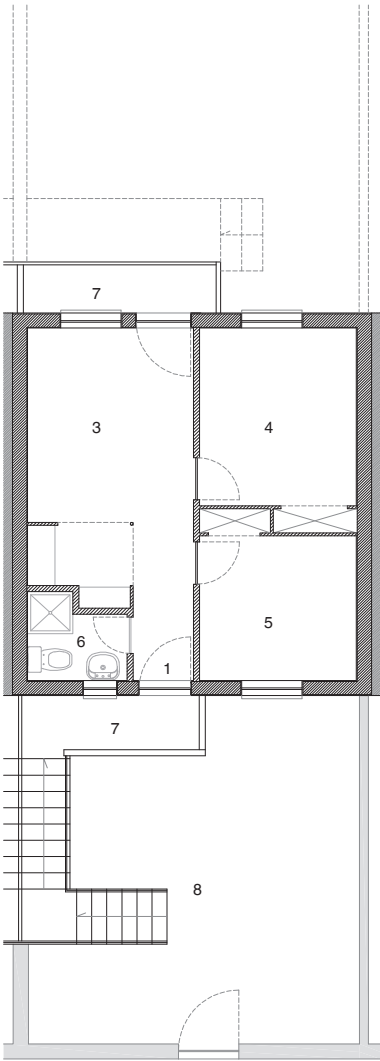


10. Exterior da habitação com garagem.

FAMÍLIA			
IDADE		OCUPAÇÃO	
Inclina titular	78	Reformada	
Marido	89	Reformado	
PERCURSO HABITACIONAL			
ILHAS		BAIRRO ORIGINAL	BAIRRO REQUALIF.
Inclina titular	Sim	Sim T2i	Não
Marido	Sim	Sim T2i	Não







Planta T2, piso superior



1 - Entrada; 2 - Cozinha; 3 - Sala; 4 - Quarto principal; 5 - Quarto; 6 - Quarto de banho; 7 - Varanda; 8 - Espaço exterior - jardim;



HABITAÇÃO ORIGINAL T2s
ÁREAS (m²)

TOTAL (bruta)	46,90
Cozinha (2)	2,33
Sala (3)	8,87
Quarto principal (4)	7,67
Quarto (5)	6,24
Quarto de banho (6)	2,10

Envolvente BRDL, 2ª fase BRDL, 1ª fase Habitação em análise

HABITAÇÃO ORIGINAL ALTERAÇÕES E USOS DA HABITAÇÃO

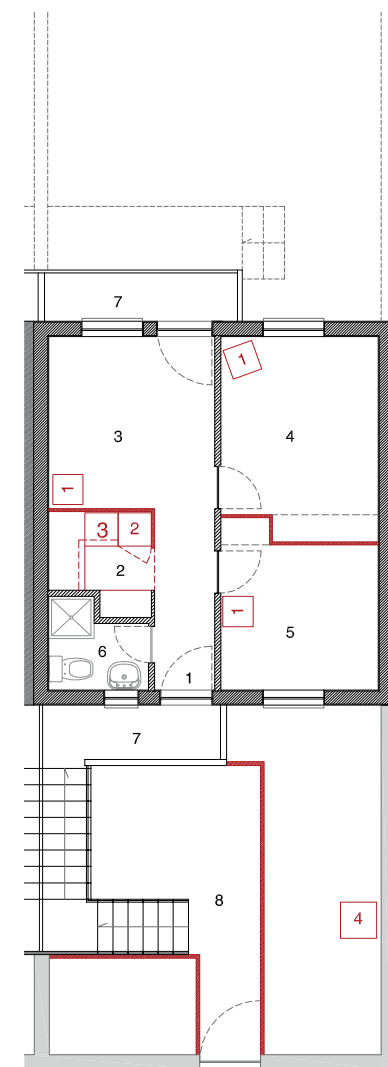
O.T2s.4.24



10m

DIVISÕES ORIGINAIS	NOVAS DIVISÕES
Cozinha (2)	Cozinha (2)
Sala (3)	Sala, espaço de refeições (3)
Quarto principal (4)	Quarto principal (4)
Quarto (5)	Quarto (5)
Quarto de banho (6)	Quarto de banho (6)
Varanda (7)	Varanda (7)
Espaço exterior - jardim (8)	Anexos - arrumos e barbearia (8)

- 1 TV
- 2 Frigorífico
- 3 Fogão
- 4 Máquina Roupas
- Alterações



Planta T2, piso superior

Envolvente
 BRDL, 2ª fase
 BRDL, 1ª fase
 Habitação em análise

1 - Entrada; 2 - Cozinha; 3 - Sala, espaço de refeições; 4 - Quarto principal; 5 - Quarto; 6 - Quarto de banho; 7 - Varanda; 8 - Anexos - arrumos, barbearia;



1m



1. Corredor e entrada.



2. Cozinha.



3. Entrada do quarto e cozinha.



4. Quarto.



5. Sala, zonas de estar e refeições.



6. Sala, zonas de estar e refeições.



7. Quarto principal.



8. Quarto principal.



9. Quarto principal. Alçapão.



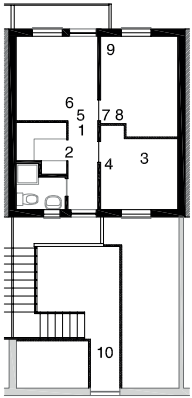
10. Anexo no espaço exterior.



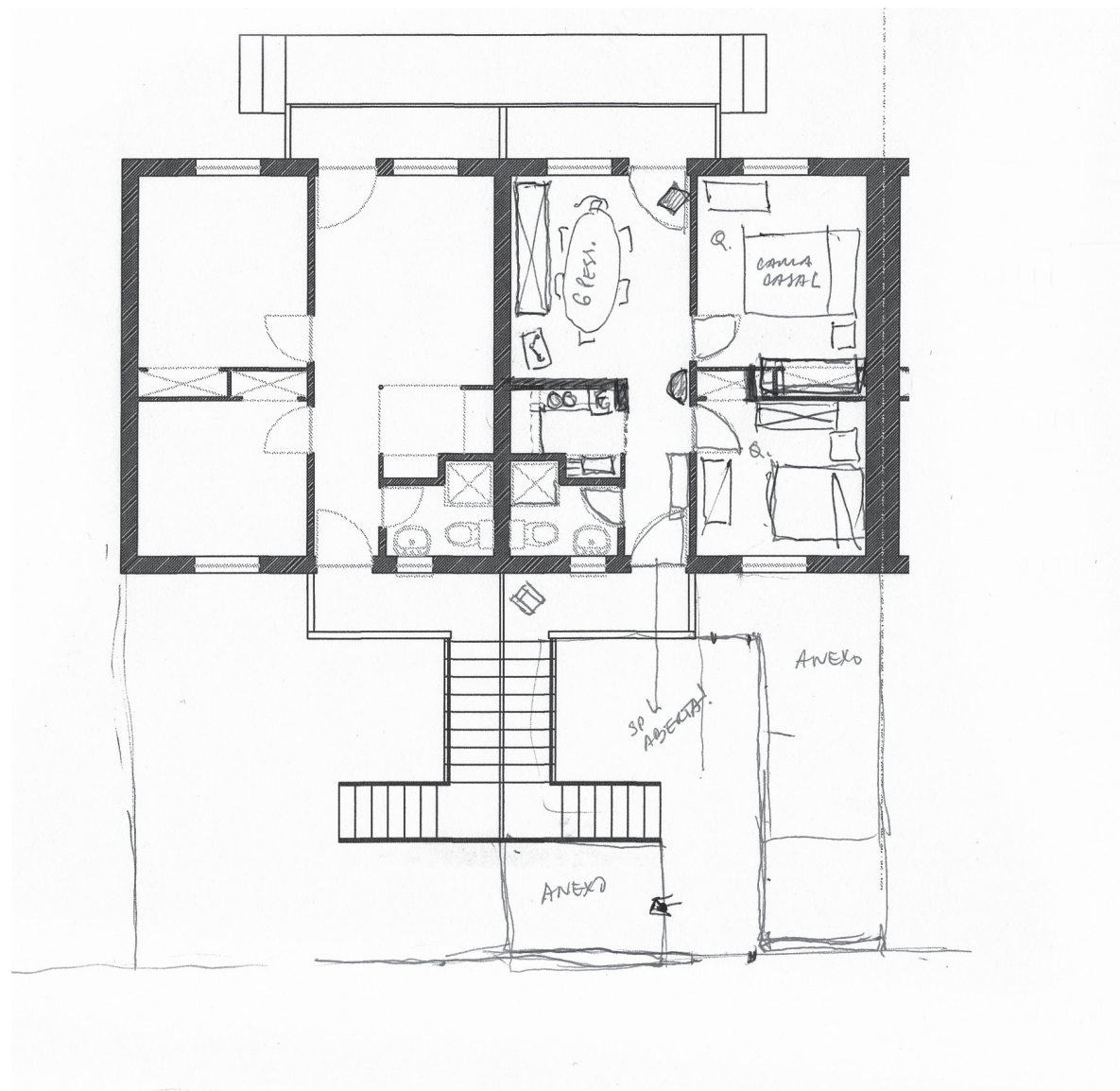
11. Exterior da habitação.

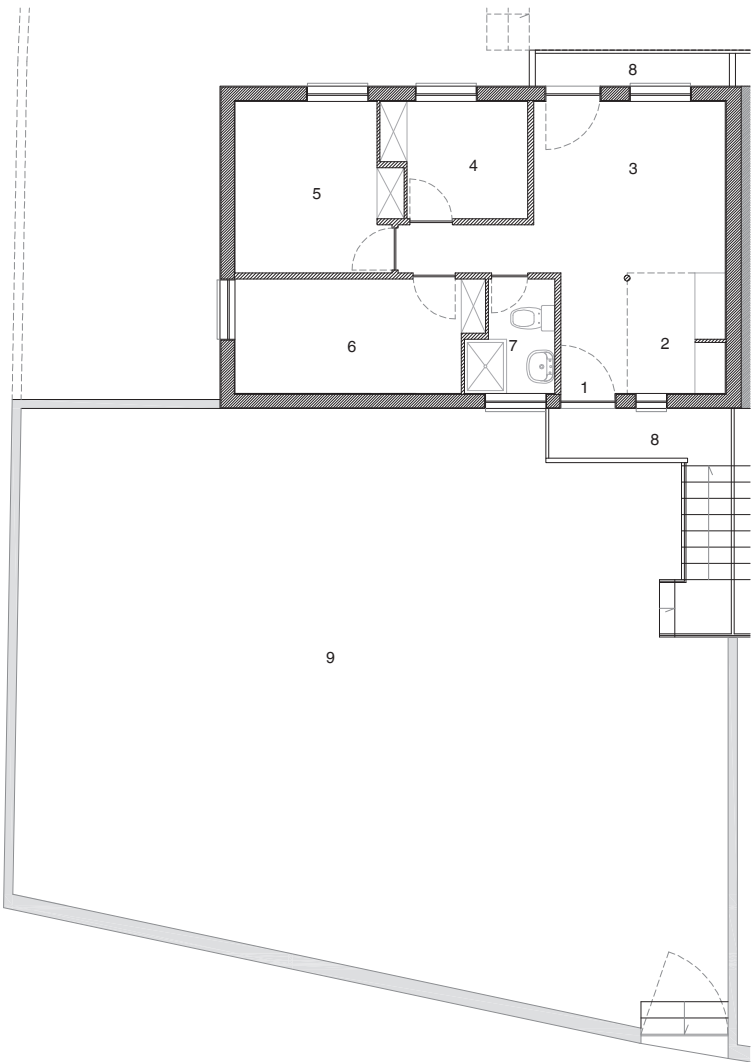
Fotografias

FAMÍLIA			
IDADE		OCUPAÇÃO	
Inclina titular	56	Reformada	
Marido	59	Reformado	
PERCURSO HABITACIONAL			
ILHAS		BAIRRO ORIGINAL	BAIRRO REQUALIF.
Inclina titular	Não	Sim T2s	Não
Marido	?	Sim T2s	Não



1m





Planta T3, piso superior



①

10m

HABITAÇÃO ORIGINAL T3s
ÁREAS (m²)

TOTAL (bruta)	53,56
Cozinha (2)	5,45
Sala (3)	9,05
Quarto (4)	3,90
Quarto principal (5)	6,90
Quarto (6)	7,13
Quarto de banho (7)	2,45

1m



1 - Entrada; 2 - Cozinha; 3 - Sala; 4 - Quarto; 5 - Quarto principal; 6 - Quarto; 7 - Quarto de banho; 8 - Varanda; 9 - Espaço exterior - jardim;

Envolvente

BRDL,
2ª fase

BRDL,
1ª fase

Habitação
em análise

HABITAÇÃO ORIGINAL

ALTERAÇÕES E USOS DA HABITAÇÃO

O.T3s.11.51



10m

DIVISÕES ORIGINAIS

NOVAS DIVISÕES

Cozinha (2)	Cozinha (2)
Sala (3)	Sala (3) Espaço de refeições (3.1)
Quarto (4)	Escritório (4)
Quarto principal (5)	Quarto principal (5)
Quarto (6)	Quarto (6) Espaço de estudo (6.1)
Quarto de banho (7)	Quarto de banho (7)
Varanda (8)	Varanda (8) Espaço de refeições (8.1)
Espaço exterior - jardim (9)	Anexos - arrumos (9) Espaço de estar (9.1)
Espaço exterior - jardim (9)	Anexo - garagem, arrumos (10)

1 TV
suspensa

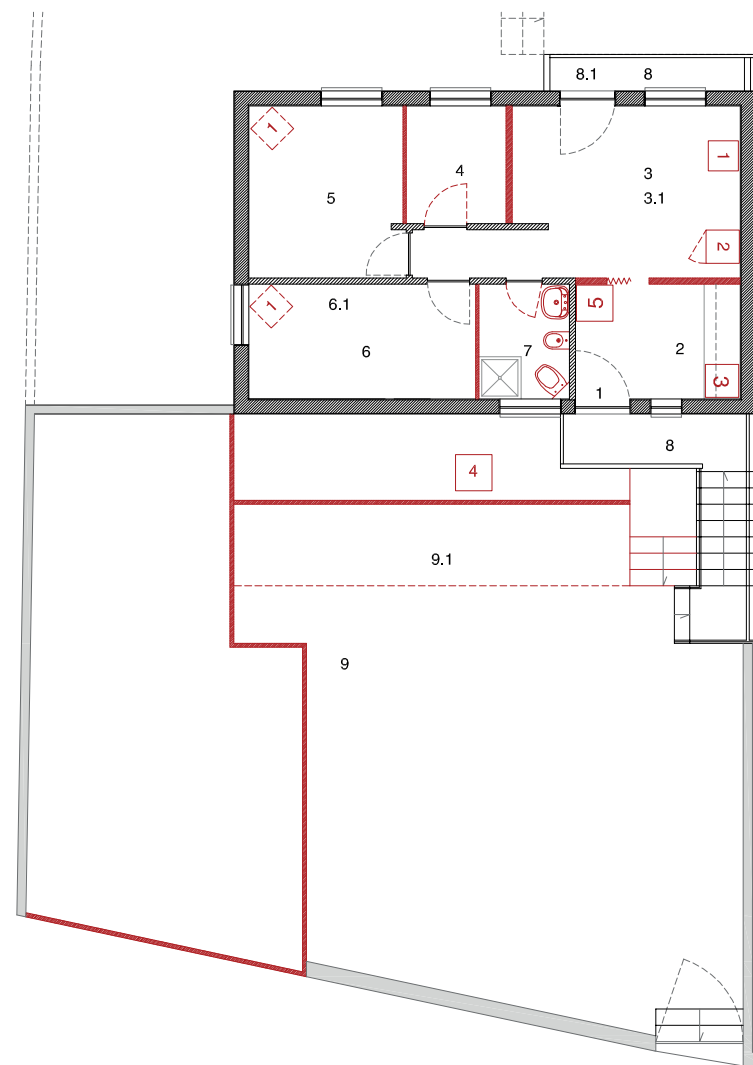
2 Frigorífico

3 Fogão

4 Máquina
Roupa

5 Máquina
Louça

Alterações



Planta T3, piso superior

Envolvente

BRDL,
2ª fase

BRDL,
1ª fase

Habitação
em análise

1 - Entrada; 2 - Cozinha; 3 - Sala; 3.1 - Espaço de refeições; 4 - Escritório; 5 - Quarto principal; 6 - Quarto; 7 - Quarto de banho; 8 - Varanda;
8.1 - Espaço de refeições exterior; 9; - Anexos - arrumos; 9.1 - espaço de estar; 10 - Anexo - garagem, arrumos;



1m



1. Entrada e cozinha.



2. Cozinha, zona de confecção.



3. Sala, zona de estar.



4. Sala, zona de refeições.



5. Varanda com mesa de refeições.



6. Corredor de distribuição.



7. Escritório.



8. Quarto.



9. Quarto principal.



10. Quarto principal.

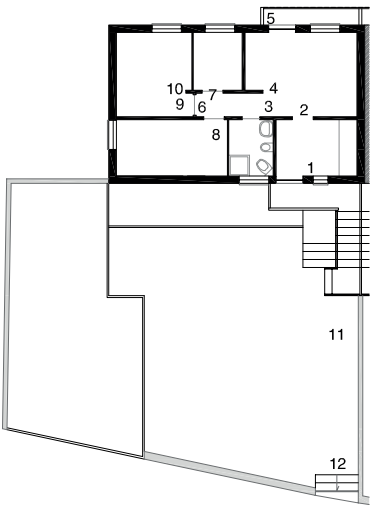


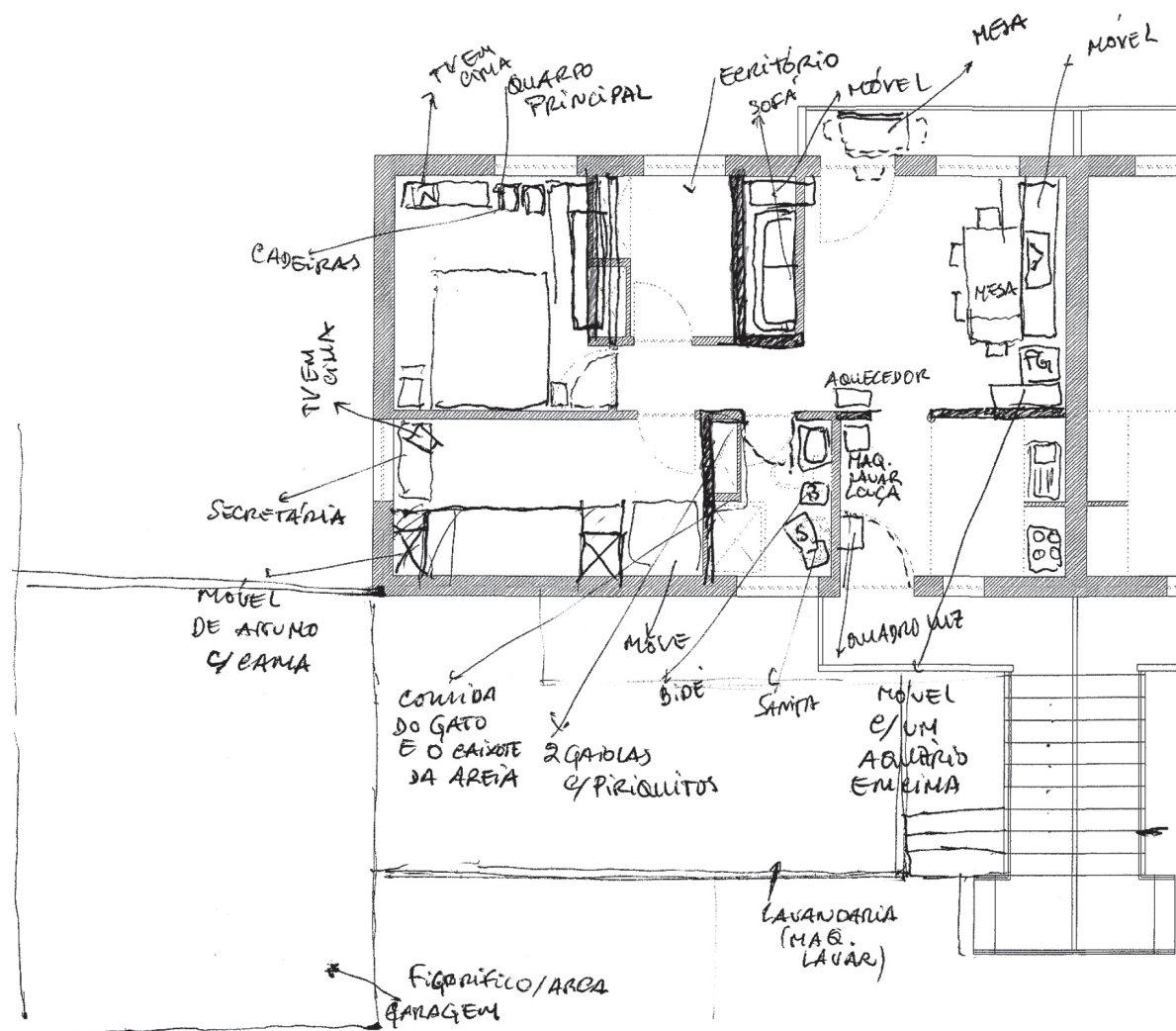
11. Espaço exterior com anexos.

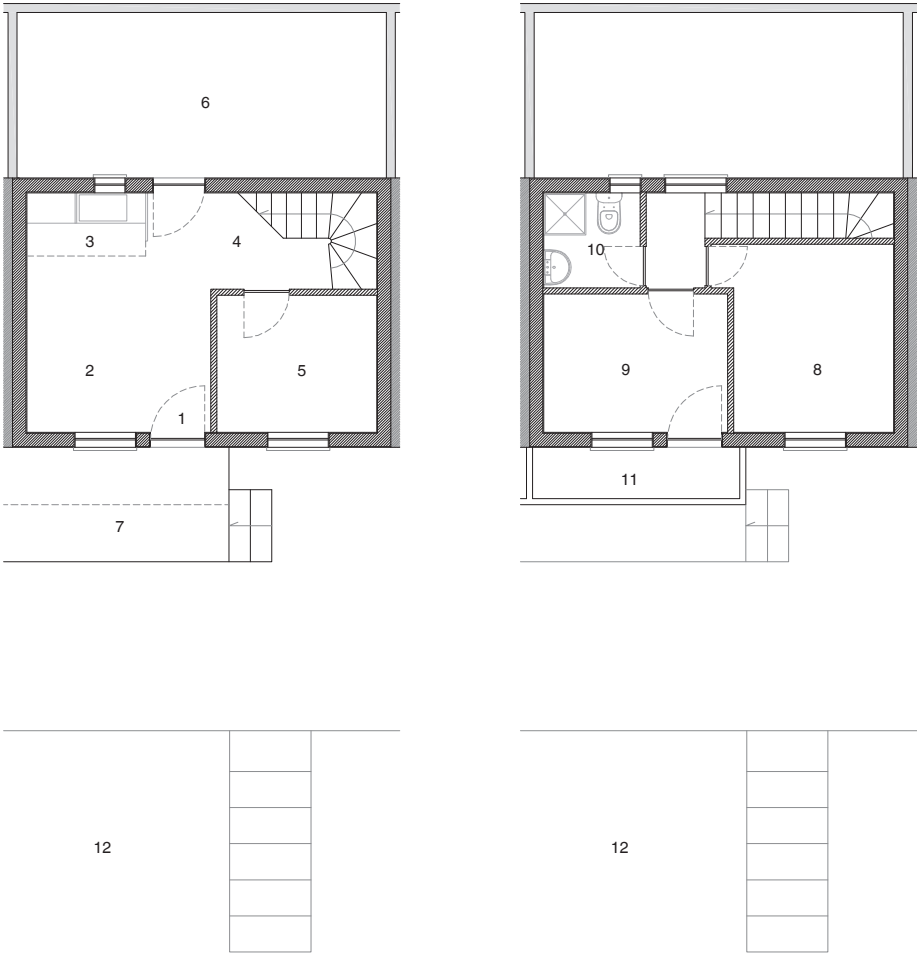


12. Espaço exterior com zona de cultivo e anexos.

FAMÍLIA			
IDADE		OCUPAÇÃO	
Inclino titular	61	Reformado	
Esposa	55	Reformada	
Filha	27	Desempregada	
PERCURSO HABITACIONAL			
ILHAS		BAIRRO ORIGINAL	BAIRRO REQUALIF.
Inclino titular	Não	Sim T3s	Não
Esposa	Não	Sim T3s	Não
Filha	————	Sim T3s	Não







Planta T3 duplex



①

10m

HABITAÇÃO ORIGINAL T3d
ÁREAS (m²)

TOTAL (bruta)	66,00
Sala (2)	9,68
Cozinha (3)	1,68
Quarto (4)	6,03
Quarto principal (7)	8,55
Quarto (8)	7,01
Quarto de banho (9)	2,52

1m

①

1 - Entrada; 2 - Sala; 3 - Cozinha; 4 - Zona de circulação; 5 - Quarto; 6 - Pátio; 7 - Espaço exterior - terraço; 8 - Quarto principal; 9 - Quarto; 10 - Quarto de banho; 11 - Varanda; 12 - Espaço público;

Envolvente

BRDL,
2ª fase

BRDL,
1ª fase

Habitação
em análise

HABITAÇÃO ORIGINAL ALTERAÇÕES E USOS DA HABITAÇÃO

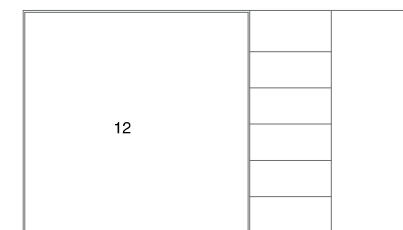
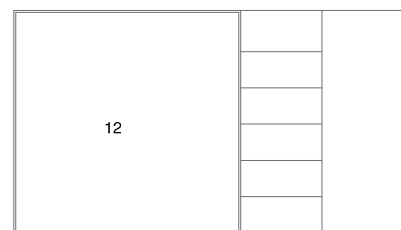
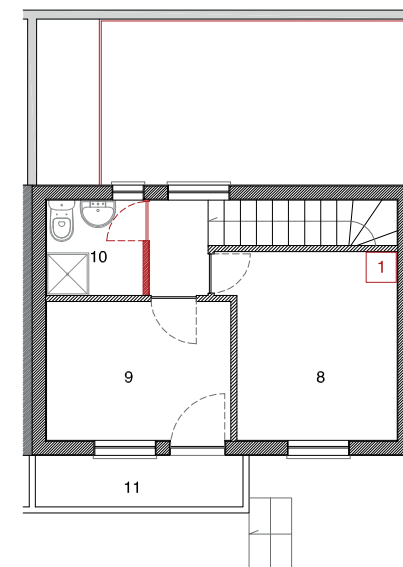
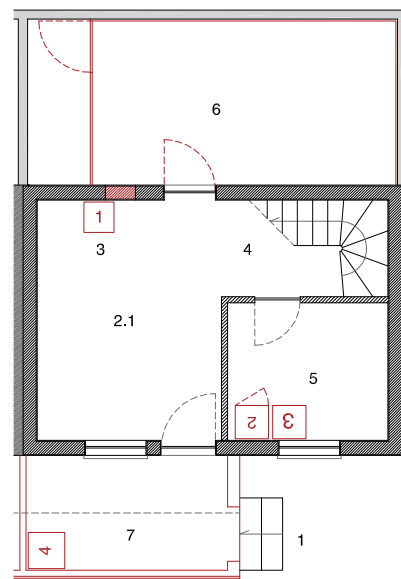
O.T3d.14.18



10m

DIVISÕES ORIGINAIS	NOVAS DIVISÕES
Sala (2)	Sala (2) Espção de refeições (2.1)
Cozinha (3)	Sala (3)
Zona de circulação (4)	Apoio à cozinha (4)
Quarto (5)	Cozinha (5)
Pátio (6)	Anexo - cozinha (6)
Espaço exterior - terraço (7)	Anexo - marquise, lavandaria (7)
Quarto principal (8)	Quarto principal (8)
Quarto (9)	Quarto de arrumos (9)
Quarto de banho (10)	Quarto de banho (10)
Varanda (11)	Varanda (11)
Espaço público (12)	Anexo - arrumos (12)

- 1 TV
- 2 Frlgorífico
- 3 Fogão
- 4 Máquina Roupas
- Alterações



Planta T3 duplex

□ Envolvente □ BRDL, 2ª fase □ BRDL, 1ª fase □ Habitação em análise

1 - Entrada; 2 - Sala; 2.1 - Espaço de refeições; 3 - Sala; 4 - Apoio à cozinha (banca); 5 - Cozinha; 6 - Anexo - cozinha (demolida); 7 - Anexo - marquise, lavandaria; 8 - Quarto principal; 9 - Quarto de arrumos; 10 - Quarto de banho; 11 - Varanda; 12 - Anexo - arrumos;



1m



1. Marquise e entrada.



2. Sala e acesso às traseiras.



3. Sala, zona de estar e refeições.



4. Vão das escadas com uma banca.



5. Quarto transformado em cozinha.



6. Escadas.



7. Quarto de banho.



8. Quarto alterado para lides domésticas.



9. Quarto principal.



10. Quarto principal.



11. Espaço exterior nas traseiras.



12. Exterior da habitação.

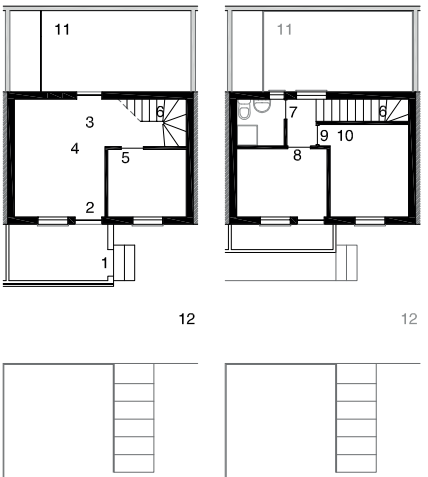
FAMÍLIA

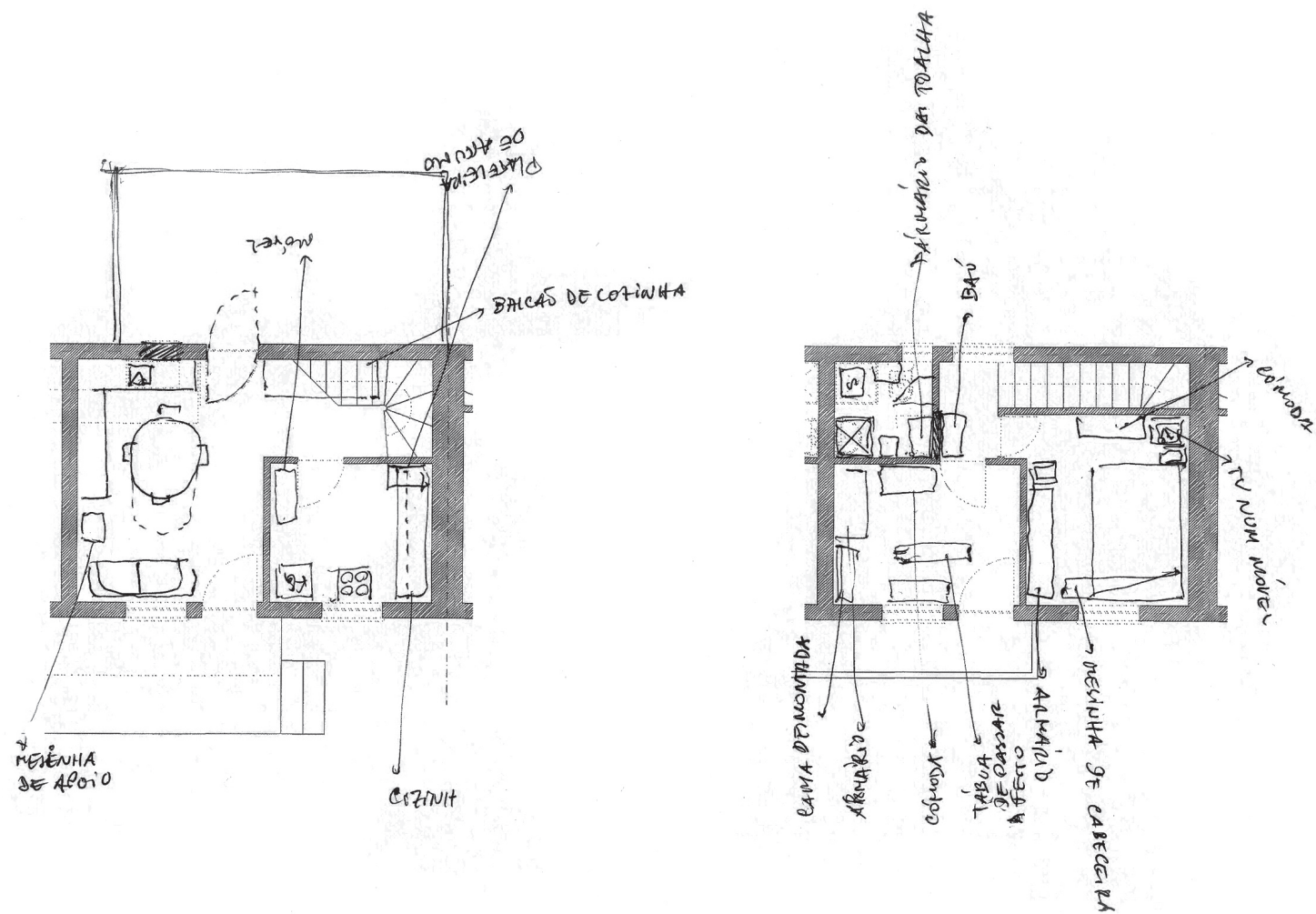
IDADE OCUPAÇÃO

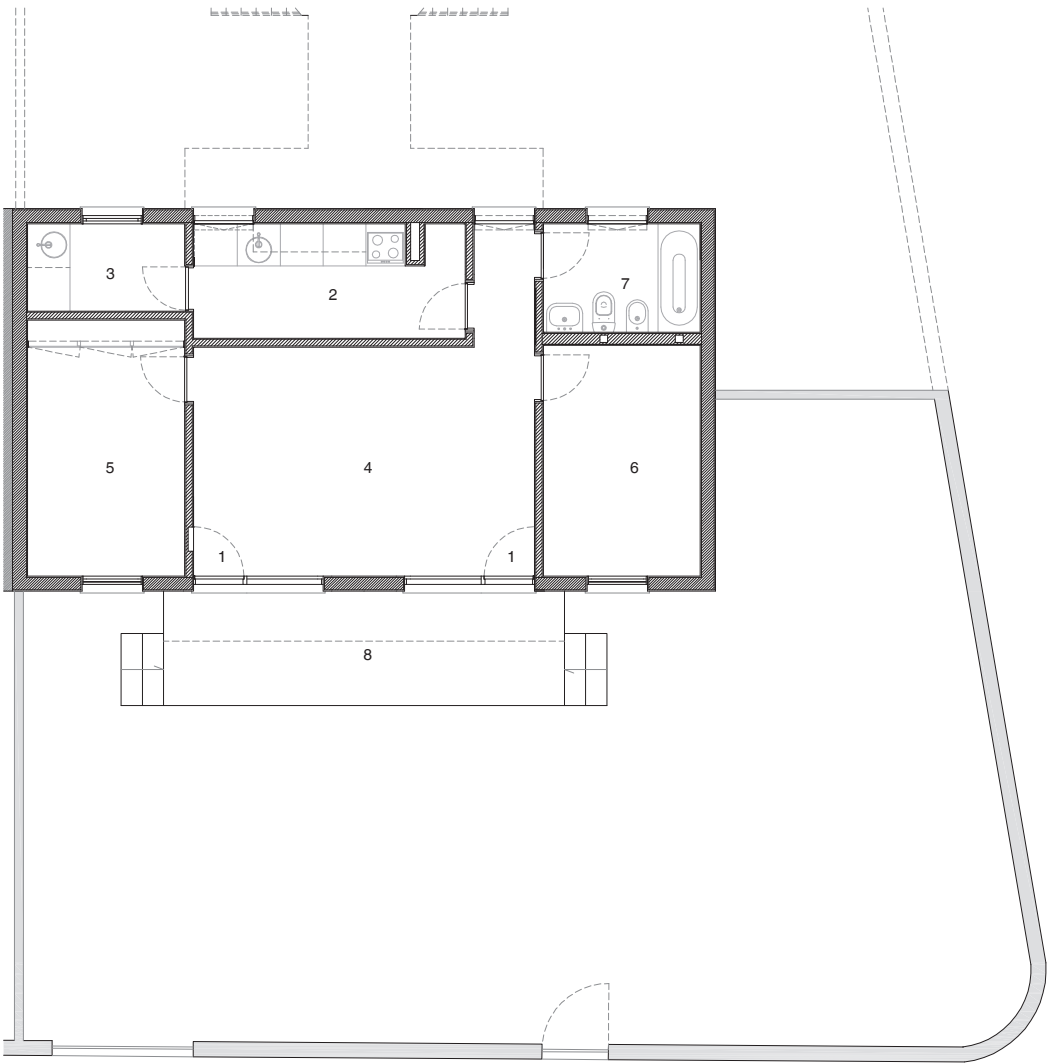
Inclina titular	77	Reformada
Marido	84	Reformado

PERCURSO HABITACIONAL

	ILHAS	BAIRRO ORIGINAL	BAIRRO REQUALIF.
Inclina titular	Não	Sim T3d	Não
Marido	Não	Sim T3d	Não







Planta T2, piso inferior



①

10m

HABITAÇÃO ORIGINAL T3d
ÁREA (m²)

TOTAL (bruta) 66,00

HABITAÇÃO REQUALIFICADA T2i
ÁREAS (m²)

TOTAL (bruta) 88,30

Cozinha (2) 8,31

Lavandaria (3) 3,77

Sala (4) 21,47

Quarto principal (5) 11,05

Quarto (6) 9,94

Quarto de banho (7) 4,67

1m



1 - Entrada; 2 - Cozinha; 3 - Lavandaria; 4 - Sala; 5 - Quarto principal; 6 - Quarto; 7 - Quarto de banho; 8 - Espaço exterior - terraço;

Envolvente BRDL, 2ª fase BRDL, 1ª fase Habitação em análise

HABITAÇÃO REQUALIFICADA

USOS DA HABITAÇÃO

R.T2i.5.43



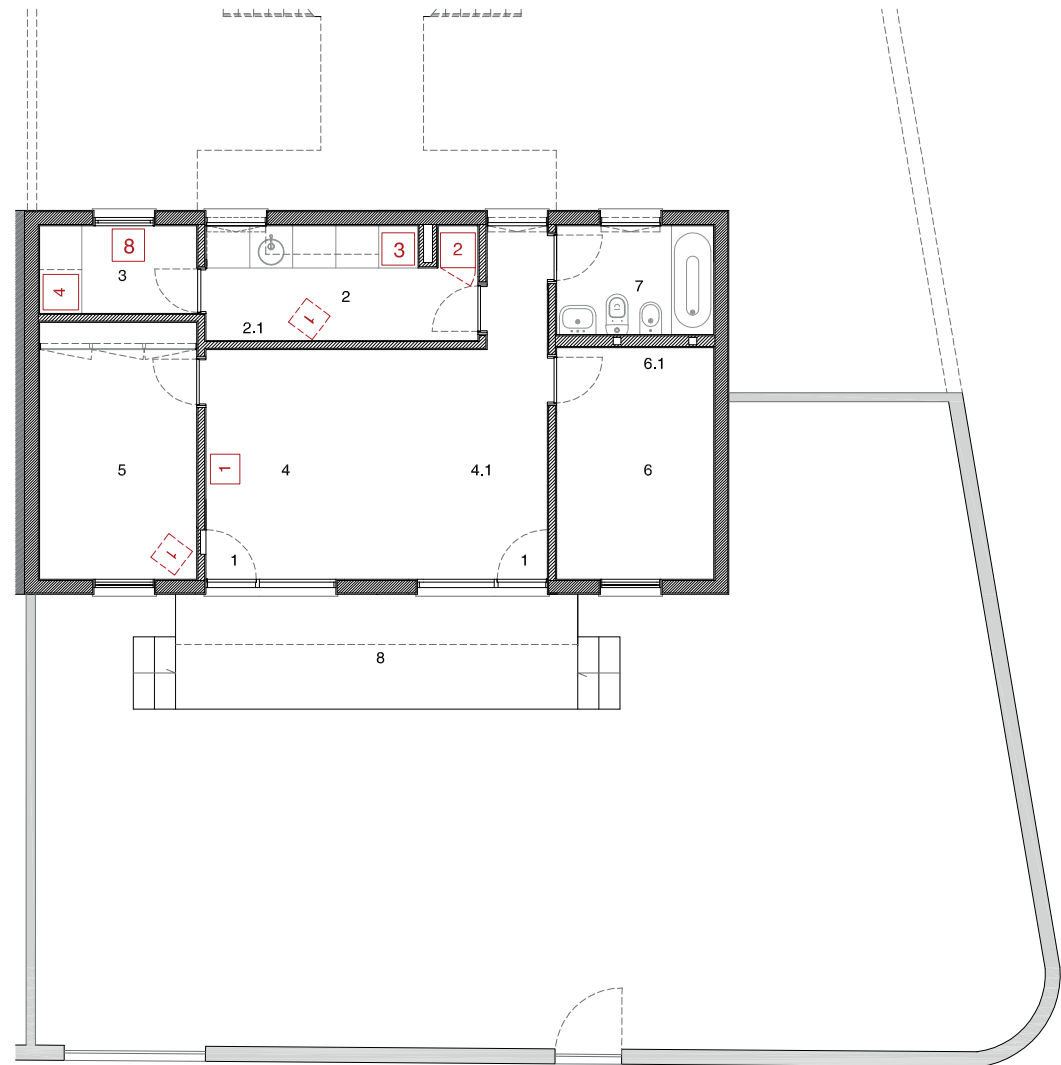
10m

DIVISÕES ORIGINAIS

NOVAS DIVISÕES

Cozinha (2)	Cozinha (2) Espaço de refeições (2.1)
Lavandaria (3)	Lavandaria (3)
Sala (4)	Sala (4) Espaço de refeições (4.1)
Quarto principal (5)	Quarto principal (5)
Quarto (6)	Quarto (6) Espaço de estudo (6.1)
Quarto de banho (7)	Quarto de banho (7)
Espaço exterior - terraço (8)	Espaço exterior - terraço (8)

- 1 TV
- 1 TV suspensa
- 2 Frigorífico
- 3 Fogão
- 4 Máquina Roupas
- 8 Máquina Costura



Planta T2, piso inferior

□ Envolvente □ BRDL, 2ª fase □ BRDL, 1ª fase □ Habitação em análise

1 - Entrada; 2 - Cozinha; 2.1 - Espaço de refeições; 3 - Lavandaria; 4 - Sala; 4.1 - Espaço de refeições; 5 - Quarto principal; 6 - Quarto; 6.1 - Espaço de estudo; 7 - Quarto de banho; 8 - Espaço exterior - terraço;



1m



1. Espaço de entrada.



2. Sala, zonas de estar e refeições.



3. Zona de estar da sala.



4. Móvel de arrumos.



5. Quarto de banho, com banheira.



6. Cozinha.



7. Lavandaria e arrumos.



8. Quarto com zona de estudo.



9. Quarto.



10. Quarto principal.



11. Quarto principal.



12. Exterior da habitação.

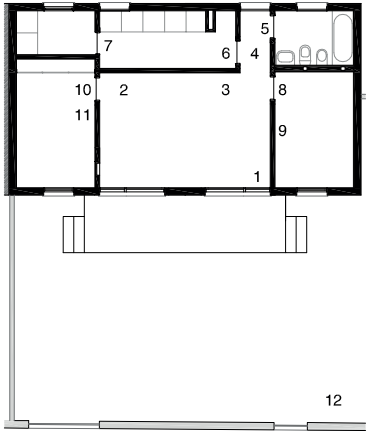
FAMÍLIA

IDADE OCUPAÇÃO

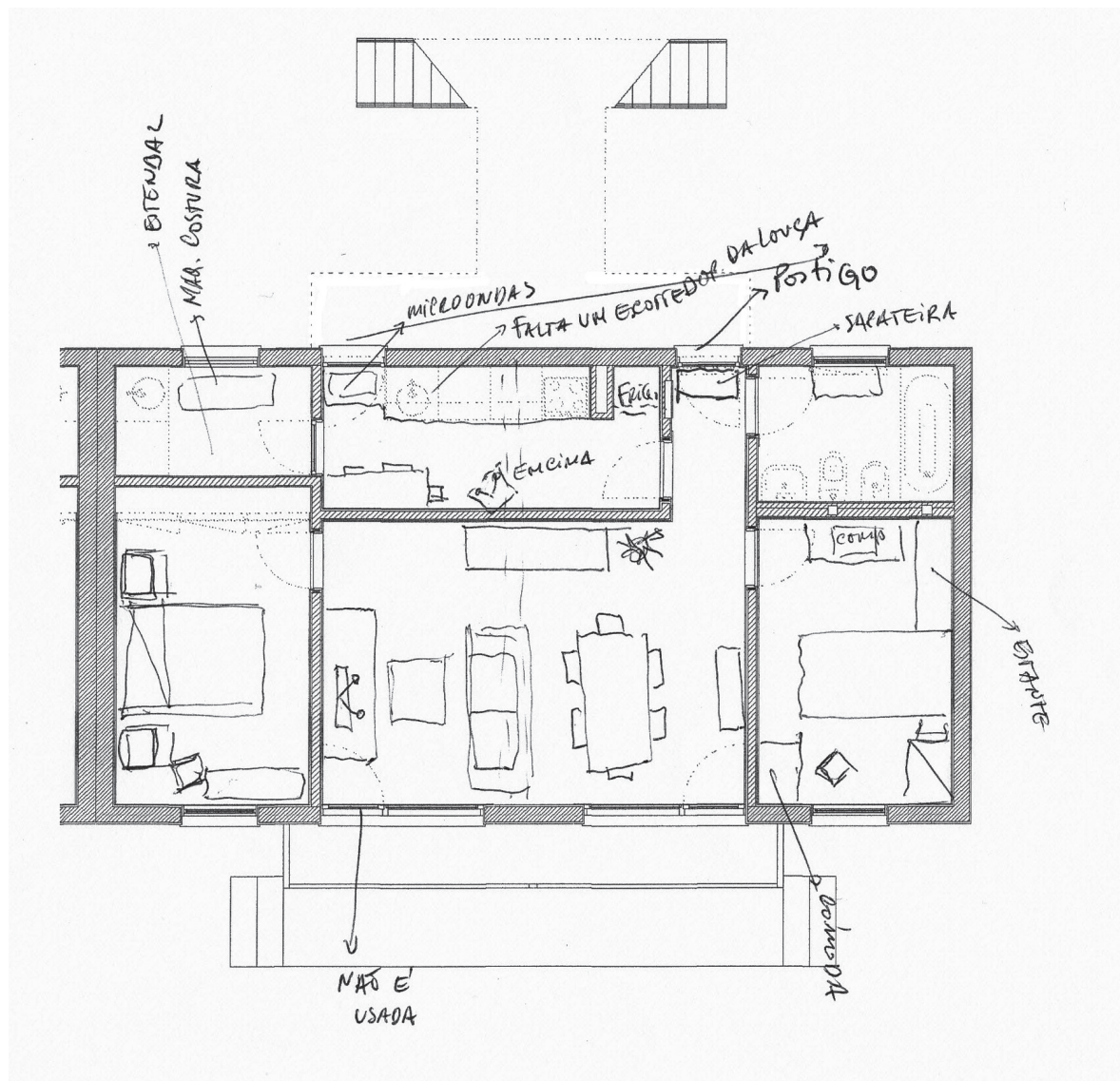
Inclino titular	56	Trabalhador
Esposa	55	Dona de casa
Filho	20	Estudante universitário

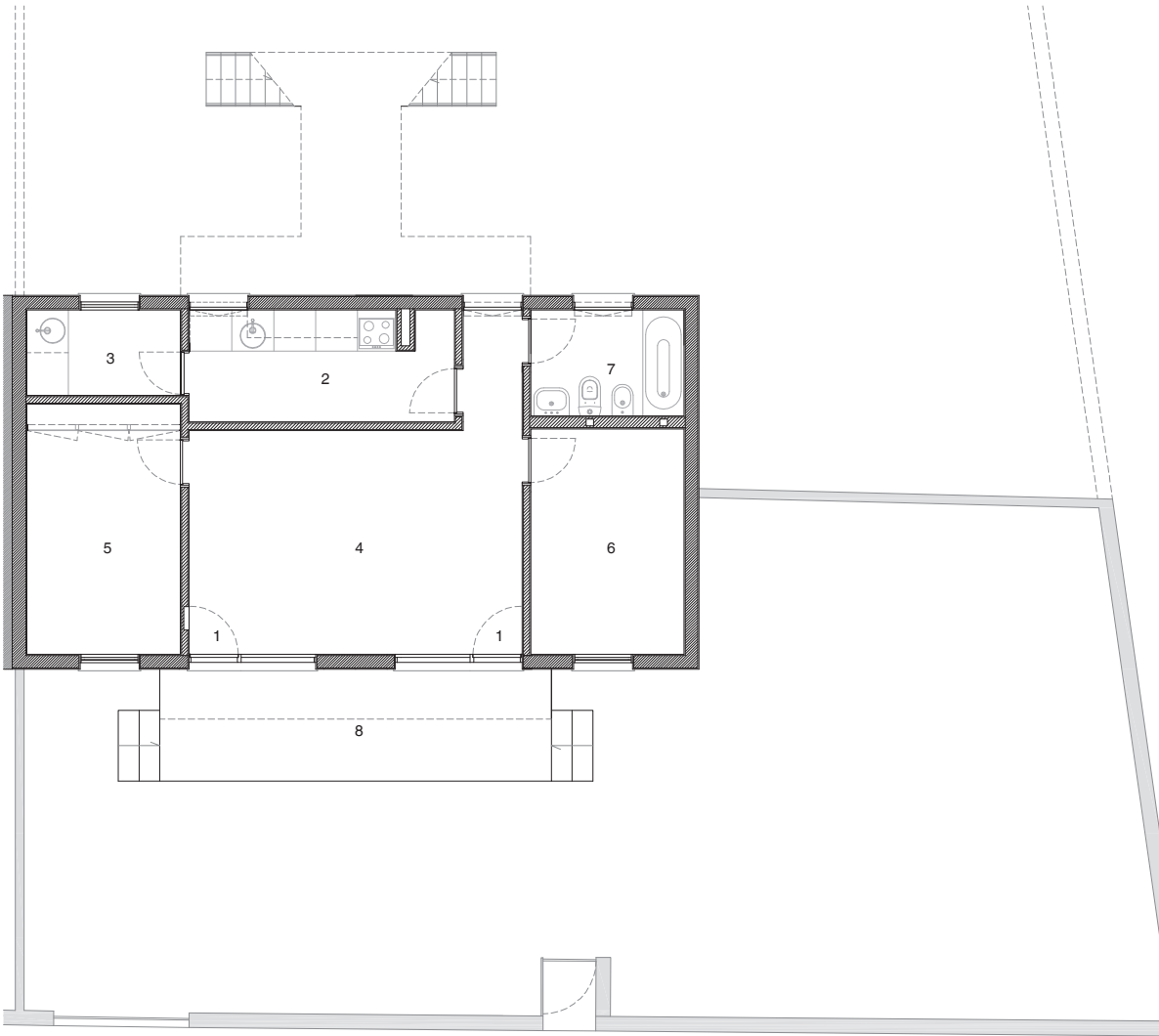
PERCURSO HABITACIONAL

	ILHAS	BAIRRO ORIGINAL	BAIRRO REQUALIF.
Incllo titular	Não	Sim T3 duplex	Sim
Esposa	?	Sim T3 duplex	Sim
Filho	—	Sim T3 duplex	Sim



1m





Planta T2, piso inferior



①

10m

HABITAÇÃO ORIGINAL T3i
ÁREA (m²)

TOTAL (bruta) 52,64

HABITAÇÃO REQUALIFICADA T2i
ÁREAS (m²)

TOTAL (bruta) 88,30

Cozinha (2) 8,31

Lavandaria (3) 3,77

Sala (4) 21,47

Quarto principal (5) 11,05

Quarto (6) 9,94

Quarto de banho (7) 4,67

1m



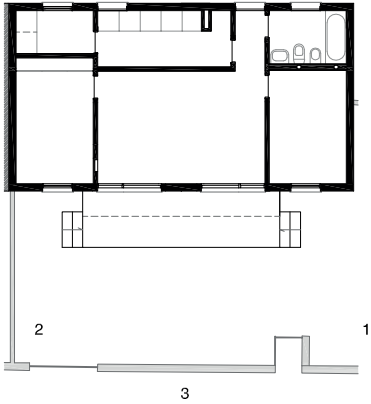
1 - Entrada; 2 - Cozinha; 3 - Lavandaria; 4 - Sala; 5 - Quarto principal; 6 - Quarto; 7 - Quarto de banho; 8 - Espaço exterior - terraço;

Envolvente BRDL, 2ª fase BRDL, 1ª fase Habitação em análise

HABITAÇÃO REQUALIFICADA

R.T2i.7.47

FAMÍLIA			
IDADE		OCUPAÇÃO	
Inclina titular	58	Dona de casa	
Marido	57	Trabalhador	
Filho	24	Sem ocupação	
Sobrinho	39	Desempregado	
PERCURSO HABITACIONAL			
ILHAS		BAIRRO ORIGINAL	BAIRRO REQUALIF.
Inclina titular	Sim	Sim T3i	Sim
Marido	Sim	Sim T3i	Sim
Filho	_____	Sim T3i	Sim
Sobrinho	_____	Sim T3i	Sim



1. Arrumos exteriores.



2. Espaço de estacionamento.



3. Exterior da habitação.

Fotografias



①

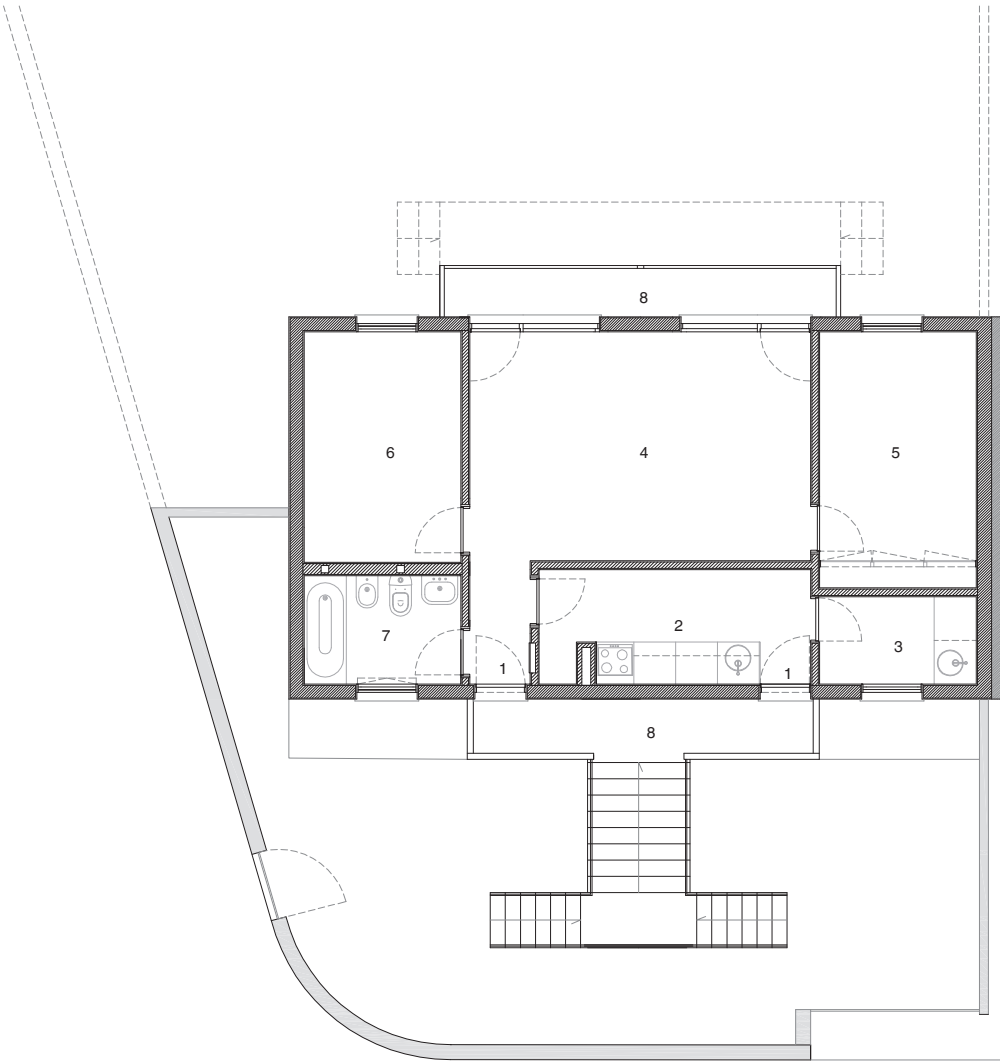
10m

HABITAÇÃO ORIGINAL T2s
ÁREA (m²)

TOTAL (bruta)	46,90
---------------	-------

HABITAÇÃO REQUALIFICADA T2s
ÁREAS

TOTAL (bruta)	93,74
Cozinha (2)	8,31
Lavandaria (3)	3,77
Sala (4)	21,47
Quarto principal (5)	11,05
Quarto (6)	9,94
Quarto de banho (7)	4,67



Planta T2, piso superior

1m



1 - Entrada; 2 - Cozinha; 3 - Lavandaria; 4 - Sala; 5 - Quarto principal; 6 - Quarto; 7 - Quarto de banho; 8 - Varanda;

Envolvente BRDL, 2ª fase BRDL, 1ª fase Habitação em análise

HABITAÇÃO REQUALIFICADA

USOS DA HABITAÇÃO

R.T2s.7.16



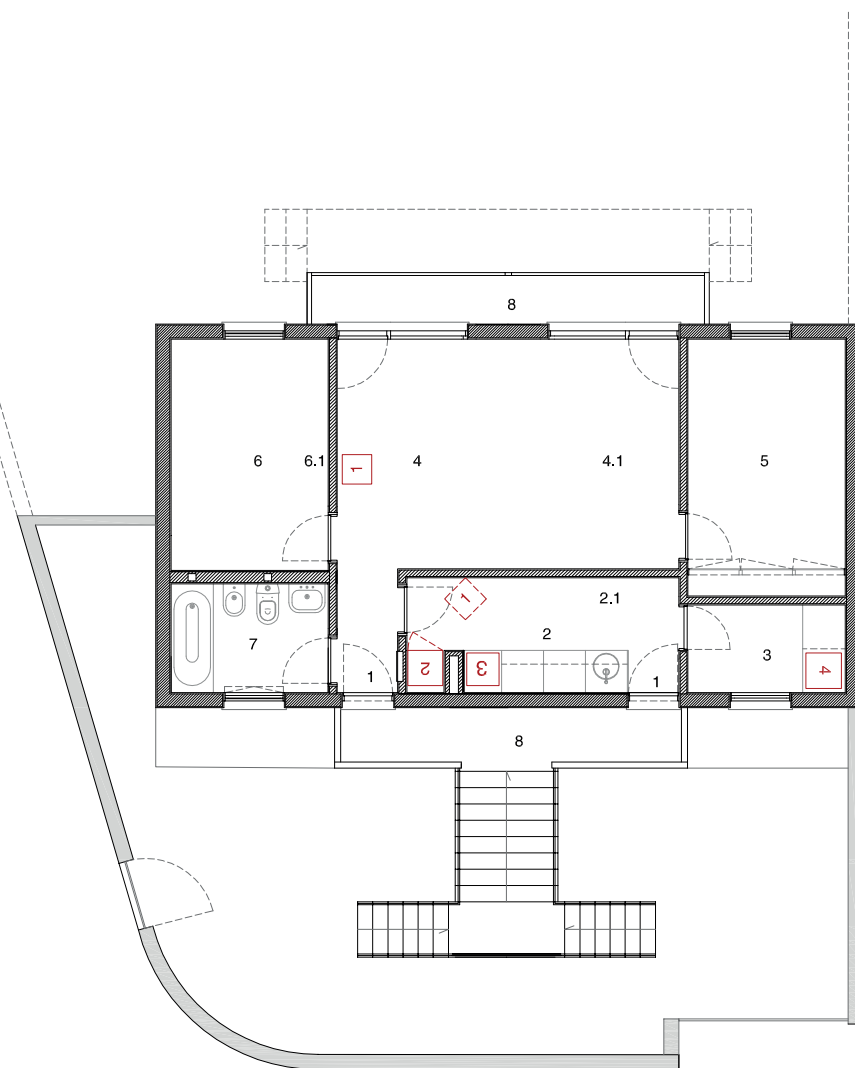
10m

DIVISÕES ORIGINAIS

NOVAS DIVISÕES

Cozinha (2)	Cozinha (2) Espaço de refeições (2.1)
Lavandária (3)	Lavandária (3)
Sala (4)	Sala e espaço de refeições (4) Escritório (4.1)
Quarto principal (5)	Quarto principal (5)
Quarto (6)	Quarto (6) Espaço de estudo (6.1)
Quarto de banho (7)	Quarto de banho (7)
Varanda (8)	Varanda (8)

- 1 TV
- 1 TV suspensa
- 2 Frigorífico
- 3 Fogão
- 4 Máquina Roupas



Planta T2, piso superior

□ Envolvente □ BRDL, 2ª fase □ BRDL, 1ª fase □ Habitação em análise

1 - Entrada; 2 - Cozinha; 2.1 - Espaço de refeições; 3 - Lavandária; 4 - Sala; 4.1 - Escritório; 5 - Quarto principal; 6 - Quarto; 6.1 - Espaço de estudo; 7 - Quarto de banho; 8 - Varanda;



1m

HABITAÇÃO REQUALIFICADA



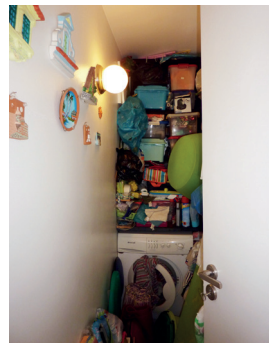
1. Entrada.



2. Cozinha com entrada ao fundo.



3. Cozinha com espaço de refeições.



4. Lavandaria e arrumos.



5. Sala.



6. Zonas de estar e refeições da sala.



7. Varanda.



8. Quarto com zona de estudo.



9. Quarto.



10. Quarto principal.



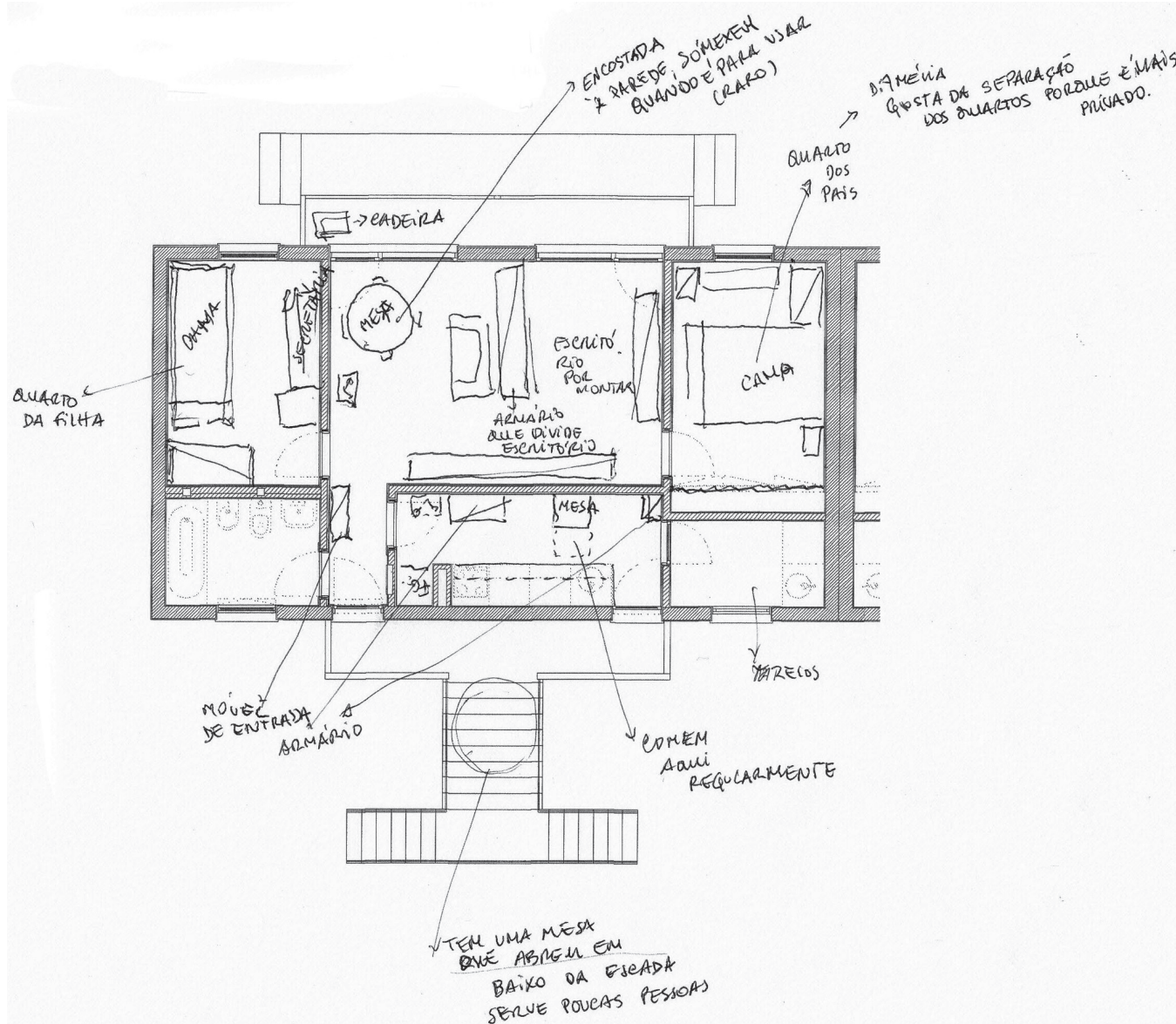
11. Zona de arrumos.

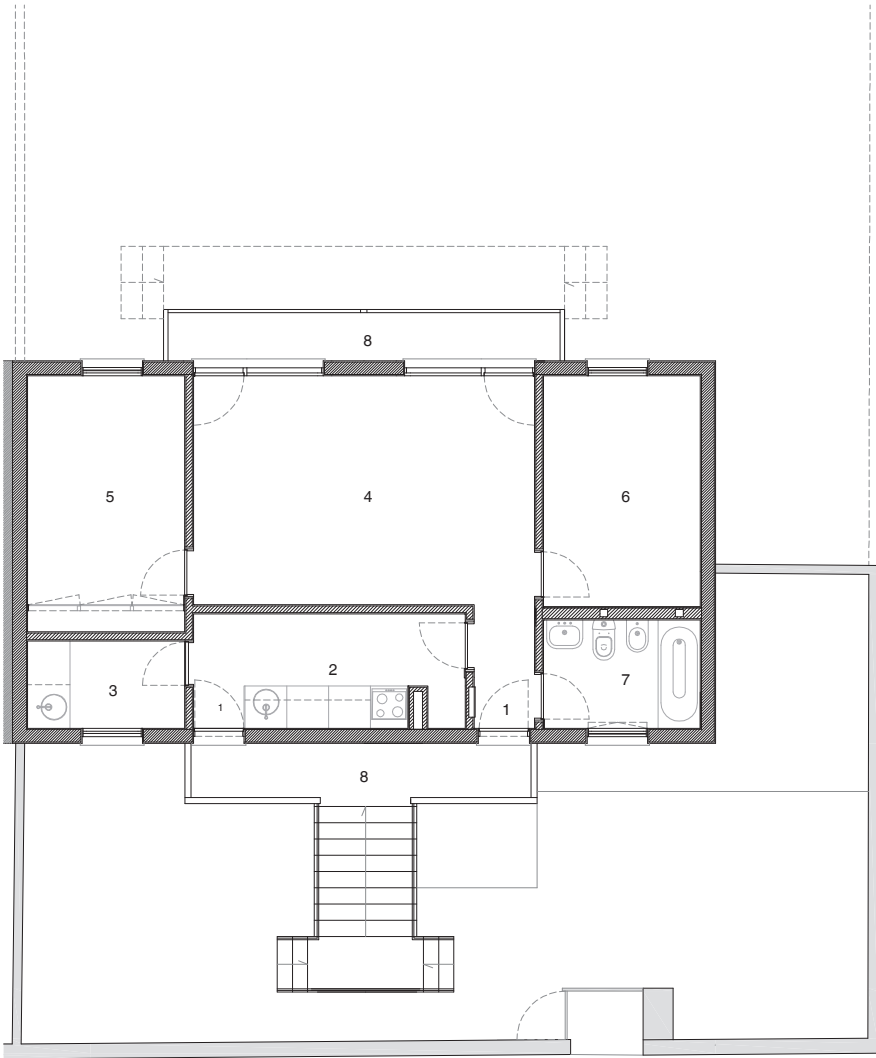


12. Exterior da habitação.

FAMÍLIA			
IDADE		OCUPAÇÃO	
Inclino titular	63	Reformada	
Esposa	62	Reformado	
Filha	29	Desempregada	
PERCURSO HABITACIONAL			
ILHAS	BAIRRO ORIGINAL	BAIRRO REQUALIFICADO	
Inclino titular	Não	Sim T3 duplex	Sim
Esposa	Não	Sim T3 duplex	Sim
Filha	—	Sim T3 duplex	Sim

The floor plan shows a duplex apartment layout. It includes a central living room (6) with a fireplace, a kitchen (4) with a sink and stove, a dining area (3), a bathroom (8) with a bathtub, and a bedroom (9). There are also two smaller bedrooms (1 and 2) and a hallway (5). The entrance (10) leads from a staircase (11) outside. The plan is labeled with numbers 1 through 11.





Planta T2, piso superior



①

10m

HABITAÇÃO ORIGINAL T3i
ÁREA (m²)

TOTAL (bruta) 52,64

HABITAÇÃO REQUALIFICADA T2s
ÁREAS (m²)

TOTAL (bruta) 93,74

Cozinha (2) 8,31

Lavandaria (3) 3,77

Sala (4) 21,47

Quarto principal (5) 11,05

Quarto (6) 9,94

Quarto de banho (7) 4,67

1m



1 - Entrada; 2 - Cozinha; 3 - Lavandaria; 4 - Sala; 5 - Quarto principal; 6 - Quarto; 7 - Quarto de banho; 8 - Varanda;

Envoltente

BRDL,
2ª fase

BRDL,
1ª fase

Habitação
em análise

HABITAÇÃO REQUALIFICADA USOS DA HABITAÇÃO

R.T2s.13.106



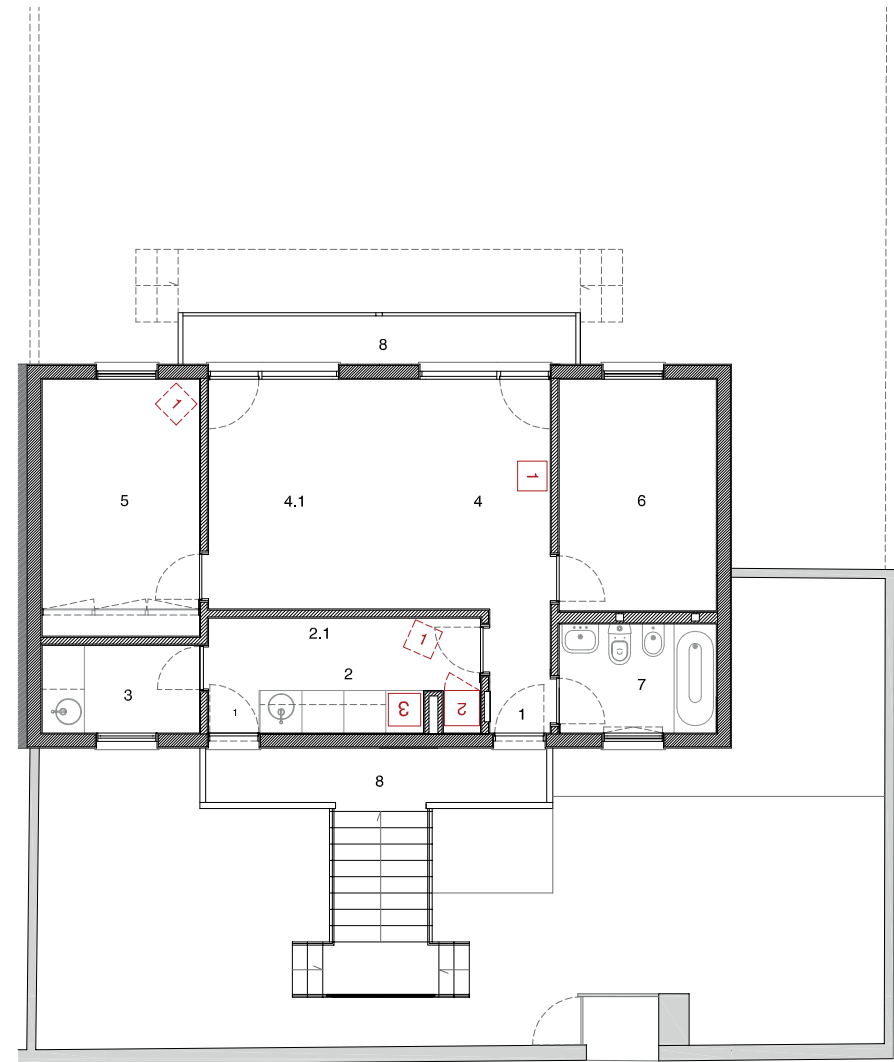
10m

DIVISÕES ORIGINAIS

NOVAS DIVISÕES

Cozinha (2)	Cozinha (2) Espaço de refeições (2.1)
Lavandaria (3)	Lavandaria (3)
Sala (4)	Sala (4) Espaço de refeições (4.1)
Quarto principal (5)	Quarto principal (5)
Quarto (6)	Quarto (6)
Quarto de banho (7)	Quarto de banho (7)
Varanda (8)	Varanda (8)

- 1 TV
- 1 TV suspensa
- 2 Frigorífico
- 3 Fogão



Planta T2, piso superior

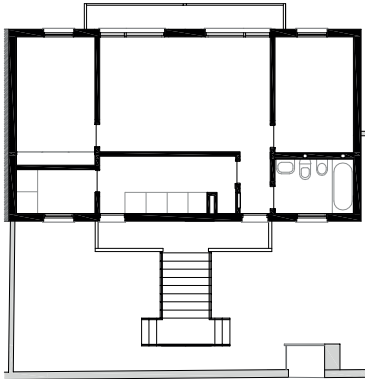
□ Envolvente □ BRDL, 2ª fase □ BRDL, 1ª fase □ Habitação em análise

1 - Entrada; 2 - Cozinha; 2.1 - Espaço de refeições; 3 - Lavandaria; 4 - Sala; 4.1 - Espaço de refeições; 5 - Quarto principal; 6 - Quarto; 7 - Quarto de banho; 8 - Varanda;



1m

FAMÍLIA			
IDADE		OCUPAÇÃO	
Inclino titular	54	Trabalhador	
Esposa	53	Trabalhador	
Filho	24	Sem ocupação	
PERCURSO HABITACIONAL			
	ILHAS	BAIRRO ORIGINAL	BAIRRO REQUALIF.
Inclino titular	?	Sim T3i	Sim
Esposa	Não	Sim T3i	Sim
Filho	Não	Sim T3i	Sim



1 2

1m

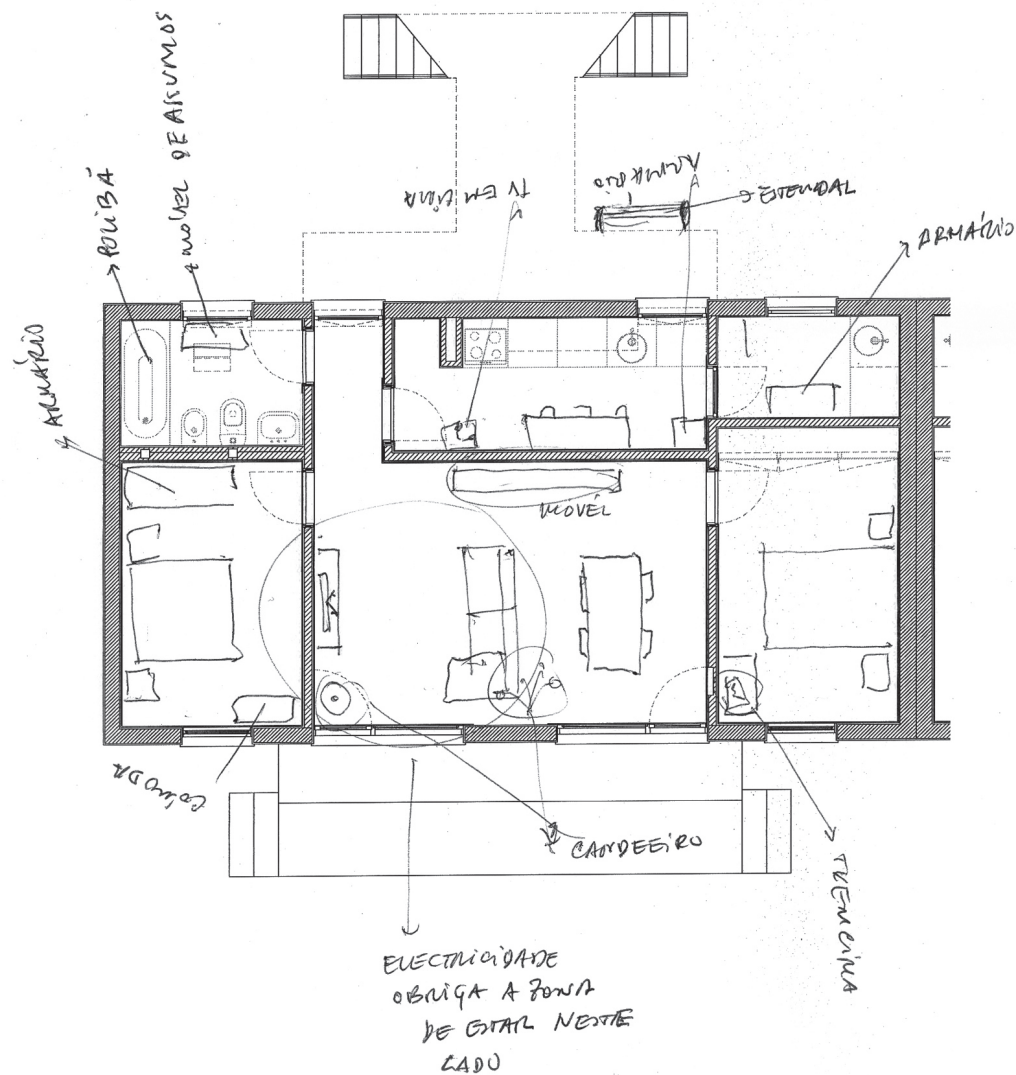


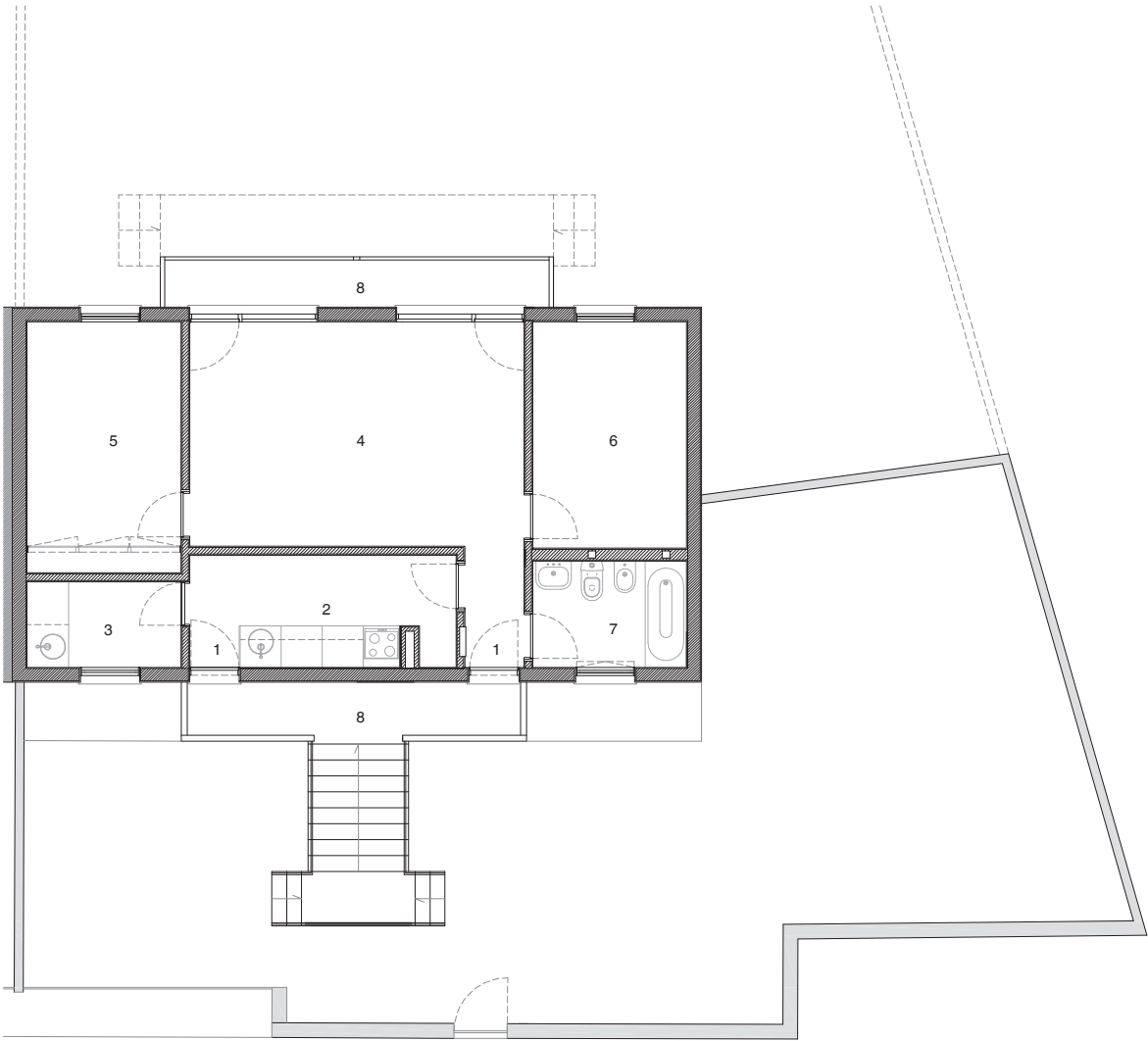
1. Zona de secagem da roupa.



2. Exterior da habitação.

Fotografias





Planta T2, piso superior



①

10m

HABITAÇÃO ORIGINAL T3d
ÁREA (m²)

TOTAL (bruta)	66,00
---------------	-------

HABITAÇÃO REQUALIFICADA T2s
ÁREAS (m²)

TOTAL (bruta)	93,74
---------------	-------

Cozinha (2)	8,31
-------------	------

Lavandaria (3)	3,77
----------------	------

Sala (4)	21,47
----------	-------

Quarto principal (5)	11,05
----------------------	-------

Quarto (6)	9,94
------------	------

Quarto de banho (7)	4,67
---------------------	------

1m



1 - Entrada; 2 - Cozinha; 3 - Lavandaria; 4 - Sala; 5 - Quarto principal; 6 - Quarto; 7 - Quarto de banho; 8 - Varanda;

Envolvente BRDL, 2ª fase BRDL, 1ª fase Habitação em análise

HABITAÇÃO REQUALIFICADA USOS DA HABITAÇÃO

R.T2s.7.12



10m

DIVISÕES ORIGINAIS

NOVAS DIVISÕES

Cozinha (2)

Cozinha (2)
Espaço de refeições (2.1)

Lavandária (3)

Lavandária (3)

Sala (4)

Sala (4)
Espaço de refeições e trabalho
(4.1)

Quarto principal (5)

Quarto principal (5)

Quarto (6)

Quarto (6)

Quarto de banho (7)

Quarto de banho (7)

Varanda (8)

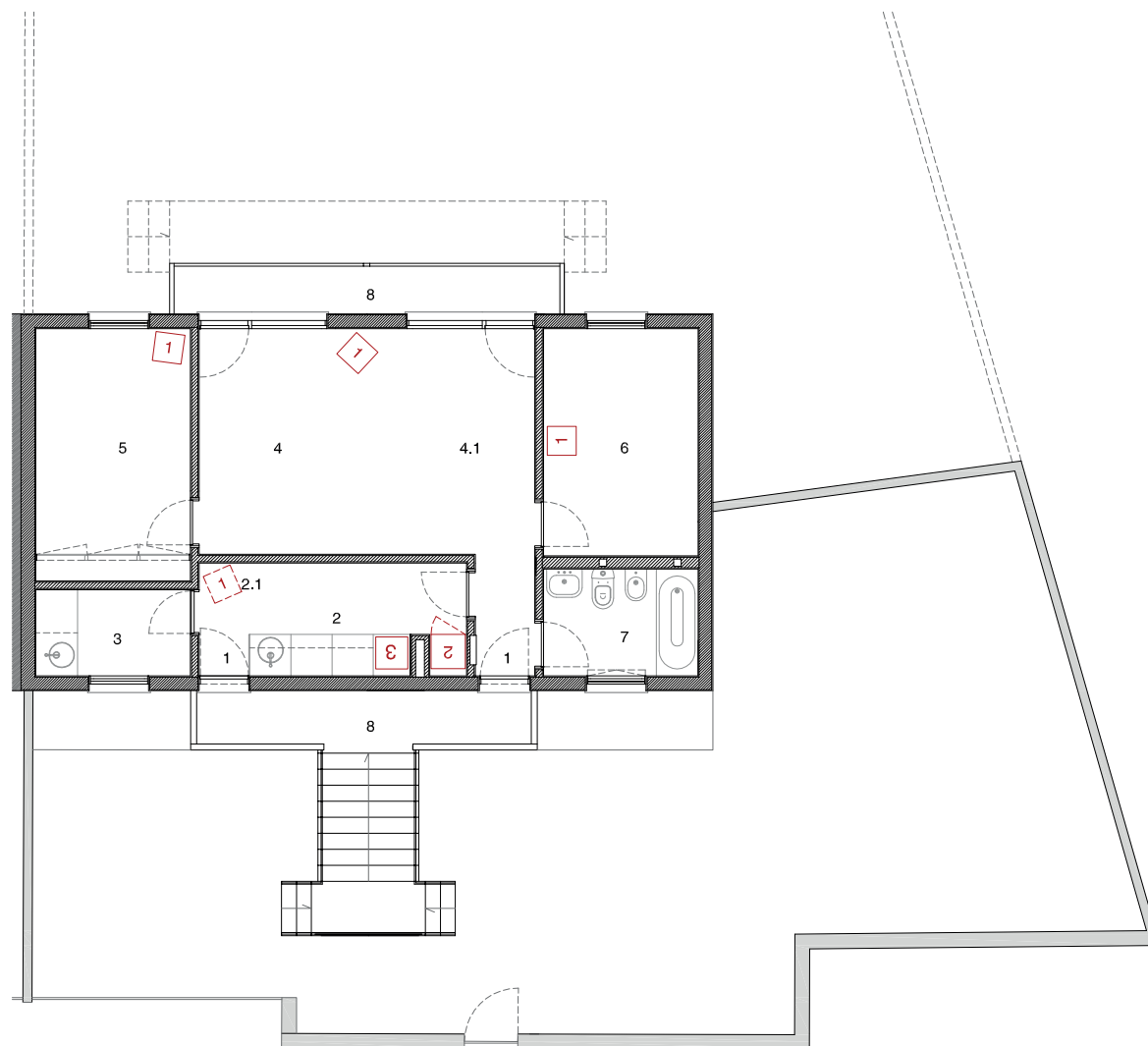
Varanda (8)

1 TV

1 TV
suspensa

2 Fridge

3 Stove



Planta T2, piso superior

□ Envelope

■ BRDL,
2ª fase

■ BRDL,
1ª fase

■ Habitação
em análise

1 - Entrada; 2 - Cozinha; 2.1 - Espaço de refeições; 3 - Lavandária; 4 - Sala; 4.1 - Espaço de refeições e trabalho; 5 - Quarto principal; 6 - Quarto; 7 - Quarto de banho; 8 - Varanda;



1m

FAMÍLIA

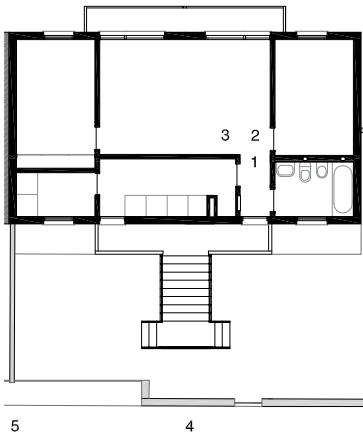
IDADE OCUPAÇÃO

Inclino titular	62	Trabalhador
Esposa	59	Trabalhador
Filho	38	Trabalhador

PERCURSO HABITACIONAL

ILHAS BAIRRO ORIGINAL BAIRRO REQUALIF.

Inclino titular	Não	Sim T3 duplex	Sim
Esposa	Não	Sim T3 duplex	Sim
Filho	—	Sim T3 duplex	Sim



1. Entrada.



2. Sala, zona de refeições.



3. Sala, zona de estar.



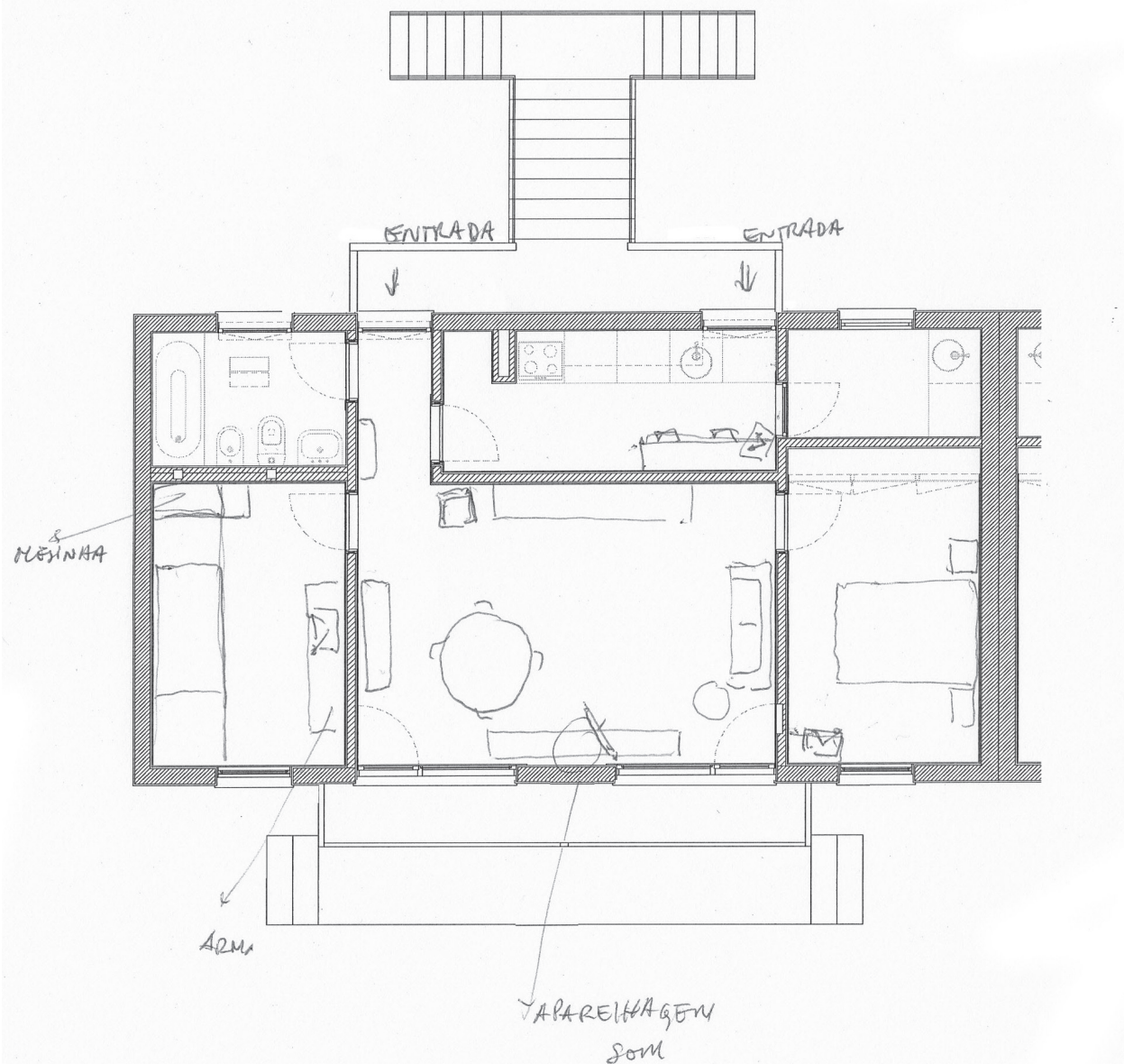
4. Zonas de secagem da roupa e zona de descanso.

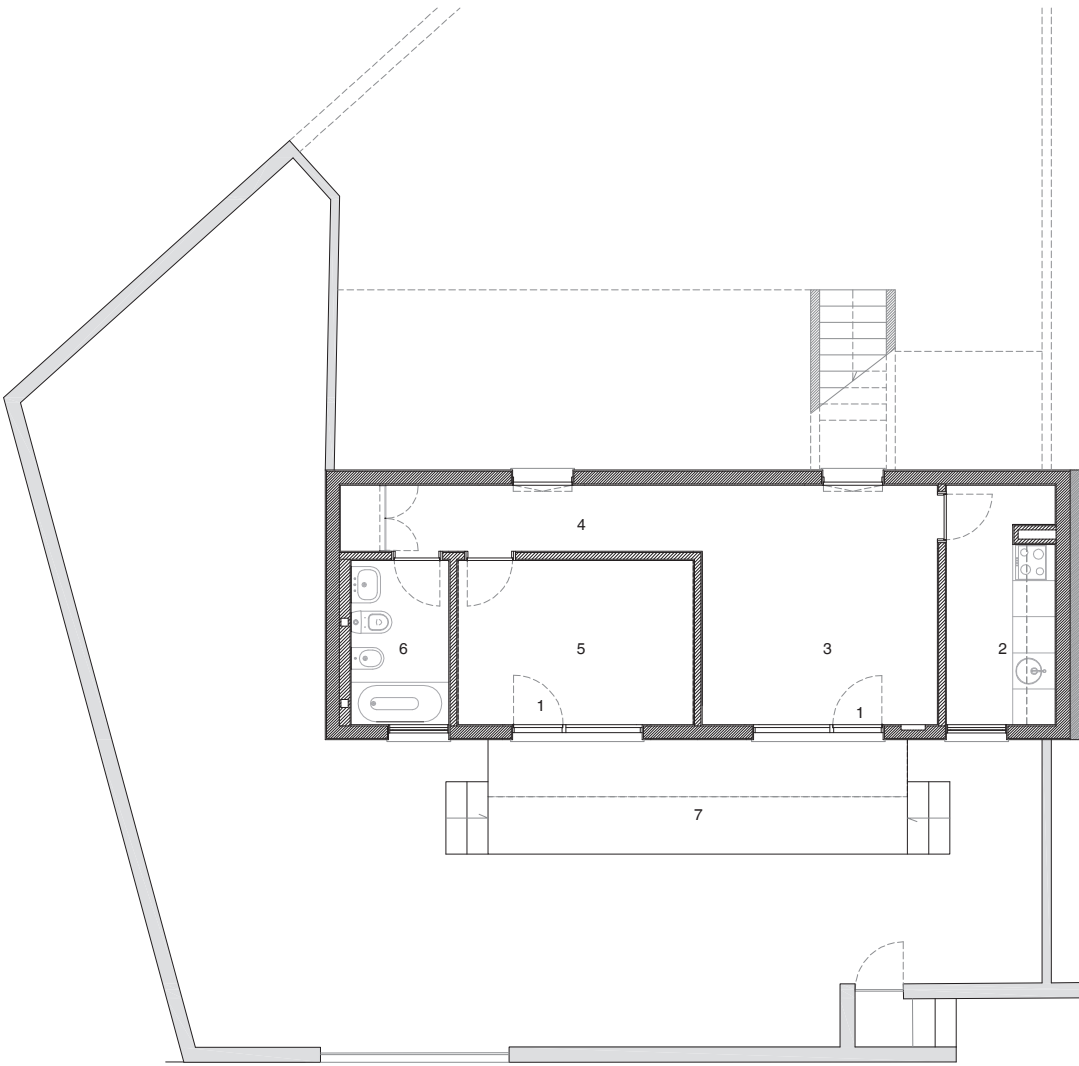


5. Exterior da habitação.

Fotografias

1m





Planta T1, piso inferior



①

10m

HABITAÇÃO ORIGINAL T2s
ÁREA (m²)

TOTAL (bruta)	46,90
---------------	-------

HABITAÇÃO REQUALIFICADA T1i
ÁREAS (m²)

TOTAL (bruta)	70,17
---------------	-------

Cozinha (2)	6,92
-------------	------

Sala (3)	15,50
----------	-------

Quarto (5)	10,63
------------	-------

Quarto de banho (6)	4,41
---------------------	------

1m



1 - Entrada; 2 - Cozinha; 3 - Sala; 4 - Corredor; 5 - Quarto; 6 - Quarto de banho; 7 - Espaço exterior - terraço;



Envolvente



BRDL,
2ª fase



BRDL,
1ª fase



Habitação
em análise

HABITAÇÃO REQUALIFICADA USOS DA HABITAÇÃO

R.T1i.9.56



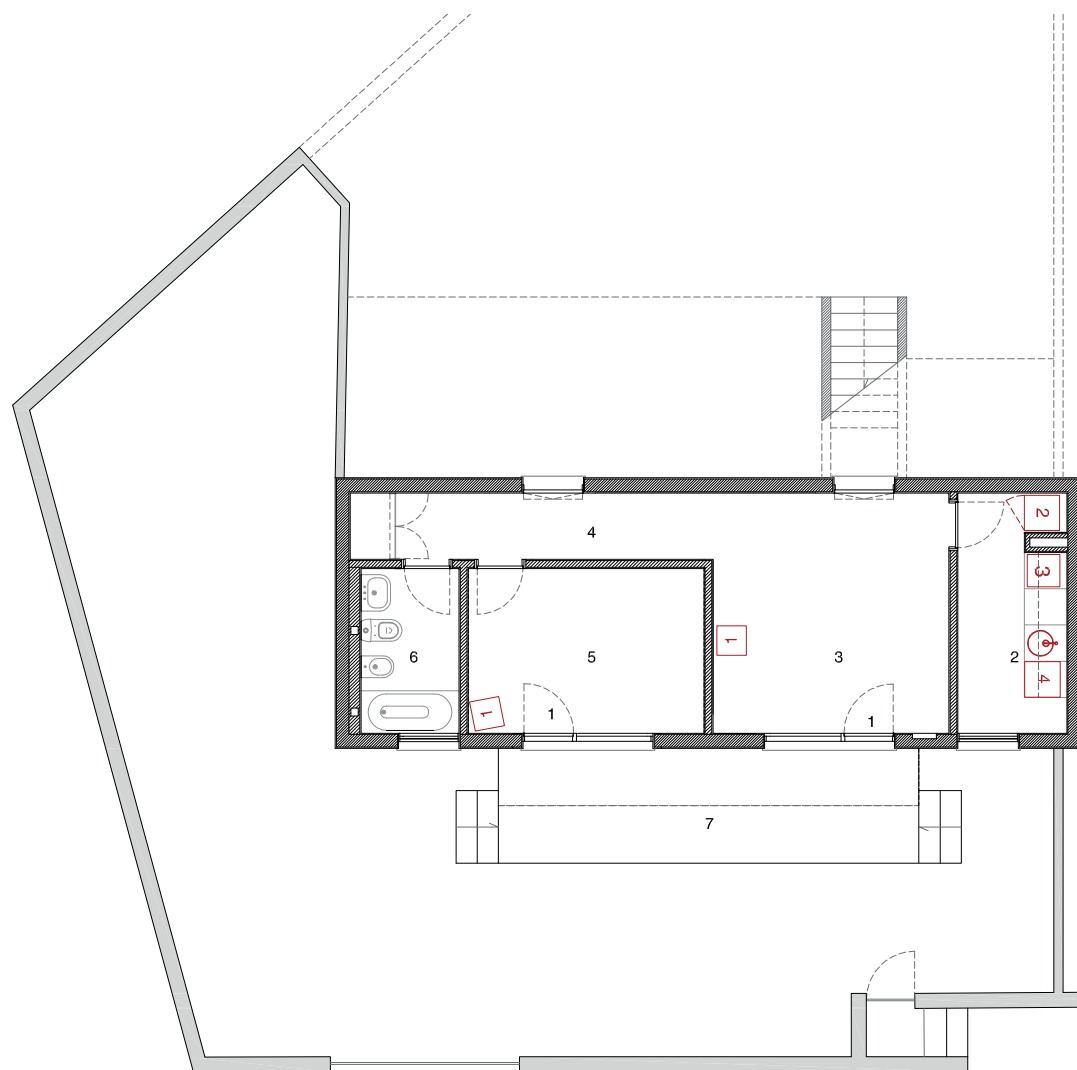
10m

DIVISÕES ORIGINAIS

NOVAS DIVISÕES

Cozinha (2)	Cozinha, lavandaria (2)
Sala (3)	Sala, espaço de refeições (3)
Corredor (4)	Corredor (4)
Quarto principal (5)	Quarto principal (5)
Quarto de banho (6)	Quarto de banho (6)
Espaço exterior - terraço (7)	Espaço exterior - terraço (7)

- 1 TV
- 1 TV suspensa
- 2 Frigorífico
- 3 Fogão
- 4 Máquina Roupas



Planta T1, piso inferior

Envolvente
 BRDL, 2ª fase
 BRDL, 1ª fase
 Habitação em análise

1 - Entrada; 2 - Cozinha; 3 - Sala e espaço de refeições; 4 - Corredor; 5 - Quarto; 6 - Quarto de banho; 7 - Espaço exterior - terraço;



1m



2. Entrada e sala.



1. Sala, zonas de estar e refeições.



3. Cozinha e lavandaria.



4. Cozinha.



5. Corredor com baú de arrumação.



6. Corredor e sala.



7. Quarto e entrada da habitação.



8. Quarto.

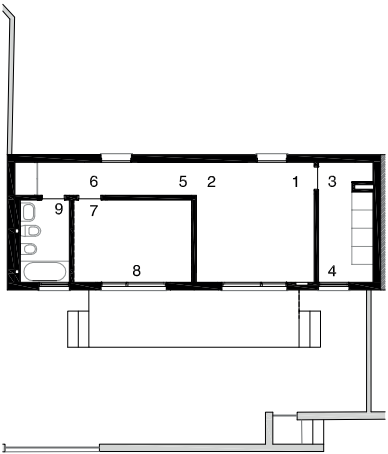


9. Quarto de banho, com polibã.

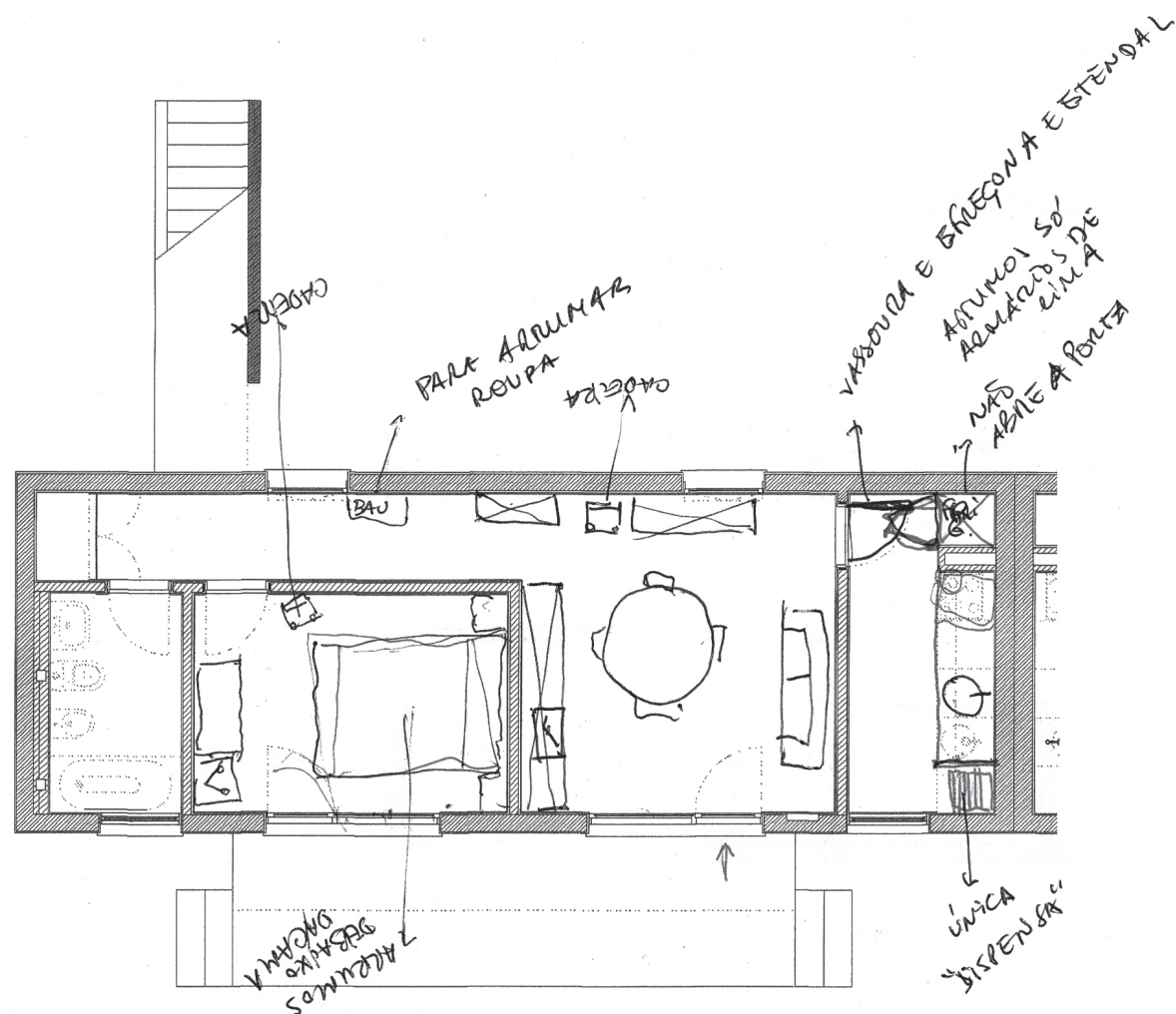


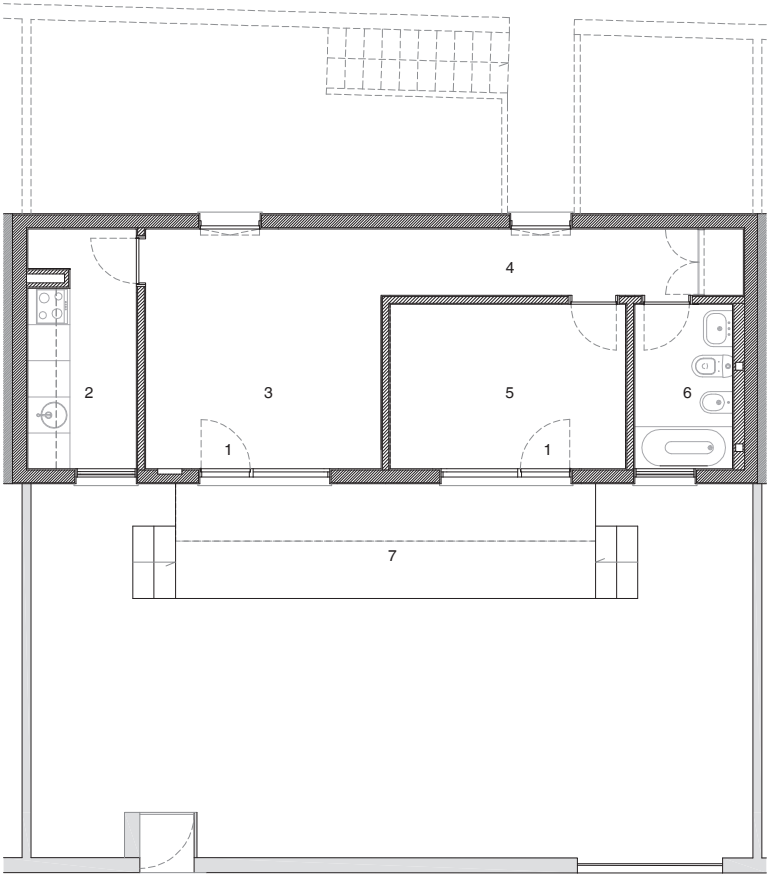
10. Exterior da habitação.

FAMÍLIA			
IDADE		OCUPAÇÃO	
Inclina titular	66	Reformada	
PERCURSO HABITACIONAL			
ILHAS		BAIRRO ORIGINAL	BAIRRO REQUALIF.
Inclina titular	Provavelmente	Sim T2s	Sim



10





Planta T1, piso inferior

1m



1 - Entrada; 2 - Cozinha; 3 - Sala; 4 - Corredor; 5 - Quarto; 6 - Quarto de banho; 7 - Espaço exterior - terraço;



1

10m

HABITAÇÃO ORIGINAL T3s
ÁREA (m²)

TOTAL (bruta)	53,56
---------------	-------

HABITAÇÃO REQUALIFICADA T1i
ÁREAS (m²)

TOTAL (bruta)	70,17
---------------	-------

Cozinha (2)	6,92
-------------	------

Sala (3)	15,50
----------	-------

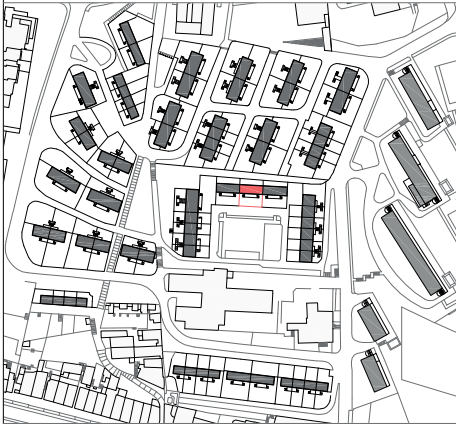
Quarto (5)	10,63
------------	-------

Quarto de banho (6)	4,41
---------------------	------

Envolvente BRDL, 2ª fase BRDL, 1ª fase Habitação em análise

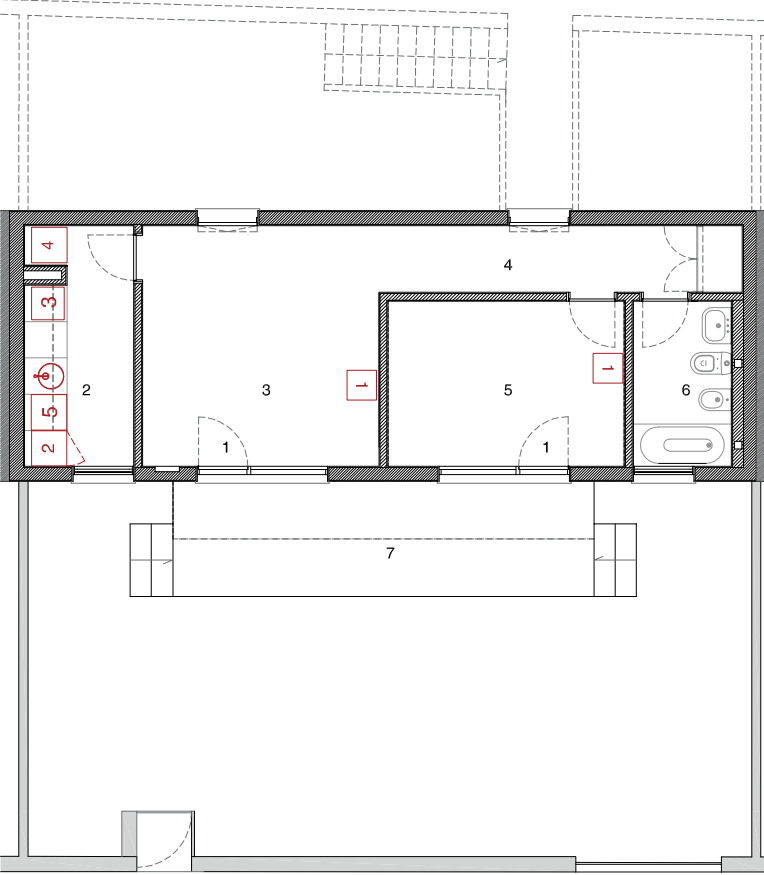
HABITAÇÃO REQUALIFICADA
USOS DA HABITAÇÃO

R.T1i.4.102

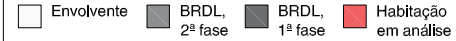


DIVISÕES ORIGINAIS	NOVAS DIVISÕES
Cozinha (2)	Cozinha, lavandaria (2)
Sala (3)	Sala e espaço de refeições (3)
Corredor (4)	Corredor (4)
Quarto principal (5)	Quarto principal (5)
Quarto de banho (6)	Quarto de banho (6)
Espaço exterior - terraço (7)	Espaço exterior - terraço (7)

- 1 TV
- 2 Frigorífico
- 3 Fogão
- 4 Máquina Roupas
- 5 Máquina Louça



Planta T1, piso Inferior



1 - Entrada; 2 - Cozinha; 3 - Sala e espaço de refeições; 4 - Corredor; 5 - Quarto; 6 - Quarto de banho; 7 - Espaço exterior - terraço;





1. Sala, zona de refeições.



2. Cozinha com mais armários.



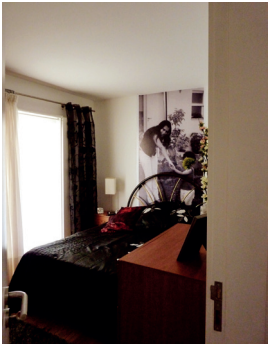
3. Cozinha.



4. Corredor.



5. Corredor e zona de arrumação.



6. Quarto.



7. Quarto.



8. Quarto de banho.



9. Zonas de lazer no jardim.

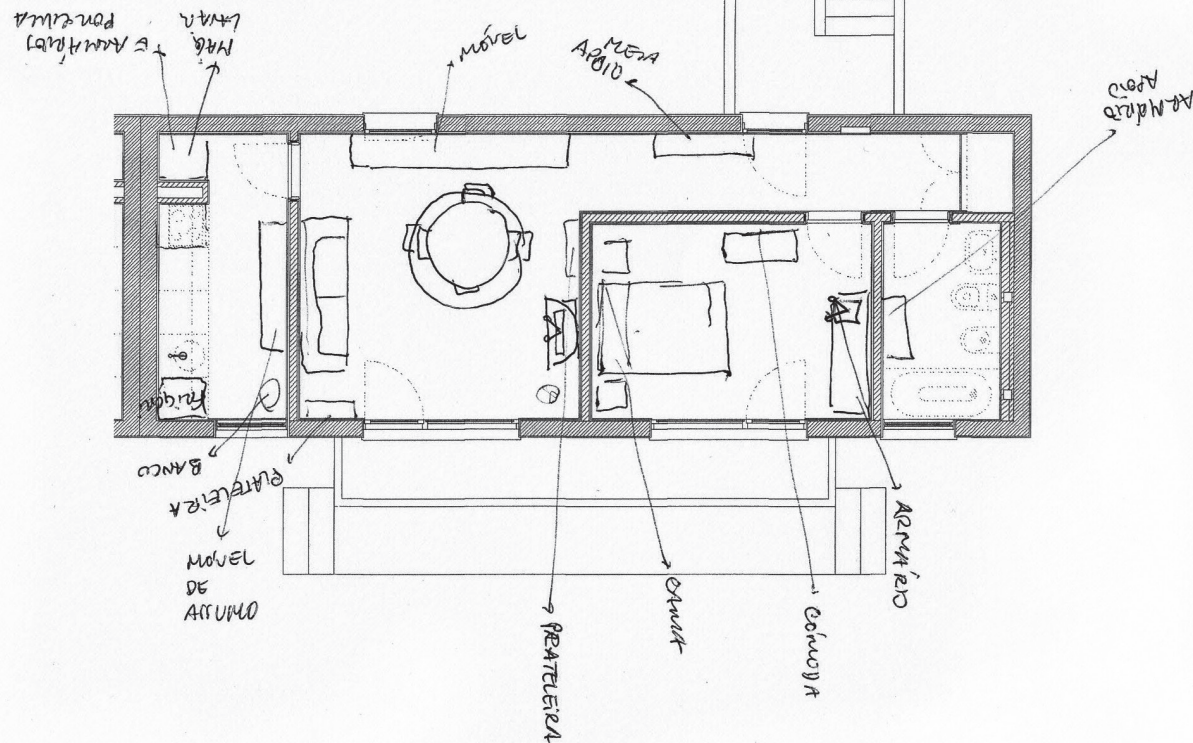


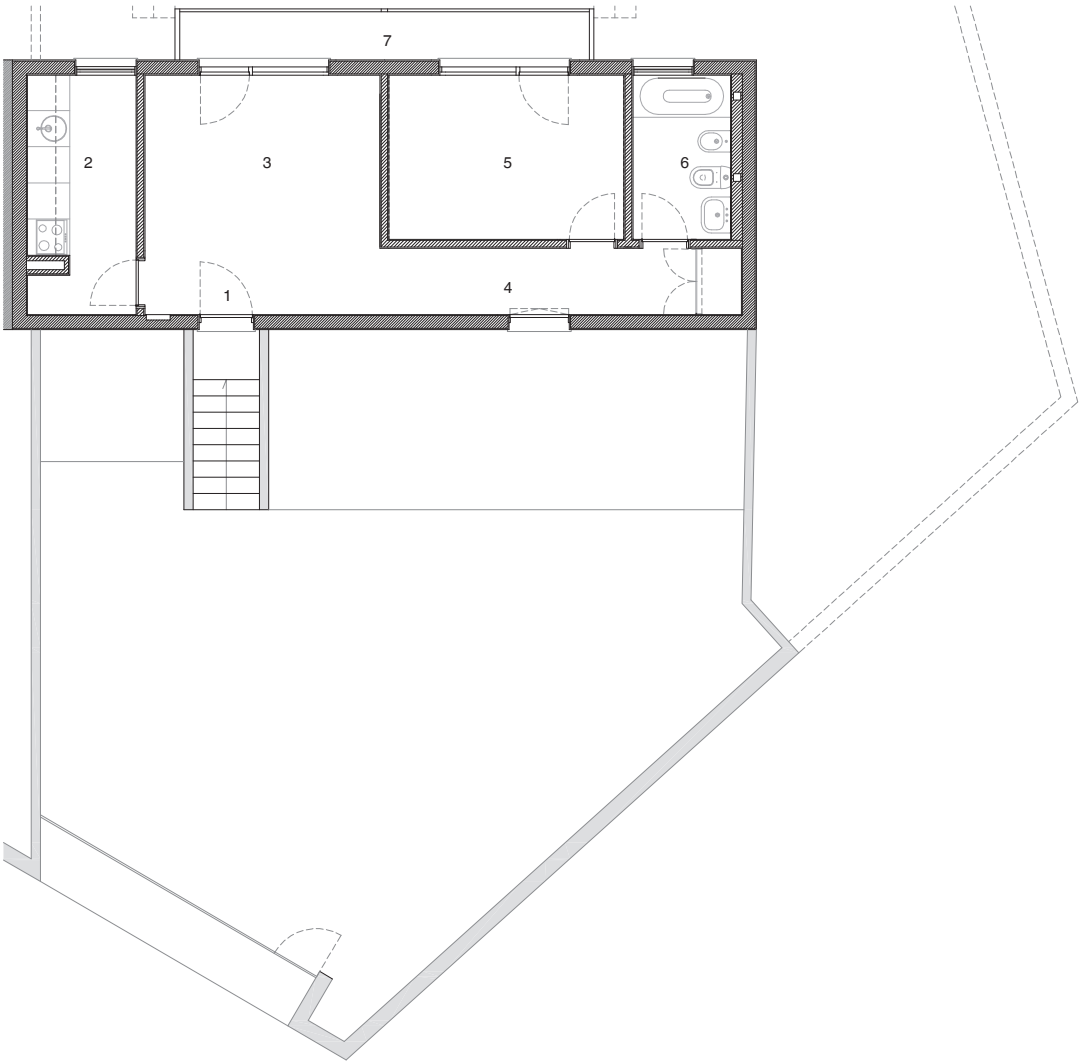
10. Exterior da habitação.

Fotografias



FAMÍLIA			
IDADE		OCUPAÇÃO	
Inclina titular	62	Reformada	
Marido	64	Reformado	
PERCURSO HABITACIONAL			
ILHAS		BAIRRO ORIGINAL	BAIRRO REQUALIF.
Inclina titular	Sim	Sim T3s	Sim
Marido	Não	Sim T3s	Sim





Planta T1, piso superior



HABITAÇÃO ORIGINAL T3s ÁREA (m²)	
TOTAL (bruta)	53,56
HABITAÇÃO REQUALIFICADA T1s ÁREAS (m²)	
TOTAL (bruta)	69,01
Cozinha (2)	6,92
Sala (3)	15,50
Quarto (5)	10,63
Quarto de banho (6)	4,41



1 - Entrada; 2 - Cozinha; 3 - Sala; 4 - Corredor; 5 - Quarto; 6 - Quarto de banho; 7 - Varanda;



HABITAÇÃO REQUALIFICADA USOS DA HABITAÇÃO

R.T1s.13.133



10m

DIVISÕES ORIGINAIS

NOVAS DIVISÕES

Cozinha (2)

Cozinha e lavandaria (2)
Espaço de refeições (2.1)

Sala (3)

Sala, espaço de refeições (3)

Corredor (4)

Corredor (4)

Quarto principal (5)

Quarto principal (5)

Quarto de banho (6)

Quarto de banho (6)

Varanda (7)

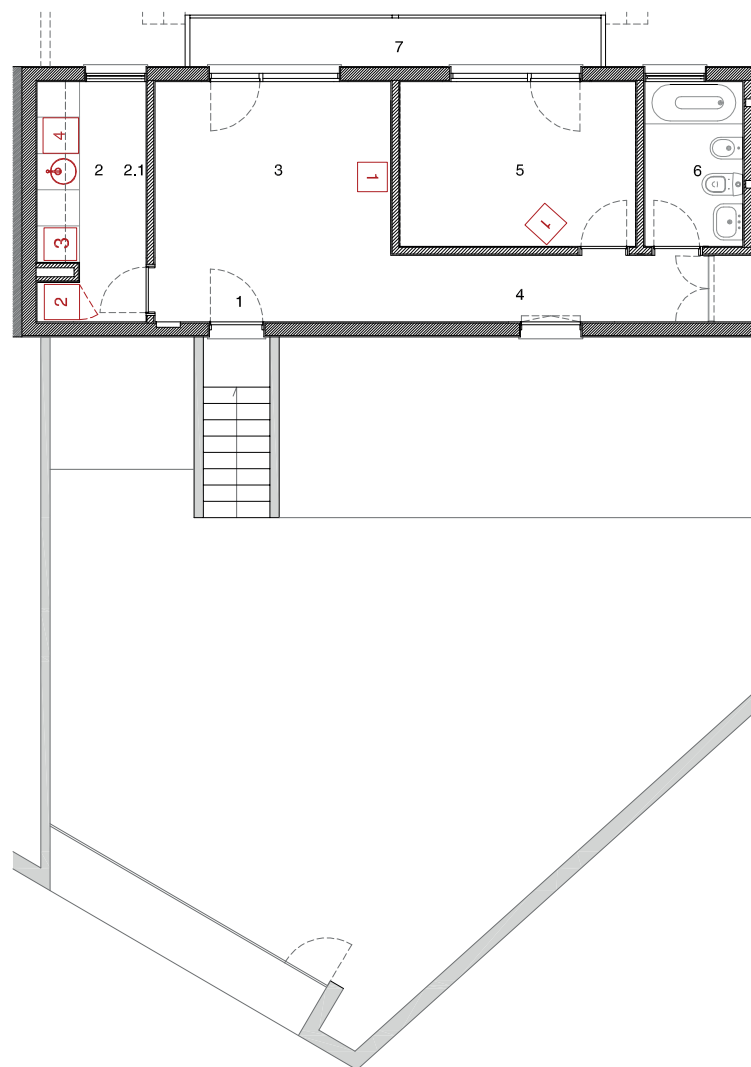
Varanda (7)

1 TV

2 Frigorífico

3 Fogão

4 Máquina Roupas



Planta T1, piso superior

□ Envolvente

■ BRDL, 2ª fase

■ BRDL, 1ª fase

■ Habitação em análise

1 - Entrada; 2 - Cozinha e lavandaria; 2.1 - Espaço de refeições; 3 - Sala e espaço de refeições; 4 - Corredor; 5 - Quarto; 6 - Quarto de banho; 7 - Varanda;



1m



1. Entrada.



2. Sala, zonas de estar e refeições.



3. Sala.



4. Cozinha com mesa de refeições.



5. Cozinha.



6. Corredor.



7. Corredor.



8. Quarto com acesso à varanda.



9. Quarto com arrumos sob a cama.



10. Varanda.



11. Quarto de banho, com polibã.



12. Exterior da habitação.

FAMÍLIA

IDADE

OCUPAÇÃO

Inclina titular

60

Dona de casa

Marido

64

Reformado

PERCURSO HABITACIONAL

ILHAS

BAIRRO ORIGINAL

BAIRRO REQUALIF.

Inclina titular

Não

Sim T3s

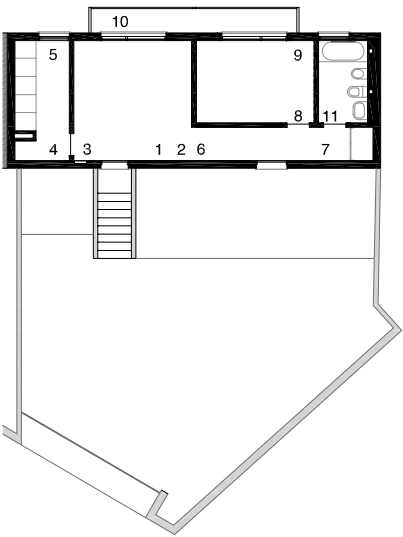
Sim

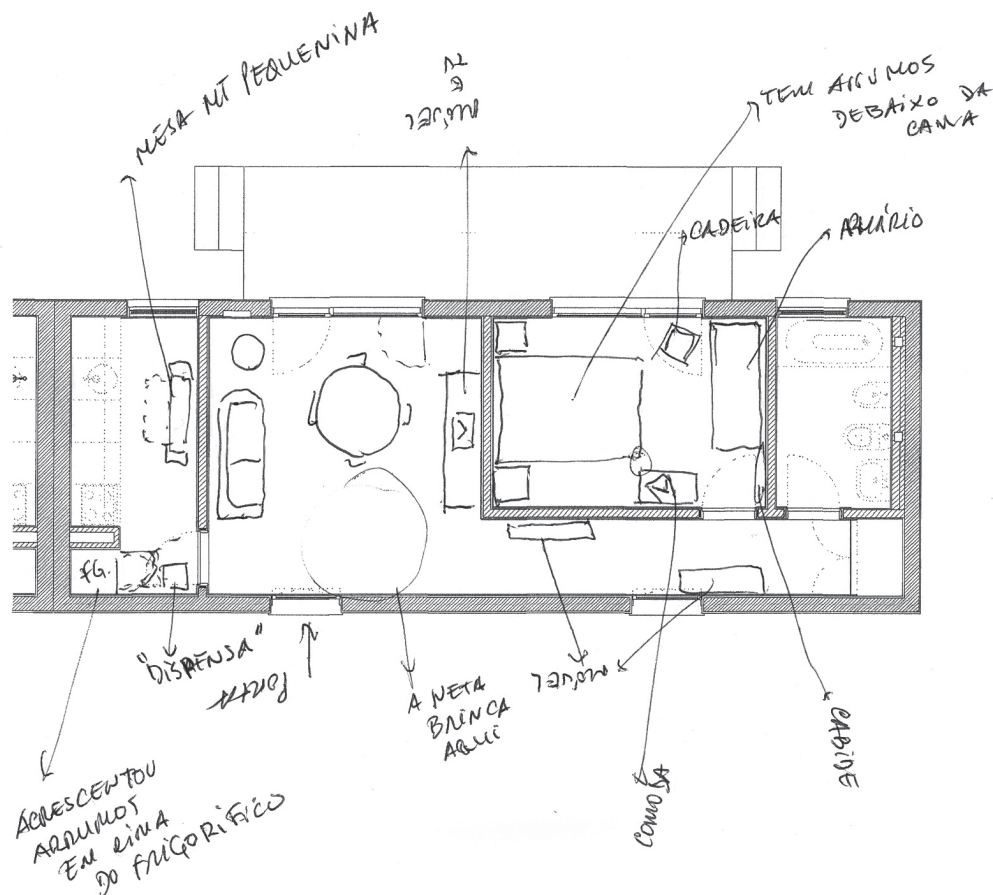
Marido

Não

Sim T3s

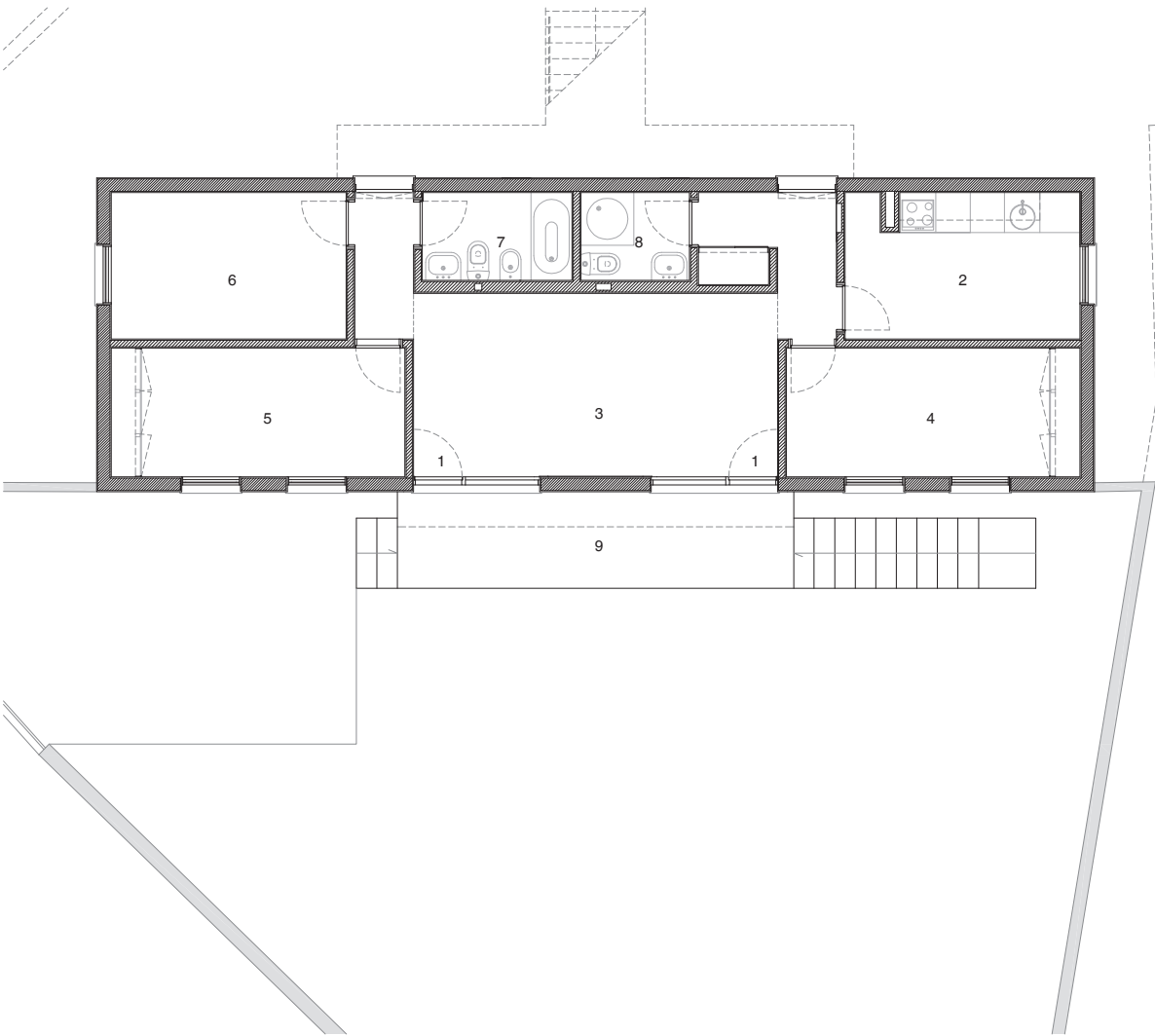
Sim





É DIFÍCIL DUAS
PENSAR PARARER
NA COZINHA

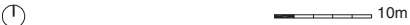
N COZINHA C/ O
NINGUÉM NA
COZINHA



Planta T3, piso inferior



1 - Entrada; 2 - Cozinha; 3 - Sala; 4 - Quarto principal; 5 - Quarto; 6 - Quarto; 7 - Quarto de banho; 8 - Quarto de banho de serviço; 9 - Espaço exterior - terraço;



HABITAÇÃO ORIGINAL T3i
ÁREA (m²)

TOTAL (bruta)	52,64
---------------	-------

HABITAÇÃO REQUALIFICADA T3i
ÁREAS (m²)

TOTAL (bruta)	105,68
Cozinha (2)	9,77
Sala (3)	19,41
Quarto principal (4)	11,00
Quarto (5)	11,00
Quarto (6)	10,00
Quarto de banho (7)	3,83
Quarto de banho serviço (8)	2,78

Envolvente BRDL, 2ª fase BRDL, 1ª fase Habitação em análise

HABITAÇÃO REQUALIFICADA

USOS DA HABITAÇÃO

R.T3i.12.166



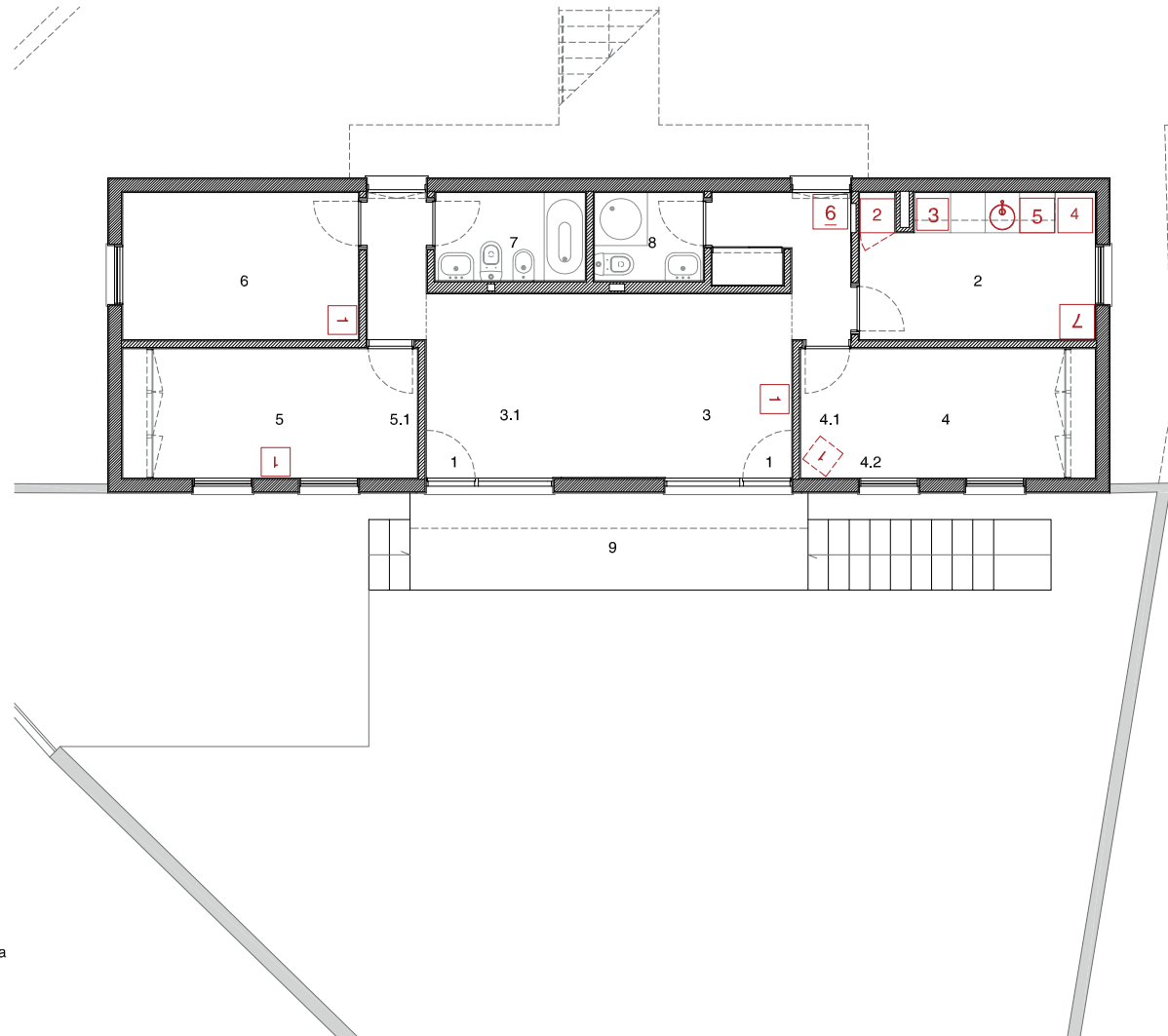
10m

DIVISÕES ORIGINAIS

NOVAS DIVISÕES

Cozinha (2)	Cozinha e lavandaria (2)
Sala (3)	Sala (3) Espaço de refeições (3.1)
Quarto principal (4)	Quarto (4) Espaço de trabalho (4.1) Berçário (4.2)
Quarto (5)	Quarto (5) Espaço de trabalho (5.1)
Quarto (6)	Quarto principal (6)
Quarto de banho (7)	Quarto de banho (7)
Quarto de banho de serviço (8)	Quarto de banho de serviço (8)
Espaço exterior - terraço (7)	Espaço exterior - terraço (7)

- 1 TV
- 1 TV suspensa
- 2 Frigorífico
- 3 Fogão
- 4 Máquina Roupas
- 5 Máquina Louça
- 6 Máquina Secar Roupas
- 7 Forno



Planta T3, piso inferior

□ Envolvente □ BRDL, 2ª fase □ BRDL, 1ª fase □ Habitação em análise

1 - Entrada; 2 - Cozinha e lavandaria; 3 - Sala; 3.1 - Espaço de refeições; 4 - Quarto principal; 4.1 - Espaço de trabalho; 4.2 - Berçário; 5 - Quarto; 5.1 - Espaço de trabalho; 6 - Quarto; 7 - Quarto de banho; 8 - Quarto de banho de serviço; 9 - Espaço exterior- terraço;



1m



1. Entrada.



2. Sala.



3. Sala, zona de estar.



4. Sala, zona de refeições.



5. Cozinha, bancada de trabalho.



6. Cozinha.



7. Zona da máquina de secar roupa.



8. Quarto.



9. Quarto com berçário.



10. Quarto de banho completo.



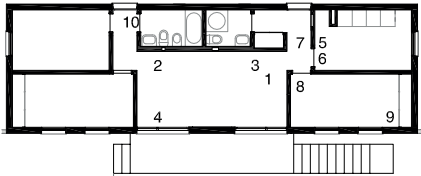
11. Exterior da habitação.

FAMÍLIA

IDADE		OCUPAÇÃO
Inclina titular	55	Trabalhador
Filho	33	Desempregado
Filha	25	Desempregada
Genro	29	Trabalhador
Neta	1	

PERCURSO HABITACIONAL

	ILHAS	BAIRRO ORIGINAL	BAIRRO REQUALIF.
Inclina titular	Não	Sim T3i	Sim
Filho		Sim T3i	Sim
Filha		Sim T3i	Sim
Genro			Sim
Neta			Sim





①

10m

HABITAÇÃO ORIGINAL T3i
ÁREA (m²)

TOTAL (bruta) 52,64

HABITAÇÃO REQUALIFICADA T3s
ÁREAS (m²)

TOTAL (bruta) 109,44

Cozinha (2) 9,77

Sala (3) 19,41

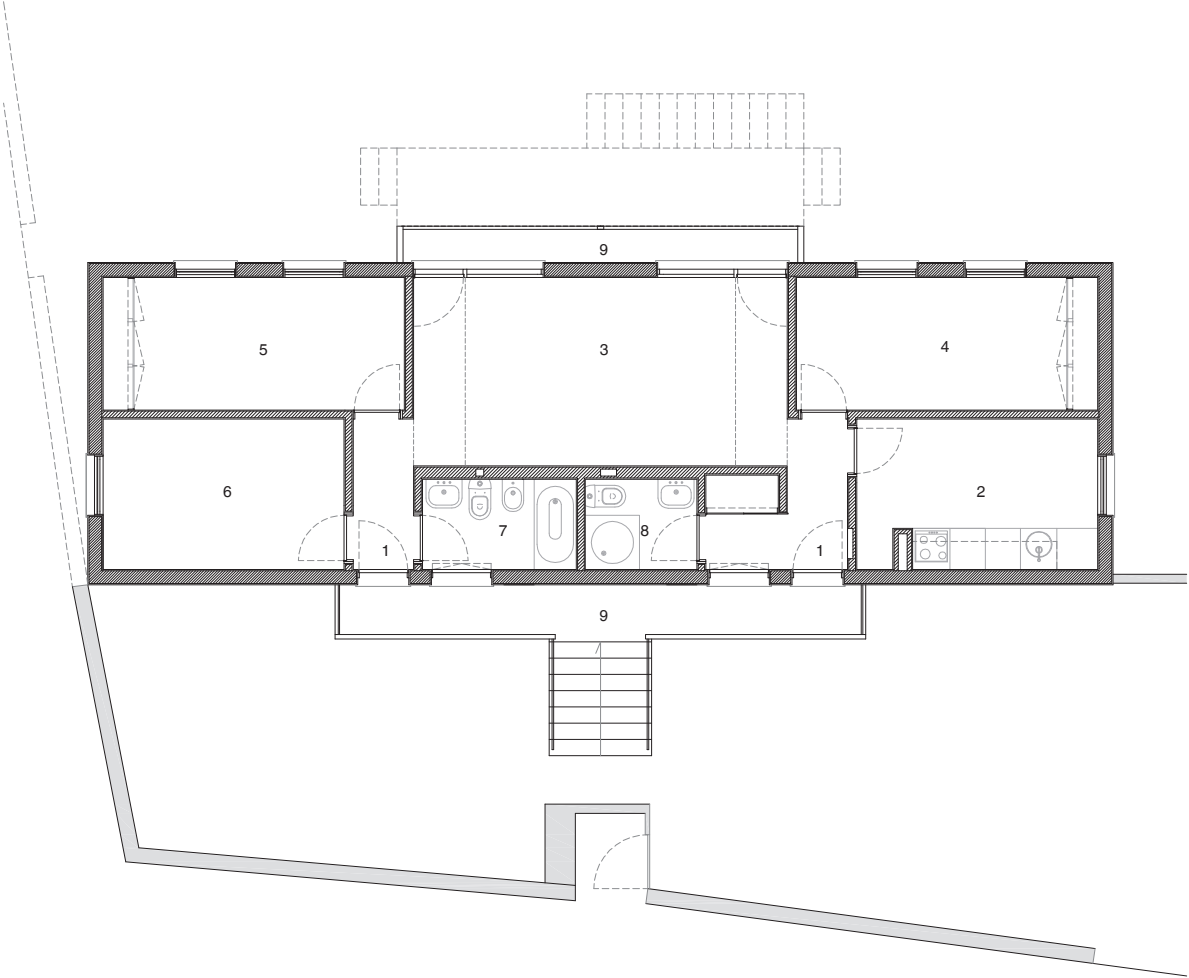
Quarto principal (4) 11,00

Quarto (5) 11,00

Quarto (6) 10,00

Quarto de banho (7) 3,83

Quarto de banho serviço (8) 2,78



Planta T3, piso superior

1m



1 - Entrada; 2 - Cozinha; 3 - Sala; 4 - Quarto principal; 5 - Quarto; 6 - Quarto; 7 - Quarto de banho; 8 - Quarto de banho de serviço; 9 - Varanda;

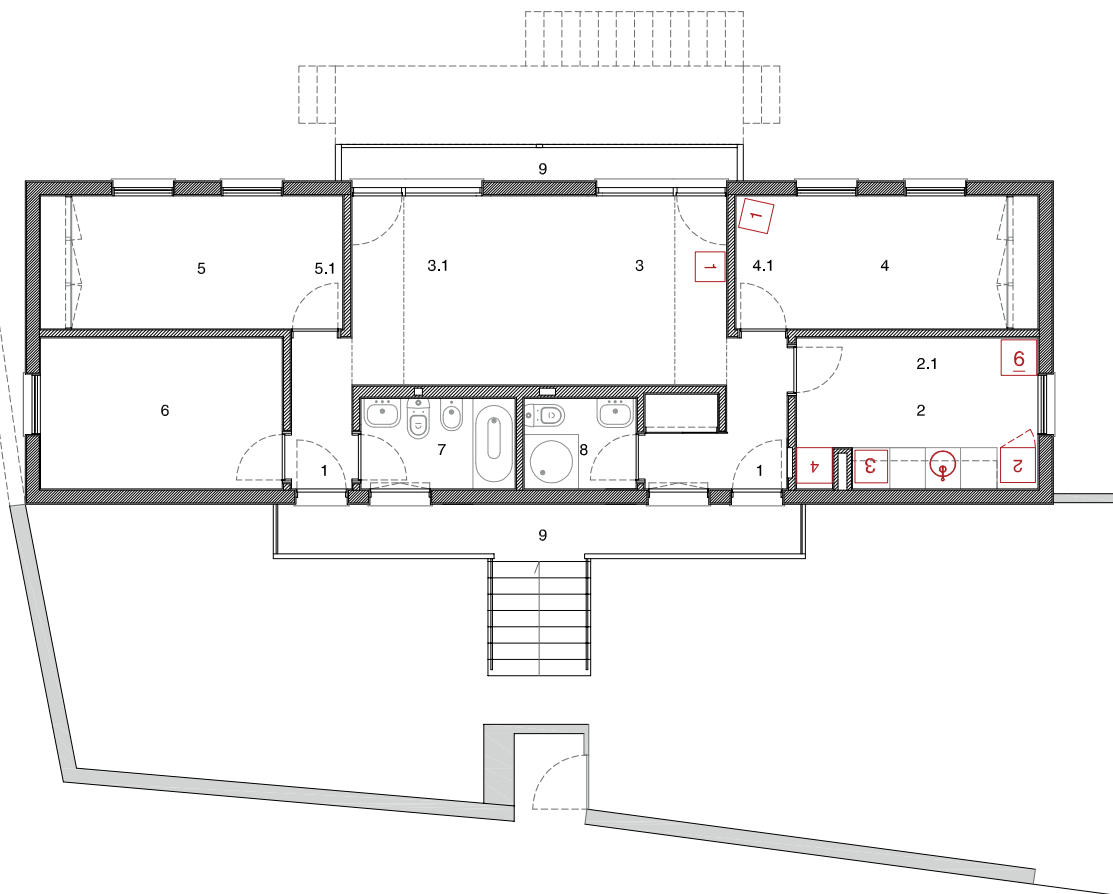
Envolvente BRDL, 2ª fase BRDL, 1ª fase Habitação em análise



10m

DIVISÕES ORIGINAIS	NOVAS DIVISÕES
Cozinha (2)	Cozinha e lavandaria (2) Espaço de refeições (2.1)
Sala (3)	Sala (3) Espaço de refeições (3.1)
Quarto principal (4)	Quarto principal (4) Espaço de trabalho (4.1)
Quarto (5)	Quarto (5) Espaço de estudo (5.1)
Quarto (6)	Quarto (6)
Quarto de banho (7)	Quarto de banho (7)
Quarto de banho de serviço (8)	Quarto de banho de serviço (8)
Varanda (7)	Varanda (7)

- 1 TV
- 2 Frigorífico
- 3 Fogão
- 4 Máquina Roupas
- 6 Máquina Secar Roupas



Planta T3, piso superior

□ Envolvente □ BRDL, 2ª fase □ BRDL, 1ª fase □ Habitação em análise

1 - Entrada; 2 - Cozinha e lavandaria; 2.1 - Espaço de refeições; 3 - Sala; 3.1 - Espaço de refeições; 4 - Quarto principal; 4.1 - Espaço de trabalho; 5 - Quarto; 5.1 - Espaço de estudo; 6 - Quarto; 7 - Quarto de banho; 8 - Quarto de banho de serviço; 9 - Varanda;



1m

HABITAÇÃO REQUALIFICADA



1. Entrada e quarto de banho.



2. Cozinha.



3. Quarto principal.



4. Quarto principal com secretária de trabalho.



5. Sala.



6. Sala.



7. Varanda.



8. Quarto.



9. Quarto com zona de estudo.



10. Quarto de banho completo.

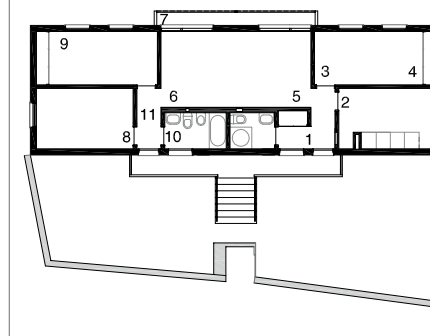


11. Entrada secundária.



12. Exterior da habitação.

FAMÍLIA			
		IDADE	OCUPAÇÃO
Inclina titular		81	Reformada
Filha		46	Trabalhador
Genro		43	Trabalhador
Neta		22	Estudante universitária
PERCURSO HABITACIONAL			
	ILHAS	BAIRRO ORIGINAL	BAIRRO REQUALIFICADO
Inclina titular	Sim	Sim T3i	Sim
Filha	Sim	Sim T3i	Sim
Genro	Sim	Sim T3i	Sim
Neta	—	Sim T3i	Sim



Fotografias

1m

2.6 INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS

Áreas brutas das habitações.

		T1	T2	T3	T3 duplex
RGEU (área bruta m ²) ⁴⁵⁰		52	72	91	91
Habitações originais (área bruta m ²) ⁴⁵¹	Piso inferior	—	≈ 44,15	≈ 52,64	—
	Piso superior	—	≈ 46,90	≈ 53,56	—
	Duplex	—	—	—	≈ 66,00
Habitações requalificadas (área bruta m ²) ⁴⁵²	Piso inferior	≈ 70,17	≈ 88,30	≈ 105,68	—
	Piso superior	≈ 69,01	≈ 93,74	≈ 109,44	—

■ Áreas inferiores aos mínimos legais estabelecidos pelo RGEU.

450 As áreas brutas aqui referidas incluem, segundo o RGEU - Artigo 67.º (Redacção do Decreto-Lei nº650/75, de 18 de Novembro), “a superfície total do fogo, medida pelo perímetro exterior das paredes exteriores e eixos das paredes separadoras dos fogos, e inclui varandas privativas, locais acessórios e a quota-parte que lhe corresponda nas circulações comuns do edifício.” in <<http://www.oasrn.org/upload/apoio/legislacao/pdf/rgeu.pdf>> [consultado em 2011]

451 Nas áreas das habitações originais são incluídas as varandas e os acessos às habitações (escadas, terraços, etc.) de acordo com a definição de área bruta do RGEU. Ao incluir a área destes espaços poderemos verificar as seguintes distorções face às áreas habitáveis dos fogos: o T2 com uma área habitável de ≈36,99m² acrescenta em espaços como varandas, terraços e escadas mais ≈7,16m² (+ ≈20%) no piso inferior, e mais ≈9,91m² (+ ≈27%) no piso superior; o T3 com uma área habitável de ≈45,48m² acrescenta, no piso inferior, mais ≈7,16m² (+ ≈16%), e no piso superior, mais ≈8,08m² (+ ≈18%); e o T3d com uma área habitável de ≈55,26m² acrescenta mais ≈10,74m² (+ ≈20%).

452 O mesmo se aplica às habitações requalificadas. A sua área habitável também apresenta uma diferença significativa em relação à área bruta, de tal forma que a área habitável vai a baixo dos mínimos estabelecidos no RGEU. Podemos verificar as seguintes distorções: o T1 com uma área habitável de ≈55,27m² acrescenta em espaços como varandas, terraços e escadas mais ≈14,90m² (+ ≈27%) no piso inferior, e mais ≈13,74m² (+ ≈25%) no piso superior; o T2 com uma área habitável de ≈73,98m² acrescenta no piso inferior mais ≈14,32m² (+ ≈19%) e no piso superior mais ≈19,76m² (+ ≈27%); e o T3 com uma área habitável de ≈90,95m² acrescenta no piso inferior mais ≈14,73m² (+ ≈16%) e no piso superior ≈18,49m² (+ ≈20%).

Áreas dos espaços das habitações.

T1	Sala	Cozinha	Quarto principal	Quarto de banho
RGEU (m ²)	10	6	10,5	3,5
Habitações originais (m ²)	–	–	–	–
Habitações requalificadas (m ²)	≈ 15,50	≈ 6,92	≈ 10,63	≈ 4,41

T2	Sala	Cozinha	Quarto principal	Quarto	Quarto de banho	Lavandaria
RGEU (m ²)	12	6	10,5	9	3,5	2
Habitações originais (m ²)	≈ 8,87	≈ 2,33	≈ 7,67	≈ 6,24	≈ 2,10	–
Habitações requalificadas (m ²)	≈ 21,47	≈ 8,31	≈ 11,05	≈ 9,94	≈ 4,67	≈ 3,78

T3 / T3 duplex	Sala	Cozinha	Quarto principal	Quarto	Quarto	Quarto de banho
RGEU (m ²)	12	6	10,5	9	9	4,5
Habitações originais (T3 / T3 duplex) (m ²)	≈ 9,05 / ≈ 9,68	≈ 5,45 / ≈ 1,68	≈ 6,90 / ≈ 8,55	≈ 7,13 / ≈ 7,01	≈ 3,90 / ≈ 6,03	≈ 2,45 / ≈ 2,52
Habitações requalificadas (T3) (m ²)	≈ 19,41	≈ 9,77	≈ 11,00	≈ 11,00	≈ 10,00	≈ 3,83 + ≈ 2,78 ⁴⁵³

■ Áreas inferiores aos mínimos legais estabelecidos pelo RGEU.

⁴⁵³ Existe um desdobramento do quarto de banho em dois espaços independentes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

PONTOS DE PARTIDA PARA UM QUESTIONAMENTO DOS MÍNIMOS EM HABITAÇÃO SOCIAL

No final deste percurso em que se observou e se reflectiu sobre os mecanismos de apropriação em habitações mínimas no contexto da habitação social e onde se estudou o habitante e utilizador do espaço como protagonista da sua habitação, podemos retirar algumas considerações.

REFLEXÕES SOBRE A METODOLOGIA

Um dos passos fundamentais para o desenvolvimento do trabalho foi a metodologia utilizada durante todo o processo. Ela condicionou o trabalho na medida em que definiu o que foi analisado e o que se conseguiu apurar sobre o bairro.

Uma ferramenta de trabalho nova para este trabalho, mas já amplamente utilizada noutras pesquisas de outros autores referência, ela apresentava a potencialidade de trazer para o trabalho variáveis de estudo que não seria possível incluir de outro modo. As questões levantadas no início do trabalho exigiam um conhecimento profundo das componentes de interacção dos habitantes com os espaços do bairro, isto é, de todos os seus intervenientes. O processo de descoberta desta ferramenta ao longo do trabalho permite, agora, reflectir sobre a influência desta metodologia no trabalho.

Para um estudante de arquitectura, focado essencialmente nas dimensões físicas do espaço, o método mais imediato de pesquisa sobre a habitação relacionar-se-ia com a análise dos seus dados físicos: qual o seu tamanho; quais as suas proporções; qual a relação entre os espaços; qual a sua organização; e como os habitantes se acomodam a ele. Mas este conjunto de informações não é suficiente para compreender a complexidade deste estudo. Perceber a dimensão global da apropriação do espaço exige que a pesquisa e a análise se estendam para além da leitura da realidade física do espaço. Certas opções, que são tomadas pelos habitantes, podem resultar na mesma solução espacial, porém estas podem ser suscitadas por razões distintas o que mostra a complexidade do processo de apropriação do espaço.

Como tal, o ponto inicial para a abordagem ao bairro e ao tema da apropriação é a entrevista. Nela concentram-se as respostas sobre todos os dados relativos ao estudo. Sendo o estudo mais ou menos alargado, as entrevistas variam em função dos objectivos estabelecidos no trabalho. Ela é um instrumento versátil e que se adapta à finalidade do trabalho. Portanto conhecer os habitantes e o seu espaço permite estabelecer uma ligação entre espaço e morador, entre habitação e habitar.

De certo modo este método permitiu alargar-se os campos de estudo, pois a apresentação de diversos dados sobre as vidas dos habitantes revela todos os aspectos que envolvem a questão do habitar. A entrevista foi o meio através do qual se recolheram dados sobre o passado dos moradores, seja ele relacionado com a evolução dos seus modos de vida ou com as diferentes habitações por onde passaram, e como eles influenciaram as práticas diárias e os usos. Além de proporcionar a compreensão do contexto do habitante e também da casa ela é também um meio de integração no bairro e na vida quotidiana, que se pode experienciar em pequenos momentos de convívio nos quais se observam algumas práticas e não exclusivamente através dos relatos das entrevistas.

As diversas funções das entrevistas ajudam a perceber a pluralidade de habitantes e de modos de habitar em espaços semelhantes.

Este método conduziu o estudo a um nível mais abrangente e mais completo. Os múltiplos dados sobre a complexidade do bairro não seriam expostos de modo tão claro se não se recolhessem as informações através deste método.

O bairro, como se percebeu ao longo do trabalho, vive um momento de transição entre as habitações originais e as requalificadas, no qual os seus moradores estão divididos em diferentes momentos do processo de habitar. A estrutura definida para as entrevistas ajudou a orientar o trabalho de acordo com os dois momentos.

Para além da entrevista existem outras ferramentas de trabalho que também têm um papel fundamental na pesquisa. O desenho e a fotografia trabalham em conjunto com a informação oral. Elas registam as características físicas das habitações e ajudam a formar uma construção visual de conjunto.

A análise do bairro sem o suporte das entrevistas poderia conduzir o trabalho num sentido mais especulativo. Como foi enunciado o estudo das habitações e da apropriação do espaço sem o recurso às mesmas e ao conhecimento da perspectiva do habitante transportaria o trabalho por outros caminhos que não o da apropriação do espaço, muito menos o da apropriação em habitação mínima. A apropriação do espaço em habitação mínima, como se percebeu com o decorrer do trabalho, é mais exigente em comparação com a habitação considerada corrente. As soluções são mais extremas, o que confere um sentido de mutação do espaço muito maior. Talvez por isso mesmo, todas as operações realizadas no interior da habitação são menos visíveis sob um olhar menos informado, isto é, sem a interpretação do processo. Deste modo, é imprescindível que se recolham as informações orais.

No final do estudo é possível afirmar que este método de trabalho permitiu, por um lado, perceber a complexidade inerente ao tema e como ele se pode ramificar e densificar nos inúmeros assuntos que o compõe. Por outro, também ajudou a sintetizar e a condensar o mais relevante para a análise. Limitar as questões e os temas abordados nas entrevistas permite limitar a amplitude do trabalho.

O HABITANTE E A HABITAÇÃO

A apropriação do espaço em habitação mínima envolve um conjunto amplo de factores que conferem complexidade às práticas ligadas ao habitar, entre elas a relação entre o habitante e a sua casa.

Não se pode generalizar uma regra precisa sobre como funciona tal processo. Cada indivíduo ou família desenvolve mecanismos próprios e só assim é que se poderá falar em apropriar, pois como refere Henri Raymond (1974) apropriar é tornar o espaço seu, é criar um *habitat*. Nela existem sempre variações e mecanismos pessoais envolvidos, que se desenrolam durante um longo período de tempo. No entanto, certos processos e algumas práticas encontram pontos comuns que se repetem pelas diversas habitações, pois o espaço físico onde se desenvolvem estas actividades e a cultura e a sociedade onde se inserem os habitantes são os mesmos.

Apesar da base de partida para construir “o seu lar” – a habitação – seja semelhante para os residentes do bairro Rainha D. Leonor, os resultados são sempre distintos. O modo como evoluiu a sociedade, ou seja, como o habitante se comporta perante a habitação, e também a forma como a habitação evoluiu modifica as relações entre os dois agentes.

Os contextos arquitectónicos português e internacional, em particular as influências do Movimento Moderno, mexeram radicalmente com o modo de se pensar e projectar a habitação. Ela definiu, em primeiro lugar, a conceptualização do espaço racional e funcional da habitação, alterou os modelos de habitação, e os seus habitantes envolvidos nas transformações inerentes à sociedade da época passaram a habitar um espaço novo e distinto.

Na cidade do Porto, os bairros do Plano de Melhoramentos 1956-66 marcaram a cidade pela operação massiva de construção que se efectuou em 10 anos e que introduziu a habitação mínimas no quotidiano de muitas famílias, com boas condições de habitabilidade apesar dos espaços e o programa serem muitos contidos.

A evolução da habitação e dos modos de vida não seguem o mesmo ritmo. O bairro, antes da requalificação, mantinha um modelo de habitação desde há quase 60 anos, implicando um atraso nas mutações dos modos de vida e das práticas quotidianas, isto é, conduzia à **persistência de alguns modos de habitar**.

*“(…) les types d’habitation évoluent proportionnellement plus lentement que les modes de vie des habitants et (...) la persistance d’archétypes spacieux dans l’habitation consacre la permanence de certaines manières d’être à domicile.”*⁴⁵⁴

⁴⁵⁴ BARBEY, Gilles, *L’Évasion Domestique. Essai sur les relations d’affectivité au logis*, Paris : Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, 1990, p. 86

Sendo as mesmas habitações durante tanto tempo no bairro e a mudança que surgiu recentemente levou a diferentes formas de apropriação do espaço.

No início do trabalho levantaram-se algumas questões que orientaram a análise do estudo. Parece pertinente reflectir sobre as mesmas no final do trabalho. As respostas são baseadas no que se observou no bairro, portanto o seu conteúdo é uma reflexão sobre o que significa habitar e viver enquadrado em habitações com características semelhantes a este caso de estudo.

1. Quais as formas que o utilizador encontra para apropriar o espaço, torná-lo seu, processo fundamental para a noção de *habitat*, e que resposta recebe do mesmo espaço?

Entende-se que a apropriação do espaço é a construção de um local de referência na vida diária de uma família. A construção do mesmo exige um processo lento e condicionado pelas circunstâncias inerentes a cada família. Como tal, não existem mecanismos ou práticas que se repetem constantemente em todas as habitações e que permitem dizer que apropriar o espaço assume uma determinada forma que se poderá aplicar a qualquer família ou habitante, ou seja, é um **processo pessoal**.

Poder-se-á falar, contudo nas opções que os habitantes tomaram e as razões que desencadearam estas opções.

Acima de qualquer outro factor existe uma inseparável relação entre as práticas quotidianas e a sociedade e a cultura onde se inserem, pois são estas que determinam como se projectam, no espaço da casa, as formas de apropriação. Este processo de apropriação está relacionado com qualquer espaço e qualquer tipo de habitação, porém ele reveste-se de maior importância e com contornos mais complexos quando se fala de habitações mínimas.

A apropriação do espaço está então, em primeiro lugar, associada ao próprio espaço da habitação, na medida em que as divisões disponíveis limitam as práticas diárias, tanto pela sua área como pelo modo como se configuram e se associam umas às outras. Em segundo lugar, está relacionada com o próprio habitante e com os seus modelos culturais e sociais.

Quando se observou as práticas quotidianas nas habitações mínimas, percebeu-se que estas são organizadas pelos habitantes de acordo com a definição de prioridades, sejam elas relativas às tarefas quotidianas ou ao mobiliário/utensílios a ter em casa. Pode-se afirmar que neste processo a **prioridade** é essencial. As limitações impostas exigem que algumas prioridades sejam estabelecidas.

Definir prioridades nas práticas de acordo com as divisões disponíveis assume duas formas distintas. Por um lado as prioridades têm de ser definidas a longo prazo, ou seja, numa perspectiva de futuro da casa. Por outro lado, estas decisões também têm de ser pensadas no dia-a-dia. Isto significa que os moradores abdicam ou reorganizam algumas actividades numa gestão complicada da sua casa, por exemplo: muitas vezes não utilizam os espaços para determinadas tarefas (priorizar a longo prazo), outras vezes têm de definir uma ordem para as actividades que se sobrepõem num espaço só durante o dia (priorizar a curto prazo).

Para além deste modo de agir sobre o espaço, as próprias divisões assumem papéis com diferentes níveis de importância na a apropriação do espaço.

Ficou claro que a sala é o espaço principal da habitação na opinião dos moradores, como se apresentou no quadro da páginas 93-94⁴⁵⁵. A forma como os habitantes justificam a escolha sobre a divisão que consideram ser a principal é muitas vezes baseada no tempo que despendem durante o dia nos diferentes espaços da casa. Porém, quando os habitantes se justificam desta forma não se apercebem que o uso recorrente da sala, dada a sua capacidade de absorver vários usos, é o que realmente justifica a sua preferência. Portanto a sala é acima de tudo o espaço que alberga inúmeras possibilidades de usos e práticas quotidianas e que reduz as limitações da habitação. Sendo este o local mais versátil da habitação, os

455 Capítulo 2.3.1 – Dispositivos arquitectónicos: Relações entre os espaços domésticos, p. 93

moradores encontram nele a solução para a maior parte dos problemas associados às habitações mínimas, e como tal apropriam-se dela para todas as actividades que os outros espaços não conseguem suportar.

Esta **versatilidade** é mais notória nas habitações originais, onde a área da casa é mais reduzida e como tal exige que se encontrem formas de ultrapassar as lacunas derivadas deste problema. Por outro lado, nas habitações requalificadas também existe o mesmo sintoma preferencial pela sala. Apesar da casa ser maior do que a anterior, ainda é pequena e composta por um programa mínimo (sala, cozinha, quarto(s) e quarto de banho)⁴⁵⁶.

Como se observou tanto num caso como no outro é neste espaço que os moradores passam a maior parte do tempo e onde exercem a maior variedade de tarefas doméstica, entre outras.

Assim, fica claro que, a par da sala ser um espaço fundamental para os habitantes do bairro, é essencial que ela e as outras divisões sejam **plurifuncionais**, isto é, versáteis. Esta característica é determinante para quem vive em habitações mínimas. Contudo ela também está fortemente dependente dos próprios habitantes. As várias funções atribuídas à sala dependem, por um lado da vontade dos moradores em a usar para diversas actividades e por outro lado das suas necessidades, ou seja, este espaço não apresenta nenhuma característica física que possibilite ou não a plurifuncionalidade, mas sim o desejo dos moradores em lhe conferir esta característica quando resolve os seus problemas.

A sobreposição de usos no mesmo espaço já era recorrente nas habitações operárias francesas do início do século XX. Enquanto as famílias burguesas gozam do uso de salas de jantar, salão de estar e espaços de recepção como as antecâmaras, ou seja, cada prática tinha o seu espaço próprio e distinto, na habitação operária associavam-se as funções no mesmo espaço: sala de comer/cozinha; sala de comer/alcova; ou sala de comer/sala⁴⁵⁷. O mesmo acontece nas habitações do bairro, mas de forma mais acentuada: a sala conjuga diversos usos e não só dois, como os que estavam descritos acima. Não é uma situação desejada ou mesmo programada pelo arquitecto como nas habitações operárias francesas, onde as plantas discriminavam por escrito a dupla função, mas antes uma situação de recurso.

Para se poder habitar uma casa com áreas tão reduzidas estas soluções são indispensáveis. Foi possível superar as limitações das habitações através de outras soluções para além do recurso à plurifuncionalidade dos espaços. Numa habitação com uma área tão pequena, os moradores não conseguiam incluir um espaço para uma necessidade importante em qualquer casa e que muitas vezes é menosprezada: os arrumos. Estes espaços, materializados em divisões ou simplesmente em peças de mobiliário são, desde há longas décadas, sinónimo de conforto⁴⁵⁸. De forma a contornar a pouca área útil⁴⁵⁹ da habitação foram construídos anexos nos espaços exteriores. Neles acumularam-se as mais variadas funções, como arrumação, lavandaria, espaço de trabalho, ou garagem.

Agora, nas habitações requalificadas estes anexos foram anulados deixando todo o espaço exterior livre para actividades de lazer. No entanto, mais uma vez, as zonas de arrumação foram negligenciadas, sendo que as habitações T1 são as mais afectadas. Aqui os moradores recorrem a soluções semelhantes às usadas nas habitações originais, mas sem os anexos exteriores, ou seja, dependem de soluções no interior da habitação com mais limitações. Sob este ponto de vista, pode-se concluir que não existe uma melhoria na habitação, mas antes um retrocesso.

As condicionantes das habitações poderão obrigar à alteração de algumas práticas diárias, mas muito poucas são aquelas que realmente não podem ser exercidas nas habitações do bairro, portanto as condicionantes não anulam as práticas mas sim alteram-nas. A criação do *habitat*, nestas habitações, é então a sua transformação.

⁴⁵⁶ No caso excepcional do T2 o programa da habitação inclui a lavandaria.

⁴⁵⁷ ELEB, Monique; DEBARRE, Anne, *L'invention de l'habitation moderne. Paris 1880-1914*, Paris: Éditions Hazan, 1995, p. 57

⁴⁵⁸ Ibidem, p. 158

⁴⁵⁹ Artigo 64, alínea b) do RGEU, in

<<http://www.oasrn.org/upload/apoio/legislacao/pdf/rgeu.pdf>> [consultado em 2012]

2. Como são apropriados os espaços standardizados (projectados para responder a necessidades da generalidade da população⁴⁶⁰)?

Numa era onde a indústria toma conta dos processos de produção, a habitação também é influenciada pelos mesmos processos de produção. A inegável evolução da habitação incentivada pelo Movimento Moderno procurou a simplificação das actividades do quotidiano na casa, apoiado nas técnicas de standardização, que reduziam as variações de produção e simplificavam os processos de construção.

Nas habitações do bairro, a standardização está patente nos processos de construção, mas também nas soluções espaciais adoptadas. Estas são talvez mais importantes para a apropriação do espaço, pois influenciam directamente o quotidiano dos moradores.

Tanto nas habitações originais como nas requalificadas a standardização faz parte da definição das soluções. Nos dois casos são sistematizadas três tipologias principais – T2, T3, T3 duplex (originais) e T2, T3, T1 (requalificadas) – onde as segundas são decorrentes das primeiras. Assim, a solução dos espaços das novas habitações são o resultado da redefinição das primeiras casas.

Também em ambas as fases do bairro existem soluções espaciais que se repetem entre as três tipologias. Nas habitações originais observa-se a associação da cozinha à sala; a divisão dos espaços comuns dos espaços privados; e a utilização dos “falsos” como zonas de arrumação da casa. Nas habitações requalificadas verifica-se uma nova disposição espacial, onde a sala assume o centro da casa.

Apesar de algumas características se repetirem nas habitações, isto é, na organização dos espaços, nas medidas standardizadas dos espaços, todas as famílias conseguiram adaptá-lo às suas necessidades. Isto significa que os diversos usos dos espaços, que variam segundo cada habitação não estão limitados pela standardização dos espaços. Como se observou tanto nas habitações originais do bairro como nas habitações requalificadas, os habitantes conseguiram contornar as dificuldades inerentes à sua casa.

Na sala das habitações originais, por exemplo, algumas famílias não usavam a sala para esse fim, permitindo que esta fosse o local de recepção da casa (O.T2i.1.165), outras decidiram separar a cozinha da sala (O.T2i.4.82; O.T2s.4.24), outras mesmo passaram a usar um dos quartos como cozinha, libertando todo o espaço para a sala (O.T3d.14.18). Nos quartos, bastante pequenos, não é tão fácil encontrar estas variações frequentes de usos, dado que quase todos tinham de servir o mesmo propósito: dormir. Só mais tarde, quando as famílias reduziram o seu agregado é que foi possível encontrar variações nestes espaços.

Nas habitações requalificadas, também se nota a personalização dos espaços, em especial na sala. Ela consegue albergar tantos usos que a sua característica de centro da casa confere um carácter mais versátil.

A casa apesar de igual, nunca surge semelhante quando se observa cada caso em particular. As hierarquias e as prioridades estabelecidas por cada família determinam as mutações dos espaços standardizados. Não são estes que limitam o quotidiano dos habitantes, mas antes a sua organização ou as suas áreas.

Numa sociedade e cultura que se regem pelas mesmas normas ou modelos, as práticas diárias também são de algum modo standardizadas. Mas estes modelos são o suporte para a construção interpretada ou inventada de uma prática⁴⁶¹, onde o habitante expressa, através de um modelo que conhece, uma acção. É a interpretação do modelo. Também os espaços standardizados permitem que os habitantes os usem segundo a sua interpretação.

460 GROPIUS, Walter, *Architecture et société*, Paris, Éditions du Linteau, 1995, p. 43

461 RAYMOND, Henri, *Habitat, modèles culturels et architecture*, Architecture d'Aujourd'hui, n° 174, 1974, p. 51

3. A idealização de uma habitação está inerente ao processo de habitar, mesmo que de forma inconsciente, onde cada habitante ou família deseja viver segundo determinados “sonhos”. Como funciona, então, este processo de apropriação que visa construir um *habitat* ideal em habitação mínima?

Ao longo do trabalho não se analisou com especificidade este tema. Mesmo assim, fica patente, em alguns assuntos que foram abordados a relação entre o processo de apropriação e a vontade de aproximação da casa ao espaço idealizado pelos moradores.

A construção da casa idealizada vai surgindo com o decorrer do tempo em que se vive a casa. Para quem pode escolher um projecto que vá de encontro aos seus desejos não se debate com algumas incompatibilidades entre o espaço que deseja e o que habita.

Para os habitantes do bairro que não tiveram o poder de decisão sobre a sua casa, este processo de materialização não está totalmente limitado. Contudo, é evidente que as áreas mínimas e o reduzido programa da habitação condicionam os habitantes e as formas encontradas para criar a habitação ideal também são reduzidas e limitadas. Como tal, o resultado final foca-se mais nos detalhes que se aplicam ao espaço, numa aproximação do que desejam da casa.

Nas condições em que foram morar para o bairro, os habitantes não puderam decidir sobre quase nada da sua habitação. O elemento sobre o qual puderam decidir modificando a sua casa é especialmente o mobiliário. Como se percebeu ele tem um papel preponderante na definição e caracterização da habitação. Esta não é a única solução encontrada para melhorar a casa. Muitas das habitações originais sofrem grandes alterações no espaço da casa, como sejam as alterações de pavimento, as alterações nos quartos de banho, entre outras.

É claro que as acções não podem surgir de igual modo nas habitações originais como nas requalificadas. Enquanto que nas habitações originais notou-se que tanto o mobiliário como a casa sofreram modificações, nas requalificadas só o mobiliário é usado para criar os ambiente desejado.

Estas acções pontuais sobre o espaço são sempre pequenas tendo em conta os desejos dos moradores. Porém, o que eles poderiam ambicionar da sua casa também se transforma com o tempo. Eles acabam por redefinir as suas prioridades e ajustam as suas vontades à realidade do bairro.

MÍNIMO

A definição de mínimo na habitação foi, no decorrer do trabalho, analisado sob diversos pontos de vista. Em especial a forma com influência o quotidiano dos habitantes tornou-se a ponto principal de estudo deste tema.

Num primeiro momento definiram-se os mínimos associados ao homem e que estão intimamente ligados com a habitação mínima. Eles são o ponto de partida para se poder projectar uma habitação com esta característica, dado que é necessário perceber as restrições máximas da habitação. Estas restrições estão associadas a dois aspectos principais.

O primeiro aspecto e talvez o mais evidente é a redução das áreas da habitação.

No bairro, as habitações, tanto as originais como as requalificadas, enquadram-se na definição de habitação mínima pelas áreas reduzidas das suas divisões, como se observou nas tabelas apresentadas no capítulo 2.6 – *Informações sobre áreas*. Porém as mais recentes são claramente superiores tanto em área bruta, como individualmente nas áreas das divisões. Esta variação entre originais e requalificadas não retira às últimas o seu carácter de habitação mínima. Assim sendo, as áreas mínimas não são suficientes para garantir que as habitações se enquadrem na definição de habitação mínima.

Outra característica importante e que também marca estas habitações é o seu programa. Em ambos os casos (originais e requalificadas) existe um aspecto comum: a **simplificação do programa**.

Em comparação temos a seguinte evolução entre o programa das habitações originais e das requalificadas:

Programa	Habitação original	Habitação requalificada
Sala	Tem	Tem
Cozinha	Tem: inserida na sala	Tem: independente
Quarto	Tem	Tem
Quarto de banho	Tem: só 1	Tem: dois no T3
Lavandaria	Não tem	Tem: nos T2 Não tem: em todos os outros casos
Hall de entrada	Não tem	Tem: nos T2 superiores Não tem: em todos os outros casos
Corredor	Não tem	Tem: nos T1 Não tem: em todos os outros casos
Varanda/Terraço	Tem	Tem

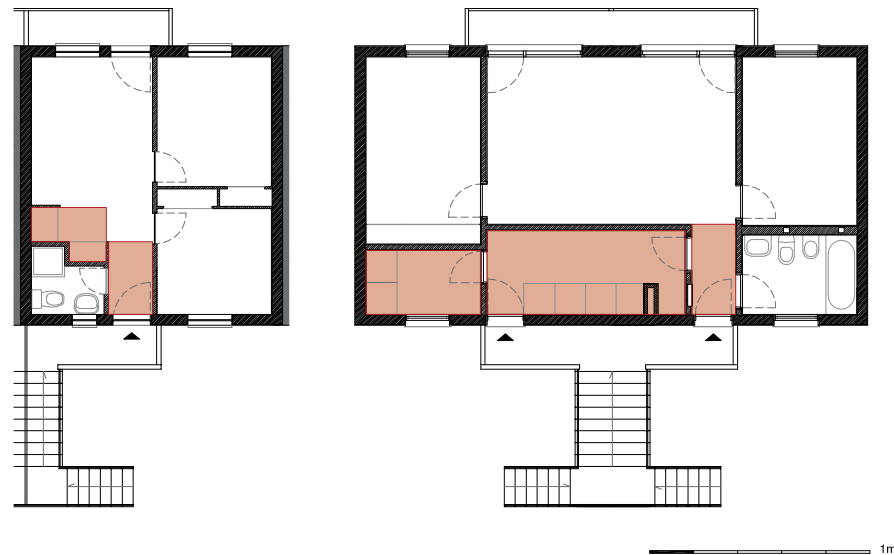


Fig. 137 Programa de dois T2 superiores em comparação.

À esquerda: T2 superior original.

À direita: T2 superior requalificado.

Marcado a cor os espaços diferentes:
Cozinha integrada na sala;
Hall de entrada (caso excepcional
nas habitações originais)

Marcado a cor espaços novos:
Lavandaria;
Cozinha independente;
Hall de entrada.

Nestes dois programas, que variam em pequenos aspectos, as divisões das habitações aproximam-se bastante umas das outras. Elas mostram que as evoluções do programa foram poucas entre as duas habitações. A mudança principal está associada à cozinha, isto é, à sua independência face à sala e à incorporação da lavandaria no R.T2. Estes dois casos revelam o caminho que seguiram estas habitações na evolução da habitação mínima, ou seja, as habitações originais são muito próximas das habitações requalificadas no seu programa, mas não o são na sua área.

Apesar de se verificarem algumas diferenças, continua a não existir a inclusão coerente de espaços de distribuição em

todas as habitações, que conferem mais complexidade ao espaço. Tal só acontece com o corredor dos R.T1 ou com os espaços de entrada dos R.T2. Estes parecem surgir como consequência da organização do espaços das habitações, ou seja, das possibilidades associadas a uma ou outra tipologia e não como uma busca intensiva por uma solução mais complexa da habitação ou como uma intenção de projecto, dado que não são uma constante em todas as habitações requalificadas. Estas pequenas alterações que aparecem em algumas habitações do projecto de requalificação não definem o percurso evolutivo da habitação mínima, isto é, quando elas são parte do projecto da habitação e quando conferem maior complexidade aos dispositivos⁴⁶², deixarão de se determinar como habitações mínimas. Afirmar de modo veemente onde está o limite entre o que é habitação mínima ou não, poderá não ser aplicável a qualquer residência. No caso das habitações do bairro podemos dizer que incluir mais dispositivos de distribuição nas mesmas não garante que elas deixem de ser habitações mínimas, mas retiram grande parte do seu carácter mínimo. Desde o projecto original que elas já continham varandas e terraços, espaços que à partida não fariam parte de uma habitação com estas características.

A evolução da habitação está sempre associada à época onde se insere, como tal os mínimos não serão sempre os mesmos. Neste bairro ficou claro que as habitações originais eram aceitáveis para o tempo em que foram construídas. O contexto da época em que se inseriam e a população que visavam albergar permitiu reduzir os espaço e simplificar o programa até àquele mínimo. Agora, perto de 60 anos mais tarde, os residentes e as exigências da sociedade mudaram e como tal as habitações também.

A evolução tecnológica permitirá que as habitações se reduzam ainda mais, ou será que vão continuar a traçar o mesmo percurso de ampliação dos espaços para incluir cada vez mais equipamentos?

Neste momento a habitação mínima é acima de tudo a conjugação de espaços com áreas reduzidas e de programas muito simplificados, onde se incluem as divisões essenciais às práticas diárias. Todos os outros espaços que podem ser excluídos desta equação são supérfluos para estas habitações, mas não lhes retiram desde logo o seu carácter. O equilíbrio entre as áreas mínimas e a simplificação do programa faz com que a casa esteja mais aproximada da habitação mínima.

	<i>Ilhas</i>	Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto 1956-66	Bairro Rainha D. Leonor 1ª fase	Bairro Rainha D. Leonor 2ª fase
Complexidade de programa	+	+++	+++	++++
Dimensão dos espaços	+	+++	+++	+++++

Nesta tabela, a definição dos valores não está baseado em dados completamente exactos, como seja o caso das *ilhas*, onde não se pode afirmar com toda a certeza que elas eram sempre as que continham programas mais simples ou as áreas mais reduzidas. Já em relação ao Plano de Melhoramentos e à 1ª fase do bairro é mais complicado fazer comparações, dado que existem inúmeras habitações do Plano. que variam em áreas e programas. Assim, podemos considerar que elas, em média, se equivalem à 1ª fase do bairro.

⁴⁶² ELEB-VIDAL, Monique; CHÂTELET, Anne-Marie, MANDOU, Thierry, *Penser l'habité. Le logement en questions*, (1988), Liège: Pierre Mardaga, 1995

A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO NO BAIRRO RAINHA D. LEONOR EM DUAS FASES

A discussão sobre a apropriação do espaço no bairro referencia-se nas duas fases - antes e depois da requalificação. Perceber a globalidade deste processo exige que se entenda quais as alterações que se operaram de uma habitação para outra, sem excluir que alguns dos seus habitantes provinham de habitações ainda mais reduzidas. Como foi acima referido todas as habitações são compostas por espaços mínimos (uns maiores que outros) e por programas simplificados. Assim, as mudanças que mais contribuíram para alterar, poder-se-á dizer positivamente, a apropriação do espaço foram o aumento da área nos espaços da casa, mas também a forma como o programa está organizado. Além destes dois factores existem outros dados que constituíram novas limitações que até então não existiam, ou que se confrontam com o habitante de modo diferente. Então, é possível afirmar que as alterações espaciais regem a apropriação do espaço tanto de forma positiva como de forma negativa.

Quando se observa as alterações da casa que contribuíram para a melhoria do quotidiano das famílias percebe-se que a ampliação das áreas e a reorganização dos espaços provocaram novas abordagens ao espaço. Acima de qualquer outra vantagem os habitantes puderam ver alargadas as divisões da casa. Isto contribui para que as famílias não sentissem tantas limitações no espaço. Assim, comparando as habitações originais e as requalificadas, o espaço da sala e da cozinha são os que têm uma transformação mais significativa, dado que são mais relevantes para o quotidiano das famílias. No primeiro caso – a sala – passa a ser possível dividi-la em duas zonas distintas: zona de estar e zona de refeições. No segundo caso – a cozinha – a sua independência nas novas habitações determinou novas características a este espaço.

Funções dos espaços:

	Habitações originais	Habitações requalificadas
Sala	descanso; refeições.	descanso; refeições.
Cozinha	confeção de refeições.	confeção de refeições; descanso; refeições.

Práticas que lhes estão associadas:

	Habitações originais	Habitações requalificadas
Sala	estar; ver tv; comer; tratar da roupa; dormir; estudar.	estar; ver tv; comer; trabalhar; tratar da roupa; estudar.
Cozinha	cozinhar.	cozinhar; comer; ver tv; tratar da roupa.

O uso do espaço em ambas as habitações é muito próximo. A sala e a cozinha servem os mesmas funções, mas nas novas habitações existe uma duplicação de usos na cozinha em relação à sala. Por outro lado as práticas dos espaços semelhantes já não são as mesmas. Nota-se que nas novas habitações existe um equilíbrio muito maior entre as actividades praticadas na sala e na cozinha. Os habitantes podem optar entre os dois espaços para realizarem algumas actividades, enquanto que nas habitações originais, poucas ou nenhuma são as práticas que se dividem entre as duas divisões. As dimensões extremamente reduzidas da cozinha não permitem mais diversidade de prática nesse espaço. Recordando o caso da habitação O.T2i.1.165, foi descrito que a cozinha serviu como espaço de refeições para os dois moradores. Este caso é um pouco ambíguo, porque a cozinha nunca foi totalmente fechada e como tal os seus limites são indefinidos, ou seja, a colocação da pequena mesa pode estender-se para lá dos limites virtuais e ocupar mais do que o espaço da cozinha. Mas de certo modo podemos aceitar que ela permite que se coma em situações muito especiais e com condições muito restritas.

A nova organização espacial mudou alguns hábitos dos moradores, mas as alterações não foram drásticas. As habitações requalificadas têm uma nova regra de organização: a sala é o espaço central da casa e as outras divisões orbitam à sua volta; deixa de existir uma hierarquia de divisões organizadas segundo as funções, os tempos, as práticas e os usos. Deste modo a sala ganhou um novo peso e importância na organização interna. Apesar da divisão pouco clara entre espaços públicos e privados na casa, as famílias não encontraram grandes dificuldades em usa-los segundo os seus desejos. A divisão teórica de espaços públicos/privados ou diurnos/nocturnos não significa que estes não se possam relacionar em proximidade com outros. Nas habitações mínimas é importante que a proximidade entre espaços com usos e práticas distintos não se sobreponham no dia-a-dia e que acima de tudo simplifiquem as tarefas diárias. As áreas reduzidas exigem programas simples bem organizados, pois não pode haver margem para desperdícios. Se forem conjugados estes aspectos é possível otimizar as práticas diárias.

Entre as organizações das três tipologias, o T1 não é o mais otimizado. Algumas opções de organização, como o corredor, ou as portas exteriores nos quartos limitam algumas actividades e dificultam outras actividades. Desta forma, nem todas as operações de mudança das habitações trouxeram para os habitantes vantagens. Alguns problemas, parte da transformação, continuam a exigir que estas habitações sejam adaptadas pelos habitantes em busca de controlar as suas limitações.

Neste processo evolutivo das habitações, os moradores também constroem o seu próprio processo de apropriação do espaço. Os dois processos estão ligados um ao outro e nenhum deles se encontra completamente terminado. A mediação entre as vontades de quem habita estas casas e o próprio local físico é o motor de construção dos dois processos.

Estas observações baseadas nas habitações que foram estudadas não deixam tirar conclusões exactas, pois o processo de apropriação do espaço é tão pessoal e admite tantas variações que só estudando todos os casos se poderia construir um quadro completo sobre o bairro. Como tal, admite-se uma margem de variações nas formas de apropriar a casa.

Para além da comparação entre a evolução dos espaços, há diferenças na **qualidade** das habitações. Esta definição de qualidade está associada à definição atribuída por Henri Raymond quando afirma que:

*“Les qualités du logement (...) correspondent à l'inscription ou à non-inscription dans l'espace des pratiques dont nous avons parlé ci-dessus.”*⁴⁶³

Utilizando esta afirmação como referência de avaliação das habitações do bairro e entendendo que as suas qualidades se exprimem pela possibilidade de apropriação, isto é, através da inscrição ou não inscrição de práticas, de um modo geral poder-se-á dizer que a *qualidade* das habitações do bairro está dependente das suas limitações. Entre as habitações originais e as requalificadas e entre as próprias tipologias existem algumas diferenças.

Em primeiro lugar verificou-se, ao analisarmos as habitações originais, uma discrepância na avaliação de *qualidade* entre a forma como os moradores habitam a casa e o que exprimem sobre ela, isto é, as conclusões que se podem tirar sobre a *qualidade* das mesmas não é semelhante segundo os dois pontos de vista. Quando interrogados sobre o que acham da sua casa, os habitantes dizem sentir-se felizes, e não encontram razões para mudar para as mais recentes ou fazer grandes alterações na sua casa. Mas, quando observados os modos de vida dos mesmos e a forma como têm de se adaptar ou adaptar a casa a si mesmos nota-se que o esforço é muito superior em relação ao que exprimem. As dificuldades quotidianas são visíveis tanto pela necessidade de construir anexos, como pelas necessárias manipulações no espaço da casa de modo a responder as todas a necessidades, como por exemplo: a transformação/alteração da sala ou dos quartos para diferentes usos; o encerramento da cozinha face à sala; a desadequada colocação de mobiliário em espaços de recurso, entre outras alterações. Todas as modificações praticadas na habitação e nos modos de vida dos moradores, para que

⁴⁶³ RAYMOND, Henri, *Habitat, modèles culturels et architecture*, Architecture d'Aujourd'hui, n° 174, 1974, p. 52

fosse possível coexistir com a habitação de forma equilibrada, ajustou os habitantes a um modo de vida específico, muito adaptado e moldado às realidades destas habitações. Assim, como podem eles dizer que a sua casa não lhes serve ou não lhes é adequada quando todas as transformações operadas ao longo de tantos anos determinaram um quotidiano ajustado às suas possibilidades?

O valor afectivo associado à casa que habitam e a consciência do processo que desenvolveram ao longo destes anos para se adaptarem à casa não permite, aos moradores, manter uma distância crítica sobre o mesmo. Mas, quando questionados sobre as novas habitações é-lhes mais simples perceber os problemas inerentes a estes espaços do que nas casas onde construíram a sua história pessoal com grande esforço e dedicação.

Observadas as habitações requalificadas percebe-se que a situação é bastante distinta da anterior. A distância crítica dos habitantes sobre o seu espaço é maior e como tal eles conseguem identificar com maior facilidade os problemas associados ao novo espaço, dado que ainda não construíram grandes laços afectivos com a casa nem procederam a grandes adaptações na mesma. Porém esta mudança significou, para a maioria dos moradores, um sentimento de contentamento e são apontadas algumas vantagens que a nova habitação apresenta face à anterior. Porém, como se já se referiu há um descontentamento generalizado face às habitações T1.

O T1 é a habitação com menos *qualidade* em comparação com as outras tipologias, de acordo com o entendimento da citação acima referida. Como foi apresentado no decorrer do trabalho, as perspectivas de vida que os moradores encontram nestas casas parecem estar extremamente limitadas.

Ao comparar as necessidades dos moradores com as características das habitações T1 há um desajuste. Aparentemente adequadas a famílias que não esperam ver aumentado o seu agregado (casais reformados, etc.), o T1 não está adaptado às realidades diárias e futuras das famílias que vão usufruir destas casas. A existência de um único quarto é o principal problema para os moradores.

Esta característica do T1 (qualidade de ter um quarto) significa que este poderá ser habitado por casais recém-casados que não esperam ter filhos futuramente, por pessoas solteiras, ou outras pessoas em situações semelhantes. Porém não será adequado a casais mais velhos. Tal afirmação baseia-se nos argumentos levantados pelos próprios residentes. As complicações de saúde, por norma associadas à idade, obrigam muitas vezes à separação do casal em camas individuais ou mesmo ao recurso de uma pessoa auxiliar, algo impossível nestas habitações. Também alguns dos moradores já avós e que tomam conta dos netos pequenos, durante parte do dia, estão muitas vezes limitados pela casa, pois as crianças de idades diferentes precisam de espaços próprios onde possam descansar ou brincar sem incomodar ou serem incomodadas. Assim sendo, como podem os moradores albergar tais situações com um só quarto, que não comporta mais do que uma cama de casal e algum mobiliário?

Especulando sobre este futuro problema para algumas famílias, parece, mais uma vez, que a solução poderá passar pelo uso da sala para acolher as actividades que não encontram outro lugar na casa. Esta suposição baseia-se no que se observou nas habitações originais do bairro, dado que os habitantes são os mesmos e os problemas são idênticos. Como não se verificou nenhum caso onde tais problemas já se levantaram, não se pode saber ao certo como seria solucionada esta questão.

De um modo geral as outras habitações requalificadas vão de encontro às necessidades dos moradores. Eles encontram espaços para inscrever as suas actividades diárias, sem que se sobreponham no mesmo local mais do que uma actividade, e em algumas situações, como as refeições, os habitantes são livres para optar pelo espaço em que preferem usar: cozinha ou sala, algo que não acontecia nas habitações originais. Os quartos também permitem mais liberdade de usos, onde muitas vezes se incluem zonas de estudo, trabalho e mesmo berçários. Os quartos de banho são mais amplos com espaço suficiente para se colocar roupa a secar, quando não existe outro local.

Outro espaço que compõe as habitações T2, a lavandaria levanta outras questões. Desde cedo os moradores sentiram

a necessidade de incorporar nas suas casas (nas habitações originais) este espaço. No projecto de requalificação a consciência desta necessidade não encontrou uma resposta igual para todas as habitações. As diferenças são de significativa importância para o quotidiano das famílias. Só os T2 têm uma divisão destinada a este fim, enquanto os T3 e os T1 têm a lavandaria incorporada no mesmo espaço da cozinha, formada pela peça de lavagem de roupa (tanque em inox) sem espaço para um estendal ou máquinas de lavar/secar roupa.

Mais uma vez, os moradores são obrigados a encontrar um meio-termo para esta actividade, muitas vezes socorrendo-se do quarto de banho para colocar roupa a secar ou retirando o tanque de inox da parede para colocar uma máquina de lavar e/ou secar roupa.

Assim, nota-se que mesmo passados quase 60 anos os habitantes debatem-se com alguns dos mesmos problemas das habitações originais do bairro. Este intervalo de tempo trouxe novas realidades quotidianas para o bairro e para as habitações, mas a construção de uma habitação mais adequada ao quotidiano destas famílias nem sempre foi de encontro as todas a necessidades.

CONFRONTO ENTRE A PERCEPÇÃO E A CONSTATAÇÃO

Após o estudo do bairro foi evidente a discrepância entre os conceitos iniciais relacionados com este tema e a constatação final dos mesmos. O que significava apropriar o espaço e viver em habitações mínimas estava longe de se aproximar da real complexidade do processo. As experiências dos moradores e o confronto com a realidade, que o trabalho de campo proporcionou, mostrou, por um lado, que viver em habitações mínimas é uma construção gradual e que ela cresce com a família, num processo extremamente pessoal; por outro, as adaptações ao espaço da casa utilizam mecanismos muito mais exigentes, dado que cada família tem necessidades diferentes e as grandes limitações dos espaços sujeitam a casa a modos de apropriação mais extremos. De tal modo isto acontece que durante a observação das habitações não foi possível encontrar duas casas semelhantes. As semelhanças não remetem exclusivamente para as características físicas da casa. As casas mais ou menos alteradas, as organizações do espaço diferentes, ou o mobiliário mais ou menos idêntico não são as razões mais importantes para se perceber a individualidade das habitações. O quotidiano das famílias, as rotinas diárias alteram os usos dos espaços, as práticas e a forma como estes são aplicados sobre a casa, construindo-se assim um lar, uma casa pessoal e única.

Em pontos mais particulares, quando se reflecte sobre as diferenças entre o que se supunha ser morar nestas casas e o que é viver no bairro, compreende-se que a concepção mental da realidade através de plantas ou desenhos não é suficiente. Alguns aspectos das habitações, que se destacaram pelas complicações que geraram às famílias do bairro, mostram isso mesmo.

Ao observar as plantas das novas habitações e a grande transformação espacial das habitações originais parecia que os habitantes iriam sentir uma mudança forte entre a antiga habitação e a nova. O aspecto que mais saltou à vista era a proximidade dos quartos com a sala, em particular no T2, onde um dos quartos está completamente relacionado com a sala. Esta proximidade parecia conduzir a uma mistura pouco clara entre os espaços que protagonizam as actividades nocturnas e os das actividades diurnas. Ao longo das conversas com os moradores ficou claro que não havia qualquer inconveniente. Os tempos de uso diferentes de um e de outro significa que não há interferências entre os dois.

Outro dado que também apresentava algumas dúvidas era a falta de clareza das circulações internas das habitações requalificadas. Ao serem claramente organizadas com a sala ao centro, implica que todas as divisões dependam dela para se interligarem. Quando se observaram as plantas, sem informações relativas a qualquer tipo de organização interna a sala não evidenciava qualquer definição para as zonas de circulações. Porém, aparentemente todos os habitantes definiram as zonas de circulações internas de forma semelhante e conseguiram estabilizar duas zonas distintas na sala. Para tal foram necessários alguns compromissos, mas também estes foram quase sempre os mesmos em todas as habitações.

Das três tipologias das habitações requalificadas e numa apreciação primária o T2 parecia apresentar mais problemas aos habitantes, enquanto que o T1 e o T3 pareciam não ter muitos problemas. Depois da pesquisa e das entrevistas ficou claro que o T2 está perfeitamente adaptado aos seus moradores, enquanto que o T1 não.

A evolução deste trabalho e dos seus conceitos esteve também muito ligado ao momento singular no qual o bairro se encontrava. A transição entre as duas fases tornou possível observar, em simultâneo, os lugares físicos das habitações originais e das requalificadas, perceber as duas fases do bairro em conjunto com os habitantes e comparar as suas experiências quotidianas. A particularidade das circunstâncias reunidas neste bairro favoreceu o enriquecimento do estudo como o conhecimento pessoal sobre o tema, pois sem elas a abordagem seria menos diversificada.

A complexidade da apropriação do espaço, que se caracteriza pelas impressões pessoais conferidas pelos seus protagonistas – os habitantes – e pelos diversos agentes que interagem nesta relação, levantam muito mais questões que não são passíveis de ser abordadas neste estudo. Fica porém a questão, que caminho segue a habitação mínima? Irá num sentido de ampliação, com menos restrições espaciais para os seus moradores, ou num sentido de redução de espaço e programa?

Seja qual for o caminho adoptado, os seus moradores encontraram sempre formas de o apropriar, de contruir o seu *habitat*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTAS, António Azeredo; MONTERROSO, Manuel, *A salubridade habitacional no Pôrto*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1934
- BACHELARD, Gaston, *Poétique de l'espace*, (1957), Paris : Presses Universitaires de France, 1983
- BARBEY, Gilles, *L'Évasion Domestique. Essai sur les relations d'affectivité au logis*, Paris : Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, 1990
- BLANCHET, Alain; GOTMAN, Anne, *L'enquête et ses méthodes : L'entretien*, Paris : Éditions Nathan, 1992
- BOUDON, Philippe, *Pessac de le Corbusier*, Paris: Dunod, 1969
- CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *O problema da extinção das "ilhas" do Porto*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1960
- CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto: 1956-1966*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1966
- CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano de Salubridade das "Ilhas" do Porto*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1956
- CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano Regulador da Cidade do Porto*, Porto: Câmara Municipal do Porto, Separata da Civitas, Vol. VIII, n° 2, 1952
- CARDOSO, Abílio S., *Do desenvolvimento do planeamento ao planeamento do desenvolvimento*, Porto: Edições Afrontamento, 1996
- CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henri , *Famille et habitation. Sciences humaines et conceptions de l'habitation*, (1959), Paris : Editions du CNRS, 1967
- COLLIGNON, Béatrice; STASZAC, Jean-François, *Espaces domestiques. Construir, habiter, représenter*, Paris: Bréal, 2003
- COSTA, Maria Rita Saturnino Dias da, *A habitação mínima: explorações conceptuais e suas consequências formais*, Porto: Faup, Prova Final para a Licenciatura em Arquitectura, 2003
- COSTA, Rui Pedro, *100 anos de siedlung's: da morfologia da cidade à tipologia do fogo*, Porto: Faup, Prova Final para a Licenciatura em Arquitectura, 2006
- CRUZ, Marta, *Tema e variações, outro modo de pensar a diversidade. O caso da CHE O Lar do Trabalhador, Matosinhos*, in Actas do 1º CIHEL, Lisboa: Argumentum, 2010

CRUZ, Marta, *Construir a casa: elementos exploratórios para a compreensão dos conteúdos, do contexto e do processo de concepção arquitetónica da habitação unifamiliar*, in Sociologia n°16, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 231-250, 2006

CRUZ, Marta, *Les non-dits de l'espace domestique. Valeur d'usage de l'ambiguïté pour les familles contemporaines*, tese de douturamento em Arquitectura, policopiado: ENSAM, 2009

DROSTE, Magdalena, *Bauhaus: 1919-1933*, (1992), Colónia: Taschen, 2004

ELEB, Monique; CHÂTELET, Anne-Marie, *Urbanité, sociabilité et intimité: Des logements d'aujourd'hui*, Paris: Editions de l'Épure, 1997

ELEB, Monique; DEBARRE, Anne, *L'invention de l'habitation moderne. Paris 1880-1914*, Paris: Éditions Hazan, 1995

ELEB-VIDAL, Monique; CHÂTELET, Anne-Marie, MANDOUL, Thierry, *Penser l'habité. Le logement en questions*, (1988), Liège: Pierre Mardaga, 1995

FERNADEZ, Sérgio, *Percursos: arquitectura portuguesa: 1930-1974*, Porto: Faup Publicações, 1988

FERREIRA, António Fonseca, *Por uma nova política de habitação*, Porto: Edições Afrontamento, 1987

FERREIRA, José António, *As ilhas, as colónias operárias e os bairros de casas económicas*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2000

FERREIRA, José António, *Habitação social no Porto*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1999

FERREIRA, Virgílio, *O Porto bairro a bairro*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2005

FLAMÍNIO, Isabel Fontes, *Cozinha corrente: modos de vida e apropriação do espaço*, Porto: Faup, Prova Final para a Licenciatura em Arquitectura, 2004

GROPIUS, Walter, *Architecture et société – textes choisis, présentés et annotés par Lionel Richard*, Paris: Éditions du Linteau, 1995

JENKINS, David, *Unité d'habitation Marseilles : Le Corbusier*, London: Phaidon, 1993

KAUFMANN, Jean-Claude, *L'entretien compréhensif*, Paris : Armand Colin, 2006

KLEIN, Alexander, *Vivienda mínima: 1906-1957*, Barcelona : Edições GG, 1980

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia, *Morfologia urbana e desenho da cidade*, (1988), Lisboa: F.A.U.T.L., 2010

LE CORBUSIER, *Le Modulor*, Boulogne: Editions de L'architecture d'aujourd'hui, 1948

- LE CORBUSIER, *Modulor 2*, Boulogne: Editions de L'architecture d'aujourd'hui, 1954
- LE CORBUSIER, *Vers une architecture*, Paris : Éditions Arthaud, 1990
- LEGER, Jean-Michel, *Derniers domiciles connus : enquête sur les nouveaux logements 1970-1990*, Paris: Creaphis, 1990
- MOLEY, Christian, *L'innovation architecturale dans la production du logement social*, Paris: **Anthropos**, 1998
- MONTEYS, Xavier; FUERTES, Pere, *Casa Collage. Un ensayo sobre la arquitectura de la casa*, Barcelona: Edições GG, 2001
- MONTEYS, Xavier, *La gran máquina : la ciudad en Le Corbusier*, Barcelona: Serbal, 1996
- NEUFERT, Ernst, *Arte de projectar em arquitectura*, (1976), Barcelona: Editorial GG, 1981
- ODAM, *Organização dos arquitetos modernos do Porto 1947-1952, compilado por Cassiano Barbosa*, Porto: Edições Asa, 1972
- PARAVICINI, Ursula, *Habitat au féminin*, Lausanne: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, 1990
- PIMENTA, Manuel, *As ilhas do Porto: estudo socioeconómico*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2001
- PINSON, Daniel, *Modèles d'habitat et contre-types domestiques au Maroc*, Tour: Instaprint, 1992
- PINSON, Daniel, *Usage et architecture*, Paris: Editions L'Harmattan, 1993
- PINSON, Daniel, *Le renouvellement urbain des grands ensembles: pour quelles formes urbaines, et avec quelle place pour l'habitant?*, in "Quelles nouvelles formes architecturales et urbaines pour les grands ensembles?" Dialogue de Soirée, Urbaponts en collaboration avec la DGUHC, la CDC et l'ENPC, collection "Les dossiers", Paris: CDU, 2001, pp. 41-55
- PORTAS, Nuno, *A arquitectura para hoje*, seguido de *Evolução da arquitectura moderna em Portugal*, (1964), Lisboa: Livros Horizonte, 2008
- PORTAS, Nuno, *Funções e exigências de áreas de habitação*, Lisboa: LNEC, 1969
- PORTAS, Nuno, *Habitação social: proposta para a metodologia da sua arquitectura*, Porto: Faup Publicações, 2004
- QUEIROZ, Eça, *A Cidade e as Serras*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1980
- RASMUSSEN, Steen Eiler, *Experiencing architecture*, (1959), Massachusetts: The MIT Press, 1993
- RAPOPORT, Amos, *Pour une anthropologie de la maison*, Paris: Dunot, 1972
- RAYMOND, Henri, *Habitat, modèles culturels et architecture*, Architecture d'Aujourd'hui, n° 174, pp. 50-53, 1974

- RAYMOND, H. et M. G. ; HAUMONT, N et A., *L'Habitat Pavillonnaire*, prefácio de H. Lefebvre, Paris: CRU, 1966
- RÉMY, Jean, VOYÉ, Liliane, *A cidade: Rumo a uma nova definição?*, (1992), Porto: Edições Afrontamento, 2004
- SEGAUD, Marion; BONVALET, Catherine, BRUN, Jacques, *Logement et habitat. L'état des savoirs*, Paris: Éditions La Découverte, 1998
- SÉGUIER, Jaime (direc.), *Dicionário Prático Ilustrado*, Porto: Lello & Irmão Editores, 1971
- TÁVORA, Fernando, *Da organização do espaço*, (1962), Porto: Faup publicações, 1996
- TEIXEIRA, Manuel C., *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*, Lisboa: F.C.G., 1996
- TOSTÕES, Ana, *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*, (1994), Porto: Faup Publicações, 1997
- TOSTÕES, Ana, *1º Congresso nacional de arquitectura*, Lisboa: Ordem dos arquitectos, 2008
- WOLFF, Rainer, *La vivienda mínima*, Barcelona: Edições GG, 1973

PERIÓDICOS

- BAPTISTA COELHO, António, “Apropriação e satisfação residencial”, *Sociedade e Território nº 25/26 – Mudança social e formas de habitar*, Porto: Edições Afrontamento, Fevereiro 1998, pp. 140-149
- COSTA PINTO, Teresa, “Modelos de habitat, modos de habitar: o caso da construção do habitat”, *Sociedade e Território nº 25/26 – Mudança social e formas de habitar*, Porto: Edições Afrontamento, Fevereiro 1998, pp. 11-20
- FREITAS, Maria João, “Pensar os espaços domésticos em contextos de realojamento”, *Sociedade e Território nº 25/26 – Mudança social e formas de habitar*, Porto: Edições Afrontamento, Fevereiro 1998, pp.150-161
- GROS, Marielle Christine, “«Pequena» História do Alojamento Social em Portugal”, *Sociedade e Território nº 20 - As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas*, Porto: Edições Afrontamento, Abril 1994, pp. 80-90
- LÉGER, Jean-Michel, “Interrogando a urbanidade das novas urbanizações: o caso das cidades novas da região parisiense”, *Sociedade e Território nº 25/26 – Mudança social e formas de habitar*, Porto: Edições Afrontamento, Fevereiro 1998, pp. 45-51
- LOBO, Inês, “Conjunto de habitação municipal Rainha D. Leonor, Porto”, *Jornal dos arquitectos nº 236 - Ser pobre*, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, Jul./Ago./Set. 2009, pp. 52-59
- PINSON, Daniel, “Cultura de trabalho e autopromoção do habitat nos operários do Oeste francês”, *Sociedade e Território nº 25/26 – Mudança social e formas de habitar*, Porto: Edições Afrontamento, Fevereiro 1998, pp. 32-44

REFERÊNCIAS DA INTERNET

- ALMEIDA, Paulo, “Bairros Económicos do Porto: a casa como arma política”,
<[http://www.ghp.ics.uminho.pt/I/%20Encontro%20CITCEM-DOCS/DIA%2026/PAINEL%20-%20Familia,%20Espa%C3%A7o%20Domestico%20-%20Gaspar%20Martins%20Pereira%20%20\(10h30-12h30\)/Paulo%20Almeida/Paulo%20Almeida_TEXTO.pdf](http://www.ghp.ics.uminho.pt/I/%20Encontro%20CITCEM-DOCS/DIA%2026/PAINEL%20-%20Familia,%20Espa%C3%A7o%20Domestico%20-%20Gaspar%20Martins%20Pereira%20%20(10h30-12h30)/Paulo%20Almeida/Paulo%20Almeida_TEXTO.pdf)> [consultado em Janeiro 2011]
- CACHADO, Rita Ávila, “Habitação social nas últimas décadas”, *Vírus - A partir das cidades*, nº 7, Nov./Dez. 2009, pp.12-18
<<http://www.esquerda.net/virus/media/07virusabsoc.pdf>> [consultado em Dezembro de 2010]
- CARDOSO, Vasco, *Bairros de casas económicas e grupos de moradias populares: o encontro de duas morfologias de padrão geométrico*, Cadernos, Curso de Douturamento em Geografia, FLUP 2009, pp.33-65,
< <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7687.pdf>> [consultado em Janeiro de 2011]
- FIGUEIREDO, Ricardo Araújo, “do Porto e não só”,
<<http://doportoenaos.blogspot.com>> [consultado em Fevereiro 2011]
- FOLZ, Rosana Rita, “Industrialização da habitação mínima: Discussão das primeiras experiências de Arquitetos modernos – 1920-1930”, in *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v. 12, n. 13, Belo Horizonte, Dez. 2005, pp. 95-112
<http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20070514090943.pdf> [consultado em Setembro de 2011]
- LOUREIRO DE MATOS, Fátima, “Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956”, pp. 667-695
<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377379T2hXG0aa5Rv09QL3.pdf>> [consultado em Janeiro 2011]
- MENDES, Manuel, “Porto – Cultura da Cidade, Paisagem Doméstica, Morfologias da Casa, 1895-1969: (continuidades, contaminações metamorfoses)”, pp. 63-72
<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3200.pdf>> [consultado em Agosto 2011]
- MUMFORD, Eric; FRAMPTON, Kenneth, “The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960”,
<[http://books.google.com/books?id=C4uNElGkBoYC&printsec=frontcover&dq=the+ciam+discourse+on+urbanism&hl=en&src=bsrr&ei=8rtjTuGx\]smr8QP-1bGjCg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCkQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com/books?id=C4uNElGkBoYC&printsec=frontcover&dq=the+ciam+discourse+on+urbanism&hl=en&src=bsrr&ei=8rtjTuGx]smr8QP-1bGjCg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCkQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false)> [consultado em Agosto 2011]
- “As práticas urbanísticas vigentes no período de 1930-1960”,
<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo9361.PDF>> [consultado em Janeiro 2011]
- “International style (architecture)”,
<[http://en.wikipedia.org/wiki/International_style_\(architecture\)](http://en.wikipedia.org/wiki/International_style_(architecture))> [consultado em Agosto 2011]
- “Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38 382 de 7 de Agosto de 1951”,
<<http://www.oasrn.org/upload/apoio/legislacao/pdf/rgeu.pdf>> [consultado em Agosto 2011]

Ministério das Obras Públicas, “Decreto-Lei n.º 38 382 de 7 de Agosto de 1951”
<http://www.igf.min-financas.pt/inflegal/bd_igf/bd_legis_geral/Leg_geral_docs/DL_38382_51_REGEU.htm#REGEU_ARTIGO_71> [consultado em Janeiro de 2012]

Câmara Municipal do Porto
<<http://www.cm-porto.pt/gen.pl?p=stories&op=view&fokey=cmp.stories/2219>> [consultado em Setembro de 2011]

“a casa e a cidade – o bairro”
<http://ww1.rtp.pt/programas-rtp/index.php?p_id=27233&c_id=8&dif=tv&idpod=51406> [consultado em Março de 2011]

“Dicionário Língua Portuguesa sem acordo ortográfico”
<<http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/>> [consultado em Outubro de 2011]

Inês Lobo
<http://www.ilobo.pt/ines_lobo_arquitectos_lda/ines_lobo_arquitectos_lda.html> [consultado em Março de 2011];

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Da_Vinci_Vitruve_Luc_Viatour.jpg> [consultado em Fevereiro de 2012];

<<http://planhabdauufes.blogspot.pt/2009/12/modelos-e-solucoes-de-conjuntos.html>> [consultado em Fevereiro de 2012]

<<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&pn=24&album=FotosAAlvesCosta>> [consultado em Março de 2012]

<http://www.vam.ac.uk/vastatic/microsites/1331_modernism/highlights_18.html> [consultado em Agosto 2011];

<<http://www.flickr.com/photos/88017382@N00/4336731514/>> [consultado em Agosto de 2011];

CRÉDITOS DE IMAGEM

FOTOGRAFIAS E ELEMENTOS GRÁFICOS:

- Fig. 1. LE CORBUSIER, *Modulor 2*, Boulogne: Editions de L'architecture d'aujourd'hui, 1954, p. 66;
- Fig. 2. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Da_Vinci_Vitruve_Luc_Viatour.jpg> [2012];
- Fig. 3. <<http://planhabdaufes.blogspot.pt/2009/12/modelos-e-solucoes-de-conjuntos.html>> [2012];
- Fig. 4. JENKINS, David, *Unité d'habitation Marseilles* : Le Corbusier, London : Phaidon, 1993, p. 29;
- Fig. 5. MONTEYS, Xavier, *La gran máquina : la ciudad en Le Corbusier*, Barcelona: Serbal, 1996, p. 146;
- Fig. 6. ODAM, *Organização dos arquitectos modernos do Porto 1947-1952, compilado por Cassiano Barbosa*, Porto: Edições Asa, 1972, p. 174;
- Fig. 7. ODAM, *Organização dos arquitectos modernos do Porto 1947-1952, compilado por Cassiano Barbosa*, Porto: Edições Asa, 1972, p.172;
- Fig. 8. PIMENTA, Manuel, *As ilhas do Porto: estudo socioeconómico*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2001, p. 184;
- Fig. 9. PIMENTA, Manuel, *As ilhas do Porto: estudo socioeconómico*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2001, p. 142;
- Fig. 10. PIMENTA, Manuel, *As ilhas do Porto: estudo socioeconómico*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2001, p. 192;
- Fig. 11. CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto: 1956-1966*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1966, p. 8;
- Fig. 12. PIMENTA, Manuel, *As ilhas do Porto: estudo socioeconómico*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2001, p. 397;
- Fig. 13. <<http://doportoenaoso.blogspot.com/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-i.html>> [2012];
- Fig. 14. <<http://doportoenaoso.blogspot.com/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-i.html>> [2012];
- Fig. 15. CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto: 1956-1966*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1966, p. 17;
- Fig. 16. FERREIRA, José António, *Habituação social no Porto*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1999, p. 36;
- Fig. 17. FERREIRA, José António, *Habituação social no Porto*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1999, p. 36;
- Fig. 18. CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto: 1956-1966*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1966, p. 39;
- Fig. 19. <<http://doportoenaoso.blogspot.com/2011/02/os-bairros-sociais-no-porto-iv-parte-2.html>> [2012];
- Fig. 20. <<http://doportoenaoso.blogspot.com/2011/02/os-bairros-sociais-no-porto-iv-parte-2.html>> [2012];
- Fig. 21. CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto: 1956-1966*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1966, p. 40;
- Fig. 22. CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto: 1956-1966*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1966, p. 42;
- Fig. 23. CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto: 1956-1966*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1966, p. 44;
- Fig. 24. CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto: 1956-1966*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1966, p. 51;
- Fig. 25. fotografia do autor;
- Fig. 26. fotografia do autor;
- Fig. 27. fotografia do autor;
- Fig. 28. arquivo do autor, a partir de desenhos originais;
- Fig. 29. fotografia do autor;
- Fig. 30. fotografia do autor;
- Fig. 31. arquivo da Domussocial;
- Fig. 32. arquivo da Domussocial;
- Fig. 33. arquivo da Domussocial;
- Fig. 34. CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano Regulador da Cidade do Porto*, Porto: Câmara Municipal do Porto, Separata da Civitas, Vol. VIII, nº 2, 1952, p. 12;
- Fig. 35. arquivo da Domussocial;
- Fig. 36. arquivo da Domussocial;
- Fig. 37. arquivo do autor, a partir de desenhos originais;
- Fig. 38. PORTAS, Nuno, *Funções e exigências de áreas de habitação*, Lisboa: LNEC, 1969, p. 30;
- Fig. 39. arquivo do autor, a partir de desenhos originais;
- Fig. 40. fotografia do autor;
- Fig. 41. fotografia do autor;
- Fig. 42. arquivo do autor, a partir de desenhos originais;
- Fig. 43. arquivo do autor, a partir de desenhos originais;
- Fig. 44. fotografia do autor;
- Fig. 45. fotografia do autor;
- Fig. 46. fotografia do autor;
- Fig. 47. <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/05/o-porto-ha-cem-anos-1_17.html> [2011]
- Fig. 48. arquivo da Domussocial;
- Fig. 49. fotografia do autor;
- Fig. 50. fotografia do autor;
- Fig. 51. fotografia do autor;
- Fig. 52. fotografia do autor;
- Fig. 53. arquivo do autor, a partir de desenhos originais;
- Fig. 54. fotografia do autor;
- Fig. 55. fotografia do autor;
- Fig. 56. fotografia do autor;

Fig. 57. arquivo do autor, a partir de desenhos originais;
 Fig. 58. arquivo do autor, a partir de desenhos originais;
 Fig. 59. fotografia do autor;
 Fig. 60. fotografia do autor;
 Fig. 61. fotografia do autor;
 Fig. 62. fotografia do autor;
 Fig. 63. fotografia do autor;
 Fig. 64. fotografia do autor;
 Fig. 65. fotografia do autor;
 Fig. 66. fotografia do autor;
 Fig. 67. fotografia do autor;
 Fig. 68. arquivo do autor, a partir de desenhos originais;
 Fig. 69. fotografia do autor;
 Fig. 70. fotografia do autor;
 Fig. 71. fotografia do autor;
 Fig. 72. arquivo do autor, a partir de desenhos originais;
 Fig. 73. fotografia do autor;
 Fig. 74. fotografia do autor;
 Fig. 75. fotografia do autor;
 Fig. 76. fotografia do autor;
 Fig. 77. fotografia do autor;
 Fig. 78. <<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&pn=24&album=FotosAAlvesCosta>> [2012]
 Fig. 79. arquivo do autor, a partir de desenhos originais;
 Fig. 80. fotografia do autor;
 Fig. 81. arquivo do autor, a partir de desenhos originais;
 Fig. 82. arquivo do autor, a partir de desenhos originais;
 Fig. 83. arquivo do autor, a partir de desenhos originais;
 Fig. 84. arquivo do autor, a partir de desenhos originais;
 Fig. 85. fotografia do autor;
 Fig. 86. arquivo do autor, a partir de desenhos originais;
 Fig. 87. fotografia do autor;
 Fig. 88. fotografia do autor;
 Fig. 89. fotografia do autor;
 Fig. 90. arquivo do autor, a partir de desenhos originais;
 Fig. 91. arquivo do autor, a partir de desenhos originais;
 Fig. 92. fotografia do autor;
 Fig. 93. fotografia do autor;
 Fig. 94. arquivo do autor, a partir de desenhos originais;
 Fig. 95. <http://www.vam.ac.uk/vastatic/microsites/1331_modernism/highlights_18.html> [2011];
 Fig. 96. NEUFERT, Ernst, *Arte de projectar em arquitectura*, (1976), Barcelona: Editorial GG, 1981, p. 165;
 Fig. 97. <<http://www.flickr.com/photos/88017382@N00/4336731514/>> [2011];
 Fig. 98. fotografia do autor;
 Fig. 99. fotografia do autor;
 Fig. 100. fotografia do autor;
 Fig. 101. fotografia do autor;
 Fig. 102. arquivo do autor, a partir de desenhos originais;
 Fig. 103. NEUFERT, Ernst, *Arte de projectar em arquitectura*, (1976), Barcelona: Editorial GG, 1981, p. 163;
 Fig. 104. NEUFERT, Ernst, *Arte de projectar em arquitectura*, (1976), Barcelona: Editorial GG, 1981, p. 163;
 Fig. 105. arquivo do autor, a partir de desenhos originais;
 Fig. 106. PORTAS, Nuno, *Funções e exigências de áreas de habitação*, Lisboa: LNEC, 1969, p. 82;
 Fig. 107. fotografia do autor;
 Fig. 108. fotografia do autor;
 Fig. 109. fotografia do autor;
 Fig. 110. fotografia do autor;
 Fig. 111. fotografia do autor;
 Fig. 112. fotografia do autor;
 Fig. 113. fotografia do autor;
 Fig. 114. fotografia do autor;
 Fig. 115. fotografia do autor;
 Fig. 116. fotografia do autor;
 Fig. 117. fotografia do autor;

Fig. 118. fotografia do autor;
Fig. 119. fotografia do autor;
Fig. 120. fotografia do autor;
Fig. 121. fotografia do autor;
Fig. 122. fotografia do autor;
Fig. 123. fotografia do autor;
Fig. 124. fotografia do autor;
Fig. 125. fotografia do autor;
Fig. 126. fotografia do autor;
Fig. 127. fotografia do autor;
Fig. 128. fotografia do autor;
Fig. 129. fotografia do autor;
Fig. 130. fotografia do autor;
Fig. 131. fotografia do autor;
Fig. 132. fotografia do autor;
Fig. 133. fotografia do autor;
Fig. 134. fotografia do autor;
Fig. 135. fotografia do autor;
Fig. 136. fotografia do autor;
Fig. 137. arquivo do autor, a partir de desenhos originais;

FICHAS:

pp. 50-66. arquivo do autor, a partir de desenhos originais;
pp. 79-84. arquivo do autor, a partir de desenhos originais;
pp. 152-209. arquivo do autor, a partir de desenhos originais; fotografia do autor; desenhos do autor;

